NOELY ZULEICA OLIVEIRA RAPHANELLI

D. PEDRO II: VÍNCULOS COM O JUDAÍSMO

**SÃO PAULO
2012**

NOELY ZULEICA OLIVEIRA RAPHANELLI

D. PEDRO II: VÍNCULOS COM O JUDAÍSMO

Tese apresentada ao Departamento de História
da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de
Doutor em História

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Anita Waingort Novinsky

SÃO PAULO
2012

RAPHANELLI, Noeli Zuleica Oliveria

D. Pedro II: vínculos com o judaísmo

Tese apresentada ao Departamento de História
da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Doutor em História

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.:

Julgamento:

Prof. Dr.:

Julgamento:

Prof. Dr.:

Julgamento:

Prof. Dr.:

Julgamento:

Prof. Dr.:

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Instituição:

Assinatura:

Instituição:

Assinatura:

Instituição:

Assinatura:

Instituição:

Assinatura:

À minha mãe (in memoriam)
Inesquecível fonte de inspiração.

A D. Pedro II
Eterno modelo de amor ao Brasil

AGRADECIMENTOS

À Prof. Anita Novinsky, que através da história do povo judeu me conduziu a entender melhor a História da humanidade.

A meus familiares, pela compreensão.

À dedicada equipe do Arquivo Histórico de Petrópolis.

Ao Prof. Reuven Faingold pela boa vontade e presteza com que disponibilizou seu acervo pessoal.

A Paulo Valadares, exímio genealogista, pela atenção de sempre.

À Profa. Dra. Ivany Rodrigues de Moraes, competente colaboradora nos meandros da língua francesa.

Ademir Barros dos Santos, mais que digitador e revisor, crítico do texto.

Ao Prof. Gustavo Lacava, exímio digitador.

E a todos eu, direta ou indiretamente, colaboraram na execução desta pesquisa, incentivando.

RESUMO

RAPHANELLI, Noeli Zuleica Oliveira. **D. Pedro II: vínculos com o judaísmo.** 2012. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Muitos estudos têm sido publicados sobre D. Pedro II, imperador do Brasil. Entretanto, alguns aspectos de sua vida não têm sido explorados mais profundamente: sua dedicação à literatura e aos estudos judaicos, sua preferência pelo idioma hebraico, entre outros que estudou durante sua vida, e seu desejo de conhecer as origens do Cristianismo através da análise dos textos bíblicos originais. D. Pedro era um intelectual, e tinha prazer em viajar com recursos próprios. Visitou o Oriente Médio e a Terra Santa, e sempre manteve contato com judeus de várias partes do mundo. O imperador visitou sinagogas inúmeras vezes, participando parte na leitura da Torah. Foi membro de muitas instituições culturais, conforme mostrado por sua vasta correspondência. O imperador conviveu com escritores, artistas e cientistas de seu tempo, tendo sido patrono de alguns deles, como os músicos Carlos Gomes e Richard Wagner, os pintores Almeida Junior e Pedro Américo e os cientistas Louis Pasteur e Camille Flammarion. O Rabino Benjamim Mossé, seu biógrafo, esteve presente durante o exílio do imperador, dando-lhe textos hebraicos para traduzir. D. Pedro encontrou um alívio para a amargura do exílio nas traduções hebraicas e na convivência com judeus. D. Pedro II representando o Brasil de um modo positivo entre as nações do mundo.

Palavras-chave: D. Pedro II, judeus, influência, tolerância.

RESUMO

RAPHANELLI, Noeli Zuleica Oliveira. **D. Pedro II: vínculos com o judaísmo.** 2012. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Several studies have been published on D. Pedro II, the second and the last Brazil's Emperor. However, some aspects of his life haven't been explored in depth: his dedication to Jewish studies and literature, his preference for the Hebrew language among other languages he has studied throughout his life, and urge to understand the origins of Christianity through the analysis of traveling around the analysis of original biblical texts. D. Pedro II was an intellectual person and he enjoyed travelling around the world at his own expense. He visited the Middle East and the Holy Land, and always kept contact with Jews from various parts of the world. The emperor was often found in synagogues taking part in the Torah reading and he was engaged as a member of cultural institutions, evidenced by his vast amount of correspondence. The Emperor lived with many writers, artists and scientists of this time. He was considered a patron to some of them like for example the musicians, Carlos Gomes and Richard Wagner, and the painters, Almeida Junior, Pedro Américo and the scientists Louis Pasteur and Camille Flammarion. Rav. Benjamim Mossé, his biographer, met with D. Pedro II during his exile and gave him Hebrew texts for translation. He found comfort from his sad exile in his Hebrew translations and coexistence with Jews. D. Pedro II represented Brazil in a positive way among nations throughout the world.

Key-words: D. Pedro II, Jews, influence, tolerance.

SUMÁRIO

Apresentação	10
Introdução	11
1 As origens da Dinastia de Bragança.....	23
1.1 O Reino Unido e a fundação do Império Brasileiro	29
1.2 Dona Leopoldina de Habsburgo, uma princesa nos trópicos	30
1.3 D. Pedro I e a fundação do império brasileiro.....	33
1.4 Pedro de Alcântara: a infância	36
1.5 O Segundo Reinado: panorama político, período regencial, maioridade e casamento	39
1.6 As Regências	41
1.7 A regência do Padre Feijó	43
2 Juventude, ambiente cultural e primeiros contatos de D. Pedro II.....	54
2.1 A maioridade	56
2.2 As bodas do imperador.....	58
2.3 Judeus na imprensa carioca	62
2.3.1 Notícias da religião	66
2.3.2 Notícias internacionais	68
2.3.3 Isey Levy	70
2.4 O “lobby” judaico do imperador	73
2.4.1 Cohn	74
2.4.2 Os Hime.....	76
2.4.3 Outras famílias.....	78
3 Condessa de Barral, a mulher que encantou o imperador	80
3.1 O Pai.....	84
3.2 A Condessa de Barral e a Princesa de Joinville	89
3.3 A Condessa de Barral no Paço Imperial.....	93
3.4 O romance com o Imperador.....	99
3.5 A Partida.....	102
3.6 Em viagem	105
3.7 Volta ao Brasil.....	108
3.8 O final.....	117
3.9 Reminiscências genealógicas judaicas da Condessa de Barral	121
4 Horizontes culturais	128
4.1 Portugal: o monarca e os escritores.....	128
4.2 Alexandre Herculano.....	129
4.3 Camilo Castelo Branco.....	131
4.4 O rei cidadão	132
4.5 Viagens.....	134
4.6 Estudos e francofilia.....	139
4.7 Leituras: Religião, História, Arqueologia	143
4.8 Educação no Brasil.....	144
4.9 Imagens e autoimagem.....	148
4.10 D. Pedro II e os estudos hebraicos: O imperador e a Torah	152
4.11 O amor ao hebraico	155
5 Ventos da intolerância no Segundo Reinado.....	156
5.1 Camille Flammarion e a ciência dos astros	162
5.2 André Rebouças: um sionista na corte	168
5.3 D. Pedro II e a Questão Religiosa	174
5.3.1. A maçonaria, no Brasil	176
5.3.2 O início do confronto Igreja (x) Estado.....	182

5.3.3. A Questão Religiosa	182
6 Bibliotecas, manuscritos e traduções, na rota de viagem	185
6.1 Traduções	188
6.2 Turismo histórico e religioso: o périplo no Oriente e na Terra Santa	193
6.3 Frei Liéven de Hamme: o franciscano e o imperador	197
6.4 A visita do imperador à imprensa de Jerusalém.....	200
7 D. Pedro, o hebraico e os judeus	202
7.1 A Ordem da Rosa	204
7.2 Sinagogas do mundo	205
7.3 Outras sinagogas do mundo: o périplo do Imperador	212
7.4 Fascínio pelo judaísmo.....	214
7.5 Breve histórico do idioma hebraico.....	216
7.5.1 O idioma quase desaparecido	217
7.5.2 A retomada, com Eliezer Ben Yehudah	218
7.5.3 Shlomo Haramati.....	218
7.6 O hebraísmo do Imperador.....	219
7.7 Salvatore Di Benedetti e A.S.Curiel: admiradores do Rei	221
7.8 Padre Santos Saraiva, o hebraísta misterioso	228
7.8.1 O imperador e o sacerdote cristão-novo	232
8 D. Pedro II e o mundo erudito.....	238
8.1 Ernst Renan (1893-1892)	238
8.2 Os gênios franceses	247
8.3 Os “irmãos sabe-tudo”: os três acadêmicos da Terceira República	249
8.4 Família Saragga.....	251
8.4.1 Francisco Saragga.....	251
8.4.2 Salomão Saragga	253
8.5 As Farpas.....	258
8.6 Instituto de França.....	262
8.7 O filósofo judeu.....	264
8.7.1 A Filosofia a serviço da política	267
8.7.2 O Dicionário de Ciências Filosóficas	267
8.7.3 Um jovem membro da Academia de Ciências Morais e Política	268
8.7.4 No Collège de France	269
8.7.5 Um filósofo popular e moralista.....	270
8.7.6 A Sociedade de Estudos Judaicos.....	270
8.7.7 A Liga Nacional contra o ateísmo	271
8.7.8 Mandatos e distinções.....	271
9 Benjamin Mossé (1832 – 1892) Grão Rabino de Avignon e escritor	274
9.1 O rabino e o Barão do Rio Branco	279
9.2 O livro “D. Pedro II, empereur du Brésil”, homenagem de Benjamim Mossé ao imperador	285
9.2.1 A escravidão no Brasil.....	288
9.2.2 A Abolição total	293
9.2.3 Depois da Abolição	294
9.2.4 Banquete francês comemorativo da abolição no Brasil.....	299
9.2.5 Devotamento de D. Pedro II ao povo brasileiro	301
10 Exílio	315
10.1 D. Pedro II e os Félibres.....	331
10.2 Bibliofilia e filossemitismo	334
10.3 Os judeus do Comtad Venaissin	338
10.4 Piutim: Poésies hebraico-provençales du rituel israélite comtadin traduites et transcrites par D. Pedro II D’Alcantara, empereur du Brésil	339
10.5 Ha Gadya: Cântico de “um cordeiro ou um cabrito”	342

Considerações Finais.....	346
Bibliografia	350

APRESENTAÇÃO

A pesquisa de mestrado levou-me a mergulhar no universo judaico. Conhecê-lo mudou minha visão da História. Em meio às leituras inerentes ao trabalho acadêmico sobre a imigração judaica no Brasil, inesperadamente surgiu a figura do imperador D. Pedro II, amante da História, da Arqueologia, da Bíblia e de línguas orientais.

Abracei então a ideia de explorar esse viés, sobretudo quando percebi a identificação do monarca pelo tema judaico, sua predileção pela língua hebraica, seu gosto por traduzir a Bíblia e ler a Torá. Seus diários mostram os frequentes contatos na vida social, tanto em palácio como durante suas viagens. Sua correspondência com intelectuais judeus comprovam seus laços com o povo de Israel, bem como o prazer de visitar sinagogas, onde podia testar concretamente seus avanços na língua hebraica, lendo a Torá durante os serviços religiosos.

O tema é fascinante e espero alcançar meu objetivo ao apresentar esta faceta inusitada de D. Pedro II, cuja estatura moral acende em nós, cidadãos brasileiros, a esperança no futuro do Brasil.

INTRODUÇÃO

O imperador D. Pedro II do Brasil, foi criado em ambiente de mentalidade reconhecidamente católica da monarquia lusa, em consórcio com os rígidos padrões da Casa de Habsburgo. O imperador tornar-se-ia, em seu tempo, figura ímpar aos olhos do mundo, personalidade fora dos padrões tradicionais da realeza – e da realeza ibérica – marcada indelevelmente pela presença do Tribunal da Inquisição, cuja máquina (mais estatal que religiosa), sob a bandeira do racismo e da intolerância, estrangulava as ideias, o pensamento e qualquer postura que, potencialmente, pudesse abalar os alicerces de seu universo ortodoxo, estático e obscurantista.

Filho desses padrões cristalizados, uma questão se propõe: como pode, D. Pedro II, ser dotado de impressionante abertura para o novo, o diferente, principalmente no campo das ideias e nos desafios da ciência, que tanto o fascinaram no decorrer de sua vida? Detentor de visão de mundo diferenciada, livre, isenta dos preconceitos arraigados na mentalidade reacionária de suas próprias raízes – católicas por excelência e por tradição –, que influências D. Pedro II recebeu, que o dotaram destas qualidades?

Discrepante dos padrões da realeza (e de outra forma) foi também seu pai, o controvertido fundador do império brasileiro: fora dos paradigmas convencionais de um príncipe, D. Pedro I tinha singularidades que faziam dele uma figura algo bizarra, do ponto de vista do comportamento, da etiqueta, do protocolo, da formação, visto que não tivera educação formal.

As circunstâncias da chegada da corte portuguesa ao Brasil são sobejamente conhecidas, e a emergência dos acontecimentos para cá trouxeram um garoto de nove anos, com um mínimo de instrução. A grande colônia que passou a abrigar a Corte, quase nada possuía para dar continuidade à educação do menino Pedro, preparando-o para suas funções de sucessor. Voluntarioso, centralizador, imprevisível e passional, o futuro rei D. Pedro passava ao largo das convenções, sobretudo quando contrariado por alguma circunstância. Era, no entanto, sensível,

generoso e tolerante, capaz de atos inesperados de humanidade – e isto o torna mais surpreendente do ponto de vista da práxis do poder.

D. Pedro II, por sua vez, era curioso, amante ardoroso do conhecimento em todos os ramos; isto, apesar da educação deficitária que recebeu, conforme mostrou, entre outros autores, Alberto Rangel, em sua obra “A educação do príncipe”. Tornou-se livre pensador, e foi esta característica que marcou indelevelmente sua personalidade e a imagem que transmitiu ao mundo ao longo de suas viagens, seus contatos e sua vastíssima correspondência, da qual desconhecemos boa parte.

A maioria antecipada habilitou o jovem Pedro de Alcântara a envergar a coroa imperial aos quinze anos, já iniciado pela Maçonaria para exercer a difícil tarefa que o esperava num país desorganizado politicamente, como estava no correr do período regencial. Deste modo, sua mentalidade sabidamente universalista fê-lo ousar por caminhos diversos das convenções inerentes à realeza, ao mesmo tempo em que cumpria as funções de Estado com rigidez beneditina. Pedro Calmon, em “O rei filósofo”, afirma que o imperador exercia as funções monárquicas “como um funcionário público”.

Amante da Ciência e da História, a cultura, o estudo, a pesquisa fascinavam-no. Insaciável em sua busca, era aberto para o novo, como se as diferenças não o surpreendessem. Assim, desta sua capacidade, resultou figura ímpar de monarca único: por esta singularidade de comportamento e personalidade, tornar-se-ia conhecido suficientemente, a ponto de manter correspondência com os quatro cantos do mundo, em dezenas de idiomas. Ficou conhecido por sua erudição, austeridade e magnitude de caráter. “Um sábio, neto de Marco Aurélio”, como disse Victor Hugo; ou como o chamou, posteriormente, Pedro Calmon, o “Rei filósofo”.

A vasta documentação que existe sobre o império, mostra que o imperador fortaleceu laços fraternos com elementos católicos ou não, brasileiros ou estrangeiros. Fizeram parte de seu governo membros de todos os partidos, com ideias de todos os matizes, inclusive republicanas. Consta que exerceu o poder sem abusos. Jamais prejudicou ou discriminou quem quer que fosse, conforme o próprio imperador escreveu, no exílio, em sua “Fé de ofício”, trazida a lume pelo Visconde de Taunay, em seu livro “Pedro II”.

A simplicidade e tolerância do imperador eram conhecidas na época. Ele atendia e ouvia a todos, indistintamente, em suas audiências; e com a mesma deferência, fossem nobres, diplomatas, pessoas do povo e até escravos. Todos tinham voz, inclusive estrangeiros de qualquer religião.

Recorde-se que, àquela época, no Brasil, mesmo os protestantes não tinham existência jurídica. Ainda que radicados no país, enfrentavam também a segregação política e social, imposta pela legislação de um país católico, que sequer os reconhecia por falta da certidão de batismo.

Por essa razão, encontravam eles dificuldade para viver e para morrer, vez que os cemitérios¹ estavam sob legislação eclesiástica, que somente a católicos davam sepultura. Nem tampouco gozavam, eles, das regalias e da tolerância que tradicionalmente privilegiavam os anglicanos, desde o Primeiro Reinado, graças aos fortes laços de amizade entre Portugal e o Império Britânico – que influenciaram, de modo incontestável, a história brasileira deste período.

Desse ponto de vista, é possível afirmar que D. Pedro II era um autêntico praticante da cidadania, o que pôde ser constatado pelo alemão Karl Von Koseritz, um dos líderes responsáveis pelas comunidades alemãs do Brasil, enquanto aguardava o início das costumeiras audiências sabatinas com o imperador: registrou ele, na ocasião, a existência de uma escola particular na Quinta de São Cristóvão, voltada ao atendimento de crianças carentes, e mantida às expensas pessoais do imperador²; era bem equipada, com sala e biblioteca, funcionando também à noite, para a educação dos adultos.

Portanto, em plena sociedade escravagista, o analfabetismo das camadas pobres foi uma preocupação de D. Pedro II! Ele foi um incontestável estímulo à prática da cidadania, ao estender os benefícios da educação, ainda que em pequena escala, aos menos favorecidos do império.

Quanto à questão das afinidades do imperador com a cultura judaica, parece que a própria Casa de Bragança provém de origem nada convencional: apesar dos

¹ Outra denominação para “cemitério” era “campo santo”. Os cemitérios estavam geralmente localizados ao redor das igrejas, caracterizando, desta forma, sua natureza como propriedade da Igreja.

² A filantropia, mais precisamente o mecenato de D. Pedro II, era conhecida como o “bolsinho do imperador”.

traços um tanto nebulosos e nem sempre precisos, sabe-se que foi interessante e mesmo curiosa a origem desta dinastia, quase legendária, o que deixa atônitos seus pesquisadores, motivando-os pela mobilidade de dados.

Quero dizer que, ao mesmo tempo em que se distanciam, estes dados são conflitantes, pela imprecisão de alguns personagens envolvidos no pano de fundo dos primórdios da família bragantina: é o caso de Pero Esteves, que nem sempre é o Barbarram referido na matriz da dinastia, e que aparece ora como um nobre português, ora como um sapateiro judeu castelhano; sua filha Isabel Perez (Pirez) Esteves, foi a bela judia³ que chamou a atenção do Mestre de Avis (por sua vez, também filho natural), e este é outro ponto interessante para investigação mais pormenorizada, visto que há certa imprecisão – para não dizer incoerência – nos dados que se referem ao assunto.

Do fundador da dinastia de Avis, Isabel deu à luz Afonso e Beatriz, ambos reconhecidos pelo pai. Adotado por D. João, de origem judaica suspeita, Afonso recebeu o título de Conde de Barcelos, tornando-se posteriormente o primeiro Duque de Bragança.

Eis o ponto de infiltração de uma origem suspeita na monarquia bragantina: os dois rebentos conviveram no palácio paterno com os irmãos, filhos de D João I e Dona Filipa de Lencastre; entre eles, D. Henrique, futuramente chamado “o Navegador”. Com a morte do pai e a ascensão de seu irmão, D. Duarte, ao trono português, mesmo dotado de vastíssimas propriedades, Afonso, inconformado talvez por ter sua primogenitura preterida por sua condição de filho natural, entra em luta armada com o irmão, sendo em seguida derrotado.

A Dinastia de Avis chegaria ao fim em 1580, com a União Ibérica, fato motivado pela morte do cardeal D. Henrique, o rei-inquisidor, irmão de D. João III e tio do casto D. Sebastião que, desaparecendo nas areias de Alcácer-Quibir, em 1578, não deixou descendentes que ocupassem o trono português.

Como resultado, é sob Filipe II, o parente mais próximo da casa real, neto de D. Manuel pelo lado materno, que Portugal passa para o domínio dos Habsburgo.

³ Paulo Valadares informa que era uma cristã-nova. Seria uma convertida? No século XIV já se registravam conversões forçadas, ou ao sabor das necessidades do momento. Caso contrário, o termo correto é mesmo “bela judia” e não “cristã-nova”.

Em 1640, a Restauração devolve a independência a Portugal, então sob Filipe IV, de Espanha; é quando emerge do ostracismo D. João IV, igualmente Duque de Bragança, continuando a linhagem de D. João I e Isabel Perez Esteves no trono português; coroado rei, torna-se ele o protagonista deste momento decisivo no país que viu nascer definitivamente a Dinastia de Bragança, da qual o nosso Pedro II – “vergôntea americana”, como disse Pedro Calmon – é o décimo sexto descendente.

Existem diversas referências à origem judaica dos Bragança; porém, a lenda e o imaginário se misturam à realidade. É bem possível que até hoje as pesquisas não tenham se aprofundado devido a este pano de fundo nebuloso que envolve o assunto, deixando dúvidas que desestimulam a investigação direta e mais apurada sobre a questão.

Ainda assim, esta provável mescla de sangue judeu nas veias bragantinas, é ponto interessante a ser estudado na trajetória desta dinastia, que manteve sua ascendência política em Portugal até o advento da República, em 1910. Mais do que isto: a investigação mais profunda é um desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores; e isto poderá enriquecer ainda mais as páginas da história dos judeus em Portugal e no Brasil, talvez confirmando, de modo irrefutável, a presença judaica na herança ibérica.

D. Pedro conhecia a história de sua pátria ancestral. Amigo pessoal de Alexandre Herculano, com quem trocou impressões sobre a publicação de sua grande obra sobre a Inquisição portuguesa, certamente esta curiosa questão genealógica não lhe passou despercebida. Temos aqui outra questão de grande interesse (tanto para os puros como para os impuros de sangue): fascinado por línguas antigas, sobretudo o hebraico, do qual era exímio tradutor, esta familiaridade teria alguma ligação com a provável ancestralidade semita? A questão é: até que ponto, justamente, isto o fascinava e envolvia?

Dissemos atrás que D. Pedro II era praticante convicto da cidadania: quando assumiu precocemente o governo do império brasileiro, em 1840, é quase certo que pode perceber a abertura que já se esboçava no país, ao tempo do Reino Unido. Monarquia Católica, segmento natural do tronco português transplantado para os trópicos, onde o Estado estava tradicionalmente ligado à Igreja, o Brasil era um país recém-saído da atmosfera colonial, onde o reflexo da repressão era uma realidade desde os primeiros tempos de sua existência.

A estrutura socioeconômica, de base escravista, pouco mudara, ainda que rompidos os laços com a metrópole portuguesa. Paradoxalmente, quer por sua extensão territorial, quer devido ao fácil acesso por sua natureza tropical, quer pela administração deficitária do Estado português, o Brasil tornara-se reduto de fugitivos, exilados e penitenciados, desde os tempos da Inquisição.

A liberalização da colônia, a partir da chegada de D. João VI, permitiu a entrada e estabelecimento de muitos estrangeiros, em função da abertura dos portos e do fim do monopólio comercial.

Esta atmosfera de maior liberdade concorreu para o aparecimento, entre 1824 e 1826, da primeira comunidade israelita no Império, onde foi edificada a primeira sinagoga, desde os tempos do tolerante Brasil holandês: esta foi a primeira sinagoga livre das Américas (conforme consta de sua placa de identificação), denominada a “Rocha de Israel” e localizada à Rua dos Judeus, no antigo Recife (hoje Bom Jesus), fechada com a vitória dos portugueses sobre os holandeses. Uma parte dos judeus expulsos com os holandeses chegaria à América do Norte, para fundar a Nova Amsterdã, mais tarde transformada na atual cidade de Nova Iorque.

Certamente, D. Pedro II não desconhecia todos estes fatos passados na história de seu povo, nem os antigos laços que Portugal e Brasil mantinham em relação ao povo judeu, de modo que a prática do respeito à liberdade de consciência dos diferentes povos que convergiam para seus domínios constituía fato consumado, marcante na visão do imperador que, pesquisador sôfrego da História do passado que o fascinava, tinha certamente noção clara das perdas irreparáveis sofridas pelos reinos ibéricos, em virtude dos desatinos e injustiças insuflados, no seio da sociedade, pela intolerância étnico-religiosa e pela existência dos estatutos da limpeza de sangue.

Até a era pombalina, a sociedade portuguesa, regida pela máquina do Santo Ofício, ficara dividida, de modo indelével, entre limpos e impuros de sangue. Esta discriminação não deveria ter lugar no Império brasileiro, governado por um monarca que sempre respeitou as diferenças em todos os níveis, como sua conduta sempre demonstrou, até na condução da vida política do país, da qual participavam, oficialmente, figuras de todos os partidos e de várias ideologias.

A sinagoga Shaar Hashamain (“A porta do céu”) dos marroquinos, em Belém

do Pará, inaugura novo tempo para o Brasil novo, logo após a proclamação da independência. Exceção que marcou o contexto religioso de seu tempo, sua edificação feriu, de certo modo, o que determinava o texto da Constituição recém-outorgada que, primeira do Brasil independente, proibia, além do culto ostensivo, a existência de edifícios em formato de templo que abrigassem qualquer outra forma de adoração que não a católica. Torna-se, então, este templo mosaico, o marco do judaísmo livre em solo brasileiro.

Reitere-se: isto contrariava o texto constitucional, que rezava a tolerância, aos cultos acatólicos, apenas se realizados em recintos fechados, às vezes apenas domésticos (como ocorreria com os núcleos espíritas kardecistas⁴, mesmo no final do século XIX) e sem qualquer demonstração que aviltasse a oficialidade católica do império.

O clima de tolerância do Segundo império, em especial os interesses intelectuais de D. Pedro II, ampliaram a presença judaica não apenas na Amazônia, mas a estenderam ao centro-sul do país, com a chegada de outras levas, sobretudo francesas, muitos dos quais oriundos da Alsácia-Lorena, como tantos que já despontaram no Brasil desde o Primeiro império⁵.

Posteriormente, a liberdade de credo e a efetiva separação entre Igreja e Estado, instituída pela Constituição de 1891, foram essenciais como atração para novos contingentes de imigração, diversos grupos estrangeiros, em que estavam inseridos judeus de várias procedências.

Foi desta forma, com esta mentalidade universalista, que D. Pedro II mesclou sua trajetória com vivências quase estranhas ao cotidiano de um monarca como, por exemplo, sua dedicação ao estudo e à prática de línguas estrangeiras, das quais foi reconhecido especialista. Dentro deste universo, podemos, sem dúvida, destacar o estudo do hebraico e da cultura judaica, fato que marcou de modo exótico a vivência do imperador. Que dizer ainda de suas visitas a sinagogas em várias partes do mundo, onde, por vezes, rezou em hebraico, para espanto dos rabinos?

Muito se tem levantado e tem sido divulgado com relação à presença dos judeus em Portugal, e sua comprovada participação na história do Brasil, desde as

⁴ Consta que o imperador Pedro II recebeu, em audiência, uma delegação de espíritas, que reivindicavam garantia de liberdade de culto.

⁵ v. Livro de Estrangeiros do Século XIX, do Arquivo Histórico de Petrópolis

Grandes Navegações aos dias atuais. Estes fatos são bem significativos, e certamente eram conhecidos de sobejo pelo imperador.

As relações de D. Pedro II com o universo judaico, é fato não mais ignorado de seus contemporâneos, seus biógrafos e atuais pesquisadores. Uma questão irrefutável quanto a esta afinidade, é a existência de pergaminhos da Torah, adquiridos pelo imperador, e atualmente de posse do Museu Histórico da Quinta da Boa Vista.

Isto evidencia, definitivamente, seu interesse e simpatia pela cultura judaica; e, de modo mais marcante, o interesse que também demonstrava por outras culturas exóticas e antigas. Além das notas encontradas em seus diários, documentos encontrados no Arquivo Histórico de Petrópolis demonstram esta realidade. Seus cadernos de estudos, originais, contêm inúmeras traduções em diversas línguas, sobretudo dos clássicos da literatura mundial, além de livros bíblicos.

Há, nesse mesmo acervo, revistas alemãs, da posse do imperador, especializadas em estudos orientais, tais como egiptologia, hieróglifos, copta, demótico, sânscrito e cuneiforme. Isto, para dar apenas pequeno exemplo do nível dos estudos que faziam parte do entretenimento do imperador. A paixão pela História e pelo Conhecimento como um todo, o aprofundamento nos estudos linguísticos, a forte admiração pelo judaísmo, são razões que levaram o monarca a manter, quase constantemente, professores de hebraico, entre eles um ministro luterano e o controvertido Padre Antônio dos Santos Saraiva, cristão-novo, que era neto de rabino português.

Usando o idioma hebraico com maestria, em várias ocasiões de sua vida, o imperador ficou conhecido por esta influência surpreendente num tempo em que aquele idioma estava inserido no contexto das comunidades judaicas, tanto as antigas como as da Diáspora, apenas como o “lashon kodesh” dos rituais e dos textos sagrados, longe de, como acontece hodiernamente no Estado de Israel que, no século XIX, estava em sua fase embrionária, ser de sua fala cotidiana, existindo apenas no cerne do pensamento dos primeiros sionistas.

É preciso preencher certa lacuna que subjaz na esfera dos estudos existentes sobre o imperador D. Pedro II, tanto no Brasil como em outros países. Daí a necessidade de trazer à luz, cada vez mais, o acervo dos documentos do Império

Brasileiro. Este aspecto da personalidade e do cotidiano do imperador, a forte relação com os assuntos do judaísmo, inserem-no, indubitavelmente, na história do povo judeu, ao mesmo tempo em que é parte integrante da História do Brasil.

Simon Dubnov define a consciência histórica do povo judeu como a memória de conceitos, tradições, ideias e sentimentos comuns, que substituíram a consciência religiosa, enfraquecida pela liberdade de pensamento e configurada pelo moderno cientificismo universal.

Segundo ele, a verdadeira historia judaica

é uma historia utópica, impossível de ter-se registrado para a posteridade. Seria como um imenso mosaico de fragmentos representativos de todos os grupos de judeus identificados pelo passado, pela religião, mas diferenciado ao mesmo tempo por circunstâncias geográficas e temporais.

Prossegue ele opinando que esta história é única, singular, senão pela ausência de um território por dois milênios, mas pela manutenção das tradições que, bem ou mal, mantiveram sua identidade como povo, muito provavelmente em função da Torah, sua “pátria portátil”, o que atenuou o fenômeno da assimilação, imposto pela diáspora⁶.

Assim, por mais que o imperador fosse linguista apaixonado, pesquisador ávido e curioso das culturas antigas, que amasse a História dos povos, não há como negar que seu interesse pela cultura do povo judeu e pela Bíblia superou a simples afinidade: parece ter sido uma relação de amor o que pode ser encontrado em seus famosos diários sobre o estudo do Hebraico.

O acervo documental disponível no Brasil, comprova que, em sua maior parte, os estrangeiros residentes no Rio de Janeiro pertenciam ao contingente chegado após a transferência da corte portuguesa para a colônia brasileira, já que a metrópole não tinha condições militares para enfrentar a invasão napoleônica: como resultado, em menos de uma década, ocorrências importantes elevaram o Brasil a Reino Unido, após o que o país perdeu sua condição de colônia.

Em sua maioria, estes estrangeiros eram comerciantes, industriais, eruditos,

⁶ Ou “diásporas”, já que ao longo da história judaica houve mais de uma dispersão.

profissionais liberais, todos em busca de novas oportunidades, cujos destinos se entrelaçam aos do país, em paralelo com a urbanização da capital do império.

O relato de suas vidas e atividades, em um ou outro momento, em caráter particular ou profissional, tiveram contato com a Casa Imperial; mais amiúde, como veremos, com o imperador Pedro II, em função de suas afinidades com a cultura judaica. “Ele era o monarca cuja erudição e espírito liberal caracterizaram suas relações com todas as etnias representativas do povo brasileiro naquele momento de formação nacional”⁷.

Isto posto, no primeiro capítulo desta pesquisa, serão abordadas as origens dinásticas da Casa de Bragança, suas ligações com os judeus tanto em Portugal como no Brasil, e com a Casa Rothschild, de Londres. Como o Reino Unido recebia estrangeiros de várias procedências, entre eles, judeus que atuavam no comércio do Rio de Janeiro, cujas características são descritas por fontes literárias, as ocupações das famílias judaicas ali alocadas também são abordadas: mencionamos o papel da família Phillips, aparentada com banqueiros, e suas relações de negócios com o império brasileiro. Também a chegada da Princesa Leopoldina, a volta de D. João VI para Portugal, e os conflitos decorrentes da política de D. Pedro I após a independência do Brasil, são temas deste capítulo, bem como o nascimento de Pedro de Alcântara, em favor de quem, quatro anos depois, D. Pedro I abdica, para tratar da coroa de Portugal. Inicia-se o período regencial, com seus distúrbios separatistas. A extraordinária figura o Padre Feijó desponta neste cenário conturbado, numa trajetória turbulenta.

No segundo capítulo, tratamos da maioridade, golpe articulado pelas lojas maçônicas. Aos catorze anos, D. Pedro é coroado; casa-se, aos dezessete, com Teresa Cristina Maria de Bourbon das duas Sicílias, que ficaria conhecida como a imperatriz silenciosa, mas que introduziu, no Brasil, a arte musiva, com elementos da natureza, com que decorava os jardins da Quinta de São Cristóvão. Declinamos também o envolvimento social do imperador com os judeus, as famílias e suas ocupações, e como os judeus apareciam na imprensa local.

No terceiro capítulo, encontramos a Condessa de Barral, preceptora das

⁷ Windmuller, Kathe in “D. Pedro II e os judeus.” Prefácio da obra de Egon e Frieda Wolff- B’ nai Brit. Agosto, 1983, RJ.

princesas imperiais e, segundo consta, o grande amor de D. Pedro II: a farta correspondência desenvolvida entre os dois chegou, em grande parte, até nossos dias. Na genealogia da condessa, mostramos origem cristã nova, que se instalou no nordeste açucareiro.

No quarto capítulo, encontramos d. Pedro II viajando pelo mundo: em Portugal, seu encontro com Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, demonstra seu envolvimento com o tema judaico; sua estada nos Estados Unidos, revela sua simpatia pelo sistema republicano. São abordados seus contatos intelectuais. Nos dias atuais, uma exposição revela o encanto do imperador com o universo judaico, através de uma Torah misteriosa.

No quinto capítulo, o tema é a tolerância. A convivência com escravos facilitou, a D. Pedro, a busca pela extinção gradual do cativo. É abordado, mais extensivamente, o aparecimento do espiritismo na Europa e no Brasil. D. Pedro teve algum envolvimento com a nova doutrina: na figura de Charcot, que tratava da doença mental de seu neto Pedro Augusto de Coburgo, assim como com Flammarion, em função da astronomia, e com o Barão de Santo Ângelo, poeta e pintor, incansável colaborador do império desde a época do d. Pedro I, e amigo sincero de D. Pedro II. Terminamos com o médico Bezerra de Menezes.

O sexto capítulo mostra as viagens de D. Pedro II pelo Oriente médio, quando esteve na Terra Santa, seu principal objetivo. Aborda seu périplo pelas sinagogas do mundo, e também sua estada na Universidade de S. Petersburgo, quando se encontrou com cientistas e sábios, judeus e não judeus, que lhe apresentaram livros raros e manuscritos antigos. Foi a sede por manuscritos que levou o imperador ao mosteiro de Saint Sabbas, de difícil acesso na Terra Santa.

O sétimo capítulo trata da questão específica das traduções do hebraico, a evolução deste idioma através do tempo, seu renascimento, e como o imperador era visto por especialistas no assunto, como Sholomo Haramati, Salomão Saragga, Salvatore di Benedetti, Padre Santos Saraiva.

O oitavo capítulo mostra as relações de D. Pedro II com o mundo erudito, principalmente com Renan, cujo pensamento muito influenciou sua visão de mundo. Também trata de sua convivência, no Collège de France, com os irmãos Reinach e com Adolphe Franck, na Académie des Sciences Morales.

O nono capítulo aborda a ação do Rabino Mossé que, com a colaboração do Barão do Rio Branco, se tornaria seu biógrafo: o livro resultante, “D. Pedro II, imperador do Brasil”, mostra uma visão um tanto romântica do Brasil.

O décimo capítulo volta no tempo, e começa com o desenrolar dos fatos que derrubaram a monarquia no Brasil, chegando ao exílio do imperador, na França. Trata, ainda, do envolvimento de D. Pedro II no movimento Félibrige, para o renascimento e manutenção da língua provençal, liderado por Frédéric Mistral. Novamente é mencionado o Rabino Mossé, que dá, a D. Pedro, os Piutim, peças do folclore dos judeus comtadinos, para fazer a tradução do hebraico-provençal, trabalho que ficará conhecido como *Le Libre de l'Empereur*, homenagem ao centenário da anexação do Comtat à França, sendo a última tradução de D. Pedro II.

1 AS ORIGENS DA DINASTIA DE BRAGANÇA

Os judeus estão na Península Ibérica, de acordo vestígios arqueológicos, desde a destruição, por Nabucodonosor, do Primeiro Templo de Jerusalém, cerca de cinco séculos antes da era cristã, sendo, portanto, inegável a mistura ocorrida nas populações locais. Em Portugal, estão presentes desde a Dinastia de Borgonha, mantendo-se esta presença no decorrer da História de Portugal até os dias atuais.

Sabe-se que a origem quase legendária da dinastia de Bragança, perde-se na noite dos tempos. Apesar dos dados um tanto nebulosos e nem sempre precisos, o que se tem são relatos provindos da tradição e do imaginário popular, além de escassas fontes escritas. Isto deixa atônitos os pesquisadores, motivando-os pela mobilidade de dados que, ao mesmo tempo em que se distanciam, são conflitantes pela imprecisão de alguns personagens envolvidos no pano de fundo dos primórdios da família bragantina.

Conforme já abordado, é o caso de Pero Esteves, que nem sempre é o Barbarram, e que aparece ora como nobre português, ora como sapateiro judeu, castelhano. Foi sua filha Isabel (ou Inês) Perez (Pires) Esteves, a bela judia que chamou a atenção do Mestre de Avis (por sua vez, também filho natural), o que aponta para outro ponto interessante para investigação mais pormenorizada, visto que há certa dispersão e pouca precisão, para não dizer incoerência, em relação aos dados que a ele se referem.

Também já citamos que, do fundador da dinastia de Avis, Isabel deu à luz Afonso e Beatriz, ambos reconhecidos pelo pai. Adotado por D. João I, Afonso tornar-se-ia, posteriormente, o primeiro Duque de Bragança: eis o ponto de infiltração israelita na monarquia bragantina.

Sabe-se que estes dois filhos naturais conviveram no palácio paterno com os meio-irmãos, filhos de D. João I e Dona Filipa de Lencastre, entre eles D. Henrique, o Navegador.

Portanto, a tradição portuguesa aponta para uma origem obscura da Casa de Bragança, sendo recomendado, aos interessados no assunto, investigar mais a

fundo o que existe historicamente a esse respeito.

Após a morte de Inês de Castro, El-Rei D. Pedro tomou-se de amores pela formosa Teresa Lourenço, que deu ao monarca um varão: D. João, mais tarde sagrado Mestre de Avis. Algumas fontes apontam para esta “régia barregã” como sendo uma regateira da Ribeira Velha, ou uma tendeira de Lisboa⁸.

Em 1368, este filho do rei viu, na Vila de Veiros, Inês Peres, filha de Pero Esteves e Mafalda Anes. Aproveitando a ausência do pai de Inês, que seguira para a guerra de Castela contra Portugal, o rebento real raptou-a e, ali, em 1370, nasceu D. Afonso, mais tarde 9º Conde de Barcelos, por sua mulher Beatriz Pereira, filha única de Nun’Alvares Pereira, o Condestável, oitavo conde deste título.

Manuel José da Costa Filgueiras Gaio, genealogista português, faz de Pero Esteves, sapateiro judeu filho de Esteves Peres e Leonor Anes, descendente do tronco da família Pinheiro, a família Penela.

Há dúvidas sobre os nomes e os ascendentes dos citados personagens⁹: alguns, dão à concubina de D. João I o nome de Inês Fernandes, e aos pais, o de Pero Esteves Marques ou ainda Fernão ou Fernando, e Maria ou Mafalda Anes.

Em relação à profissão de Pero Esteves, alguns atribuem a elegação nobre e riqueza, outros falam dele e de Mafalda como pobres lavradores; há, também, quem afirme que ele era carpinteiro e simples besteiro de garrucha: consequentemente, peão.

Na Biblioteca Nacional da Ajuda, há uma genealogia manuscrita, segundo a qual Inês Peres ou Fernandes era filha de Mem da Guarda, de alcunha o Barbadão¹⁰, judeu converso, natural de Castela, que veio a estabelecer-se na cidade da Guarda, exercendo ali, enquanto viveu, o ofício de sapateiro. Esta genealogia goza de pouco crédito, e é atribuída ao célebre cronista Damião de Goes¹¹.

Quanto à filiação materna, a Casa de Bragança liga-se a D. Gonçalo Pereira,

⁸ Em relação aos termos barregã e regateira, o primeiro é sinônimo de concubina; o segundo, refere-se à vendedora ambulante, grosseira, assanhada, palradeira.

⁹ Alves, Francisco Manuel, Abade de Baçal-*Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança* (11 volumes), começados em 1909, terminados em 1947.

¹⁰ Pero recebeu a alcunha de Barbadão (Barbarram) de Veiros. Pelo desgosto das relações de sua filha com D. João, nunca mais a quis ver e jurou nunca mais cortar a barba. Seu túmulo em Veiros é, hoje, a Igreja de Nossa Senhora do Mileu (século XIII e XIV)

¹¹ Leal, Pinho-*Portugal antigo e moderno*, artigo ‘Castanheira e Veiros’-Portugal, Dicionário Histórico, artigo Barcelos (solar dos Pinheiros de).

34º bispo de Braga, que teve, da castelhana Teresa Perez Vilarinho, a D. Antônio ou Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, e que teve ainda, de várias mulheres, uma prole considerável de trinta e dois filhos, dentre os quais, o grande condestável, pai da mulher do primeiro duque de Bragança, tronco de onde procedem, em linha reta, todos os demais¹².

Eis como se segue a linhagem dos duques de Bragança:

D. Afonso, filho bastardo do Mestre de Avis, que recebeu, do Regente D. Pedro, seu meio-irmão, em 1442, todas as rendas e direitos que tinha em Bragança seu primo D. Duarte, senhor desta cidade, falecido neste mesmo ano¹³. Instituiu, em Bragança, a confraria da Nobre Cavalaria de S. Tiago, à qual se referem documentos do Livro da Câmara, intitulados *Manuscritos antigos III*.

É pouco simpática a memória deste bastardo¹⁴ que faleceu em dezembro de 1461, tendo sido sepultado no convento de S. Francisco de Chaves, em um suntuoso mausoléu que seu descendente D. João IV fez construir.

D. Fernando, segundo Duque de Bragança, filho do precedente: a seu pedido, Bragança foi elevada a cidade.

D. Jaime I, quarto duque de Bragança: filho do precedente, com a morte do pai, foi levado para Castela, retornando no governo de D. Manuel, que o integrou no domínio das terras confiscadas a seu pai. Levado por mal entendidos assassinou, por ciúmes, sua própria mulher, D. Leonor¹⁵.

D. Teodósio I, quinto Duque de Bragança, filho do precedente¹⁶.

D. João I - sexto Duque de Bragança.

D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança.

D. João II - oitavo Duque de Bragança (1604/1656): aclamado, em 1640, rei de Portugal, como D. João IV, cuja coroa tem envergado seus descendentes.

O título de Duque de Bragança é passado ao filho primogênito, herdeiro presuntivo do trono. Com D. João IV, ocorre a Restauração que pôs fim à União

¹² Leal, Pinho, op. cit- Lugares citados.

¹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 47, *Místicos*, livro 3, fl. 146 v.

¹⁴ *Místicos*, livro 2, fl. 211

¹⁵ Chagas, Pinheiro-*História de Portugal, populare ilustrada*, tomo IV, pág. 549.

¹⁶ Portugal, *Dicionário Histórico*, artigo 'D. Teodósio I'

Ibérica, de forma que entra em ascensão a Casa de Bragança, que vai florescer em riqueza e poder.

Em relação a privilégios, a Casa não conhecia limites nas terras peninsulares, estando apta a prover ofícios e conceder foros de nobreza, com moradia. Nomeava quarenta e uma comendas da Ordem de Cristo, com inteira independência do mestrado em virtude das bulas apostólicas, podendo tirá-las aos que deixassem seus serviços ou conferi-las a outros.

Este opulento senhorio compunha-se de três ducados: Bragança, Barcelos e Guimarães; um marquesado, o da Vila Viçosa, e quatro condados: Ourém, Arraiolos, Neiva e Penafiel. Incluía a cidade e o termo de Braga, vinte e uma vilas das melhores do reino, além das jurisdições de Valença, Montemor-o-Novo, Almeida, Vidigueiras e mais terras.

Este título de Bragança foi criado, em 1442, por D. Afonso V, sobrinho do primeiro duque, D. Afonso, filho do Mestre de Avis, D. João I de Portugal.

A sucessão da dinastia de Bragança, até os dias atuais, assim se apresenta:

. Em Portugal:

D. João IV, o Restaurador.

Afonso VI, o Vitorioso.

D. Pedro II, o Pacífico.

D. João V, o Magnânimo.

D. José I, o Reformador.

D. Maria I, a Piedosa.

D. João VI, o Clemente.

D. Pedro IV, o Rei soldado.

. Pelo ramo Bragança Saxe–Coburgo Gotha:

D. Maria II, a Educadora.

D. Pedro V, o Esperançoso.

D. Luís I, o Popular.

D. Manuel II, o Desventurado, o Patriota.

. No Brasil, os imperadores reinantes da Casa de Bragança:

D. Pedro I do Brasil, o Libertador¹⁷.

D. Pedro II, o Magnânimo.

. Chefes da Casa de Bragança no Brasil, após a proclamação da República:

D. Isabel de Bragança e Bourbon, a Redentora, princesa imperial do Brasil.

D. Pedro Henrique de Orléans e Bragança, príncipe do Grão-Pará.

D. Luís Gastão de Orléans e Bragança, chefe da Casa Imperial Brasileira.

As referências das origens desta dinastia são diversas; porém, a lenda se mistura à realidade. Até hoje, as pesquisas não se aprofundaram, deixando lacunas que desestimulam a investigação direta sobre a questão. Ainda assim, esta mescla de sangue judaico nas veias bragantinas, é ponto interessante a ser estudado na trajetória desta linha dinástica. Mais do que isto, a investigação mais profunda é um desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores, e possibilita enriquecer ainda mais as páginas da história dos judeus em Portugal e no Brasil, confirmando, assim, e de maneira irrefutável, a presença constante do sangue judeu na herança ibérica que se dilatou para além das fronteiras do extenso império português.

Após a exposição destes dados, surge ainda uma questão: afinal, proviria destas origens a explícita afinidade de D. Pedro II com o universo judaico? Seu amor aos estudos, sua fascinação por línguas antigas, sobretudo pela língua hebraica, da qual era exímio tradutor, teria com esta presença semita alguma conexão? Quanto conhecia o imperador deste passado genealógico, e até que ponto, justamente isto o fascinava e envolvia?

Não nos é possível aquilatar se estas possíveis raízes judaicas influenciaram D. Pedro II; mas é certo que corriam boatos a este respeito, vez que é conhecida a inquestionável presença dos judeus em Espanha e Portugal.

Quando a comitiva imperial esteve no Oriente, um jornal Magoé, da Palestina, publicou uma biografia de D. Pedro II, em que havia referências ao espanto dos judeus vienenses com o conhecimento da língua hebraica que possuía o imperador brasileiro. O autor, Jacob Em Ha-Levi, impressionado com a figura de D. Pedro II, assim se expressou:

¹⁷ É o mesmo D. Pedro IV, de Portugal.

Há poucos dias visitou o imperador a cidade de Viena, e ouvi muitos populares que não conhecem o hebraico [...] comentarem entre si acerca dos conhecimentos do imperador nessa língua [...] estranha para eles, transmitindo secretamente uns aos outros que ele descenderia dos marranos europeus da Espanha e de Portugal, os quais mantinham seu judaísmo e prestavam culto a Deus em segredo¹⁸.

Vejamos, também, o que diz sobre o assunto A. de S. Curiel, editor do Correio Israelítico de Trieste¹⁹:

Don Pedro d'origine israelita

Diversi periodici israeliti, in occasione che fece l'imperatore del Brasile, durante La sua dimora a S. Francisco, a quelle sinagoga, aggiungono le seguenti considerazioni, che saranno lette con interesse:

Ognuno asa che gli israeliti della Spagnae del Portogallo sicome i più eruditi e colti, coprivano la cariche più distante nella penisola, sotto i regenti non solo maomettani, ma benanco cristiani sino a Ferdinando i Isabella La católica. La percuzione Che subentrò in seguito ebbe per effetto di convertire molti a cristianesimo, ma semplicemente in apparenza: questi neo-cristiani contrassero frequenti vincoli di parentella colla più alta nobiltà, così che oggi vi sono assai poche famiglie portoghesi nelle cui vene non corra qualche goccia de sangue israelita.

Um re portoghese, Che temeva La potenza degli israeliti, ordinò loro di della loro discendenza giudaica . Ma quale fu Il suo stupore NE vedersi dinanzi Il giorno seguente ter quarti del suoi cortigiani col distintivo prestito. Però La sua meraviglia giunse AL colmo e divenne furore, quando gli si presentò Il suo Cancelliere, porgendogli ter nastri Bianchi. Il re impallidece tremo di udirse a chiare note annunziare I verità, ma pure non potra tenersi dal chiedere che cosa volesse da lui. "Sono venuto per eseguire fedelmente gli ordine di, rispose dignatosamente Il ministro-Ecco tre nastri: uno è per me, l'altro per S.M. la vostra augusta consorte, eil terzo..." - Per chi? Tuono Il re com você terribile-Per Vostra Maestà! Articolò lentamente Il coraggioso Cancelliere.

Se l' aneddotto è vero- non è ragione alcuna di dubitare-D. Pedro, che discende in línea retta daí re de Portogallo, dovrebbe avere nelle vene più di uma goccia di sangue israelita.

Ambas as referências dizem respeito à mistura do sangue judeu às populações ibéricas. A primeira afirma que a facilidade com que D. Pedro dominava o hebraico, era uma espécie de herança ancestral judaica. A alegoriados Três Chapéus nada tem a ver com a descendência de Inês Peres Esteves, mas refere-se igualmente à infiltração ostensiva que havia dos judeus na população portuguesa, de forma que os reis (e o conviva Pedro de Alcântara) estavam longe de ter somente

¹⁸ Faingold, Reuven, op. cit., pág. 41.

¹⁹ Periodico per La Storia, lo Spirito ed il Progresso del Giudaismo. Ano XVI. Trieste. Tipografia di S. Herrmanstorfer-1877.

uma gota de sangue judeu. Na verdade, bem poucos elementos do mundo peninsular estariam a salvo desta possibilidade.

1.1 O REINO UNIDO E A FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO

A atmosfera sombria do Paço de S. Cristóvão estava leve naquele dia. Uma espécie de claridade, contentamento e satisfação enchia os olhos de todos, como se um novo tempo chegasse, descortinando um momento ansiosamente esperado: a imperatriz trazia ao mundo um presente, e para a Casa de Bragança, a certeza da continuidade.

Era 5 de dezembro de 1825, e o Brasil saudava a chegada de um menino: Pedro de Alcântara, sétimo filho da linhagem de D. Pedro I de Bragança e Bourbon e de D. Leopoldina de Habsburgo, o terceiro filho varão que, futuramente, em plena adolescência, em 1840, abraçaria, por quase meio século, o comando de sua terra natal, há pouco liberta dos grilhões coloniais, e terra que ele amaria, com desvelo, até o fim de seus dias.

Cresceu o pequeno que, de saúde frágil, esteve sob a doce proteção materna durante seu primeiro ano de vida, quando a incansável imperatriz, saúde esgotada por sucessivas gestações, deixou este mundo, antes de completar trinta anos de idade. Premida pelos descaminhos de um casamento cheio de percalços, que ela, com fibra e amor, lutou em vão para manter, ela partiu, deixando o Brasil mais pobre, consternado por sua ausência, já que era o Brasil, apesar de todas as adversidades, que ela adotara como sua nova pátria.

Partia deixando a Quinta da Boa Vista ainda mais triste, agora sem a vivacidade de sua presença, dos saraus, dos recitais, dos colóquios científicos que ela entabulava com José Bonifácio, com os cientistas e artistas que ela trouxera de Áustria, interessados em estudar o acervo inexplorado e multifacetado de sua nova pátria americana. Esta uma rara satisfação que a imperatriz desfrutava, além de seus deveres familiares, numa corte culturalmente pobre e inexpressiva para quem nascera Habsburgo, princesa e arquiduquesa, herdeira da coroa de Francisco I, crescida numa corte culta e refinada.

O casamento foi vantajoso para o futuro imperador do Brasil. Habilmente arquitetado por seu pai, D. João VI, o enlace tinha, por finalidade, restabelecer o poder real seriamente abalado pela fuga da metrópole por ocasião da invasão napoleônica. Era ainda uma estratégia inteligente para colocar, no centro do poder europeu, a Casa de Bragança. O matrimônio também fortaleceria os laços enfraquecidos entre Bragança e Habsburgo²⁰.

As negociações estratégicas relativas ao casamento ficaram a cargo do premier austríaco, Príncipe de Matternich, irmão da noiva, e do Marquês de Marialva, que se apresentou suntuosamente na corte de Viena, onde fez preparar grandioso evento²¹.

Lá, foi recebido em suntuoso cortejo de setenta e sete pessoas, entre pajens, criados e oficiais, a pé e montados, todos vestidos da mais fina libré. Mandou construir salões nos belíssimos jardins de Augarten da capital austríaca, onde teve lugar um baile para duas mil pessoas, entre a nobreza do país e o corpo diplomático. Na ceia, talheres de ouro e prata, o mais refinado vinho, em diversos lugares orquestras, enriquecendo o evento para animar o povo presente fora do palácio.

O preço astronômico desta festa foi de mais de meio milhão de florins. A arquiduquesa e a princesa de Áustria levaram, como dote, duzentos mil florins, e o Príncipe ficava obrigado a dar, à consorte, soma equivalente. Os detalhes de tamanha celebração foram minuciosamente registrados pela Gazeta do Rio de Janeiro.

1.2 DONA LEOPOLDINA DE HABSBURGO, UMA PRINCESA NOS TRÓPICOS

A chegada de dona Leopoldina à corte do Rio de Janeiro em novembro de 1817, também foi grandemente festejada. Eis o que afirma Alfredo Ellis Junior²², em relação a este acontecimento e à coroação de D. João VI, em 1818, agora imperador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves:

²⁰ Em 1708, D. João V de Portugal casou-se com D. Mariana de Habsburgo.

²¹ Marquês de Marialva coordenou a preparação da festa sem poupar gastos.

²² *Feijó e a primeira metade do século XIX*. col. Brasileira, vol.189.Cia. Ed. Nacional-1980 (p. 189).

Pela primeira vez atravessava o mar uma princesa estrangeira para criar nos trópicos a sua corte antecipada por uma respeitável missão de naturalistas. O laço dinástico que a diplomacia de D. João VI deitara a ambos os continentes, mostraria à Europa, monstruosos e hospitaleiro, o império que nascia não desagregado pela revolução caudilhesca, mas presidido patriarcalmente pelo rei legítimo, sua majestade fidelíssima. Poderia ser aclamado em Lisboa como seus antecessores. “Preferiu em 6 de fevereiro de 1818 deslumbrar o Rio com essa festa.”

Essas festas eram inéditas no Brasil: a população a testemunhar o espetáculo marcante que mostrava e afirmava o poder da monarquia²³. Ainda assim, Leopoldina pode perceber a diferença entre seu mundo e este cenário tropical bizarro: o lixo abarrotando as ruas, onde desfilava uma população quase totalmente negra.

Para amenizar o espanto, a corte, triste e modesta, contrastava com o brilho do cenário tropical, que enchia seus olhos deslumbrados pelo verde das matas e do azul do mar, que refletia um céu quase sempre claro. Em sua visita ao Brasil, já no Segundo Reinado, o Príncipe de Wütternberg compararia o palácio de Petrópolis a um “triste edifício que no máximo satisfaria as exigências de um próspero mercador, mas não as de um monarca” onde ainda estava em uso oficial uma carruagem velha e feia do século anterior²⁴.

D. Leopoldina, culta e dotada de refinada educação, precisou de excepcional boa vontade e de grande capacidade de adaptação ao novo ambiente. Em cartas a sua irmã Maria Luísa, narrava o choque que sofreu ao perceber a realidade que a esperava em seu novo lar, os modos grosseiros de d. Pedro, sua falta de educação e a maneira como ele desprezava o protocolo, mesmo em ocasiões oficiais. Filho de uma família desfuncional, ele não se comportava como um príncipe.

Lamentável era a condição da corte brasileira: a ausência de eventos sociais e culturais, a absoluta falta de higiene, a começar pelas latrinas do palácio de São Cristóvão e pelo casal real²⁵. Tudo era precário e a etiqueta era praticamente desconhecida.

²³ Veja descrição detalhada desses acontecimentos no livro *1808*. Laurentino Gomes. Ed. Planeta do Brasil Ltda. São Paulo, 2007 (p.293).

²⁴ Del Priore, Mary- *A condessa de Barral, a paixão do imperador*, p. 140

²⁵ Parece que o único ponto em comum entre os imperadores era a falta de higiene corporal: Carlota Joaquina andava com vestes soltas, sem costura, presas somente com alfinetes. D. João deitava-se com a mesma roupa que passava o dia; muitas vezes os escravos costuravam a roupa, esgarçada pelo uso constante, em seu próprio corpo, enquanto ele dormia. Gomes, Laurentino, op.cit., 169

Contava muito, nessa situação desconcertante, o eterno desentendimento entre o casal real, mergulhado em desconfiança mútua e falta de respeito. A imperatriz preteria o príncipe D. Pedro, que era apegado ao pai, em função do irmão D. Miguel, o que causava grande desconforto na família. O modo como ele era tratado pela mãe, que chegava a esbofeteá-lo mesmo depois de casado, contribuía para piorar seu comportamento rebelde e retardava sua maturidade.

Leopoldina narrava ainda o sofrimento por que passava devido aos frequentes episódios de infidelidade do marido, e também o modo áspero e desrespeitoso com que passou a ser tratada por ele, sem poder queixar-se desses abusos. Ela o adorava e por isso sofria demais²⁶. Ele era impetuoso e instável e, como a mãe, portador de epilepsia, fato que ela veio a conhecer somente após o casamento²⁷. Pedia à irmã que nada contasse ao pai a esse respeito.

Por outro lado, entretanto, D. Pedro mostrava-se pai zeloso, o que talvez atenuasse os sofrimentos de Leopoldina. Como pontos positivos de sua nova vida, ela citava a boa relação com o sogro e com a cunhada Maria Teresa, irmã de D. Pedro, que se tornara sua amiga e confidente. Falava ainda de como era querida pelo povo, da beleza do país e do acervo indescritível que oferecia para os estudos de Geologia e Botânica, que ela tanto apreciava. Deste interesse, nasceria forte relação de amizade com o cientista José Bonifácio de Andrada e Silva, importante protagonista da independência do Brasil.

A despeito da desastrosa situação que vivenciava, Leopoldina deu o melhor de si para manter o casamento, tendo mesmo de aceitar, como primeira dama da Corte, a Marquesa de Santos, favorita de D. Pedro, fato que ele impôs enfrentando a hostilidade da corte que amava a imperatriz.

A saúde de Leopoldina decaía a olhos vistos. Tendo gerado nove filhos, alguns nascidos prematuros, morreu antes de completar trinta anos, deixando cinco filhos: Maria da Glória, mais tarde D. Maria II de Portugal, cognominada a Educadora; Januária, que será a Condessa de Aquila; Francisca, que será Princesa de Joinville; Mariana, que viria a falecer aos 9 anos; e Pedro de Alcântara, que tinha

²⁶ Vemos que, nas cartas, a imperatriz Leopoldina só se referia ao marido como “Meu adorado Pedro”, chegando a referir-se à Marquesa de Santos em uma de suas últimas cartas como “Aquele monstro sedutor”.

²⁷ A doença era comum na Dinastia de Bragança, como se vê em Farina, Duílio Crispim, *Nascimento, doença e morte na Casa de Bragança*.

um ano de idade, herdeiro da coroa do império brasileiro.

1.3 D. PEDRO I E A FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Ao retornar a Portugal por ordem das cortes, D. João VI confidenciou, ao Príncipe D. Pedro, que ficou como regente do trono brasileiro, que antevia a separação do reino americano. Instou com ele para que se pusesse à frente do movimento, para conservar o Brasil em paz “como monarquia, projeção de um Portugal maior, sob a égide da dinastia de Bragança”.

O Príncipe tinha vinte e quatro anos, era formoso e varonil, afeito às intempéries e perito em exercícios físicos, em especial a equitação. Assim Pandiá Calógeras se expressa acerca de D. Pedro I²⁸:

De sua mãe, herdara a intrepidez e a dedicação a ideais e as suas amizades. Era um impulsivo, capaz de praticar feitos extraordinários de heroísmo e generosidade, por vezes também suscetível de cair nos extremos opostos.

Em relação ao seu aspecto, D. Leopoldina escreveu à sua irmã Luísa, em 15 de abril de 1817, cheia de expectativa:

[...] é tão lindo como um Adônis, imagina uma bela e ampla fronte grega sombreada por cachos castanhos, dois lindos e brilhantes olhos negros, um fino nariz aquilino e uma boca sorridente; ele todo atrai e tem a expressão: Eu te amo e quero te ver feliz!

Eis o que informa Calógeras²⁹ sobre o aspecto físico e a personalidade de Leopoldina:

Não era formosa nem cuidava muito da beleza: tinha pendor acentuado pelas ciências naturais, sendo ela própria cultora de Botânica e Geologia. Adorava cavalgar e a todos cativava com sua bondade e possuía menos feminilidade do que seria do agrado do Príncipe.

²⁸ Calógeras, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Col. Brasileira, vol.42, p. 79

²⁹ Calógeras, idem, p. 80

Pedro era o filho predileto de D. João VI, a quem sempre foi dedicado; sua mãe concentrava seus desvelos em Miguel, o segundo filho. Refém do cenário político da época, que obrigou a Corte a deixar Portugal, D. Pedro, na verdade, não recebera educação, tendo sido criado por si mesmo e entre baixos servidores do ambiente palaciano, que o dominavam através da baixa lisonja, servilismo, intrigas e bajulações sem limites:

Tais parceiros - grosseiros e mal educados - serviam-no sem pestanejar, alimentando nele caprichos e fantasias que acabaram por levá-lo a uma vida dissoluta. Era rude e malcriado, propenso a pilhérias e brutalidades³⁰.

Consciente dessa realidade, ele costumava dizer que ele e “o mano Miguel” seriam os últimos malcriados da família.

Apesar disso e da má reputação, havia luz em sua alma; o bastante para permitir-lhe brilhar como herói cavalheiresco, generoso e abnegado, tanto na história de Portugal como na do Brasil. Era um tipo controvertido. Criado em ambiente absolutista, era verdadeiramente liberal, embora, às vezes, ficasse embaraçado na escolha entre impulsos autocráticos e normas constitucionais. Este conflito ideológico e psicológico explicaria as incoerências de sua curta existência de trinta e seis anos.

Em relação a Leopoldina, esposada por motivos dinásticos, não retribuía, à altura, o grande afeto que ela lhe dedicava. Era muito inconstante para limitar-se a isto, ainda que ela fosse mãe dedicada e excelente colaboradora nas questões dele, atuando como regente em sua ausência, como foi o caso de sua atuação no processo de independência.

Com a partida da corte joanina para a Europa, D. Pedro tornava-se Príncipe Regente de um Brasil que ansiava por cortar as amarras que ainda o prendiam ao Antigo Regime do outro lado do Atlântico. As Cortes Portuguesas, após a ditadura inglesa que conteve, por mais de uma década, a invasão napoleônica, exigiram a volta de D. João VI ao trono português. A situação política, naquele momento, era

³⁰ Calógeras, op. cit.p.80

conflitante: ao lado dos ideais liberais que pugnavam por uma monarquia constitucional, era intento das cortes que a sede do império retornasse a Lisboa, forçando, desta forma, o Brasil a reassumir sua antiga condição de colônia, fonte de riquezas que, por mais de dois séculos, abarrotaram os cofres do Tesouro Real.

Por este tempo, já havia um cheiro de autonomia no ar, e a sede de liberdade, aumentando cada vez mais, tornou o processo de separação inevitável, avançando na esteira da Inconfidência Mineira e de outros movimentos emancipatórios, estimulados, quase sempre, pela Maçonaria. Esta instituição, embora tivesse, na América, como objetivo principal, a filantropia, diferente do que ocorria na Europa, acabou por influenciar no processo político das nações emergentes; e este era o caso do Brasil.

D. Leopoldina, aliada a José Bonifácio nas ideias políticas e no interesse científico, desejava e incentivava a separação definitiva. Conforme percebera D. João VI, que partia do Brasil obrigado pelas Cortes, era irreversível o processo que se instaurou com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, que agora assumia feições próprias como sede do império português.

Já não havia caminho de volta, mas, sim, a inevitável marcha para o futuro de nação soberana; e o futuro era a independência, que se tornaria realidade em 7 de setembro de 1822.

Mais do que nunca, foi decisivo o concurso do Andrada e de Dona Leopoldina a estimular o desejo de separação e autonomia, que gritava no coração do insubordinado Pedro que, já em 9 de janeiro do mesmo ano, contrariando a determinação das Cortes, escolhera ficar no Brasil, a despeito da pressão metropolitana para que retornasse a Portugal, sob pena de perder a coroa do Reino.

A prole imperial crescia; mas nem todos os rebentos sobreviveram, os varões consumando a velha lenda que rondava a Casa de Bragança de que seus primogênitos logo encontravam a morte, maldição que se cumpria quase que inexoravelmente, devido aos achaques e mazelas típicas da genética bragantina.

Desta forma, quinto filho do casal regente, chegava ao mundo o varão sucessor da dinastia em terras americanas; e São Cristóvão entrou em clima de festa.

1.4 PEDRO DE ALCÂNTARA: A INFÂNCIA

D. Pedro tinha um ano de idade quando lhe faltou a mãe, de forma que ele cresceu sem dizer a palavra mãe. A quinta era sombria, e as noites longas, cheia de ruídos assustadores: as árvores dançando ao vento que assobiava, aterrador para o menino que, logo, apresentaria crises de terrores noturnos, e mais adiante, convulsões.

Quando acometido desses pânicos, corria para D. Mariana de Verna, Condessa de Belmonte, a quem chamava Dama. Acolhedora, ela cumpriu à risca a delicada tarefa de conduzir os órfãos imperiais, mais precisamente Pedro, a quem o povo logo elegeria como o órfão da nação.

Dama de honra da corte, essa aristocrata portuguesa dedicou-se aos cuidados daquelas crianças, cuja infância foi triste e de pouca convivência social: cresceram mergulhados no silêncio de São Cristóvão, tendo por atividade, quase somente, os estudos, já que até as brincadeiras eram escassas. Eram bastante apegados entre si, e sofreram um choque com a morte de Paula, aos 9 anos de idade.

Com a abdicação em 1831, D. Pedro I, a despeito de antigas querelas e fortes divergências pessoais, nomeou José Bonifácio como tutor de seus filhos. O pequeno imperador foi aclamado pela multidão, aos cinco anos de idade.

O quadro mostra este momento decisivo para a nação brasileira, tão estremecida pelos últimos acontecimentos políticos: uma pequena cabeça loura, olhos perplexos à janela do palácio, sem entender o peso da tarefa que lhe era conferida, e que perduraria por meio século.

Durante esse período de menos de quatro anos, o ex-imperante manteve contato com o filho que ficara no Brasil, a quem jamais tornaria a abraçar. Repetia-se a história: ele próprio, quando D. João VI deixou o Brasil para reassumir o trono português, nunca mais veria o pai. Destas separações dolorosas ficaram as cartas, cheias de informações preciosas, das quais uma parte expressiva está preservada no Arquivo Histórico de Petrópolis.

Uma das cartas mais emocionantes é a que a Imperatriz Amélia escreveu ao futuro D. Pedro II: depois de uma busca incessante feita pelo imperador viúvo pelas

cortes da Europa, Dona Amélia de Leuchtenberg aceitou casar-se, aos dezesseis anos, com D. Pedro I: sua beleza fê-lo apaixonar-se à primeira vista.

Conviveu ela com os filhos de Leopoldina por poucos anos, criando laços de afeição; escreveu ao pequeno Pedro de Alcântara, que dormia no momento da partida definitiva do casal para o exílio, posto que Pedro I abdicara e tinha de sair do Brasil, pela situação insustentável criada por sua política de traços absolutistas, carregada de preferências e prioridades portuguesas.

Na carta, fica bem claro o quanto se apegara ao menino, que durante sua vida, sempre se corresponderia com ela, a quem chamava de mãe.

Meu filho do coração e meu imperador:

Adeus, menino querido delícias da minha alma alegria dos meus olhos filho que o meu coração tinha adoptado! Adeus para sempre!

Quanto és belo nesse teu repouso! Meus olhos chorosos não se puderam faltar de te contemplar. A majestade de uma coroa, a debilidade da infância, a inocência dos anjos, cingem tua fronte de um resplendor misterioso, que fascina [...] é o espetáculo mais tocante que a terra pode oferecer. Quanta grandeza e quanta fraqueza a humanidade encerra, representadas por ti, criança idolatrada: uma coroa, um trono e um berço! A púrpura ainda não serve senão para estofo, e tu, que comandas exércitos e reges um império, ainda careces de todos os desvelos e carinhos de mãe. Ah! querido menino, se eu fosse tua verdadeira mãe, se meu ventre te tivesse concebido, nenhuma força te arrancaria de meus braços. Prostrada aos pés daqueles que abandonaram meu esposo, eu lhes diria entre lágrimas: Não sou mais Imperatriz, e sim a mãe amantíssima [...]. Permiti que vigie o “nosso tesouro”, esta criança, que é meu filho e vosso Imperador. Vós o quereis seguro e bem tratado, e quem o haveria de guardar e cuidar com maior devoção senão eu, sua mãe? Se não posso ficar a título de mãe, ficarei como sua criada ou escrava, para o servir e acalantar. Mas tu, anjo de inocência e de formosura, não me pertences senão pelo amor que dediquei a teu augusto pai. Apenas, sou tua madrastra, embora te queira como se fosses o sangue do meu sangue. Um dever sagrado me obriga a acompanhar o ex-Imperador no exílio, através dos mares, em terras estranhas [...]. Adeus, pois, para sempre! Mães brasileiras, vós que sois meigas e carinhosas para com vossos filhinhos, supri minhas vezes; adoptai o órfão coroado, dai-lhe, todas vós, um lugar na vossa família e no vosso coração. Se a maldade e a traição lhe prepararem ciladas, vós mesmas armai em sua defesa vossos esposos, com a espada, o mosquete e a baioneta. Ensinai-lhe, com voz terna, as palavras do patriotismo, que exaltam as almas generosas, e de vez em quando sussurrai ao seu ouvido o nome de sua mãe de adopção. Mães brasileiras, eu vos confio este preciosíssimo penhor da felicidade de vosso país, de vosso povo: ei-lo tão belo e puro como o primogênito do Paraíso. Eu vo-lo entrego: agora sinto minhas lágrimas correrem com menor amargura. Dorme, criança querida, enquanto nós, teu pai e tua mãe de adopção, partimos para o exílio, sem esperança de nunca mais te vermos [...] senão em sonhos. Brasileiros! Eu vos conjuro que o não acordeis antes que me retire. A sua boquinha, molhada pelo meu pranto, ri-se à semelhança de um botão de rosa com o orvalho matutino. Ele se ri e o pai e a mãe o abandonam para sempre [...]. Adeus, órfão-Imperador, vítima da

tua grandeza, antes que o saibas conhecer. Adeus [...] toma um beijo [...] ainda outro [...] mais um último.

Adeus, adeus para sempre!

Amélia

D. Pedro I desvelou-se em conselhos que marcariam a vida do pequeno Pedro de Alcântara. É o que nos mostram as cartas repletas de traços decisivos de sua personalidade como pai, como rei, como homem dotado de qualidades inegáveis, apesar da turbulência de sua curta existência, e que certamente não passariam despercebidos ao menino.

Enquanto isso, em Portugal, D. João VI recuperava o poder absoluto por meio de um golpe militar manobrado por D. Miguel. Ainda assim, ele declarou expressamente que D. Pedro I do Brasil permanecia herdeiro do trono português como Príncipe Real de Portugal, excluindo definitivamente, da sucessão, D. Miguel, favorito de D. Carlota Joaquina, e já então incompatibilizado com o irmão.

Entretanto, eram dois os motivos que impediam D. Pedro I de exercer os dois governos: a Constituição Brasileira e a opinião pública. Ouvindo seus conselheiros de Estado quando D. João morreu, D. Pedro abdicou do trono português em favor de sua filha Maria da Glória, ao mesmo tempo em que outorgava uma carta constitucional ao reino lusitano, de feição profundamente liberal: isto dividiu os portugueses entre liberais, adeptos da Carta, e miguelistas, reacionários, que preferiam a volta do absolutismo.

Diante deste impasse, D. Pedro I dedicou sua melhor atenção àquela luta familiar (que se tornara ideológica), perdendo, assim, as simpatias que desfrutava entre os brasileiros. A oposição parlamentar crescia, e ele sentiu o declínio de seu prestígio: desistindo de lutar contra a reação popular, apoiada por toda a tropa do Rio de Janeiro, D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, abdicou, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade.

Fundador da única monarquia americana, o ex-imperador do Brasil partiu para a Europa, acompanhado da jovem Amélia. Combalido por mazelas familiares e políticas, tanto em Portugal como no país independente que agora o rejeitava, morreria em Lisboa, três anos mais tarde, de uma grave doença pulmonar. Morreu no Palácio de Queluz, no mesmo quarto onde nascera, trinta e seis anos antes, após

ter atravessado um período agitado de lutas, em que defendeu as ideias liberais, a despeito de seu natural pendor absolutista, que o incompatibilizou, irremediavelmente, com a nação que, em 1822, ele tornara livre dos laços coloniais.

1.5 O SEGUNDO REINADO: PANORAMA POLÍTICO, PERÍODO REGENCIAL, MAIORIDADE E CASAMENTO

O Brasil ainda estava sob o impacto do 7 de abril, que feriu a alma do povo. Carlos X caía em França, sob o “tremendo vendaval do liberalismo”, que soprava contra o absolutismo restaurado pela volta dos Bourbons. Na América, guardadas as devidas proporções, ocorrera o mesmo fenômeno com a abdicação de D. Pedro I ao trono do Brasil, império que fundara. Controvertido sempre, foi ele, em Portugal, um liberal, que lutou exaustivamente contra as forças miguelistas restauradoras do absolutismo.

D. Pedro I foi, sem dúvida, o Carlos X americano; no dizer de Alfredo Ellis Jr.³¹, o perfil moral e intelectual deste “príncipe estouvado” não lhe permitiu aprender com as desventuras de seus irmãos coroados.

Incorrigível, pelo menos até o segundo casamento, era “positivamente um português voluntarioso e bravo como um fogoso corcel”, que nada detinha quando decidia correr. Da mesma forma que os franceses não suportaram por mais tempo o absolutismo de Carlos X, o povo do Rio de Janeiro também logo se fartou de seu benfeitor e de seus rompantes absolutistas.

Impopular por vários motivos, D. Pedro I não tinha mais para onde recuar a não ser abdicando, e sua saída do trono não se fez sem que ficasse em seu rastro uma fagulha de sebastianismo³² que, aos poucos, foi se insuflando, compondo uma

³¹Pandiá Calóras, op. cit., p. 10

³² Quando, em 1578, o rei de Portugal, D. Sebastião, em luta com os mouros, desapareceu nas areias de Alcácer Quibir, sem deixar descendentes, o trono português ficou vago, tendo sido ocupado durante dois anos pelo Cardeal D. Henrique, o inquisidor-mor e seu parente mais próximo. Vago novamente o trono, Filipe II da Espanha, neto de D. Manuel, o Venturoso, pelo lado materno, assumiu o governo, unindo as duas coroas. Tem início, assim, o período conhecido como União Ibérica (1580-1640), durante o qual o povo português, descontente, seguiu acreditando na volta de D. Sebastião, para desfazer os laços com a Espanha e devolver a independência e estabilidade política ao Reino de Portugal. Isto só ocorreu sessenta anos mais tarde, com a coroação de D. João IV, Duque de Bragança, que levou ao trono a Dinastia de Bragança (que permaneceu no poder até 1910, quando a república foi proclamada em Portugal. Este fato é conhecido como Restauração).

corrente que desejava a volta do Duque de Bragança ao poder³³. Formava-se o Partido Restaurador, composto por amigos e antigos partidários do ex-imperador, e que, no Parlamento, fazia uma oposição tenaz ao governo regencial, promovendo constantes motins, e causando desordens a todo instante.

A sucessão dos fatos levou a situação inusitada, criando um impasse. Além do mais, tornava-se simpática, aos olhos do mundo, a postura do ex-imperante, pai abnegado que abdicava de dois tronos em favor de seus filhos. Em Portugal, lutou bravamente para que Maria da Glória, futura D. Maria II, não perdesse o trono para o tio D. Miguel, favorito e protegido de D. Carlota Joaquina, cuja meta era restaurar o poder absolutista dos Bourbons em Portugal; no Brasil, deixara para sucedê-lo o pequeno Pedro de Alcântara e seus embargos, com apenas cinco anos de idade.

Os absolutistas, inimigos do liberalismo que obrigava as nações a outorgarem constituições a seus povos, já alinhados com a conduta autocrática de D. Pedro I, facilmente encontraram afinidades com o sebastianismo. Português de nascimento, o ex-imperador nunca escondeu suas tendências abertamente lusitanófilas, contrárias à xenofobia que pululava no país recém-liberto de Portugal. Estes antagonistas formaram o Partido Restaurador, ou Caramuru. É ainda Alfredo Ellis Jr.³⁴ quem descreve este estado de coisas:

É que D. Pedro I era, além de trêfego e estouvado, inconstante, volúvel e arrebatado, levado a se inclinar para as rezas do despotismo, e como era português de nascença e de índole, insensivelmente foi se encaminhando para a lusitanofilia e para a brasileirofobia [...] a sua natureza foi se definindo, com a acentuada e indisfarçada proteção dispensada ao elemento reinol, com preterição do elemento nativo.

Ao lado desta clara preferência, que estimulava forte reação nacionalista, D. Pedro I nunca escondeu seus pendores absolutistas, usando ainda dos poderes imperiais nos seus negócios portugueses. Para tornar a questão ainda mais complexa, ele não queria se convencer de que não era mais monarca de Portugal, mas unicamente do Brasil. Sua constante preocupação com os acontecimentos de

Os imperadores do Brasil, D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, descendem da Casa de Bragança. Por semelhança ao que houve em Portugal, alguns autores falam em sebastianismo no Brasil, em relação a D. Pedro I.

³³ Um dos principais títulos de nobreza de D. Pedro I.

³⁴ Ellis Jr. Alfredo, op. cit., p. 119

ultramar, desencadeava seu forte pendor a favor dos portugueses.

Execrado pela opinião pública, foi inevitável a abdicação. Isto, porém, não solucionou a situação instável das províncias reunidas em um imenso território unitário, mas de fortes diferenças regionais. O desassossego continuou, mesmo com a regência estabelecida. Contrários ao partido restaurador, os liberais dividiam-se em moderados ou exaltados (ou chimangos), estes apaixonados defensores, juntamente com a opinião pública, da república e da federação. Juntas, estas duas vertentes políticas formaram o esteio do regime regencial, opondo-se frontalmente à volta de D. Pedro I ao trono do Brasil.

Os Andradas, retornados do exílio em 1828, abraçaram as fileiras restauradoras que insuflavam motins e movimentos de rebeldia. D. Pedro I, sempre que tinha ocasião, desautorizava a ação agitadora dos caramurus. Suas cartas ao filho Pedro de Alcântara, seu sucessor legítimo ao trono brasileiro, bem como o insucesso da viagem de Antônio Carlos, que fora à Europa convidar o ex-imperador a retomar o trono do Brasil, reafirmam a certeza de que D. Pedro I definitivamente desistira de voltar ao Brasil, ao mesmo tempo em que repreendia seus sequazes quanto a este objetivo. Sua morte, em setembro de 1834, em Portugal, traria relativa tranquilidade ao panorama político brasileiro.

1.6 AS REGÊNCIAS

Com a abdicação, o governo passou às mãos de uma regência provisória e, em seguida, de uma regência permanente: três membros, escolhidos de acordo com a Constituição.

Passada a crise, as correntes políticas organizaram-se em grupos diversos. Em pouco tempo, a corrente preponderante era a dos Moderados, cujo líder era o jornalista Evaristo da Veiga; neste momento, os frequentes motins, revoluções e tentativas de golpe, denunciavam a fragilidade da unidade nacional.

O panorama do país ainda era pouco definido em relação às províncias: o sul não havia recebido a corrente imigratória geradora de seu desenvolvimento; o Rio Grande do Sul tinha pouco mais de uma centena de milhares de habitantes, a viver do pastoreio; o Paraná, ainda ligado a São Paulo, não recebera a leva de

poloneses, tão importante para o impulso da região; São Paulo ainda não cultivava a lavoura cafeeira, alicerce de sua riqueza, propulsora de sua prosperidade, refletida principalmente no campo intelectual e social.

Diante deste quadro, Minas Gerais “avantajava-se pelo brilho exaurido de suas fontes, sem grande proveito para o Brasil”. Mas a energia que emanava do recente passado inconfidente, conferia, a esta região do império, uma força que lhe ensejava influenciar nos negócios do país: sua gente, acrescida grandemente pela intensa atividade mineradora, era maior que nas outras partes do Brasil.

A partir desta realidade, a deficiência das províncias manifestava-se claramente no estado febril que sacudiu o império ao longo dos oitocentos, mais precisamente no delicado período que se seguiu à abdicação; nova constituição chegou a ser redigida e impressa; pensava-se em novo golpe parlamentar; porém, em meio a tantas agitações, votaram-se leis essenciais: em 1834, reformou-se regularmente a Constituição de 1824, por meio de Ato Adicional, que representou a conciliação entre as tendências extremadas, e fortaleceu o poder central. A “Regência Trina” passou a “Regência Una”, escolhido o regente por eleição popular.

Falecido D. Pedro I, dissolveu-se a corrente restauradora, e a dicotomia política deu-se entre liberais e conservadores, que aceitavam os princípios comuns da ideologia liberal, embora esta se preocupasse mais precisamente com as garantias individuais e com a autonomia das províncias. Há vitórias desta corrente no Código de Processo Criminal de 1832, e no Ato Adicional de 1834.

A outra vertente entendia que o problema das garantias individuais estava resolvido pela Constituição e pelo funcionamento regular do Parlamento; assim, considerava fundamental a defesa da autoridade e a unidade nacional. Daí o nome deste grupamento político: partido da ordem, do regresso, ou simplesmente partido conservador.

A Regência Provisória (7-4-1831) ficou a cargo do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, do Marquês de Caravelas, e do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; dois meses mais tarde, a Regência Permanente foi eleita efetivamente, formada pelo mesmo Brigadeiro, pelo Deputado José da Costa Carvalho (depois Marquês de Monte Alegre) e de João Bráulio Muniz.

Porém a eleição popular, determinada pelo Ato Adicional, levou ao poder,

como regente único, o Padre Antônio Diogo Feijó, que se havia revelado enérgico defensor da ordem, como ministro da Justiça da Regência Permanente.

É sob esta regência é que se definem as duas correntes políticas que inspiraram, daí em diante, os grandes partidos políticos do império, muito embora sem organização formal.

1.7 A REGÊNCIA DO PADRE FEIJÓ

Não podemos encerrar esta súmula do período regencial, sem nos determos um pouco mais sobre a ação de Feijó que, com mãos de ferro e caráter ímpoluto, deu tudo de si para minorar o caos político que grassava no país de seu tempo; estas referências formam questão de justiça ao eminente sacerdote, e sua ação decisiva para o fortalecimento e estruturação política do Brasil, em momento histórico tão conturbado.

A inteligência aguda de Evaristo da Veiga, um dos grandes expoentes da política da época, respeitado pelo próprio regente, marcou o perfil espartano do grande sacerdote paulista, destacado naquele pano de fundo de fraqueza e insegurança que entretecia o ambiente para o Ministério da Justiça. Disse Evaristo, em tom quase profético: “É um homem de pulso. O governo precisará dele”.

Quando o Padre Feijó assumiu o Ministério da Justiça, o momento era verdadeiramente difícil e tumultuado, carecendo de um pulso de ferro, enérgico e incorruptível. Apesar de seu perfil estoico, era ele um idealista, cuja trajetória mostraria um homem ao mesmo tempo abnegado e altruísta.

Suas qualidades de caráter eram tais que, antes de aceitar o cargo, fez algumas exigências, como conservarem-se os membros da Regência em total harmonia, “sem outras vistas em suas resoluções que a prosperidade do Brasil”; acrescentou que pretendia conduzir-se no ministério, persuadido que só a firmeza de conduta, a energia e a justiça podiam sustentar o governo, e fazê-lo amado e respeitado.

Para Feijó, o governo é “aquele em que as leis imperam, e que as faria executar restrita e religiosamente sejam quais forem os clamores que possam

resultar de sua pontual execução”. Advertia finalmente que sua maneira de vida, seu tratamento pessoal não sofreriam alteração alguma: “serão os mesmos de até aqui”³⁵.

A previsão de Evaristo da Veiga tornara-se realidade: depois de ocupar o Ministério, Feijó foi eleito Regente Uno, função que igualmente cumpriu com dedicação e isenção. Ortodoxo e inflexível em suas decisões, sempre baseadas no espírito da Lei, conseguiu estabilizar o ardente cenário político da nação, em que pululavam revoltas e tumultos, com o fito de enfraquecer a ordem nacional.

Era a ação dos Andradas que procuravam, incansáveis, restaurar o governo de D. Pedro I, a despeito de toda a sua impopularidade. Não fora sua decisão férrea, que ordenara, a Caxias, restabelecer a ordem, “levando a ferro e fogo todos os bandos armados que encontrar”, é bem possível que o país tivesse sido esfacelado pela anarquia.

Assim também sua atuação ao debelar outras rebeliões, na Bahia, no Pará, no Maranhão, no Ceará, na Paraíba, toda essa maré revolucionária, estimulada pelos restauradores, reacionários e absolutistas. Era a religião da ordem que serviria de paradigma para a posteridade.

A folha de serviços do grande patriota da legalidade, é imensa: organizou o corpo de Guardas Municipais e a Guarda Nacional; os próprios oficiais do exército organizaram o Batalhão de Oficiais Soldados, logo apelidado Batalhão Sagrado.

O Regente Feijó não teve sossego, sempre atento ao período, todo agitado por constantes rebeliões, o domínio político cindido em dois campos nítidos, cada vez mais apartados, caramurus de um lado, de outro chimangos (exaltados), imbuídos dos ideias da Revolução Francesa, que forçaram a abdicação. Os moderados limitavam-se a controlar os excessos de ambos.

O Regente seguia em linha reta em sua maneira de ser, ferisse a quem ferisse, sem convicções partidárias, desconhecendo cortesões, visando, implacável, a limpeza política da nação. Como uma árvore frondosa, ele não vergava:

Um anseio de patriotismo e idealismo sadio galvanizava a ação do homem-prodígio que abatia todo espírito de anarquia reinante na corte, então

³⁵ Egas, Eugênio, *Estudo* apud Ellis Jr, Alfredo, op. cit.,p. 79

empolgado pelos facciosos que se digladiavam³⁶.

Sua postura rígida, às vezes ditatorial, granjeou-lhe, no campo político, um séquito de opositores e inimigos, que o haveriam de perseguir duramente até o final de sua vida.

Era transparente e direto; comprometia-se e atacava de frente, de peito aberto, sem subterfúgios; não empregava astúcias ou emboscadas; era franco, e incapaz de manter um pensamento oculto; sua sinceridade, às vezes, beirava rudeza.

Feijó não recuava de seus propósitos. Era a grande sombra benfazeja protetora de toda a vastidão do território nacional. Não entrava no jogo político nem se envolvia em questões ligadas a interesses de qualquer natureza, que não fosse o benefício da nação.

Modesto, quase ascético, era filho de pais incógnitos, e sua única e vigorosa ligação afetiva era sua irmã Maria Justina de Camargo. Sabia-se, no entanto, filho do vigário Lima, de Cotia, e de Maria Joaquina de Camargo, dos mais nobres quinhentistas do povoamento e do bandeirismo.

Esta origem obscura e velada, levou-o logo a encetar longo embate com a Igreja, contra o celibato. A despeito de sua conduta irrepreensível, e de seu respeito e submissão à Santa sé, reagiu ante sua origem nebulosa, que tanto pesava sobre ele. Foi a grande mágoa que o acompanharia ao longo da vida.

Nunca saíra da pobreza, mas possuía “a têmpera rija com que seus antepassados sabiam vencer os empecilhos de suas caminhadas gigantescas”. Subiria ao poder graças às próprias virtudes, galgando as mais altas posições políticas que jamais lhe conspurcaram o caráter, chegando mesmo a recusar cargos eclesiásticos, como o canonicato da capela imperial, e o cobiçado bispado do Rio de Janeiro.

Ao ser nomeado bispo de Mariana, não exerceu nem aceitou o cargo. Era independente, não acatando ordens que obstassem seus objetivos e sua maneira de pensar.

³⁶ Ellis Jr., apud Alfredo, op.cit., p. 258

Nada queria do clero, além de melhorar e elevar seu significado como instituição, isenta e impoluta frente a seu papel temporal e espiritual; procurando sanear o desgaste que assediava a Igreja brasileira, chegou a ameaçar cortar relações com a Santa Sé.

Entretanto, no testamento feito ao assumir a Regência, preparava-se com ânimo sereno para qualquer desfecho violento neste campo delicado; confessou, sem rodeios, sem assumir ares de reformador: “sou e sempre fui católico romano, tudo quanto fiz pela Igreja tem sido por seu zelo”.

Bateu-se corajosamente pela inovação que dava, aos membros do clero, a liberdade para contrair matrimônio. Lembrava ser filho espúrio, e queria moralizar o clero.

Essa atitude foi marcante, e o estigma irreversível: mais que o ministro impoluto, ou o regente severíssimo, após sua morte, seu fantasma era ainda presente como o padre que se propôs a anular o celibato clerical, e o político que melhor realizou a experiência republicana no governo central.

A ação do Padre Feijó foi decisiva para os destinos do Brasil: como sacerdote formado dentro dos princípios realistas, ele sustentou séria questão com a Santa Sé a propósito da nomeação do bispo do Rio de Janeiro, manifestando-se ainda pela competência do Estado em regular certos assuntos da Igreja, como, por exemplo, o celibato clerical.

Isto conduziu os ortodoxos à oposição, reforçando as fileiras conservadoras de Bernardo de Vasconcelos, cujo partido conseguiu maioria parlamentar, criando uma conjuntura tal que Feijó se viu forçado a renunciar.

Apontado como cabeça da Revolução Liberal pelo Barão de Monte Alegre, é obrigado a sair de São Paulo, desprovido de recursos e extremamente doente; ficou por seis meses retido no Espírito Santo, aguardando ser julgado pelo Senado, senador que era pelo Rio de Janeiro.

Solicitando o salário em atraso, foi-lhe indeferido o pedido por ter de pagar multas, mesmo antes de ser julgado e sentenciado por crime de rebelião; quando escreveu a primeira carta ao Barão de Caxias, Feijó assumiu, sem hesitar, a liderança da Revolução, tomando para si os pesados encargos que o levariam à morte, esmagado que foi pelo revanchismo de seus desafetos, entre eles o polêmico

Bernardo de Vasconcelos, líder do Senado que, sobre ele, fizera marcação implacável:

Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luís Alves de Lima seria obrigado a combater o Regente Feijó! [...] Em verdade o vilipêndio que tem o governo feito aos paulistas e as leis anticonstitucionais de nossa Assembléia me obrigaram a parecer sedicioso. Eu estaria em campo com a minha espingarda na mão se não estivesse moribundo, mas faço o que posso³⁷.

E entre as reivindicações que faz ao imperador:

[...] que haja anistia geral sobre todos os acontecimentos que tiveram lugar, e sem exceção embora seja eu só o executado, e se descarregue sobre mim todo o castigo³⁸.

Assim, chama para si toda a responsabilidade do movimento, e se oferece como para-raios para receber a fúria dos opositores. Bravura cívica e inquebrantável espírito de sacrifício, que o levou a enfrentar um processo cheio de erros e parcialidades, que confirmam a desumana perseguição desferida ao bravo sacerdote, que manteria, até a morte, o mesmo perfil psicológico, o mesmo que brilhara nas Cortes Portuguesas duas décadas antes, pugnando ardorosamente pelos interesses do Brasil.

Quase *in extremis*, levado com dificuldade para a sua bancada de senador, proferiu sua brilhante defesa, levando às lágrimas muitos presentes, que conheciam seu estado físico: eram palavras de um agonizante, que teriam eco além daquele recinto, para a posteridade.

Apesar de todas as provas, segundo a letra constitucional, de que não era um conspirador, foi considerado culpado pelo governo conservador, dirigido pelo espírito vingativo de Bernardo de Vasconcelos, que demonstrou, com isto, a ferocidade de sua índole vingativa e implacável.

Após vários meses de degredo, com piora significativa de sua saúde pelo tempo passado em proximidade com o mar, no Espírito Santo, saiu o parecer da comissão senatorial, representando a falta de lógica e cheio de depoimentos

³⁷ Idem, p. 294

³⁸ Idem, p. 295

contraditórios, concluindo pela condenação de Feijó. A respeito da crueldade embutida no tratamento dado ao processo, diz Alfredo Ellis³⁹:

Só mesmo o desejo intenso de levar a perseguição até a beira da sepultura que já se abria voraz e faminta para receber o corpo daquele que, parálítico, via-se sumir a voz e se extinguir a vida.

Tudo isso era feito pela oligarquia conservadora, que pressionava o jovem imperador, em função de seus interesses espúrios de poder. Feijó não alimentava ilusões. Conhecia bem a essência dos homens de seu tempo, e a subserviência do Senado, que se posicionou contra ele; conhecia a ferocidade de Vasconcelos, e a estreiteza de visão de Monte Alegre: resolveram que Feijó fosse o bode expiatório do que ocorrera em 1842, numa ação injusta e contrária à própria humanidade.

Feijó morreu pobre, em sua casa modesta, três meses depois, em São Paulo, rodeado de parentes e amigos dedicados. Sua última preocupação, expressou com Maria Justina. O Dr. Ellis, seu médico, os olhos claros umedecidos ante o sofrimento do sacerdote, assistiu-o até o último momento. Ele assistira a agonia de milhares, algumas delas bem dolorosas. A de Líbero Badaró foi uma delas, logo ele, ainda jovem inglês, aportara no Brasil. Mas a de Feijó era a que mais o comovia: “Como era admirável esse exemplo!” De fato, ele fôra o mártir da Revolução Liberal.

Fechamos estas considerações sobre o período regencial, com uma reflexão sobre o Padre Antônio Feijó, e as possíveis influências que sua trajetória e sua personalidade exerceram sobre a formação ética do imperador D. Pedro II, entre tantas que ele, em maior ou menor escala, possa ter recebido das personalidades que com ele conviveram.

Afinal, qual era o ambiente que rodeava o imperador? José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro tutor, por determinação de D. Pedro I, que bem lhe conhecia a lealdade em relação aos ideais monárquicos, pouco conviveu com as crianças imperiais. Sua tutoria mais se efetivou em escala oficial, sem muita proximidade com os príncipes. Foi logo destituído do cargo por razões políticas - o embate com o Regente Feijó - sem esquecer a difícil convivência com D. Mariana de Verna, ama do imperador desde a morte da imperatriz Leopoldina.

³⁹ Idem, p. 296

Em pouco tempo, esta importante incumbência caberia ao Marquês de Itanhaém, homem rigoroso na moral, circunspecto, religioso e de caráter ilibado. É possível também que os mestres possam ter contribuído para a formação da personalidade austera e da conduta irrepreensível do imperador, comprovada durante seu longo reinado.

A partir destas considerações, pareceu-nos possível estabelecer um paralelo que levaria a seguinte projeção: certa identificação ou semelhança de atributos - casual ou não - de personalidade e de conduta entre o Padre Feijó e D. Pedro II. As qualidades morais do sacerdote-regente, tais como o desprendimento material, a simplicidade, a austeridade e a retidão de caráter, o patriotismo inquestionável, tudo certamente não passou despercebido ao imperador, a despeito de sua pouca idade.

Assim, pode-se inferir, com relativa segurança, que os acontecimentos ligados à Revolução Liberal e ao conturbado e injusto julgamento de Feijó, tenham chegado ao conhecimento do jovem imperador.

Também, que é possível que estes acontecimentos tenham deixado, nele, forte impressão, forçando reflexões complexas sobre o sacerdote que, ao lado de grande patriotismo e coragem, defendia os princípios regalistas que regiam a constituição do país, ao mesmo tempo em que contestava determinações da Igreja Romana, como o celibato clerical, com firmeza admirável.

Por outro lado, à época dos fatos, o imperante, além de envolvido nas negociações de seu casamento, sofria pressões e o constante assédio da oligarquia conservadora dominante.

Eram as mesmas fileiras que sempre pugnaram pela derrota de Feijó e que atuavam, naquele momento decisivo, como uma espécie de batalhão de vigilância, atenta aos atos do monarca ainda inexperiente, para se mover incólume em meio aos intrincados interesses políticos daquela conjuntura, por mais preparado que estivesse para assumir o comando da nação. E o ex-regente, ainda senador pelo Rio de Janeiro, doente e enfraquecido, lutou mais uma vez com o que restou de suas forças leoninas, defendendo-se contra acusações e calúnias desta oligarquia ressentida, que desejava há muito, e a qualquer custo, eliminá-lo.

Ironicamente, no final de seu governo, o próprio imperador sofreria pressões e acusações injustas, após ter dado tudo de si para o bem da nação que a monarquia

plasmou, e que ele apresentou ao mundo como um país grandioso e promissor.

É possível que mais tarde, em tempos de maior serenidade pessoal e política, D. Pedro refletisse mais a fundo sobre a trajetória do Padre Feijó, e assimilasse atributos de sua personalidade e conduta em relação ao exercício do poder.

Eram qualidades comuns a ambos a obstinação nos objetivos políticos, sempre construtivos para a nação, o zelo moral, o desapego, a isenção, a constante preocupação com a aplicação da justiça, a integridade, o respeito e a fidelidade ao espírito das leis e da Constituição, tanto em suas próprias vidas como no exercício das funções públicas; o histórico de ambos permite afirmar que colocavam, acima de tudo, o patriotismo, centrado nos interesses da nação, sua prosperidade e desenvolvimento moral.

Seriam simples coincidências tantas características comuns a ambos? Não teria o retrato moral de Feijó servido de inspiração, mesmo tardia, ao imperador recém-coroados?

A despeito da têmpera de aço do Regente Feijó, taciturno e severo, suas inabaláveis qualidades morais assemelhavam-se às de D. Pedro II. Este era decisivo em suas ações, escravo das leis e do dever, dotado, porém, de mais tolerância e menos intransigência, mais flexível e conciliador em termos políticos; exeeto quando estivessem em jogo deslizes morais ou a injustiça.

Feijó era irredutível, inflexível na ânsia de atingir seus objetivos profícuos para o bem da pátria. Sua conduta centralizadora chegava a ser ditatorial, se preciso fosse, e não era possível fazê-lo transigir ou agir com espírito de conciliação, sobretudo nos meandros políticos.

D. Pedro II também centralizava conforme determinava a Constituição do país e o Poder Moderador, do qual nunca abusou. Sua ditadura era a da moral, a única em sua vida.

Em relação à Constituição, tanto Feijó como D. Pedro II foram submissos, respeitando o espírito das leis na sua acepção mais profunda; em aditamento à defesa que havia apresentado em primeiro de maio de 1843, Feijó proferiu seu último discurso, o canto do cisne, perante o Senado que o acusava de sedição. Era a prova do respeito e lealdade do acusado à Constituição e às leis do país:

Eu declaro ao Senado e à nação que em verdade não fui eu o cabeça nem ao menos autor do movimento revolucionário de São Paulo, mas que aprovei-o, que aderi a ele, que desejava que ele fosse feliz e que para esse fim escrevi e dei alguns passos depois de seu rompimento. Eu estava e ainda estou profundamente convencido que a isso era eu obrigado pelos juramentos que prestei, que se o que eu fiz todos fizessem, se todos fossem fiéis aos juramentos prestados à constituição do Estado, nunca haveria movimento revolucionário, porque os que ousassem lançar sobre ela mãos sacrílegas se acharia sós e cairiam cobertos de maldições e desprezo, quando não sofressem as penas da lei; eu penso que, se uma nação é tal que vê submissa a violação de suas instituições, ela é indigna de ser nação livre, é já escrava, e se não tem um senhor, terá o primeiro que o queira ser; entendo, portanto, que não é só direito, mas, sim, dever de todos que prezam os foros e a dignidade de cidadãos livres opor-se às infrações da Constituição de seu país, não só por todos os meios que lhe facultem a Constituição e as leis, como também faltando estes, por todos os meios que lhe restem.

Sendo, pois, estas minhas convicções, tendo aplicado sempre meus esforços desde que entrei na vida pública, para conseguir e consolidar na minha pátria a liberdade, por meio da monarquia representativa a despeito de todos os sacrifícios, como poderia eu ficar insensível, vendo a Constituição mutilada, violada e escarnecida e por conseguinte os perigos da monarquia representativa?

Infere-se que a ética de ambos era a mesma; igualmente, a envergadura moral: ambos levaram o pesado fardo de suas funções políticas até o fim, não por apego ao poder, mas por inevitável dever e responsabilidade, já que, exímios patriotas, ambos estavam acima das paixões e deslumbramentos.

Ambos declinaram de suas funções quando chegou a hora, sem qualquer esboço de resistência; Feijó renunciou ante a muralha intransponível construída por seus inimigos, que o queriam fora do poder, porque não fazia concessões que contrariassem seus princípios morais e sua visão de governo; D. Pedro consentiu em deixar a pátria com dignidade e responsabilidade, para que não houvesse derramamento de sangue quando os republicanos ascenderam ao poder.

D. Pedro foi acompanhado no exílio por alguns de seus pares, que não o abandonaram; Feijó estava sozinho quando deixou o poder e enfrentou o processo desumano que o condenou, às vésperas de sua morte.

Feijó morreu pobre, quase nada possuindo de seu além da pequena propriedade e da casa modesta, onde morava, rodeado de poucos amigos fiéis e parentes que o assistiram até o fim; D. Pedro deixou tudo no Brasil, de onde saiu somente com o dinheiro de sua dotação, que em poucos dias foi gasto nas

despesas de hotel; não fossem seus amigos leais que o acompanharam no exílio, entre eles o Conde de Mota Maia, seu médico e amigo fidelíssimo, que o acompanharia até os últimos momentos, ele não teria recursos, ao menos, para as exéquias da imperatriz, que falecera pouco mais de um mês após a saída do Brasil⁴⁰.

Durante o exílio, foi hóspede de amigos e da Condessa de Barral, para contenção de despesas. Assim como Feijó, D. Pedro saiu do Brasil muito doente, e morreria longe da pátria, da qual só levava um punhado de terra para recostar a cabeça depois da morte.

Se contemporâneos no exercício do poder, teriam tido entre si uma atuação harmônica, sobretudo na ética e no amor à pátria, em vínculo de confiança mútua e lealdade, ainda que seus pontos de vista pudessem divergir sobre uma mesma questão, mormente no campo político.

Feijó atendeu ao chamado da nação estremecida pelo vendaval da anarquia, entregando-se a esta tarefa com total energia sem nada pedir em troca, a não ser a paz e a ordem nacional. D. Pedro atendeu ao apelo da pátria, ao chamado inerente à sua condição de Bragança americano, não podendo ignorar o peso da coroa e da responsabilidade que o dever impôs tão precocemente sobre sua cabeça, não por escolha- como diria na maturidade- mas por força do destino. Não se pôde furtar a carregar esse fardo espinhoso, já que referia as atividades do espírito. Caminhou vergado até o final do caminho, pelo pesado dever do sangue que o nascimento impôs em sua existência.

Um autor contemporâneo afirma que D. Pedro II,:

[...] teceu indubitavelmente num país imenso de analfabetos e incipiente cultura, um dos poucos mantos imperiais que a história pode admirar (e registrar) sem menosprezo pela dignidade humana. Ele realizou por tempo dilatado, aquilo que Euclides da Cunha elogiou com admiração, como sendo a súpula da obra do Regente Feijó: a energia salvadora, no momento talvez mais crítico de nossa história, de nobilitar a lei, ressuscitar a autoridade civil, dignificar o governo⁴¹.

São estas conjecturas nascidas de uma pequena reflexão sobre essas

⁴⁰ Cardoso, V.L., *Pensamentos Brasileiros-1924* in *À Margem da História*, p. 62

⁴¹ Farina, Duílio Crispim, *Nascimento, vida e morte na Casa de Bragança*, p.87

grandes personalidades: Feijó, o pulso. D. Pedro, o cérebro, o coração, elementos
essências para a grandeza da mesma pátria. Que a História lhes faça justiça!

2 JUVENTUDE, AMBIENTE CULTURAL E PRIMEIROS CONTATOS DE D. PEDRO II

Qual era o ambiente intelectual brasileiro neste momento de transformações importantes? Que ideias circulavam? Que modelos estéticos predominavam?

As manifestações estéticas do Brasil revelam o despertar de uma consciência nacional, no período entre 1836 a 1870. Rebentos românticos emergem: Gonçalves de Magalhães, com sua inspiração religiosa, Gonçalves Dias, intérprete sincero e definitivo do ambiente brasileiro, inspirado diretamente na natureza, Álvares de Azevedo, expoente de uma escola peculiar, o poeta da dúvida irônica e dolorosa, Castro Alves, entusiasta poeta social, com seus voos condoreiros, eterno revoltado contra as injustiças sócias, paladino da liberdade, rebelde contra os preconceitos.

Na literatura de ficção, o indianismo (Idade Média do Brasil) inspira José de Alencar, assim como influencia na poesia de Gonçalves de Magalhães, onde a exuberância da paisagem brasileira é exaltada às últimas consequências.

Os tempos coloniais e os primeiros tempos do Império, foram retratados por verdadeiros cronistas e observadores, como Joaquim Manuel de Macedo, autor do primeiro romance romântico do Brasil, “A Moreninha”; Manuel Antônio de Almeida, Bernardo de Guimarães e Alfredo de Taunay, foram os primeiros narradores do sertão brasileiro, o primeiro deles autor do primeiro romance abolicionista de nossa literatura.

Notável historiador, Francisco Adolfo Varnhagem é um dos nomes desta fase da nossa literatura, patrono da historiografia brasileira; mais tarde viria Capistrano de Abreu para desaparecer em 1927.

Nacionaliza-se a literatura, com a diminuição do influxo dos mitos greco-latinos próprios do Classicismo; os modelos passam a ser brasileiros, da terra, talvez algo atrasada em relação ao Ocidente.

Como idioma estrangeiro dominante, está o francês (a tendência francófila do Brasil e do próprio imperante era notória), cuja influência dos conceitos estéticos e dos autores é forte e decisiva. Nas províncias sulinas, o espanhol e, às vezes, o alemão, também são utilizados.

Entretanto, entre as classes cultas, prevalecia o profundo conhecimento do Latim, e a cultura clássica constituía as bases da instrução; lia-se, também, Vitor Hugo, Goethe, Byron, Schiller.

Este influxo foi importante auxiliar no despertar do sentimento nacional, contribuindo para que o Brasil se tornasse cada vez mais intensamente brasileiro, e a simples ideia de subordinação a Portugal, mesmo que não materialmente, se apresentasse insuportável para o espírito público; e isto se refletia na atividade literária, já que desde o descobrimento, mentalidade, pensamentos, objetivos, tudo apontava para o influxo e modelos da metrópole.

Somente em meados do século XVIII, na Bahia e em Minas Gerais, então a mais rica das capitanias por sua produção aurífera, é que emergem os primeiros sintomas da alma nacional: surge a ufania de ser brasileiro.

A partir de então, são explorados os cenários regionais: frutos e flores típicas do país são descritos. Composições em prosa e verso tomam, como base de composição, fatos importantes da História colonial. Nas chamadas escolas mineiras, aparecem panfletos, poemas e sátiras políticas, em que, aqui e ali, transborda vigorosa veia, plena de sentimentos de autonomia, deixando entrever, ou mesmo demonstrando com clareza, surda hostilidade contra Portugal.

Este pano de fundo, entretanto, ainda não é bastante claro nem forte para formar uma literatura local independente da portuguesa, postura que começa a preparar o caminho para o nacionalismo, que terá lugar com o Romantismo, que virá depois.

Os poetas portugueses tinham, em pouco, a escassa produção literária colonial; mas, a partir de 1830, surge, no Brasil, um movimento mental expressivo, alimentado por uma onda de autonomia literária; sente-se este novo espírito, progressista, em todos os gêneros de produção escrita, desde o panfleto político, como a Aurora Fluminense, até as obras de ficção e as pesquisas históricas: é de 1838 a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Dar largadas ao sentimento local, aos conceitos, às opiniões e pontos de vista brasileiros, passou a ser característico do momento: ser português, ou produzir inspirado em modelos portugueses, era desconfortável e pouco recomendável para a maioria dos leitores; daí o fortalecimento do indianismo e do americanismo, tanto

em prosa quanto em verso. Seguir o fluxo romântico que apontava para a busca das raízes, da pureza original abordada nos temas literários, valorizando o que era nacional em detrimento dos modelos europeus tão em voga na produção das escolas anteriores, era a arte do momento.

O mote era: livres de Portugal, quer nas leis, na política nacional ou internacional, quer na literatura. Isto trouxe uma força moral libertadora, criadora de expressões novas de autonomia, tanto mental, quanto estética.

É neste contexto que tem início o Segundo Reinado, longo e conturbado na política e nas transformações sociais, cuja figura central é o próprio imperador, modelo de patriotismo e dedicação ao país, que despertava em sua nacionalidade.

2.1 A MAIORIDADE

O partido conservador, de Bernardo de Vasconcelos, conseguiu o apoio da maioria parlamentar, criando conjuntura tal que, como acima visto, Feijó se viu forçado a renunciar. Com isto, a regência ficou a cargo de Araújo Lima, depois Marquês de Olinda, e durante este período foram aprovadas, no Parlamento, várias leis conservadoras. Este, eleito para mandato que duraria até 1842, deixaria o poder antes, em virtude da maioria do imperador.

A grande obra do Período Regencial foi salvar a unidade nacional, permitindo o enquadramento das correntes políticas em partidos organizados, e quase todos os vultos que se empenharam nas campanhas daquele tempo, adotaram fervorosamente o ideal monárquico, que viria a arrefecer, passada esta geração e iniciado o Segundo Reinado.

A ansiedade por um governo estável e suprapartidário, aliada ao hábil movimento dos liberais, então fora do poder, e dos ultramonárquicos, levou a nação ao golpe branco que antecipou a maioria do imperador, em 23-07-1840.

O que se esperava da presença do imperador à frente do governo, foi obtido após alguns anos: os liberais, autores do golpe, por pouco tempo permaneceram no poder; em 1841, foram substituídos, novamente, pelos conservadores, que prosseguiram sua ação centralizadora.

A lei de 3-12-1841, que organizou a polícia em bases centralizadoras, foi uma das peças básicas para a administração imperial.

Com a maioria, restaurou-se a noção de autoridade, no Brasil. Embora apenas um rapaz de quinze anos, o início de seu governo pessoal pusera fim à instabilidade dos governos provisórios das regências. No período de 1837 a 1841, cessaram os tumultos na Bahia, no Pará, em Santa Catarina, no Maranhão, dissolvidas quaisquer intenções separatistas e voltando essas regiões ao “grêmio da pátria comum”. O único conflito realmente desintegrador estava no Rio Grande do Sul que, ainda assim, acabava apontando para a união do império.

Em junho de 1842, a Revolução Liberal de São Paulo foi esmagada e, em agosto, a de Minas Gerais foi vencida, firmando-se, assim, o respeito à autoridade e à Constituição.

O Rio Grande do Sul tornou-se o único ponto obscuro no horizonte político. Entretanto, prestigiado e cercado do respeito público, o governo imperial estava em condições de iniciar um reinado tranquilo e progressista. “Uma seiva nova enchia a árvore da vida”, e por mais que as dificuldades surgissem, iam sendo superadas de modo racional.

A partir da era dos 40, iniciava-se efetivamente a grande época da história nacional: o espírito revolucionário fora sufocado de modo decisivo, e as dúvidas e interrogações referentes à constituição tinham sido solucionadas sem desacordos ou conflitos armados; as únicas preocupações eram as eleições, a imprensa e as discussões políticas. As fofocas nascidas do país e imanes do povo, expandiram-se livremente, enchendo o horizonte imenso.

Reinava a paz por todo o império. O tráfico “desumano, vergonhoso e anticristão” estava fora das atividades brasileiras. Uma grande mudança realizava-se em todo o país, embora ainda inexistisse o espírito de empreendimento.

Mas, epidemias dizimavam o capital vivo, tanto na escravaria como nos rebanhos, significando ruína. Mais de uma vez, isto serviria para modificar a mentalidade dos fazendeiros a respeito do sistema servil. Prejuízos e falências resultaram daí, e um dos desafios agora era como conseguir trabalhadores: o sistema de parceria de Vergueiro parecia boa saída.

2.2 AS BODAS DO IMPERADOR

Coma coroação do jovem imperador, era necessário que ele se casasse e constituísse família, para garantir a continuidade da Casa de Bragança no poder, através de sua descendência. Para tanto, foram enviados emissários às cortes europeias, para as tratativas do casamento que, antes de tudo e como praxe, tinha fins políticos.

Para o jovem Pedro, agora investido de suas atribuições de imperador, essa era uma importante questão a resolver, já que um rei não podia reinar sozinho. E não foi fácil levar a bom termo esta missão, cuja busca começara já em 1840: poucas princesas estariam dispostas a aventurar-se numa viagem longa para o hemisfério sul, para viver num país tropical, exótico, de certa forma envolto ainda em alguns mitos em relação a sua gente e à sua localização.

Eram muitos os equívocos divulgados sobre o Brasil, nos poucos livros que circulavam na Europa. Além do mais, apesar de ser um Habsburgo, D. Pedro era considerado pobre, e não podia desejar unir-se a princesas de primeira linhagem.

As negociações não foram bem sucedidas em Áustria, Espanha, Rússia e Baviera. Mesmo assim, algumas princesas ouviram a proposta do real pretendente; entre elas, a princesa do Reino das Duas Sicílias, um estado quase sem expressão.

A proposta foi considerada e aceita por Teresa Cristina, filha de Francisco I de Bourbon e de Maria Isabel de Bourbon, prima distante do pretendente pelo ramo napolitano da casa real espanhola: o bisavô de D. Pedro, Carlos IV da Espanha, pai de Carlota Joaquina, sua avó paterna, era irmão de D. Fernando das Duas Sicílias, avô da noiva, que era quatro anos mais velha que o noivo. O retrato de Teresa Cristina, tendo ao fundo o Vesúvio, chegou às mãos do noivo, que passou a sonhar com sua princesa no ardor de seus dezessete anos.

O encarregado de tratar o casamento foi Bento Silva Lisboa, e o contrato foi assinado em Viena. No dia primeiro de maio de 1843, a cerimônia realizou-se por procuração em Nápoles, na Capela Palatina do Palácio Chiaramonte, através do embaixador do Brasil, José Alexandre Carneiro Leão, Visconde de São Salvador de Campos, e do Príncipe Cila, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, na qualidade de delegado do rei das Duas Sicílias.

Teresa Cristina teve educação esmerada: era ilustrada e estudiosa, cantava muito bem, e tinha forte pendor para as artes. Era de natureza sensível, e tinha inteligência apurada, tendo sido educada por Monsenhor Olivieri. Estudiosa da cultura clássica, chegou a financiar escavações arqueológicas no sítio etrusco de Veio, ao norte de Roma. É provável que, devido a um defeito congênito que a fazia claudicar, ela preferisse os estudos às danças e festas, optando por levar uma existência modesta. Pelos dotes do espírito, ela procurava compensar os dotes físicos que a natureza lhe negara.

D. Pedro enviou, a Nápoles, uma frota, que deveria trazer a consorte ao Brasil. Ela chegou em 3 de setembro de 1843, sob céu escuro e ventos fortes, a bordo da fragata Constituição, acompanhada pelo irmão, o Conde de Áquila, que logo se casaria com D. Januária, irmã do imperador.

Este, ansioso, correu a recebê-la. Fez as saudações e retirou-se, arrasado: não era a mesma dama do quadro que recebera. Era gorda, feia e baixa, quase anã, os cabelos pretos. Ela sorria ao noivo palidamente, sabendo a decepção que causara. Voltou aos aposentos do navio, chorando desolada. Por sua vez, o jovem noivo atirou-se, chorando, nos braços da aia, Dona Mariana Carlota de Verna Magalhães, dizendo: “Enganaram-me, Dadama!”

Consta que D. Pedro queria devolver a noiva mas, aconselhado pela aia, concordou em aceitá-la, cumprindo, assim seu destino. Pela vida afora, o imperador seria escravo do dever, até o final de seu longo reinado, e no momento de sua saída para o exílio.

A despeito de ser, como marido, sistematicamente infiel, padrão masculino comum na época, o imperador foi chefe de família exemplar, não deixando que suas aventuras interferissem em sua vida familiar. Exceção a essa regra, foi o longo relacionamento com a Condessa de Barral, de quem falaremos mais adiante, em capítulo específico.

Mesmo assim, para D. Pedro, a família era intocável, e ele sempre respeitou a imperatriz como a real consorte e mãe de suas filhas, bem como procurou preservar sua imagem de homem público e chefe da nação, numa tentativa constante de ser diferente de seu pai, que conspurcou sua vida familiar e política por priorizar aventuras amorosas, especialmente como foi o caso da Marquesa de Santos.

O casamento duraria quarenta e seis anos, até a morte da imperatriz. Foi um aprendizado mútuo e, na verdade, os interesses culturais comuns a ambos, serviu como atenuante para a convivência conjugal.

Na frota que trouxe Teresa Cristina a seu novo lar, vieram artistas, músicos, professores, botânicos e outros estudiosos. Aos poucos, ela enriqueceria a vida cultural brasileira, fazendo vir, da Itália, as primeiras preciosidades artísticas recuperadas das ruínas de Herculano e Pompéia, enviadas por seu irmão Fernando II, que sucedera ao pai no trono das Duas Sicílias, um dos reinos que iriam alinhar-se, mais tarde, na unificação da Itália.

Submissa, discreta, caridosa e inteligente, conquistou a estima do marido, graças ao interesse por assuntos culturais. Boa cantora e musicista, alegrava a corte com saraus. Traço comum entre os napolitanos, a voz bonita e educada de Teresa Cristina seria mencionada por um diplomata francês, citado por Afonso de Taunay no livro *No Brasil de 1840*: em fevereiro de 1844, este diplomata em trânsito, Jules Itier, visitando a Quinta da Boa Vista, parou espantado junto à janela do Paço:

Era uma voz feminina, admiravelmente bem timbrada, que emitia as notas da famosa ária rossiniana 'Uma voce poco fa'. Um bom piano acompanhava a cantora. Quis aplaudir e conteve-se, porque surgiu no balcão a própria imperatriz.

Enquanto cuidava das filhas no espaço anexo ao Palácio de São Cristóvão denominado Jardim das Princesas, Teresa Cristina revelou um dentre seus dotes artísticos mais admiráveis: a arte musiva. Podemos afirmar que foi a segunda imperatriz, a introdutora da arte do mosaico no Brasil. Como boa italiana, trazia na alma o gosto pela arte, pela harmonia das “tesselas”.

Com conchas recolhidas da cidade do Rio de Janeiro e cacos do serviço de chá da Casa imperial, de porcelana inglesa, recobriu bancos, fontes, tornos e paredes do Jardim das Princesas; são obras delicadas, algumas intactas, outras destruídas pelo tempo e pelas intempéries, mas que ainda hoje podem ser vistas no Palácio de São Cristóvão⁴².

⁴² Um trabalho da imperatriz, executado num banco do Jardim das Princesas traz gravada a data 29-06-1852, data de aniversário da Princesa Isabel.

Esta faceta da imperatriz e sua arte musiva, parecem ignoradas pelos historiadores, que insistem em mantê-la à sombra do imperador e dos fatos ligados ao Segundo Reinado. Consequentemente, o público também desconhece tais dotes de Teresa Cristina que, injustamente, permanece invisível no cenário histórico. Sua obra pode ser considerada como precursora dos mestres de Barcelona Gaudi e Josep Jujol, que usaram azulejos em suas obras dos parques de Barcelona, no início do século XX⁴³.

A produção artística da imperatriz tem o mérito de ser concebida em terras brasileiras, com o material disponível na época e de acordo com as circunstâncias. É obra para ser reverenciada por brasileiros e estrangeiros, principalmente italianos. Merece ser restaurada e exibida ao público, que desconhece esta importante faceta desta imperatriz do Brasil.

Os hábitos simples da Família Imperial favoreciam a vida prosaica, sem protocolos. Principalmente no Palácio de Verão de Petrópolis, reinava a harmonia doméstica. A imperatriz cuidava pessoalmente de parte do jardim, cultivando rosas. Às vezes, cozinhava, e é quase certo que foi esta italiana a introdutora das massas no cardápio imperial.

À semelhança da imperatriz Leopoldina (e diferentemente de Carlota Joaquina), Teresa Cristina fez do Brasil sua pátria, tanto que não suportou a saída para o exílio, imposto pelas circunstâncias históricas que levaram à queda da monarquia: deprimida e inconformada, sentindo aviltado o amor profundo que devotava ao Brasil, ela sucumbiria em pouco mais de um mês, sob o impacto do inverno europeu, que agravou sua saúde fragilizada.

Suas últimas palavras à Baronesa de Japurá, foram: “Brasil, terra abençoada que nunca mais verei... Maria Isabel, não morro pela moléstia, morro de dor e desgosto”. Naquele momento, D. Pedro visitava a Academia de Belas Artes da cidade do Porto. Consta que quando a Princesa Isabel chegou ao Porto, encontrou D. Pedro em lágrimas, lendo versos de Dante a Beatriz⁴⁴.

⁴³ Este próprio cultural é hoje administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que mantém, ali, o Museu Nacional de Ciências Naturais, onde atua uma equipe de pesquisadores. O Jardim das Princesas, onde estão os mosaicos, está fechado ao público, devido à ação predatória de turistas inescrupulosos que, dali, retiravam as “tesselas”, para delas fazerem souvenirs.

⁴⁴ Duílio Crispim, *Nascimento, vida e morte na Casa de Bragança*, p. 91

Em 1997, o Museu Imperial de Petrópolis organizou uma exposição, exibindo parte da arte musiva de Teresa Cristina. O título da exposição foi: “Teresa Cristina, a imperatriz silenciosa”.

2.3 JUDEUS NA IMPRENSA CARIOCA

O imperador Pedro II teve, ao longo de sua vida, contatos frequentes com os judeus, povo cuja história tem profunda ligação com a herança ibérica. Os famosos diários do monarca, que sempre o acompanharam registrando sua longa trajetória, mostram, com clareza, estes frequentes contatos, quer no cotidiano, quer durante suas viagens, principalmente fora do Brasil.

Disto também faz prova a pesquisa exaustiva realizada por Egon e Frieda Wolff sobre os judeus no Brasil, que começa já ao tempo do Reino Unido, para se estender até dias mais recentes⁴⁵. Antes, porém, de caminharmos para a atualidade, na esteira deixada por estes dedicados pesquisadores, vamos nos ater aos contatos do imperador Pedro II por eles registrados, com os judeus no Rio de Janeiro.

Foram milhares de exemplares de jornais, de nomes, somente de viajantes-juntando-se a estes outros nomes encontrados em notícias, proclamas, óbitos, casamentos, processos, principalmente os do Tribunal do Comércio.

Para melhor compreensão do assunto, é forçoso voltar um pouco no tempo: com a extinção decretada, por Pombal, da nefanda nomenclatura que dividia, com marcas de ódio e de intolerância, a sociedade portuguesa e aquelas que se formaram nos territórios de suas conquistas ultramarinas, diluiu-se, de certa forma, o abismo que separava cristãos novos de cristãos velhos.

A lei pombalina previa severas punições para o emprego da expressão cristão-novo, pelos componentes discriminatórios que continha. Embora dotada de forte caráter repressivo, a ação de Pombal foi uma tentativa de “modernizar” Portugal e suas instituições, de forma que, já em 1768, D. José, industriado pelo poderoso ministro, “mandou destruir todas as listas de tributos (fintas?) com suas

⁴⁵ Os judeus no Brasil imperial, B'nei Brit, Rio de Janeiro, 1983, *Prólogo*, p. XXII e XIII.

respectivas cópias, nas quais vinham citados os nomes dos cristãos novos”⁴⁶.

É certo que a intenção de Pombal era acabar com a discriminação que tantos entraves trazia para o desenvolvimento de Portugal em plena Ilustração, se é que assim podemos chamar o período pombalino.

Um dos efeitos resultantes desta iniciativa legal de equiparar os direitos de todos os súditos portugueses, foi a mistura de sobrenomes lusitanos comuns aos dois grupos, a saber, cristãos novos e cristãos velhos. Portanto, a característica que punha em destaque aqueles de ascendência judaica, desapareceu, à sombra do batismo forçado, especialmente os que haviam rumado para qualquer parte longínqua do império português, como por exemplo, o Brasil, onde, mais afastada do Santo Ofício, algumas famílias puderam, eventualmente, praticar, em segredo, certos ritos ancestrais.

Foi como se a lei de Pombal pusesse em prática, definitivamente, o decreto manuelino de 1497, que proibiu, por cerca de quarenta anos, qualquer inquirição religiosa ou discriminação contra os então recém-convertidos à fé cristã, fato que não se cumpriu, conforme mostraram os fatos ocorridos posteriormente.

Após a independência do Brasil, não foram muitos os que abertamente se confessavam judeus, ainda que, em Portugal, sob os estertores do Tribunal, em 18 de fevereiro de 1821⁴⁷, fosse publicada uma lei confirmando que

[...] ficam da data deste em diante renovados, confirmados e postos em todo o seu vigor todos os direitos, faculdades, liberdades e privilégios que os primeiros Reis deste Reino concederam aos judeus foragidos. [...] podem, em consequência, regressar para Portugal sem o menor receio, antes, com toda segurança, não só os descendentes das famílias expulsas, mas todos os judeus que habitam em qualquer parte do globo⁴⁸.

A *Standard Jewish Encyclopedia*, de Cecil Roth, menciona, ainda, que, com a proclamação da independência do Brasil, em 1822, “alguns marranos reverteram para o judaísmo”, surgindo em seguida comunidades em outras partes do país, oriundas da imigração, que ocorreu ao longo do século XIX.

⁴⁶ Kayserling, Meyer, “História dos Judeus em Portugal”, apud Wolf, *Prólogo*, p. XXIII

⁴⁷ Idem, *ibidem*

⁴⁸ Idem, *ibidem*

Caminhando a era colonial para seu final, ao encerrar-se o século XVIII e a despeito do chamado ‘despotismo esclarecido’ sob Pombal, Portugal procurava isolar o Brasil da influência estrangeira, para que sua população não fosse contaminada por ideias estrangeiras, perigosas, de liberdade, imprensa e outras inconveniências que ameaçassem a manutenção do “status” colonial.

A circulação de ideias que pudessem estimular qualquer germe de autonomia, era temida pela metrópole, e este isolamento, profundamente nefasto para as colônias, impediria, já no despertar do século XIX, cientistas do calibre de Alexandre von Humboldt de entrar no Brasil, em 1801.

Sabemos que a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil trouxe a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional: já em 1810, o número de navios estrangeiros que atracavam no Brasil cresceu, de 70, para 422 naus⁴⁹.

Em setembro de 1822, a independência do Brasil foi proclamada, sem as guerras características dos processos políticos emancipatórios. Em meio às inúmeras repúblicas emergentes, libertas do jugo espanhol, o Brasil desponta como a única monarquia das Américas, com constituição própria, já no segundo ano de vida, e assim seguiria até fins de 1889.

Isto, porém, não interferiu na liberdade assegurada pela Constituição de 1824, de forma que “a tolerância religiosa no Brasil atingiu a tal ponto que, ao desejar o imperador Pedro I, por ocasião da promulgação da Constituição de 1824, permitir no Brasil apenas a liberdade religiosa para as igrejas cristãs, se elevaram, no parlamento brasileiro, vibrantes vozes de sacerdotes católicos, em defesa da absoluta liberdade de culto⁵⁰. Isto incluía a religião judaica; ainda que não ostensivamente, conforme o texto constitucional elaborado naquele momento da nacionalidade.

Mas era um bom começo, concomitante com a extinção oficial do Tribunal do Santo Ofício, na Península Ibérica. Esta liberdade floresceu e se materializou em inúmeros indícios de tolerância que mostraremos a seguir, a começar pelo perfil do imperador Pedro II e seus antecessores monárquicos.

Criada a Imprensa régia já em 1808, jornais, embora rudimentares em seu

⁴⁹ Cruls, Gastão, “Aparência do Rio de Janeiro” apud Wolf, *Prólogo*, p. XXV

⁵⁰ Hehl, Arthur Neiva, Estudos da Imigração Semita no Brasil, apud Wolf, *Prólogo*, p. XXVI

conteúdo, começam a circular pela nova capital do império lusitano: é criada a “Gazeta do Rio de Janeiro”, o primeiro jornal brasileiro, cujo primeiro exemplar data de 1808.

Em 1821, surge o “Diário do Rio de Janeiro”. O editor francês Pierre Plancher fundou o “Spectador Brasileiro”, que precedeu o “Diário Mercantil”(1825), o qual, por seu turno, precedeu o “Jornal do Comércio”.

Convém mencionar que este editor francês que, como tantos imigrantes franceses daquele período, se deteve no Brasil, deve ser o mesmo Pedro Plancher, livreiro de D. Leopoldina. Encontramos seu nome arrolado, no Arquivo Histórico de Petrópolis, numa lista de judeus que se relacionavam com a Casa Imperial: neste documento, consta uma lista dos livros recebidos pela família imperial, por intermédio de Plancher.

Em se tratando de imprensa, não nos esqueçamos, ainda, de Hypollito Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, “em cujas veias dizem ter corrido sangue israelita”, e que é citado por Solidônio Leite Filho em “*Os Judeus no Brasil*”, e por Kurt Lowenstamm em “*Vultos Judaicos no Brasil*”.

Este pioneiro do jornalismo brasileiro foi preso pela Inquisição, acusado de heresia e de ser franco-maçom, acusação que ele não negou. Em sua “*Narrativa de Perseguição*”, afirma que chegou a discutir com o inquisidor a lei pombalina que aboliu a discriminação e o uso dos termos cristãos novos e cristãos velhos. Mesmo assim, parece que a Inquisição não levantou qualquer hipótese de sua eventual ascendência judaica.

Em junho de 1808, este patriarca do jornalismo nacional fundou, em Londres, o “Correio Brasiliense ou Armazém Literário”, e foi um dos indicados para representar os revolucionários de 1817 na capital britânica. Parece quase certo não haver, Hipólito, aceito a incumbência. Nos seus “*Artigos a respeito da Revolução*”, diz-nos Manuel Cícero, em “*O Patriarca dos Jornalistas Brasileiros*”, p. 51:

assumiu atitude contrária àquela gloriosa tentativa de independência, considerando imprópria a forma republicana para a qual tendem as revoluções que começam pelo povo, e classificando a malograda empresa criminosa, imprudência que iria demorar muito os melhoramentos necessários no Brasil nas coisas políticas.

Na capital da antiga e mais importante colônia portuguesa, recém-desligada da metrópole, livros de diversas origens eram comercializados, inclusive os hebraicos, gregos e latinos.

Há citação nos jornais, já a partir de 1823, de outros livros, alguns inclusive leiloados, fato que não deixou elementos para estudos mais detalhados: *História dos Judeus* de Flavio Josefo (7 volumes); “de uma numerosa e escolhida porção de livros”, entre eles *Liber Genesis Hebraice Beresit*, *Gramática Hebraica* (talvez para estudos de clérigos, já que os judeus dificilmente necessitariam dela), “*O Judeu errante*” de Eugène Sue, copiado do jornal lisboeta “A Restauração” pelo “Diário do Rio de Janeiro” em 1844; em 1850, o jornal “O Annunciador” oferece “uma obra mui rara e curiosa sobre a religião dos judeus e catholicos romanos”, sem autor, descrevendo as cerimônias em 127 estampas grandes. Em 1851, o “Diário do Rio de Janeiro” publica a novela de folhetim “*A Judia no Vaticano ou O Amor em Roma*”, de Méry, terminado em 1852. Em junho de 1867, o romance “*O Judeu*” de Camilo Castelo Branco, começa a ser publicado.

Os descendentes da família Hime, posteriormente, também se destacaram em outros ramos de atividades, como, por exemplo, agência de livros e jornais ingleses (ainda era forte a presença inglesa na segunda metade do século XIX), que também vendia as tábuas de câmbio de Isey Levy (reedição em inglês).

No crepúsculo do império, em maio de 1889, livros de Max Nordau foram traduzidos e oferecidos no mercado editorial brasileiro. Ainda em agosto de 1889, o “Jornal do Comércio” informa:

O Brasil, em 1889 [...] tem aparecido ultimamente em Paris várias obras sobre o Brasil, tais como: “*D. Pedro II, empereur du Brésil*”, por Benjamim Mossé, o Grão-Rabino de Avinhon.

2.3.1 Notícias da religião

Quanto à religião, a presença da corte portuguesa em 1808, trouxe alterações importantes para a sociedade da colônia que, naquele instante, tornava-se a capital do império português. O próprio tratado comercial que o Príncipe Regente assinou, em 1810, com a Inglaterra, previa a proibição de perseguir, em solo

brasileiro, súditos ingleses que professavam outros credos.

Estava efetivada, assim, a primeira abertura para a liberdade de consciência, ao permitir-se que qualquer culto não católico fosse realizado no Brasil; uma restrição, entretanto, era imposta: que o local das celebrações fosse fechado, e que não tivesse forma ou aparência de templo; ou seja: de igrejas luteranas, mesquitas ou sinagogas.

Registros dos primeiros templos não católicos aparecem no Jornal do Comércio, em 1887, informando a abertura do primeiro templo protestante no Rio de Janeiro, em maio de 1822; e o Diário do Rio de Janeiro, em 1870, menciona a inauguração da primeira igreja da comunidade evangélica alemã, em 1845.

É provável que a proibição de ostentação dos cultos não católicos explique a ausência de anúncios de serviços religiosos nos jornais da capital do império; ainda assim, a primeira celebração do Yom Kippur, num salão particular, aparece noticiada no Diário do Rio de Janeiro; mas, somente em 1865.

Entretanto referências a rabinos e sinagogas ocorrem já em anos anteriores. Por se tratar de referências interessantes, vale a pena transcrevermos os trechos publicados no Diário do Rio de Janeiro, em novembro de 1860:

[...] comunicam-se que há nas ruas de São Pedro da Cidade Nova, Bom Jardim, Formosa e Sacco do Alferes, casas onde à noite se reúnem alguns devotos que se entretêm na prática de doutrinas em nada ortodoxas. A Bíblia que serve a estes novos sectários é pouco volumosa: consta apenas de quarenta páginas [...]. Discípulos e rabinos apostam entre si durante toda a noite, a quem melhor resolverá ou explicará certos pontos obscuros da nova religião. Convidamos a polícia para dar um passeio por aquelas bandas e alojar em um só edifício tão aproveitáveis apóstolos.

É claro que à menção da palavra rabino, imediatamente pensamos num tempo mosaico ou numa simples reunião de israelitas, empenhados na leitura da Torah, a Bíblia pequena de 40 páginas, talvez o Pentateuco, através do qual os membros do grupo tentavam resolver “os pontos obscuros”.

Nada mais certo que pensarmos num “shil” doméstico, já que o culto público era proibido e, pelo que tudo indica, coibido pelas autoridades policiais, visto que outro anúncio do Diário do Rio de Janeiro, de agosto de 1861, menciona a intervenção da polícia na Rua do Propósito onde há uma sinagoga “de uma nova

religião cujo chefe doutrina com grande eloquência os seus adeptos, recrutados em todas as nacionalidades e cores”.

Dois dias depois, o Jornal do Comércio notícia a sequência do caso: “apresentou-se diante da dita casa umas trezentas pessoas, do meio do qual saíam vociferações e gritos; deve-se dar cabo aos judeus, sendo que alguns elementos apupavam o Dr. Kalby”.

O Diário do Rio de Janeiro do mesmo dia complementa: “Na casa da Rua do Propósito n. 52 residem os estrangeiros Dr. Kalby e Francisco da Gama, e nela reúnem-se em certos dias da semana e nos domingos várias pessoas para a leitura da Bíblia em comum.”

Em seu livro *“As Religiões do Rio”*, de 1904, João do Rio parece desvendar o caso da sinagoga da Rua do Propósito do Dr. Kalby: a Igreja Fluminense era uma congregação evangélica fundada pelo escocês Roberto Reid Kalley (e não Kalby) em 1858, e Francisco da Gama era o presbítero. Vemos que a sinagoga era um templo cristão, e a expressão “dar cabo aos judeus”, certamente equivalia a expulsar os cristãos evangélicos.

Cumprir lembrar que a palavra “rabino”, naquela época, podia equivaler a qualquer sacerdote ou líder religioso. Da mesma forma, a explicação de João do Rio para as ocorrências da Rua do Propósito bem mostra que sinagoga era sinônimo de qualquer religião não católica, cuja reunião era passível de investigação policial, já que, apesar dos benefícios da Constituição de 1824, não deixava de ser um ajuntamento marginal, já que não estava ligado ao culto oficial católico.

Lembrarmos ainda que, cerca de 1840, antes das referências dos jornais de 1865, a sinagoga Shel Guemilut Hassidim já existia com seus serviços religiosos. Pelo menos é o que nos informa a tradição oral de seus membros.

2.3.2 Notícias internacionais

Parece que as atribulações judaicas sempre foram matéria atrativa para os leitores cariocas. Acompanhando a exaustiva pesquisa de Egon e Frieda Wolff, pudemos notar como os assuntos judaicos suscitavam o interesse da imprensa na

capital do império. Pela quantidade de artigos contendo esta natureza de notícias, é possível deduzir que era considerável o universo de leitores interessados em tais informações; ou não haveria motivo para ocupar, tão frequentemente, espaço nos jornais do Rio de Janeiro.

Em setembro de 1840, o “Jornal do Comércio” trazia outras notícias sobre o mundo judaico. Arrolamos alguns assuntos mais relevantes para levar ao conhecimento do leitor hodierno, mostrando o que a imprensa da época veiculava sobre o universo judaico de então, no Brasil e no mundo.

Um dos temas mais comentados era o do antissemitismo, mais propriamente a acusação de crime ritual, além das notícias de outra natureza. Foi publicada uma carta do Primeiro Rabino de Londres a Sir Moses Montefiore, e a notícia da grande reunião na Mansion House a favor dos judeus de Damasco.

Em junho de 1879, a “Gazeta de Notícias” publicava ocorrências na região do Cáucaso, sobre possível assassinato ritual. Um jornal suíço recebeu carta, daquela região, relatando a mortandade de judeus acontecida na aldeia Sachtschef, instigada pelo pope grego, mesmo após ser comprovada e atestada por um médico a causa-mortis de uma criança cujo corpo foi encontrado em um bosque da região por ocasião da páscoa judaica.

Na verdade, a criança fôra atacada por animais, tendo o médico reconhecido que não se tratava de homicídio. Ficava, assim, descartada a probabilidade de crime ritual.

Em 24-4-1842, o “Jornal do Comércio” trazia, em “Variedades”, notícias sobre os judeus de Amsterdã do diário de um viajante, tratando da sinagoga e de sua descendência em Portugal. Em 11-10-1844, o “Diário do Rio de Janeiro” trazia o excerto do jornal português “Restauração”, onde era citada a participação efetiva e frequente dos judeus nas artes e na política, afirmando que a ‘judiaria está em moda’ na intelectualidade mundial.

O mesmo jornal, um ano depois, em maio, mencionava, também, a obra-romance político- de B. Disraeli, muito aplaudida. Membro do Parlamento inglês, seu pai era o célebre autor das “Curiosidades da Literatura” e de outras obras.

Ainda o “Diário do Rio de Janeiro” trouxe, em junho de 1866, no Noticiário Estrangeiro, um artigo sobre os judeus do Marrocos, discorrendo sobre seus

costumes e sua colônia em Londres. Esta publicação demonstrava que a tolerância e a integração de diferentes culturas era a tônica da comunidade judaica marroquina. Sobre isto, transcrevemos aqui este interessante trecho do artigo:

As cerimônias judaicas em Tetuan e outros pontos do império marroquino onde há judeus, são públicas, e cristãos e mouros podem assistir a elas com inteira liberdade.

Este mesmo jornal noticia os seguintes fatos ligados à comunidade judaica internacional: em outubro de 1866, a investidura do Grão-Rabino da Bélgica; em setembro de 1879, o falecimento do Rabino de Bordéus; ainda há nota sobre a origem étnica dos papas. Dos 257 papas, um era hebreu.

A “Gazeta de Notícias” publicou artigo sobre o 70* aniversário de casamento do ex-rabino Simon Silberstein e Rosália Jafett de Franckfurt, e as festividades do evento.

Ainda em outubro de 1866, outra notícia interessante foi encontrada, relativa ao falecimento do judeu Leon Gozlano, escritor, convertido, sob o título: “*Era cristão ou judeu?*” em seguida, um de seus romances aparece em folhetim.

O “Diário do Rio de Janeiro” registrou, em novembro de 1867, o falecimento de Achille Fould, filho de banqueiro israelita que tinha sido deputado e senador, ministro da Fazenda e da academia de Belas Artes.

Em setembro de 1878, é noticiada a morte de Abraham Binish, distinto autor da Literatura Hebraica e editor do “Jewish Chronicle” em Londres.

Muito mais foi veiculado pela imprensa do Rio de Janeiro, não faltando notícias sobre os Rothschild e sobre firmas no estrangeiro, filiais de casas brasileiras e suas matrizes, como Bloch-Frères, R e S Samuel de Liverpool, e outras.

2.3.3 Isey Levy

Este judeu inglês chegou de Falmouth em 1838, residindo no Rio de Janeiro por alguns decênios. Um fato interessante ligado a sua vida, deixa-nos entrever como viviam os judeus no Rio de Janeiro, ainda ao tempo da Regência.

Por ocasião do casamento de sua irmã, ele se viu forçado a escrever ao rabino da comunidade asquenazita de Londres Salomon Hirschell, em 7 de abril de 1839, consultando-o sobre a realização da “ketubah”⁵¹, visto que, em falta de um rabino no Rio de Janeiro, ele próprio se propunha a realizar a cerimônia, necessitando, para isto de orientação e aval da autoridade rabínica.

Mais uma vez, são os pesquisadores Egon e Frieda Wolff que descobriram uma cópia da resposta do Rabino Herschell, na biblioteca do seminário Teológico de Nova Iorque (manuscrito Adler n°160); cópia da carta de Isey Levy ao rabino nunca foi encontrada, somente a resposta, cujo texto contém elementos importantes para sabermos como viviam, àquela época, os judeus do Rio de Janeiro.

O rabino Hirschell não esconde sua apreensão com os correligionários da capital do império, pois, a avaliar pelas preocupações de Isey, ali não havia comunidade organizada (kahal); portanto, nem “chazan”⁵² e, conseqüentemente, nem rabino, visto que poucos “yehudim” (judeus) sequer conseguiam formar uma congregação, sendo difícil até compor o “minyan”, grupo composto de dez homens adultos para a realização das rezas judaicas em rituais comuns.

Em relação ao pedido de Isey, de ele próprio realizar a cerimônia da “Ketubah”, isto esbarrava num outro obstáculo, muito sério, do ponto de vista ritual: a ausência de um “schoichet” (abatedor ritual); isto significava que, pronunciadas as bênçãos da cerimônia e concluída a leitura dos textos sagrados, a comida servida na festa de casamento seria “treifah” (não limpa, proibida pela Lei), o que feria, muito duramente, os preceitos judaicos, caso o fato se consumasse, não havendo a necessidade como pretexto para esta violação. E o rabino concluiu:

Aguardo que aceite de bom grado as minhas observações, ditadas pelo meu dever e peço comunicá-las aos outros correligionários [...] ao mesmo tempo não vejo com bons olhos o estado de coisas no Rio de Janeiro.

Não se sabe como o impasse foi resolvido; porém, pela resposta do rabino, é possível deduzir que, naquele momento, inexistia, no Rio de Janeiro, uma comunidade asquenazita, como também não existia qualquer congregação sefardita;

⁵¹casamento judaico

⁵² cantor de sinagoga e recitador de orações.

caso contrário, Isey não escreveria ao rabino de Londres para as providências “ketubah”:ele se socorreria de outros israelitas que, mesmo de origens e rito diferentes, possuiriam as instituições básicas da prática judaica para a realização do casamento.

Tudo isto prova, entretanto, que estes judeus continuavam preocupados com a manutenção da tradição, apesar das condições precárias ou quase inexistentes para a prática religiosa; e também não desejavam abrir mão dos costumes e rituais de seus antepassados, preservando assim, viva, sua herança (morasha).

Já que mencionamos Isey Levy, é inevitável informar que ele foi o primeiro judeu no Brasil imperial a fazer do jornalismo sua profissão, quando a grande maioria de seus correligionários dedicava-se ao comércio. Em abril de 1842, o “Jornal do Comércio” expressava seus agradecimentos a Isey Levy, que retirava sua colaboração da parte comercial daquele periódico, função que desempenhara com muita eficiência.

Saído daquele jornal, Isey não foi para outro concorrente: fundou seu próprio semanário, um jornal inglês “The Rio Mercantile Journal”, tão logo obteve número suficiente de assinantes.

Este jornal seria editado nosábado, contendo listas de todos os principais artigos de importação e exportação, com valores por atacado e varejo; incluía, ainda, um sumário das transações da semana, outro do mês e todas as informações de interesse comercial. As assinaturas seriam anuais, pagas antecipadamente, e o livro de adesão se encontraria na Bolsa. O jornal se manteria por cerca de quinze anos, tendo seu último número publicado em 11 de outubro de 1886.

Naturalizado em 1856, o nome de Isey apareceu numa “Relação de pessoas que foram contempladas com ações da Estrada de Ferro D. Pedro II”, tendo sido incluso com vinte ações. Em 1857, subscreveu cinquenta ações na Associação Central de colonização, conforme noticiado pelo Diário do Rio de Janeiro.

Isey Levy teve, ainda,outra grande ideia: idealizou tabelas para evitar os contínuos cálculos com porcentagem de juros, o que simplificaria as contas. Em novembro de 1842,esta inserção aparece no “Jornal do Comércio”: “Saiu à luz as Táboas de juros, corretagem e apólices, etc por Isey Levy. Preço:20\$000. Vende-se à rua direita nº 14.”

É possível que, já neste mesmo ano, tenha ele voltado definitivamente para a Europa, quando a venda das Táboas passou a ser efetuada aos cuidados de seu sobrinho Elkin Hime Júnior, na Rua direita n° 72, conforme publicado diariamente durante o mês de abril de 1868.

A última nota sobre Isey Levy saiu no “Diário do Rio de Janeiro” de 10 de março de 1872, quando suas Táboas foram publicadas em Bruxelas.

2.4 O “LOBBY” JUDAICO DO IMPERADOR

A importância que judeus e seus descendentes alcançaram no cenário cultural e econômico do império, deixa a impressão concreta que estavam inseridos, de modo definitivo, no cotidiano da sociedade brasileira, onde, de modo geral, não encontravam barreiras discriminatórias ou qualquer traço de antissemitismo, a despeito do país ser, oficialmente, católico.

O Brasil abria os braços para os estrangeiros, e era país dirigido por governante eclético, tolerante com as diferenças, podendo comunicar-se com os que a ele recorriam em vários idiomas.

Os contatos dos judeus com o imperador eram frequentes, apesar de nem todos registrados. Estudioso, D. Pedro provavelmente conhecia a trajetória dos judeus sob seus ancestrais portugueses, passado histórico intimamente ligado ao Brasil.

Além disso, falava, lia e traduzia o hebraico; portanto, era natural que formasse ao redor de si uma espécie de “lobby” judaico, tanto no que diz respeito à intelectualidade quanto aos interesses econômicos do país, aos quais os judeus estavam diretamente ligados, além de outros misteres relacionados às funções de Estado. Membros da burguesia, os judeus tinham, pela própria tradição, um grau superior de educação, estando, portanto, à altura da conhecida cultura do imperador.

Para confirmar o que acima se afirma, abordemos algumas das principais ligações de D. Pedro II com os judeus; comecemos com o Coronel Francisco Leão Cohn, que pertencia ao quartel general da Guarda Nacional: “todas as ordens de lá

emanadas, trazem o seu nome”.

2.4.1 Cohn

Em 1865, este coronel embarcou para lutar na Guerra do Paraguai. Sua família é uma das poucas cuja história abrange quase todo período imperial.

Era filho de Leão Cohn, um dos mais antigos corretores do Rio de Janeiro, ali chegado por volta de 1810, sobre quem “Diário do Rio de Janeiro” publicou vários anúncios, envolvendo-o em questões comerciais, o que mostra a intensidade de suas atividades na praça na capital do império.

Seu nome consta de várias firmas da época, associado a Manoel Vidal, Ferreira, Wiers, Howden e com seus filhos Francisco e Laurindo; foi um dos mais respeitados corretores da corte, embora tenha morrido pobre, deixando dívidas.

Segundo a pesquisa de Egon e Frieda Wolff, Loewenstamm menciona um Luis Cohn, de Altona, como o primeiro corretor do Brasil, que colocou um anúncio no “Diário do Rio de Janeiro”, em 1833.

Entretanto, outros historiadores informam que não encontraram esta referência em sua leitura do citado jornal, pelo menos no período de 1821 a 1878, fazendo parecer que, talvez, o autor quisesse referir-se ao mesmo Leão Cohn.

Em virtude da morte do corretor, o nome da viúva aparece, pela primeira vez, em 17/07/1876, no Jornal do Rio de Janeiro: Teresa de Jesus Cohn. Seu sobrenome de solteira parece excluir uma ascendência judaica.

Consta, porém, que entre brasileiros judaizantes, vários foram processados pela Inquisição; entre eles, duas mulheres de sobrenome Jesus, ambas de origem judaica, a saber, Maria de Jesus (proc. N. 679), parte de cristã-nova, filha de lavrador, presa em 1720 e condenada, retornando, porém, mais tarde, ao Rio de Janeiro; e Leonor de Jesus (proc. 1910), filha do banqueiro João Alves Viana, presa e condenada, sentença publicada em 10 de outubro de 1723.

Seria uma dessas marranas, antepassada de Teresa? Sem provas, a questão não passa de conjectura; porém, é possível demonstrar que, mesmo com o sobrenome de Jesus, não está excluída a possível origem judaica de Teresa.

O nome de Francisco Leão Cohn é citado no Almanaque do Rio de Janeiro de 1842, em assuntos relacionados à Guarda Nacional da Corte, tanto como ajudante de ordens do comando supremo, elogiado e elevado a major, como assinando mais de cem ordens ou comunicações dentro da Guarda.

Nascido em 1818, ele acompanhou a evolução do processo político que consolidou o império brasileiro, servindo como militar de carreira. Vejamos alguns dos assuntos das ordens por ele assinadas: parada para o aniversário natalício do imperador, desfile por ocasião do aniversário da sagração e coroação do imperador, aniversário da maioridade do imperador, aniversário da independência e outros fatos marcantes para a história do império.

Por ocasião do aniversário de D. Pedro II, em 1842, o “Jornal do Comercio”, de 2 de dezembro, noticia a nomeação de Francisco como Cavaleiro da Ordem de Cristo, distinção reservada quase somente aos católicos e que, muitas vezes, era prova de pureza de sangue: em geral, pessoas de outro credo eram condecoradas como Cavaleiros da Ordem da Rosa. Francisco, por ocasião de outro aniversário do imperador de 1849, foi contemplado com mais esta segunda nomeação.

Pela ocasião da morte de sua irmã Guilhermina Cohn, em 1860, o “Jornal do Comercio” traz o convite da família Cohn para a missa de sétimo dia, o que nos mostra que não praticavam o judaísmo, apesar de sua provável origem judaica.

Parece que Francisco teve outras ocupações. Além da Guarda Nacional, o “Diário do Rio de Janeiro” noticia, em 03/05/1848, sua nomeação, já que colaborador da “Gazeta Oficial”, como ajudante do guarda-mor da Alfândega.

Seguem-se cerca de quatro anos sem notícias da Guarda Nacional. Todavia, Francisco aparece arrolado entre as pessoas contempladas com o benefício de cerca de vinte ações da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, Francisco comanda o primeiro contingente que segue para a guerra, fornecido pelo Rio de Janeiro. De acordo com o “Jornal do Comercio”, no dia 28, quando a força militar embarca para o sul, S. M Imperial, após passar a tropa em revista, dirige-se à ponte de embarque e, com palavras afetuosas, entrega a bandeira ao tenente-coronel Francisco, almejando que

voltasse triunfante daquela empresa⁵³. Entretanto, nenhuma notícia foi encontrada sobre sua atuação na guerra.

No recenseamento para estabelecer pessoas elegíveis a cargos públicos, Francisco aparece habilitado à eleição, havendo, finalmente, alcançado o posto de coronel. Curiosamente, está identificado como filho de Luis Cohn e Teresa de Jesus Cohn. Na verdade, remetemo-nos às informações de Loewenstamm, que cita o primeiro corretor brasileiro Luis Cohn. É provável que seja o mesmo Leão, pai de Francisco, por alguma razão com o nome mudado.

No “Diário do Rio de Janeiro” (1872), seu nome aparece entre os membros da associação Internacional de Emigração, e como sócio remido da Imperial Sociedade de Instrução.

A última notícia que temos de Francisco Cohn aparece no “Jornal do Comércio” (17/09/1880) quando, à noite, acordara ouvindo apitos, em virtude do que saiu à rua munido de sua espada. Reconheceu, porém, o chefe de polícia fazendo a ronda.

Parece que aqui se encerra sua história; porém, seu filho homônimo, Francisco Leão Cohn Júnior, foi citado em vários anúncios de jornal, como, por exemplo: em 1872, é sorteado como jurado e declarado elegível, de acordo com o recenseamento de 1876; mais um anúncio o menciona em 1880, recebendo, “em atenção aos relevantes serviços prestados ao Estado”, nomeação como Cavaleiro da Ordem da Rosa. Finalmente, em 1887, o “Jornal do Comércio” comunica sua viagem para a província do Amazonas, como Agente do Ministério da Fazenda.

Finda assim a trajetória da família Cohn na era do Império.

2.4.2 Os Hime

Entre os nomes de estrangeiros de provável origem judaica que permeavam o comércio da época, encontramos Elkin Hime (Heim?) que, sócio do cunhado Isey Levy, era corretor de gêneros de importação, tais como artigos variados de diversas procedências: conservas da França, alvaiade de Londres, bacalhau da Terra Nova,

⁵³ “Confiado-lhe esse pendão, espero que o conserveis bem e o defendais como bom brasileiro”.

exportação de cobre e representação dos vinhos Xerez, do Porto e da Madeira.

Em janeiro de 1873, o Jornal do Comércio noticia Elkin Hime reeleito conselheiro diretor do Banco Comercial do Rio de Janeiro. Em 1874 e 1875, esteve no Paço Imperial, sozinho e como membro da comissão da Sociedade novo Cassino Fluminense. Em 1879, temos sua identificação judaica, por eleito diretor da União Israelita do Brasil, quando fervilhavam acusações contra cáftens judeus, que infestavam a capital do império.

Entre as muitas ocupações dos judeus, a profissão de relojoeiro é uma das que se tornaram tradicionais. Assim, vamos encontrar o sobrenome Hime neste ramo tão próspero, tanto no mundo como na capital do império: em meados do século XIX, Maurice Edward Hime, relojoeiro, chega de Liverpool (noticiário do “Diário do Rio de Janeiro” é de 1847) como único agente de vendas dos relógios M. I. Tobias, de Londres, certamente o mesmo Morris Tobias que fabricava cronômetros na capital britânica.

O noticiário registra, de 1837 a 1868, aproximadamente, a existência de muitas relojoarias, o que indica que o mercado consumidor era tão ativo, que justificava a presença de tantos relojoeiros e, mais surpreendentemente, a concorrência acirrada entre os estabelecidos deste ramo, como consta nos jornais.

A firma Hime e Cia., na Rua do Hospício, fazia consertos de qualquer relógio, e encheu os jornais cariocas com anúncios oferecendo seus serviços, somente sendo superado por outro relojoeiro, Louis Jacob, no número de anúncios.

Yates, Roberto e Cia., de Liverpool, também estava na disputa pelo mercado, e foi outra relojoaria que se destacou no número de anúncios.

Os Yates eram de origem alemã, sendo provavelmente Goetz o primeiro nome da família, adaptado para o inglês Yates; parece que Hime também tinha origem germânica, sendo seu nome original Heim..

Consta ainda que houve, no Rio de Janeiro, outras relojoarias Inglesas, mais ou menos contemporâneas: entre elas, a loja de Saul Spyers, na Rua do Ouvidor, que também inundou os jornais cariocas com sua propaganda, e a loja de Julius Kaiser, na Rua da Assembléia.

A família Hime, dentro de diversificada gama de atividades, dedicou-se ainda

à edição de livros e jornais ingleses, como já citamos anteriormente; eram, ainda, corretores de importação de carne de Montevideu, e outros se dedicavam a negócios com metais, agência de navios, venda de ladrilho mosaico português, tintas da França, exportação de café, e muito mais.

Edwin dedicou-se ao xadrez, tendo participado de torneios no Clube Beethovem, onde conseguiu boas classificações, conforme o noticiário carioca.

Mais tarde, com Jacob Walter, passou a importar produtos químicos, cognac e água mineral, da França. Interessante um seu anúncio no Jornal do Comércio que, em março de 1888, misturava, em seu texto, inglês e português.

No fim da era imperial, importava armarinhos e madeira para obra (07/11/1889): “Baiss Brothers & C. Droguistas Exportadores. Fabricantes de Produtos Químicos. Jerry-Street, Londres [...] Agentes Walter, Hime & Cia.”.

2.4.3 Outras famílias

Outros nomes aparecem nos noticiários da época, de onde podemos extrair notícias concretas sobre a diversidade do comércio brasileiro já no início do século XIX, inclusive fora da capital do império. Nota-se a importância da presença estrangeira no país, e sua contribuição no cenário econômico, de onde extraímos notícias sobre imigrantes judeus de diversas origens.

Foram encontrados os sobrenomes Keller: Joseph, negociante de cavalos, chegado de Montevideu; quase meio século mais tarde, tem-se notícia de um homônimo, chegado de Parati, que certamente não é o mesmo. Leon Keller; João Keller também registra presença na década de 1830. Samuel Keller, identificado como “judeu de nação”, apareceu várias vezes no noticiário carioca, em virtude de desacertos com seus caixeiros, aos quais, pelo que se depreende, não pagava corretamente.

Este mesmo Samuel aparece, também, anunciando sua sociedade com Samuel Finden, funcionário do consulado inglês. Em 1837, Samuel Keller seguiu para o Cabo da Boa Esperança.

O sobrenome Salomon já está presente no Brasil desde a abertura dos

portos, com a chegada da corte portuguesa: é sobrenome que raramente pertence a pessoas de origem não judaica.

Em 1809, João Salomon, sem dúvida um dos primeiros imigrantes, queixa-se publicamente da morosidade para a expedição de seus documentos. Em 1820, encontramos o francês Louis Salomon morando em Ubatuba; sua profissão, desconhece-se. Na mesma cidade, posteriormente, aparecem outros franceses com o mesmo sobrenome, levando Louis em seus prenomes: Achilles, Bazildes, David, Jean-Louis-Marie.

Tudo indica que foi o café e o fumo que atraíram tantos estrangeiros a Ubatuba. Temos notícia de um Aron Pollak, acompanhado por J. Pollak em 1857; Abraham Strassburger em 1854 e, no mesmo ano, sobrenomes como Worms, Simon, Weil,, Kahn, Levy. Verificando a carga dos navios que partiam de Ubatuba para Santos, é possível constatar a predominância regular do café.

Itaguaí também era polo importante para o comércio do café. Prova disso era a firma de José Worms, grande compradora de café na região, em 1830. Felix Cahen e Selig Wintergrin são outros nomes contemporâneos.

3 CONDESSA DE BARRAL, A MULHER QUE ENCANTOU O IMPERADOR

A Condessa de Barral teve papel relevante na vida do segundo imperador do Brasil. Existe ampla documentação que revela um homem insatisfeito em sua vida conjugal, dado a relações extra conjugais, quase sempre superficiais e efêmeras⁵⁴. Entretanto, ao que parece, foi a Condessa quem preencheu verdadeiramente, até o fim da vida, as lacunas de seu coração. Discreto, D. Pedro II preservava a família e sua imagem de chefe de Estado além da integridade desta mulher, que lhe foi cara até o final.

Pode-se dizer que esta é a história de um relacionamento único e decisivo para os protagonistas: D. Pedro II, monarca, respeitado internacionalmente, conhecido por seus dotes intelectuais, integridade, tolerância e senso de justiça; a Condessa, mulher incomum, com visão de mundo bem a frente de seu tempo.

Desde sua chegada à Corte do Brasil, partilhou ela da intimidade do imperador, de suas ideias, sentimentos e confidências, influenciando integralmente sua vida e de sua família.

A despeito da identificação humana e afetiva com a Condessa de Barral, sabe-se da existência de outros casos extraconjugais na trajetória do imperador. Mas o que ficou da profunda e duradoura relação com ela, foi a certeza de sentimentos recíprocos, bem definida na farta correspondência trocada entre ambos durante mais de três décadas. Esta expressiva continuidade deixa patente a inevitável influência da Condessa nos assuntos relativos ao governo, como foi o caso da Questão Religiosa⁵⁵, para citar um exemplo entre muitos do que se pode detectar.

As consequências do tal romance podiam ser gravíssimas no século XIX, por ser o imperador figura pública, representante da nação e, mais especialmente, para a mulher, cujo adultério era imperdoável violação de costumes: responsável pela estabilidade do casamento, vínculo perene, sacramentado pela religião, cabia à

⁵⁴Carvalho, José Murilo de, *D. Pedro II*, p. 62

⁵⁵Bernstein, Harry. *D. Pedro II*, p. 206

mulher suportar as infidelidades do marido, considerada aspecto inerente à natureza masculina.

Precisava ela manter-se impoluta, quase casta, cedendo às obrigações conjugais, submissa, sem qualquer participação que não fosse o sublime propósito da procriação.

Em obra recente⁵⁶ a este respeito, lemos que este amor não podia, jamais, transpirar, para resguardar a imagem de ambos: “mais difícil era sufocar os sentimentos.”

As cartas são apenas pequena amostra do que foi o amor que compartilharam durante trinta e quatro anos:

De um sentimento confessado, noite e dia, como se confessava uma fé [...] O elo que os unia era muito forte e ia muito além das necessidades primitivas [...] uma mistura sublime de amizade, ternura, entusiasmo pela beleza e o encontro das almas. Um sentimento construído num momento histórico especial: o século XIX, o século do Romantismo.

Raramente esses padrões eram violados; mas houve mulheres que quebraram esta premissa e, já no início do século XIX, Luísa Margarida Portugal e Barros, mais tarde Condessa de Barral e Pedra Branca, foi uma mulher fascinante, não tanto pelos dotes físicos, mas pelo carisma e inteligência aguda, o que a tornava diferente das mulheres comuns.

Foi a mulher envolvente e cativante a quem o sisudo imperador Pedro II entregaria, definitivamente, seu coração. Tinha nove anos mais que ele. Era graciosa, leve e viva. Parecia uma jovem enquanto ele, pesado e austero, tinha aparência precocemente envelhecida.

Resolveram correr os riscos do amor proibido. Para ela, havia uma família e um nome a zelar; para ele, a imagem pública do imperante e do homem devotado à família. Era o que exigiam as instituições políticas e sociais da época. Além do mais, ele tinha verdadeiro pavor de ser identificado com seu pai, que deixou, no mundo, mais de cinquenta bastardos, embora morresse aos trinta e seis anos de idade!

Durante bom tempo, ele se contentaria em apertar os pequenos pés dela sob

⁵⁶ Del Priore, Mary, *Condessa de Barral, a paixão do imperador*, p. 9

a mesa onde ensinava as princesas⁵⁷.

Os trechos abaixo, mostram como a atração era sufocada e disfarçada, evitando comprometerem-se um ao outro:

Condessa:

Você sabe quem ocupou completamente meu coração [...] creia que o ano que começa há de ser como os outros de quem lhe quer como você nem imagina e pede-lhe cada vez mais o consolo de suas cartas [...]. Desculpe-me falar assim, porém meu coração ainda é o mesmo e sempre o será por quem me inspira tais sentimentos. Diga-me se alguém já lhe quis mais do que eu e se não devemos nos regozijar de tamanha felicidade? Portanto, venham, venham as cartas que amenizem este deserto e umedeçam os lábios sequiosos. Não há leitura, não há estudo que supra a falta de certas cartas [...]. Como viveria eu sempre ativo e animado sem esta imaginação que tenho e a amizade que lhe consagro?

Todo seu

P.

E ela:

Quando eu fiz os rabiscos na parede, já era prelúdio da triste separação. Prefiro me lembrar dos tempos felizes de Petrópolis, de nossos longos passeios e mais do que tudo do Corcovado [...]. Abre sempre a janela às 8 da manhã e diga bom-dia com a luz à minha casa.

Condessa de Barral

Luísa Margarida Portugal e Barros nasceu na Bahia, em 13 de abril de 1816, filha de Maria do Carmo Gouveia Portugal e Domingos Borges de Barros, diplomata e senhor de engenho.

O Brasil ainda não era independente, e as mulheres da época viviam enclausuradas no ambiente doméstico. Mal viam as ruas pelas janelas, e as mais ousadas, nas varandas dos sobrados. As que não casavam, tornavam-se religiosas. Mas viver sem uma sombra masculina que as acompanhasse e protegesse, jamais. Aspiravam ao casamento e à maternidade, independente de quem fosse o marido, quase sempre escolhido pela família. As que não eram ricas, ajudavam o marido no orçamento familiar, movimentando pequena indústria caseira, onde costuravam, bordavam, faziam rendas, bolos, doces, rapadura, velas e sabão.

⁵⁷ Idem, op. cit., 154

Pouquíssimas estudavam, pois este privilégio quase não existia nem para as famílias abastadas. E foi contra esta situação injusta, vivida pela mulher então contemporânea, que Luísa se insurgiu, assim como outra que, nascida pouco antes, também quebrou os mesmos tabus da época: Nísia Floresta⁵⁸.

Luísa nasceu e cresceu em Salvador da Bahia, sociedade patriarcal e fechada, com valores bem definidos. Embora pertencendo àquele mundo, Luísa, desde cedo, mostrou estar fora dos padrões femininos de sua época. Tomou o destino nas mãos, e negou-se a viver dentro dos limites impostos à mulher de seu tempo. Inquieta e insatisfeita, cheia de ambiguidades, era uma inovadora que quebrou tabus.

Viveu entre dois mundos: o Brasil e a Europa, o engenho e a Corte, primeiro, a francesa da Casa de Orléans, depois, a brasileira, permeando entre o arcaico e o moderno, independente e ousada.

Era mulher de extremos, amada e admirada ou detestada e excluída. Muitas vezes era chocante, e a formação que tivera entre os melhores livros e professores, na França, fez dela revolucionária, quase aventureira.

Culta, poliglota e elegante, jamais aceitou o despotismo masculino, nem conjugal nem paterno. Cresceu afeita à figura do pai, já que cedo a mãe lhe faltara; mas viveu como queria, sem jamais aceitar os limites que agrilhoavam a mulher de seu tempo.

Luísa sofreu forte influência das ideias paternas, sobretudo as abolicionistas. Mesmo assim, não aceitou o marido que o pai quis lhe impor. Enfrentou revoltas como as dos escravos do Recôncavo baiano e de republicanos e monarquistas, na França e no Brasil.

Apesar de proprietária de escravos, ainda que gerisse a indústria do engenho, abominava o tráfico e o aviltamento da condição humana de seus servidores, a quem tratava de maneira diferenciada e humana.

Era prática, inteligente e espirituosa, ao mesmo tempo delicada, feminina e

⁵⁸ Escritora, abolicionista, poetisa e educadora potiguar, nascida ainda no Reino Unido, criou o primeiro colégio para educação feminina no Brasil, assumindo postura irreverente em relação aos padrões do papel da mulher do século XIX. Há pontos em comum em sua biografia e a da Condessa de Barral, o que merece estudo mais detalhado.

sedutora.

Apesar de tudo, ela desenvolveu sua personalidade marcante num mundo de sentimentos e de valorização dos desejos reprimidos da alma: o Romantismo. Luísa encarnou todas estas virtudes (românticas) ao mesmo tempo em que quebrou todos os tabus, quando escolheu seu marido, a despeito do desejo paterno. Esse paradoxo talvez fosse o fruto da mistura entre o engenho e Paris.

3.1 O PAI

Domingos Borges de Barros⁵⁹ estudara em Coimbra, tendo ocupado posto de relevância no Primeiro reinado. Fora ele o artífice do segundo casamento do imperador d. Pedro I.

Em 1814, D. Domingos, aos 35 anos, escolheu, para esposa, D. Maria do Carmo Gouveia e Portugal, uma bela viúva ricamente dotada. Em 1815, nascia o filho Domingos, e um ano depois, Luísa. Nomeado para representar o Brasil na corte de Paris, a família, arrancada à tranquilidade do engenho S. João, chegou a Paris no reinado de Carlos X⁶⁰.

Durante a infância, sua filha, futura Condessa do Barral, vivenciou debates sobre o tratamento a ser dado aos escravos. Mais coerção ou maior tolerância? Nestes debates, percebeu que seu pai era diferente dos conservadores, que faziam os escravos trabalharem até a morte, mal alimentados e punidos com rigor cruel. Ele era favorável a reuniões, batuques e festas nas senzalas onde, livres das pressões, os escravos liberavam energias, antes que explodissem em forma de rebeliões. Mas não deixava de puni-los quando julgava necessário, como medida educativa.

Para D. Maria do Carmo e os filhos, sair do Brasil era descobrir um mundo completamente novo e desconhecido, longe da luz do sol e dos verões tropicais. Porém, para ela, a educação dos filhos vinha em primeiro lugar, já que o pai sabia

⁵⁹ Domingos pertencia a uma plêiade de “homens bons”. Recebeu e cultivou educação de alta categoria. Estudou em Lisboa, no Colégio dos Nobres, que tinha ar cosmopolita, com o objetivo de introduzir o iluminismo em Portugal. Dali, os alunos, preparados por professores estrangeiros, iam para Coimbra, onde Domingos bacharelou-se, tendo-se envolvido com a maçonaria.

⁶⁰ Nosso Pedro I considerava-o “modelo virtuoso de monarca” e a ele pediu apoio para consolidar o reconhecimento da independência do império brasileiro que acabara de nascer.

que a educação europeia era grande investimento. Deixado o engenho, a família urbanizou-se e estava em harmonia com a mudança radical que seu cotidiano sofrera⁶¹.

Assim, o pai partiu para a Europa, onde participava, cada vez mais ativamente, das tensões entre portugueses e brasileiros. A Revolução Liberal do Porto, em 1820, exigiu a volta de D. João VI a Portugal, e D. Pedro assumiu o governo brasileiro, como Príncipe Regente. A Bahia elegeu nove deputados para representá-la junto às Cortes portuguesas; entre eles, D. Domingos, que saiu do Brasil empunhando bandeira revolucionária de duas faces: a emancipação política da mulher e a libertação dos escravos.

Encarregado dos negócios brasileiros no exterior em 1824, D. Domingos pode mostrar, aos filhos, um mundo diferente e evoluído: a velha Europa, que muito alargaria os horizontes de Luísa.

Quando jovem, ele vivera em Paris, à época da sagração de Napoleão Bonaparte como imperador. A despeito das mudanças positivas ocorridas na sociedade francesa com a ascensão do novo governo, Domingos pôde perceber o despotismo do imperador, cuja política de controle das massas também interferia na vida pública e privada, além de no teatro, nos jornais, na literatura. Os soldados reprimiam a população. Poeta, assim Domingos se queixava a seu pai, sobre Napoleão⁶²:

Nunca mais vos verei, ó pai, ó Pátria.
Sofra-se antes a morte do que a infâmia
Dos déspotas aos pés, curve a baixeza.

Mesmo nessas condições desfavoráveis, a educação diferenciada de quem estudara na Europa deu, ao jovem, a oportunidade de sustentar-se.

Com o declínio de Napoleão Bonaparte, D. Domingos fugiu para os Estados Unidos, chegando à Filadélfia, o mais importante centro maçônico das Américas. Naquele clima de liberdade de imprensa, encontrou ex-escravos refugiados das

⁶¹ Del Priore, Mary, op. cit. p. 50

⁶² Idem, ibidem

Ilhas de São Domingos, que narravam a saga de seus sofrimentos, que os levaram a rebeliões: esta experiência tornou-o liberal moderado, apoiando as reações contra os abusos do sistema colonial, ao mesmo tempo em que temia rebeliões.

Em 1811, retorna à Bahia, onde foi preso, sob a acusação de ser espião francês. Neste episódio, pesaram suas ligações maçônicas, tanto para motivar a prisão como para ser libertado com certa facilidade. Menos de um ano em Salvador, e já era indicado para cargo público, graças a sua formação intelectual em Coimbra.

Passou a publicar artigos científicos sobre agricultura, ligados ao cargo que exercia; mas, a partir de 1813, volta a atenção para as letras. E nisto reside um detalhe importante que certamente teria peso relevante na formação de Luísa: a educação feminina.

D. Domingos traduziu e publicou, na corte, o poema de Legouv *O Merecimento das Mulheres*. Em seguida, um comentrio sobre o poema intitulado *Poesias oferecidas s senhoras brasileiras por um baiano*, uma apologia educao feminina em que explicava que, ao ler *Descries filosficas dos sexos e seus direitos polticos por natureza*, chegou concluso da irrefutvel importncia do voto feminino; mas, para tanto, era preciso emancipar as mulheres.

Enquanto isso, na Europa, sob a influncia do cdigo civil napolenico recm-publicado, a mulher volta a ser considerada inferior ao homem, cujo controle era sem limites sobre o casamento: mulher cabia obedecer e calar.

A D. Domingos cabiam tarefas importantes, como suprir seu pas com informaes que contribussem para seu desenvolvimento. Alm disso, cabia-lhe combater manobras diplomticas portuguesas, cujo objetivo era desestabilizar D. Pedro I.

D. Domingos, que apreciava as tarefas de seu cargo, comeou a enviar, ao Brasil, livros de Direito e sementes para o Jardim Botnico. Percorria os cafs, as academias, as livrarias de Paris, procura de profissionais que se dispusessem a emigrar para os trpicos. Sonhava em tirar o Brasil do tradicional consrcio com a escravido, eliminando, do pas, esta cruel instituio.

Mas, eram muitos os obstculos: a comear de Portugal, inmeros pases resistiam em reconhecer o Brasil como nao independente. Surgiam dificuldades e desafios de toda ordem; no era fcil ser diplomata do imprio, recm-nascido e mal

construído sobre as graves falhas da colonização portuguesa, sem maturidade política nem elementos necessários para gerir a grande transformação, que se fazia urgente.

Nessa época, D. Domingos foi agraciado com o título de Barão de Pedra Branca, tornando-se um dos *barões do massapé* e, a este respeito, há registro de posturas preconceituosas de José Bonifácio de Andrada e Silva, que ironizou a honraria, afirmando que o título deveria ser Barão da Pedra Parda, numa alusão à ascendência negra de D. Domingos, pelo lado materno⁶³.

Luísa impregnou-se do espírito patriótico do pai, e passou a amar o império do Brasil. Em sua personalidade, mesclavam-se as culturas do Novo e do Velho Mundo, a baiana e a parisiense. Ela era precoce e articulada, circulava pelo mundo diplomático, absorvendo toda a experiência adquirida neste campo, por vezes embaraçoso e contraditório.

A morte do irmão fez com que todas as atenções se concentrassem nela. Seu sentido crítico era cada vez mais apurado e sabia, como ninguém, percorrer o mundo que não lhe pertencia por nascimento, mas que ela tornaria seu: a menina do engenho se fazia aristocrática e cidadã do mundo.

Com a morte de D. Leopoldina, D. Domingos, aproveitando sua carreira diplomática, abraçou a difícil missão de conseguir uma noiva para D. Pedro I. Sua fama de marido violento e libertino dificultava as negociações, mas ele conseguiu encontrar a noiva desejada: bonita, culta e virtuosa.

D. Amélia de Leuchtenberg, doze anos mais nova que D. Pedro I, ganhou de imediato seu coração. Ele, agradecido, cumulou D. Domingos com a Gran Cruz da Ordem de Cristo, a dignatária da Ordem da Rosa e o título de Visconde, com grandeza, através de decreto.

As famílias Beauharnais e Bonaparte ficaram gratas a Borges de Barros, e isto favoreceria o futuro de Luísa, que passaria a frequentar a nobreza de França.

D. Domingos viaja para o Brasil para ocupar sua cadeira no Senado. No mesmo navio, viajam o conde Saint-Priest, recentemente nomeado ministro da França no Brasil, e seu jovem primo, Visconde de Barral, neto de um dos últimos

⁶³ Del Priore, Mary, *op. cit.*, p. 40

ministros de Luís XVI, e que desde cedo esteve mergulhado no mundo diplomático, tornando-se interlocutor de valor inestimável para as atividades de D. Domingos.

Deste contato durante a travessia, sairá o casamento de Luísa, num futuro próximo.

Enquanto isso, Luísa crescia e sua educação aprimorava-se. Estudava piano e balé, falava fluentemente vários idiomas, escrevia cartas com desenvoltura, e era dona de uma naturalidade e um refinamento que marcaram seu estilo tão bem engajado no espírito da época. Nesta intensa vivência social e com a formação que recebera na Europa, Luísa aprendia

que a falta de discrição, a conversa fútil e a vulgaridade eram características detestadas pelos homens. Aprendia também que as mulheres tinham de ser passivas e dóceis e que ser dona de casa era natural. Também lhe diziam que a divisão entre os sexos constituía a única base possível da harmonia social⁶⁴.

Apesar de feminina e sonhadora, a jovem Luísa revelava-se inteligente e voluntariosa, como demonstrou, ao recusar, habilmente, mas determinada, o casamento articulado por seu pai, com o velho Marquês de Abrantes, colega de seu pai em Coimbra, na política e na diplomacia.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida era rico, velho e feio, e embora pudesse salvar grande parte do patrimônio perdido pela família da noiva, foi por ela recusado.

Depois de sua formação europeia e de tantas conversas com o pai sobre os direitos da mulher, Luísa sentia-se apta para decidir por si mesma, e recusou aquele casamento, que seria sem outra afinidade que não os bens materiais do consorte.

Por outro lado, seu coração já tinha dono: Eugênio, o jovem Conde de Barral, de belos olhos, e que passará a se interessar pelas coisas do Brasil. Era um belo homem, e pertencia a uma das mais antigas famílias nobres de França. Além de conde, seu pai era Marquês de Montferrat e de La Batie d'Arvillars, e tinha sido pajem de Napoleão. Seu avô fora político e presidente do Parlamento de Grenoble, palco das agitações que desencadearam a Revolução Francesa.

⁶⁴ Del Priore, Mary, *op.cit.*, p. 21 e 193

O matrimônio traria liberdade, e Luísa trocou a modéstia e a pudicícia pela esperteza, ao mesmo tempo em que investia seu prazer na vida social: frequentava jantares que transcorriam madrugada adentro, onde predominava a conversação, que era considerada uma arte nos refinados meios sociais franceses. Falava-se de tudo, moral, política, literatura, de modo que este prazer era privilégio de uma classe ilustrada, que trocava o sentimento amoroso pela *coquetterie*.

Entre os extremos do pecado e da santidade, Luísa forjou uma personalidade, e daí pinçou o que interessava para encantar: ter poder e, como ela dizia, “dar cambalhotas pelo mundo”⁶⁵. Em 1837, o casal viajou para o Brasil.

Luísa anotou as impressões de viagem num diário, documento que seria importante para a posteridade. Passou a ensinar Português ao marido, que precisava adaptar-se ao novo ambiente, brasileiro.

Ao desembarcarem, o choque: ela estranhava tudo, mesmo a casa de outrora parecia feia e triste. Chegada da Europa, ela percebeu que saíra dali sem arrependimento, e que os valores europeus definitivamente não a deixariam. Rejeitava os rostos, as cores, os cheiros de sua terra natal. Nos engenhos, não havia conforto nem vida social.

O marido não tinha dinheiro, somente títulos de nobreza. Trabalhavam muito, até a exaustão. Os registros dela continuavam: “Trabalhei o dia todo como um cavalo... Oh! o campo! Morro de vontade de sair daqui”⁶⁶.

3.2 A CONDESSA DE BARRAL E A PRINCESA DE JOINVILLE

Assim vivia Luísa: saída do conforto e refinamento da corte francesa, para a vida áspera num país tropical. Ainda que se tratasse de sua terra, o cotidiano do engenho era estafante e, por mais que esforços e trabalho duro fossem investimentos no patrimônio da família, Luísa começava a perceber que o Brasil não era país para se viver. Passou a sentir saudade da França.

Por seu lado, Eugênio emagrecia a olhos vistos, e tinha constantes dores de

⁶⁵ Del Priore, Mary, *op.cit.*, p. 21 e 193

⁶⁶ *Idem*, p. 65

garganta. Além disto, o comércio açucareiro estava em declínio, as despesas eram grandes e os lucros, escassos. O cenário político entrava em erupção. Discutia-se muito sobre a instauração do regime republicano como preferível à manutenção da monarquia tradicionalmentemais dispendiosa, trazendo, em seu bojo, problemas outros, inerentes a sua natureza.

Foi nessa época que surgiu Sabino Vieira, mulato de olhos claros, médico e jornalista, culto,eloquente líder do movimento separatista Sabinada, que pregava a fundação de uma república em que o povo tivesse ingerência nos negócios públicos.

Queria o desligamento da Bahia do governo central e a organização de uma Assembléia Constituinte. Os escravos envolveram-se no movimento, e temia-se um novo Haiti.

Durante a revolta, Luísa recusou-se a fugir e chegou a pegar em armas durante o combate.

O engenho perdia o encanto e o Brasil parecia cada vez mais uma terra inabitável: a saída que ela vislumbrava era a Europa, junto aos parentes do marido. D. Domingos, alicerçado por sua experiência de tantos anos como diplomata, achou a solução: Luísa, após todo o investimento em sua educação, estava apta e reunia as qualidades para ocupar o cargo, que sabia vazio, de dama de honra da Princesa de Joinville, que era Francisca de Bragança, irmã de D. Pedro II.

Era a primeira vez que, na corte, uma brasileira era agraciada com a distinção de cargo tão cobiçado como primeira dama de honor. O orgulhoso pai escreve carta à Condessa de Itapagipe, D. Ana Romana de Aragão Calmon, comentando sobre o emprego honorífico que oferecia honorários bons, talher na mesa real, despesas pagas. “[...] assim é minha filha, a primeira brasileira empregada na Corte onde seu pai é o primeiro representante do Brasil.”⁶⁷

A Princesa Francisca, depois Chicá, como a chamava o marido, nasceu e cresceu na Quinta de S. Cristóvão no Rio de Janeiro. Até o casamento, viveu sob os cuidados de D. Mariana de Verna, a Dadama, em companhia dos irmãos D. Januária, D. Paula Mariana e D. Pedro II. Ficara órfã de mãe aos três anos, e tinha sete quando seu pai abdicou, partindo para Portugal com sua madrasta, D. Amélia.

⁶⁷ Carta à Condessa de Itapagipe in Magalhães Jr., Raimundo, *D. Pedro II e a Condessa de Barral*- p. 4

“Pobre criança! É tão simples e ingênua, não? Nós a faremos muito feliz” foi o comentário da rainha à Baronesa de Langsdorff.

Na corte francesa, apesar dos laivos de republicanismo que gravitavam em torno da monarquia liberal, eram obedecidos princípios rígidos de etiqueta e na forma de falar e se comportar. Esta vida elegante desenvolveu-se entre o império napoleônico e a Restauração dos Orléans.

O rei Luís Felipe concordava com políticas a favor dos burgueses. Encarnava o cidadão ideal, o mais burguês entre os burgueses, rodeado de uma oligarquia de burocratas. A burguesia estava aberta a todos os que acreditassem na moral, na força do trabalho e na inteligência.

Nesse contexto, Luísa adejava entre os nobres, diplomatas, militares e políticos, amigos dos príncipes. Com seus voos leves de borboleta, ela encontrava acesso a todas as camadas de seu interesse. Ficara amiga de Frédéric François Chopin e outros artistas que frequentavam a corte dos Orléans.

O baile anual que o rei oferecia, tradicionalmente, em janeiro, para mais de dois mil e quinhentos convidados, foi o momento escolhido por Luísa para apresentar Chicá à corte francesa. Instruída por ela, a princesa saiu-se muito bem. A antiga senhora de engenho também sabia ser hábil articuladora como dama de honra.

Luísa se movia entre quatro palácios: Elyseé-Bourbon, Tulherias, Saint-Cloud e o Luxemburgo. Ela vivia com plenitude a liberdade que o casamento lhe proporcionava. Aproveitava ainda para ir à missa com Eugênio. Ele agora era o “querido marido” que frequentava a Bolsa, os banqueiros e os comerciantes de máquinas a vapor.

A afinidade era completada por uma total liberdade da qual gozava nos bailes da Corte, nas conversas, nas danças. Era seu trabalho. Chegava tarde e ele a esperava. Conversavam muito. “Com que alegria não me encontrei com meu bom marido!”, ela registrava⁶⁸. Dançava polca e valsa, conversava com todos sem constrangimentos nem compromissos. Enfim, ela desfrutava das aspirações do século.

⁶⁸ Del Priore, Mary, *op. cit.*, p.88

Em 1847, Francisca foi com Joinville encontrar o irmão, que era governador da Argélia. A situação econômica e política da França estava caótica: crise financeira e industrial, corrupção, assassinatos e suicídios. Luísa aproveitou o ensejo para visitar o Brasil, retornando à França logo em seguida.

O dia 24 de fevereiro de 1848, foi o último do reinado de Luís Felipe, que sem qualquer resistência e sob os gritos de “Viva a República!”, deixou o trono em favor do governo provisório. Partiram para a Inglaterra, onde se instalaram no Castelo de Claremont, sob a proteção da Rainha Vitória. Na França, o trono que era ocupado pelo rei, foi levado até a Bastilha e incinerado.

Os Barral reuniram-se aos Orléans mas, no Castelo de Claremont, não havia mais as festas tão apreciadas por Luísa.

Luís Napoleão, sobrinho do rei Luís Filipe, foi eleito, em 10 de dezembro de 1848, Presidente da República da França, com 73% dos votos. Seus poderes se ampliavam. Ele censurou a imprensa e, em 1852, articulou um golpe contra o Parlamento.

Em 1850, morreu Luís Felipe e a situação dos Barral começou a ficar difícil. O ambiente tornava-se hostil. Além disto, havia problemas com dinheiro e os serviços já não eram bem pagos. Os Joinville viviam do dote de Francisca, mais uma pensão de cento e cinquenta mil francos, que D. Pedro II lhe oferecia. Nem podiam morar numa casa independente.

Luísa representava bem o espírito de seu tempo, e a França pós-revolucionária prezava este tipo de mulher, capaz de copiar a cultura aristocrática, valorizando ao mesmo tempo o dinheiro e o ganho, numa incrível mistura de cortesã com a boa dona de casa burguesa. Ela perdia, assim, suas funções. Resolveu voltar para o Brasil, onde trocaria o fausto das Tulherias e a sofisticação de Paris, pela simplicidade da fazenda.

D. Domingos definhava devido a uma moléstia do fígado. No entanto, manteve ativo, enquanto pode, o jornal *Epocha Literária*, voltado ao público feminino e sucesso absoluto nos meios cultos de Salvador.

Finalmente Luísa, aos trinta e oito anos, lhe deu um neto, Dominique. Comentários maldosos não pouparam Luísa e sua gravidez tardia, atribuindo ao médico, Dr. Salustiano Ferreira Souto, a paternidade da criança. Ele era amigo

particular de Luísa e, por interferência de D. Domingos, tinha um cargo público em Salvador.

Isso e mais a frequência com se hospedava na casa dos Barral, reforçava a natureza dos comentários. Além disto, era conhecida a liberdade da qual Luísa desfrutava em sua vida pessoal. Sufocada pela mentalidade limitada do Recôncavo, ela esperou enterrar D. Domingos para retornar à civilização. Eugênio fora convidado por Luís Napoleão para suceder ao pai no Palácio de Luxemburgo.

De repente, uma reviravolta nos planos: já de malas prontas, Luísa recebeu um carta vinda da Corte. No envelope, as armas de Bragança e a indicação da mordomia da Casa Imperial. Paulo Barbosa da Silva, o mordomo, tinha sido colega de D. Domingos em Coimbra, e escrevia a ela, convidando-a para educar as princesas imperiais do Brasil, à semelhança do que já fizera com a Princesa Chicá, como sua dama do palácio.

Agora, a escolha: podia voltar à França como a esposa de um pajem mal remunerado ou brilhar na Corte do Rio de Janeiro. Nesse ínterim, Chicá escrevia ao irmão, aludindo aos atributos de Luísa como perfeitos para a nova função⁶⁹:

Estou encantada sabendo que a Barral aceitou o lugar de aia. Não podias ter acertado melhor [...]. Eu escrevo como me pediste a todos do Paço para recomendar-lhes a Barral como sendo uma pessoa amiga, é brasileira e merece toda a confiança que lhe debes dar para que ela possa empreender o seu lugar.

Alertou ainda para possíveis picuinhas e resistência que Luísa sofreria. Se era assim no Recôncavo, como não seria na Corte? O imperador aceitou suas exigências para a as despesas de viagem, salário de doze contos anuais, moradia e autonomia para ensinar as princesas e escolher os outros professores. Acordo selado, Eugênio terminou por retornar à França, e ela foi acomodada em São Cristóvão, nos aposentos que foram da Dadama, a Condessa de Belmonte.

3.3 A CONDESSA DE BARRAL NO PAÇO IMPERIAL

⁶⁹ Del Priore, Mary, *op. cit.*, p. 120

Luísa chegou ao Rio de Janeiro no vapor Recife. O *Jornal do Comércio* noticiou: “Por decreto de 31 de agosto de 1856, foi nomeada dama de S. M. a imperatriz, a Sra. Condessa de Barral”.

Começaria aqui o calvário de Teresa Cristina, apesar de todos os benefícios que Luísa traria à formação das princesas. O imperador era pai devotado e seguia de perto a educação das filhas, dando a elas pessoalmente aulas de Matemática, Física e Latim. Junto com a nova preceptora, escolhia a dedo quem lecionava outras disciplinas e idiomas estrangeiros. Precisava, porém, de alguém que lhes orientasse os modos e o comportamento, confessando-se inepto “para lidar com senhoras”.

Antes de se decidir pela Condessa de Barral para aia de suas filhas, D. Pedro pediu à madrastra, D. Amélia, que, para educadora de Isabel e Leopoldina lhe indicasse

[...] uma alemã católica romana e religiosa, viúva e sem filhos, maior de quarenta anos [...] sem interesse na Europa, falando as línguas mais usadas e entendendo o português.

A Condessa de Barral supriu quase todos esses requisitos; mas, em muito superou as expectativas da família imperial. Uma obra recente que reúne cartas trocadas entre a ela e os imperadores do Brasil, descreve, em seu prefácio, a impressão que ficou da Condessa, ao chegar à Corte brasileira, em 1856:

Deslumbrou as princesinhas com seu porte elegante, sua finura. Era um pouco da graça de França, pois fora dama na corte de Luís Filipe [...] e de súbito conquistou a admiração dos imperadores [...].Trazia consigo a modernidade e as sedução europeias, além de uma criatura notável para uma mulher daquele tempo.⁷⁰

Foi assim que a Condessa de Barral se instalou na corte e na vida de D. Pedro II, permanecendo sua grande amiga até a morte.

A corte brasileira era modesta e cinzenta, sem luz, apesar de todo o brilho do trópico. Que diferença dos critérios europeus a que estava familiarizada! Visitantes estrangeiros ficavam chocados com os anacronismos que encontravam no império brasileiro, incluindo a ridícula cerimônia do beija-mão que, lamentavelmente na corte

⁷⁰ Queiroz, Dinah Silveira de, *Cartas a Suas Majestades (1859-1890)*, p. 432

dos Bragança, ainda sobrevivia, em meio às mudanças do século XIX.

A carruagem, velha e feia, era remanescente do século anterior; a comida ruim, sendo a famosa canja do imperador o prato principal, que ele engolia em segundos.

Ele só gostava de doces triviais, como suspiros e goiabada. Não havia qualquer sinal de requinte, a começar pelos empregados, mal vestidos e despreparados para a função que exerciam.

Além do mais, não se tomavam vinhos nem se praticava a arte da conversação. Imperava o silêncio e o tédio. O Príncipe de Wüttemberg, em visita ao Brasil, comparou o Palácio de Petrópolis a “um triste edifício que no máximo satisfaria as exigências de um próspero mercador, mas não as de um grande monarca.”⁷¹

Os hábitos de D. Pedro II eram simples: não gostava de atividades físicas, como jogos e caminhadas, nem de caçadas, porque não admitia o abate de animais como lazer; para ele, bastava “alimentar os sentimentos do coração e os pensamentos do espírito”.

Depois que vieram os filhos, ele ganhara “um discreto ar de conquistador romântico, que buscava” como ele escrevera ao primo Fernando de Portugal, “uma alma gêmea.” Morreram-lhe os dois filhos varões, Pedro Afonso e Afonso Pedro, ambos em tenra idade, o que muito desesperou e frustrou o imperador. Estaria aqui vigente a conhecida maldição sobre os primogênitos da dinastia de Bragança?

Sua primeira paixão fora Maria Eugênia Lopes de Paiva, filha do Barão de Maranguape, casada duas vezes. Consta que era encantadora e que foi a primeira a servir sorvetes nas reuniões que organizava. O caso durou anos, antes da chegada da Condessa de Barral.

Depois, veio Carolina Bregaro, casada com um bastardo de D. Pedro I, que, segundo censuravam alguns, não era contato digno dele. Ainda assim, ele preservava a imperatriz e as filhas de qualquer escândalo. Era discreto e prudente para não despertar os fantasmas dos amores escancarados de seu pai. Porém, ele não ficou insensível à chegada de Luísa, mulher inteligente e famosa nos meios

⁷¹ Del Priore, Mary, *op. cit.*, 140

franceses, e que o haveria de encantar e envolver irremediavelmente.

O padrão de mulher que impressionava o homem dos oitocentos, era a que tinha “um não sei quê”, um “it” que, segundo Rousseau, ‘era a emoção que ela fosse capaz de despertar no espírito de seu interlocutor’. Luísa não era bela, mas possuía o “it”, além da cabeleira negra e os olhos de veludo que o século do Romantismo elegera para suas heroínas.

Era viva e graciosa, uma *coquette*. Encarnava o paradigma da *coquetterie* da mulher que se oferece e se recusa ao mesmo tempo. Luvas, chapéu e um pé minúsculo, como dizia José de Alencar nas suas crônicas de 1855 para o *Diário do Rio de Janeiro*: “mulheres- anjos, donas de um pezinho de Cendrillon, um corpinho de fada, uma boquinha cor de rosa”. Anos mais tarde, amigos e inimigos de Luísa só a chamariam de “a fadinha”.

O Rio de Janeiro que Luísa encontrou, impressionou o pintor Edouard Manet, de passagem em 1849: ele registrou as ruas estreitas, cheias de lama, a presença maciça de escravos, e a ausência de mulheres, que só eram vistas “quando vão à missa ou depois do jantar, quando aparecem em suas janelas [...] quando era possível olhá-las sem impedimento”.

Mas, em 1850, com a extinção do tráfico de escravos, as finanças se voltaram para o comércio e a vida urbana prosperou. José de Alencar, empolgado com a presença do progresso, registrava os prodígios da civilização, descrevendo o talento, a inteligência, as artes, o comércio, as grandes ideias do desenvolvimento que o país passara a viver.

O Passeio Público ganhou iluminação a gás, incrementando a vida social. Um trem levava os turistas e moradores a Petrópolis, e a Rua do Ouvidor ostentava o aumento das lojas refinadas, que reproduziam os “magazins” de Paris: luvas do Wallernstein, perfumes do Desmarais e roupas do Notre Dame de Paris.

A Galeria Geolas, à semelhança das galerias cobertas parisienses, ligava a Rua do Ouvidor à Rua dos Ourives; chegava o “sport”, nas corridas do Jockey Club e na disputa de regatas; havia bailes na Beneficência Francesa, o Baile do Estrangeiros, o da Glória, o do Cassino Fluminense, o do Congresso; o imperador adorava estes eventos, valsando pelos salões.

O Ginásio Dramático e o Teatro S. Pedro levavam dramas e tragédias

neoclássicas e, no Teatro Lírico, estreavam óperas brasileiras, com assuntos nacionais, bem ao gosto do romantismo, com suas heroínas brasileiras como Moema, Paraguaçu e Lindóia.

A apresentação no Paço foi formal, e Luísa optou por parecer discreta, quase modesta. Mesmo assim, encantou o imperador: respeitosa, calma e segura, submissa sem se humilhar. Anjo ou demônio, dela desprendia o delicado perfume Brisa de Paris. Avançava, modelando o vestido, entremostrando os pés pequenos. Todo o conjunto despertou admiração e desejo no imperador, contido pelo mais absoluto respeito. Esse era o genial “andar francês”.

O casal imperial logo sentiu que se tratava de alguém excepcional. Fora educada no espírito da Restauração, tinha princípios, ia à missa, jejuava, ao mesmo tempo em que dançava nos bailes, ia ao teatro e lia histórias de adultério de George Sand e Flaubert, alinhando em si o sagrado e o profano.

Era calculadamente virtuosa, manejando inteligência, habilidade e discrição. O imperador, deliciado com essa mistura, sentiu que encontrara sua alma gêmea, detentora de todos os requisitos que o século do Romantismo exigia de uma mulher: pés diminutos, mãos brancas, pequenas e modeladas, a consistência das carnes, olhos vivos, negros e expressivos.

Luísa revolucionou o cotidiano do palácio, mudando a vida das princesas. O imperador exigia que a educação das filhas fosse igual à que os meninos recebiam; muitas vezes assistia às aulas das filhas, preocupado com a formação das princesas que, futuramente, ele esperava, poderiam, um dia, ter de dirigir o governo constitucional do império brasileiro.

As meninas adoravam Luísa, feminina, perfumada e elegante, sem a sombra da melancolia costumeira que fez murchar o rosto de Teresa Cristina.

O contato da preceptora com o imperante, era diário: ela irradiava graça, vivacidade, inteligência. Na falta de livros adequados, eles escreveram a quatro mãos um compêndio de História de Portugal contemporâneo, a ser decorado pelas alunas.

Luísa e D. Pedro debruçavam-se sobre os mesmos livros, e declamavam poemas. Estabeleceu-se um jogo de sedução. A longa abordagem amorosa que viria depois, exigiria tempo, paciência e esperteza para ficarem a sós.

Aos poucos, ele se apegou a Luísa, que era diferente de tudo o que ele tinha visto no Brasil. Além disso, como Sherazade, suas histórias pareciam não ter fim e “conversar era a arte de ser feliz juntos”. A vida toda ele afirmaria: “Creia que suas conversinhas fizeram falta a valer”.

Os salões franceses eram um espaço onde a conversa podia transformar prosa em poesia, e este novo modo de vida atraía o imperador: conversando, Luísa conseguia trazer Paris para o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que sabia ser educativa.

Discutiam de tudo: livros, artes, as filhas. Ela desnudou a personalidade de D. Pedro, despojando-o da armadura que trazia em relação a pessoas e a políticos. Conseguiu desarmá-lo de sua eterna desconfiança, traço que marcou sua personalidade, talvez pelas inseguranças vividas desde a infância. Ele era uma pessoa solitária, que se isolava e só gostava de discutir assuntos políticos e intelectuais, assuntos que ela também gostava muito de debater.

Sufocada pela atmosfera asfíxiante do engenho e longe de Eugênio, ela ansiava por nova companhia. Segundo Mary del Priore, p. 148/149 de seu estudo já mencionado,

O encontro entre a condessa e o imperador não foi uma paixão fulminante, e sim um reconhecimento”... “Estavam prontos para se adotar porque tinham sonhado com a imagem que faziam um do outro [...] Nessa época, o ideal precedia a realidade” [...] “E nas questões do coração, primava a moda das amizades espirituais.

Eles estavam prontos para vivenciar os encantos e as dificuldades dessa viagem: além da estima e respeito mútuo, nascia, entre eles, uma simpatia particular, uma preferência inexplicável, uma comunhão de ideias, que compunham o encontro de almas gêmeas, duas pessoas que simplesmente se adotaram.

Assim, entre aulas, estudos e passeios, transcorreram os dois primeiros anos. Quando o casal imperial excursionou pelo nordeste, Luísa direcionou os preparativos da viagem a ponto de dar, a ele, uma espécie de radiografia de algumas famílias: quem era bom, quem era mau, onde passear, onde aceitar hospitalidade.

Ela escreveu uma verdadeira crônica social da época, transferindo

espontaneidade para o papel. Buscava diminuir as distâncias, e mantinha o tom de intimidade, narrando seu dia a dia com as princesas⁷².

Luísa, ao conviver com a família imperial, assume o papel de musa e madona que D. Pedro esperava dela: a fadinha, a *coquette* das Tulherias, ao acompanhar as mudanças dos tempos, tornava-se piedosana corte de São Cristóvão.

Ao tempo, o culto, detestado pelo Iluminismo, renascia, e a França, entre 1830 e 1848, mergulhou em profunda mariolatria; o manto da Virgem era o abrigo para os males do século: protegia os exércitos, e amenizava o medo, que grassava na Europa conturbada.

O clichê era a Virgem, imaculada, ascendendo aos céus e as heroínas românticas assumiram o despojamento necessário para essa ascensão. Por outro lado, a Igreja Católica exortava os fiéis a combater as “deleitações carnis”. Pecava-se com o olhar, com palavras, com pequenos toques, e era preciso ficar atento para evitar a queda.

É claro que a influência francesa chegava ao Brasil, e foi nesse clima severo que evoluía a relação de Luísa com o imperador. Ela assumia a face da mulher piedosa, incentivando as princesas a absorver essa atmosfera de religiosidade. Ia com elas enfeitar o altar na catedral de Petrópolis, ao Instituto Imperial dos Meninos Cegos ou Colégio das Irmãs de Caridade, onde assistiam a cerimônias religiosas. A aia exemplar correspondia às expectativas dos imperadores do Brasil.

3.4 O ROMANCE COM O IMPERADOR

A despeito das sérias restrições da era vitoriana ao prazer, Luísa e Pedro mergulharam na doce aventura do amor romântico. Amavam-se à distância, e a imaginação era um poderoso combustível para o amor. Entretanto, D. Pedro não escreveu a Luísa o quanto imaginava, como fez em cartas tórridas para amantes que vieram antes dela⁷³. Nessa atmosfera romântica do século XIX, todos os obstáculos acendiam, ainda mais, o desejo e a ideia do prazer que postergavam.

Era uma guerra entre o desejo e a culpa que ambos sentiam. O toque furtivo,

⁷² Queiroz, Dinah Silveira de, *op. cit.*, anexos.

⁷³ Carvalho, José Murilo de, *D. Pedro II*, p. 74-75

um simples roçar de mãos, eram fonte de prazer incomensurável. O arrulho ao pé do ouvido, o pisar delicadamente o pé da amada, primeiro passo para a conquista amorosa, era expressão irrefutável de adoração, que seguia os cânones do amor romântico.

Como o príncipe do conto de Cendrillon, para D. Pedro o pezinho era lugar de culto, e em certa ocasião, a pequena Leopoldina, intrigada, revelou à mãe as pisadelas furtivas dele no pé da condessa por debaixo da mesa onde estudavam.

Assim, o enlevo crescia e tudo era pretexto para um roçar de mãos, num mapa, num livro, numa folha de papel. Eram hábeis, dissimulados e discretos, criando estratégias para este culto incontido, que se desenrola quase naturalmente entre duas pessoas envolvidas.

A esse respeito, ele escreveu versos:

Quantas vezes com a mais doce maldade
O relógio fatal eu desandava [...]

Este período de prelúdios não deixou registros, pois eles eliminaram a correspondência. Mas é indubitável que foi o momento da consumação do amor que os envolvia, ela num pedestal e o imperador a seus pés.

Era preciso esconder o romance das adolescentes sempre presentes, e da vigilância da imperatriz. Além do mais, Dominique, o filho da Condessa, também circulava pelos jardins do Paço.

Portanto, os encontros aconteciam fora, no “quartinho do Hotel Leuenroth” ou no chalé Miranda de Petrópolis, anos mais tarde, após longo processo de sucessivas negativas, bem ao gosto dos padrões românticos.

Anos mais tarde, D. Pedro fazia referências a este período como “tempos felizes”. Referia-se a “tudo o que foi e será sempre nosso”. E ainda saudosos: “Quem me dera poder passar um instantinho ao menos do tempo em que estávamos juntos!... De Camões que tantas vezes lemos juntos”. Ou sobre “os gostos que temos”. Referia-se ainda a momentos íntimos: “Adeus! Com o melhor dos abraços e depois de lembrar-me das herzoguinadas. Quem m’ as dera!”

Queimaram a correspondência mais comprometedora. Era um acordo que fizeram de não deixar traços sobre o amor proibido. Diferentemente de outros casos amorosos do imperador, por que Luísa não inspirou cartas eróticas, se era tão intenso o sentimento que nutriam?

O vocabulário era decente e contido, o tom respeitoso e afetivo. Sem dúvida, tratava-se de sentimentos mais profundos, nascidos da identificação de almas, que iam muito além do deleite carnal, tão condenado pela Igreja.

Por mais discretos que fossem, algo poderia transpirar e havia sempre alguma maledicência. Até no teatro foi criada uma personagem inspirada em Luísa, uma forma mais sutil do autor criticar a influência da Barral sobre D. Pedro II.

Ao mesmo tempo, a “Revista Popular” tecia elogios à Luísa: “[...] folgou o imperador em encontrar na Sra. Condessa de Barral uma hábil preceptora que, com raro talento, forma o coração das jovens princesas”. Era sua consagração na Corte, confirmada pela simpatia de alguns jornalistas.

O amor secreto e proibido crescia com o passar dos anos. Luísa era invejada e poderosa. Preparou bem as princesas, que agora conheciam etiqueta, falavam outros idiomas e montavam bem.

Aos catorze anos, Isabel foi declarada sucessora do pai, através de juramento à Constituição do Império. Precisava casar-se, e Luísa entrou em ação. A missão não foi fácil, pois quem se disporia a abrir mão de um trono na Europa para viver nos trópicos?

Aventou-se a possibilidade de casar Isabel com um viúvo, o arquiduque Carlos Ludovico ou com o Duque de Flandres, irmão do rei Leopoldo II da Bélgica. Ambos eram aparentados com o Arquiduque Maximiliano da Áustria que, após passar pelo Rio de Janeiro, escreveu, percebendo as dificuldades que surgiam no país em função da extinção do tráfico:

Nas regiões mais bonitas e mais bem situadas, pululam desmesurada e ilimitadamente os bens da natureza [...] No momento, o Brasil está regredindo muito e, se o governo não organizar logo um sistema adequado de irrigação, se não superar o ódio aos estrangeiros [...] o grande império desmoronará e a mata virgem avançará, novamente, vitoriosa,

cobrindo o país.⁷⁴

Essas impressões correspondiam à realidade, e eram, também, as de Luísa. Iniciava-se a Guerra do Paraguai e, neste contexto, o engenho São João, nos três anos de ausência dos donos, sucumbiu na roubalheira dos administradores.

Eugênio voltou para o Brasil, e Dominique não fora preparado para gerir o pequeno império do avô: crescera nos jardins do Paço de São Cristóvão, e era tratado como filho, pelo casal imperial.

Luísa tratou de negociar os casamentos de suas pupilas; seu foco era na Casa de Orléans. O irmão de Joinville, Duque de Nemours e Vitória de Kohary, formavam um casal unido e feliz.

Tinham dois filhos: Gastão, o Conde D' Eu, e Ferdinando, Duque de Alençon, e uma filha, Margarida. Levavam uma vida severa e sem luxo. Os irmãos fizeram os estudos em Edimburgo, na Escócia, e o aprendizado militar, no exército espanhol.

Joinville, após casar sua Chiquita com o Duque de Chartres, achou casamento para suas sobrinhasdo trópico. Assim, num espaço de dois meses, Gastão casou com Isabel e Augusto (Gusty) de Saxe e Coburgo com Leopoldina, com a bênção da aia e do casal imperial.

3.5 A PARTIDA

Casadas as princesas, a presença de Luísa na Corte ia perdendo a razão de ser; além do mais, era preciso camuflar a relação secreta, pois Eugênio estava por perto.

Ela via seu reinado em São Cristóvão chegar ao fim, e partiu, com a família, para Paris. D. Pedro expediu um decreto que lhe estabelecia a pensão vitalícia de seis mil francos anuais; logo depois, o valor foi dobrado, além de outorgar a ela o título de Condessa de Pedra Branca.

Ela, porém, escreveu ao Mordomo da Casa Imperial, exonerando o Tesouro Nacional de qualquer obrigação. O gesto não só a engrandecia, como também

⁷⁴ Del Priore, Mary, *op. cit.*, p. 159

encerrava os rumores sobre seu caso com o imperador. Era uma forma de confirmar publicamente sua independência em relação a ele.

Mas, o caso não acabaria ali, principalmente para D. Pedro, que se ressentiu demais da ausência dela, sua grande amiga: a partida de Luísa envolveu em névoa os dias do imperador, e ele se enterrava no trabalho, para não pensar. Os dias eram entediados e sem brilho, cheios de nova preocupação: a investida de Solano Lopes.

Em julho de 1865, D. Pedro para o *front*, mas, mesmo assim, não perdeu contato com Luísa, continuando a escrever-lhe com a regularidade de um relógio suíço: queixava-se que não queria ser esquecido, pois “é mau viver longe de quem se preza...”

Mandava presentes, livros e folhas secas, sempre tomando cuidado quando escrevia, sempre em francês, assinando “Gautier, seu devotado amigo”, quando se dirigia a “Chère Madame”. Ela o iluminava em meio ao bombardeio e à crueza da guerra, onde grassava o cólera, que dizimava os exércitos, disseminando a dor e a morte. Mesmo à distância, ela era um lenitivo para sua solidão.

Por sua vez a Condessa, em sua correspondência com o Conde de Iguazu, expressava a preocupação com D. Pedro, com os perigos da guerra, e com seu cansaço e envelhecimento precoce.

Ansiava ainda poder revê-lo: “O dia mais feliz de minha vida será aquele em que poderei beijar-lhe a mão”. A troca de cartas continuava. A conversa fluía ao estilo de sempre. Ele, criticando a vida alegre que ela levava em Paris, ela recriminando, ainda que carinhosamente, o fato de ele deitar-se durante o dia após as refeições, e recomendava exercícios a pé.

Criticava a razão do exército brasileiro no campo de batalha, criticava o francês que ele escrevia, cheio de erros, e o fato de ele estar muito gordo. Chamava-o de rabugento.

Três anos depois, a condessa ficava viúva, e o imperador instava com ela para que voltasse ao Brasil: Dominique poderia estudar no Liceu Pedro II, recebendo dele toda a proteção em vista da perda do pai. Ela, porém, manteria o filho na Europa, onde a educação era superior à do Brasil.

Além do mais, prometera a Eugênio fazer de Dominique um francês, e

cumpriria à risca o prometido. Quando esteve de passagem no Brasil, aproveitou a ocasião para libertar seus escravos. Quando retornava à Europa, recebeu uma cartinha do imperador: “Escuso-me a falar de saudades, que são apenas mitigadas pelas cartas. Adeus e sempre, sempre, o seu P.”

Pouco antes da partida, Luísa apresentou, a D. Pedro, o Ministro Plenipotenciário da França, um erudito, poeta, escritor, escultor, ensaísta e historiador, que se tornaria seu amigo e confidente, apesar das ideias racistas que povoavam seus escritos: o Conde de Gobineau.

Esse Conde, nos onze meses em que ficou no Brasil, escreveu “As Plêiades”: a história falava de um príncipe melancólico de Bulbach, “mais temperamento que razão, afundado na sonolenta leitura de relatórios militares e documentos agrícolas”. Era D. Pedro II do Brasil. Perto dele, a Condessa Tonska que, de repente, abandonou a corte, para voltar ao marido.

Os Orléans regressaram a Paris, e ela agora teria o que fazer: ao mesmo tempo, se alegrava com a notícia da chegada de D. Pedro à Europa.

Nesta época, nova faceta de Luísa se mostrava: começava a ferver, dentro dela, um misto de arrependimento por seu envolvimento com D. Pedro e de culpa em relação a Dominique.

Seu posto de aia imperial a mantivera afastada dele, fazendo-o sofrer. Mas, a despeito desta forte autocrítica, não deixou de ser a *coquette* de sempre, indo a Paris para fazer novos vestidos, e receber e acompanhar o casal imperial do Brasil.

Por esse tempo, o imperador envelhecia: rugas profundas, barbas brancas. Desgastara-se com a Guerra do Paraguai e as tensões diplomáticas com a Inglaterra. Além disto, o fato de exercer o poder pessoal nas Câmaras, irritava os políticos, que o acusavam de absolutista e ditador.

Esperava-se que ele introduzisse, na “Fala do Trono”, a questão da emancipação dos escravos, a que a mana Chicá chamava de praga. Ela e Luísa censuravam-no por isto, esta última prometendo, a qualquer custo (e o fez), emancipar até o último dos escravos. Assim exigia a grande expansão da economia mundial, onde o liberalismo se somava à democracia, enquanto no Brasil predominava a grande lavoura escravista, como base da economia do império.

A morte de Leopoldina, em Viena, deixara quatro órfãos, e Luísa escreveu, demonstrando solidariedade:

Acabo de receber a notícia fatal e com o coração partido da mais pungente dor [...] para chorar com ambos nossa querida filha, pois só se eu perdesse meu filho poderia sentir maior pesar.⁷⁵

3.6 EM VIAGEM

D. Pedro saiu de licença, em direção à Europa. O jornal “A República” sentenciou que “o rei fosse embora o quanto antes”. Isabel ficou como regente. Luísa, solidária com o casal, aproveitou para declarar: “Falta-me ver agora a libertação de todos os escravos do meu país para morrer contente”.

Porém, entrou em vigor apenas a Lei do Ventre Livre. Era setembro de 1871.

D. Pedro partiu sob as vivas do povo. Farto de cerimônias, resolveu viajar como homem comum, apresentando-se como Pedro d’ Alcântara. Luísa escreveu, referindo-se à abolição: “Venha podendo ser chamado de soberano de uma nação livre”. A distância e o tempo fortaleceram o desejo do reencontro. Ele cobrava:

Por que não se satisfaz com os corações quelhe são devotados?” [...]. Adeus, amiga do coração [...]. Receba assim o meu abraço e console-se do degredo a que me condenou.”⁷⁶

Na França, o casal imperial foi recebido pelo Presidente da República, Luís Adolfo Thiers, que permitira, aos Orléans, voltarem à França. Luísa correu a Bordeaux saudar o casal. D. Pedro abraçou-a diante de todos. Ela o olhava: “estava gordo, de barbas brancas, mas a expressão tão alegre!” Ficou encarregada pelo programa dos recém-chegados, com a bênção de Chicá. Estranhou a escolha do imperador pelo anonimato, mas avisou aos que queriam homenageá-lo que ele era avesso a protocolos.

Férias e turismo! Esse era o objetivo de D. Pedro II, além de aliviar os problemas de saúde da imperatriz. Ele queria a presença constante de Luísa.

⁷⁵ Queiroz, Dinah Silveira de, *op.cit.*, p. 194

⁷⁶ Queiroz, Dinah Silveira de, *op.cit.* p. 194.

A palavra turismo começara a circular nos idos de 1840, ganhando força com o advento da fotografia em 1893. Isto permitia registrar as lembranças. Estradas melhores e caminhos férreos facilitavam as viagens. Chegava o progresso e o desenvolvimento.

Mas a fotografia é que dava nova vida a essas atividades, já que, além de registrar os momentos mais significativos, as imagens podiam ser guardadas para a posteridade, tornando-se um documento. Paisagens, monumentos, ruínas, situações do cotidiano, que compunham essa “cor local”, tudo podia ser preservado. O imperador, aos 14 anos, já se encantava com a magia das imagens, e adquirira um daguerreótipo. Foi o pioneiro da fotografia no Brasil, tornando-se detentor de verdadeiro tesouro fotográfico, em sua maior parte preservado até os dias atuais.

D. Pedro viajava como um funcionário público em férias; a noção de férias surgiu no decorrer da metade do século XIX, modificando as atividades: o descanso e os benefícios da natureza, passam a ser uma forma de recompensa ao modo de vida urbano, cada vez mais intenso, com o crescimento das cidades.

Turismo e férias eram os objetivos dessa viagem em família; ele se sentia mais solto, despojado dos ritos imperiais, em contato mais próximo com as pessoas comuns. Chegava a carregar a própria mala e o capote. Visitou Inglaterra, Bélgica, Berlim, Colônia e Coburgo, onde rezaram por Leopoldina recém-falecida. Luísa esteve presente o tempo todo.

O turista pequeno burguês irritava a condessa, que considerava o fato um desmerecimento para o império do Brasil. Ela sabia o quanto um monarca caipira custava para a imagem do país. Acostumada aos moldes das cortes europeias, incomodava-se com os modos desajeitados do imperador. Nos países civilizados, um príncipe não apertava a mão de todo mundo. Ele batia nas costas das pessoas e falava um inglês sofrível. Usava sempre a mesma roupa, e não se arrumava para os inúmeros jantares a que era convidado.

À mesa, reinava o caos, vinho e molho derramados, os cotovelos descansando sobre a mesa. As unhas eram imundas e ele não sabia receber convidados. Sentava-se a um canto com determinada pessoa e dava “boa-noite para o resto”. Ela registrava que o Senhor de Alcântara tinha dois defeitos: era egoísta e cabeçudo. E mais: “Oh! Enquanto for rei, esteja livre para ser mal educado, mas ele

tem pretensões de ser um *'gentleman'*. Ah! Então é preciso que seja polido com as *'ladies'* de minha condição que têm a bondade de se ocupar dele.”

Estranhavam-se com frequência. Ela reprovava a maneira que D. Pedro tratava a imperatriz, que tossia de modo preocupante. Era arrastada, sem descanso, por toda a parte. Todos percebiam seu envelhecimento acentuado. ‘Acho-a muitíssimo desfeita’, comentava Joinville.

Luísa a levava visitar butiques, joalherias e perfumarias. Dando atenção à imperatriz, vingava-se do egoísmo do imperador, que quase a ignorava. “Bonita maneira de viajar para cuidar da saúde da esposa!...Ai de quem não disser ‘Amém!’ para tudo o que ele quer....Toca a ser insuportável e malcriado...”, ela anotava.... “E depois ainda vem dizer uma dúzia de palavras amáveis.”

Era uma maratona sem fim de museus, teatros e visitas que deixava a todos exaustos. Devido a outros afazeres pessoais de Luísa, ele cobrava a “falta de amizade”. Rememorava fatos e cartas do passado que ela “queria esquecer”, porque só queria a tal “paz interna”, mais precisamente desengano de consciência para redimir-se daquela duradoura relação proibida.

Por outro lado, com Dominique, interno num liceu, pouco se viam e ele reclamava pelo menos um dia por semana só para os dois. Entre dois amores, Luísa achou melhor retirar-se. A situação tornara-se insuportável, e ela despediu-se em Viena, para reencontrá-los depois em Cannes, no sul da França.

Contida e submissa, a imperatriz se arrastava, sua tosse piorando sempre. Mesmo assim, desceram até o Egito, onde tudo lembrava as conversas que Luísa e D. Pedro haviam compartilhado. Ele escreveu de lá: “...o por do sol na volta foi lindíssimo”. E ela fazia falta até para ver os monumentos. Mariette, o arqueólogo francês, acompanhava a comitiva imperial.

Voltaram a se ver no final do ano. O conflito no coração de Luísa era cruel e inevitável, e ela hesitava entre a paixão radical e a moralidade religiosa. Oscilava entre o prazer de revê-lo e a culpa de estar a seu lado. Os desentendimentos voltaram. Quantos dissabores! Foram tempos difíceis, ela dividida entre compromissos pessoais que tinha em Paris, e a vontade de acompanhá-lo, apesar de tudo.

Apresentou-o ao pintor Ari Scheffer e ao filósofo Ernest Renan, cujo

pensamento muito influiria na religiosidade do imperador. Como afirmou Henry Bernstein⁷⁷, ele voltou ao Brasil mais laico após suas conversas com Renan.

Por outro lado, D. Pedro afirmava-se como intelectual, por força desses encontros, que lhe proporcionavam o ensejo de sair da vida limitada que levava no Brasil. E isto, bem como sua amizade com o erudito conde de Gobineau, ele devia à Condessa. Ele era grato, mas bastava que se encontrassem para desprenderem fagulhas.

Conforme os padrões românticos, ela passou a ser, para ele, a nostalgia de um mundo ideal. Negando com veemência a sexualidade e os apelos do amigo, ela tentava exorcizar seu corpo para transformá-lo num anjo. Aos quarenta e seis anos, ele sentia o perfume que dela se desprendia e mergulhava na música de sua voz. Após tantos anos, era ainda a fadinha dos tempos antigos.

3.7 VOLTA AO BRASIL

De Portugal, a comitiva chegou ao Brasil, D. Pedro chocando a todos que sentiram falta do beija-mão e do poder do rito que ele insistia em matar e enterrar.

Eram os ritos que consolidavam o poder dos reis. Luísa estava certa: como cidadão comum, só fazia fragilizar ainda mais o império, que já declinava, bem como sua própria saúde.

Talvez o fato dela sempre ter razão, fortalecia os laços amorosos entre ambos: quatro dias depois da partida, ela recebia uma carta e logo respondia: “[...] Ninguém tem mais direito de ser confidente do meu amigo do que eu!” E ele: “E o que será sempre”.

Apesar de repreendê-lo pela falta de elegância, chamava-o carinhosamente: “meu excelente caboclo, seu maior merecimento é ser simples e instruído, de ter memória feliz e olhos que veem longe”. Estavam envelhecendo.

Em Paris, Luísa mergulhou em seu cotidiano, cheio de afazeres. “Nunca dou conta do que tenho a fazer”, ela escrevia. Cuidava dos negócios, escrevia cartas para os engenhos do Brasil ou para banqueiros ingleses.

⁷⁷ Idem, p. 213

Sua situação financeira era invejável: era uma viúva rica, que usaria vestidos escuros até o final de sua vida, embora não se isolasse; sua agenda era cheia: como excelente contadora de histórias, tinha lugar garantido na mesa dos Orléans, no Palácio de Chantilly.

Vida social intensa e cuidados com o filho preenchiam sua vida, fato que informava sempre a D. Pedro, quando este reclamava sua presença. Dava jantares servindo iguarias para todos os gostos, e escrevia a ele bem humorada que, se ele estivesse presente, teria servido canja.

De Viena, Isabel chegou a Paris, amarga e sofrida por causa de sua esterilidade, que punha em risco a sucessão do trono do Brasil. Sua regência fora um fracasso e não conseguira se fazer querida por seus súditos, nem respeitada pelos políticos.

Piorava a situação o fato de Pedro Augusto, filho da falecida Leopoldina, ter forte ligação com o avô, podendo ser inevitavelmente o sucessor do trono do Brasil na ausência de seus filhos. Ainda assim, assinou a Lei do Ventre Livre.

Escândalos conjugais estremeciam a Casa de Orléans, que estava longe de dar exemplo de moralidade. Luísa, Chicá e Isabel percorriam as grandes igrejas, ouvindo sermões, as primeiras pedindo perdão para os pecados da família, Isabel pedindo para engravidarem Lourdes, compraram terços bentos. Depois de vários abortos, Isabel deu à luz uma menina, que nasceu morta oito meses depois.

Dominique, no serviço diplomático, teve sua primeira missão no Rio de Janeiro. Luísa o seguiu e à Isabel, que estava convalescendo. Instalou-se numa casinha com flores, o Chalé Miranda. O imperador ficava distante: entre eles, o filho dela e a filha dele.

Ela se dividia, jantando todas as noites com Isabel, brigando por D. Pedro não reagir aos ataques políticos, defendendo a pobre imperatriz. Mesmo assim, anotava: “Excelente visita do imperador.” Ele, por sua vez, confidenciava aos amigos, a bênção de ter a condessa de volta naquele momento delicado de Isabel.

Anos mais tarde, ele escreveria sobre o Chalé Miranda: “Passei de tarde. Que saudades de você! [...] Quantas saudades lhe mandei!” E numa explosão de romantismo: “Hoje, quando passei pelo Chalé, colhi florzinhas para você!” ele de barbas brancas, ela vestindo o negro da viuvez, porém revestidos de respeito e

carinho mútuo, e incólumes, a despeito dos sofrimentos que a vida lhes reservara.

Ao mesmo tempo Isabel, alheia às dificuldades por que passava o país, ia varrer igrejas, adorar o Santo Sacramento, enfeitar altares de Nossa Senhora, acompanhada de Luísa.

O parto que se seguiu foi sofrido e o menino levou mais de uma hora para chorar. Tinham se passado onze anos do casamento. Finalmente, ela conseguira, e o parto custou cem mil francos ao Dr. Depaul, que veio da França para assistir Isabel. Embora sexagenária, Luísa continuava firme como uma rocha.

Após dois anos, a partida. Ela registrou: “Chorei tanto que adormeci de um sono de chumbo”.. “Estive em São Cristóvão para despedir-me do imperador. Quanta dor! Estou rasgada por dentro. Adeus, Brasil!” Chegando à Europa, encontrou um telegrama do imperador.

Em 1876, D. Pedro preparou outra viagem. A imperatriz inspirava cuidados. Exausta, tossia sem parar e o imperador pediu a Luísa que agendasse um encontro com o famoso Dr. Charcot, em Bruxelas. Ele iria à Europa, via Estados Unidos, onde visitou a Exposição Universal de Filadélfia, ocasião em que conheceu Graham Bell e o telefone recém inventado.

Luísa recusou o convite para acompanhá-los. Ele não a esquecia e a correspondência continuava intensa, preenchendo o vazio da vida de ambos. Todos os dias seguiam bilhetes dele: “Muitas saudades [...] O luar tem aumentado as saudades...ninguém lhe quer ou quis mais do que o seu P.”...

“Nada de cartas de você, não lhe perdoo....Mando-lhe este retrato...Não me demore um instante e queira-me como eu lhe quero...Felizmente seu amigo ainda está forte...só lhe pede a companhia que tanta falta lhe faz.” E assinava: “Sempre seu”, “todo seu”, “cada vez mais seu.”

A imperatriz ficou aos cuidados do Dr. Charcot e de Luísa. Deveriam se encontrar em Constantinopla. Da Escandinávia e da Rússia, chegavam cartas dele todos os dias: “Por cá, não cessam as saudades...São como mato. Você não a sente como eu. Seu P.”

Ele lhe mandava conchas da praia de Odessa, comprava tapetes persas, não a esquecia ao ver “monumentos, quadros e auroras”. Luísa tinha como projeto

substituir a amante pela amiga do coração, e Atenas era esse momento. Seria a eterna amiga e confidente, mas sem beijos furtivos. Ela começava a sentir o peso da idade, e não queria ficar só. Iria agora investir naquilo que os franceses chama de “amour de tête”, baseado em ideias e afinidades do espírito.

Essa mudança de estratégia foi providencial para Luísa, pois, maduro e bem apessoado, o imperador mereceu atenção de personagens femininas. A primeira foi Mademoiselle de Kantsow, bisneta de um diplomata sueco no Rio de Janeiro. Trocaram retratos e bilhetes plenos de confiança e amizade, após ela ciceroneá-lo no roteiro escandinavo.

Luísa inquietou-se com a presença de Miss Caldwell, sua amiga de infância. Essas duas mulheres acompanharam D. Pedro a museus e teatros e, a despeito dessa intimidade com elas, ele não deixou de escrever a Luísa, reiterando seus sentimentos que permaneciam inalterados: “Muitas saudades. Muitíssimas tenho tido”. Ele sonhava com o dia do encontro em Istambul, dois de outubro, com Luísa e a imperatriz.

Em 1876, Atenas e o Porto de Pireu eram pequenos aglomerados de pouco mais de cinco mil pessoas ao pé da Acrópole. Tinha sido elevada recentemente a capital da Grécia, há pouco independente do Império Otomano.

Naquela cidade onde puderam respirar a História viva, os momentos foram inesquecíveis: Luísa e a imperatriz foram ao encontro de D. Pedro. Passaram antes por Coburgo, onde rezaram no túmulo de Leopoldina e, no Palácio de Schenbrunn em Viena, puderam apreciar a música de Strauss.

Luísa propunha-se a servir o casal, não mais somente a D. Pedro. A mensagem do imperador foi: “Escreva-me, escreva como se conversássemos, iluminando-me. Alegre-me a vida que levo aqui.”

Na Grécia, leram juntos Heródoto, visitaram as ruínas da Acrópole e do Pártenon, além de museus e sítios arqueológicos. Do Areópago, contemplaram o azul do Egeu e tiveram as “conversinhas” que D. Pedro tanto apreciava.

Com a imperatriz, foram para Roussopolos aos templos de Baco e Teseu. Comportavam-se como turistas animados, rindo muito. “Nunca vi o imperador rir tanto como esta noite, me fazendo a leitura. Cheguei a ter dor nas costelas de tanto rir,” ela escreveu.

Renasciam sentimentos que a encantavam. “O imperador botou o boné grego que lhe caiu muito bem”. E anotou: “Caminhei rápido na frente de todo mundo para gozar, à minha maneira desta incomparável Acrópole. Que beleza!”

O encantamento de D. Pedro diante de alguma coisa bonita, deixava-a sensibilizada: era a velha identificação intelectual, quase fraterna, que sempre houve entre ambos, que voltava à tona, trazendo serenidade ao coração de Luísa.

Após um mês, ela voltou para casa, e D. Pedro seguiu para a Ásia Menor. Ele insistia em lembrá-la “as boas noites de Atenas. Boas noites áticas...como me lembro de você!” Ela anotou: “Nosso mestre partiu de manhãzinha...voltei cansada...há muito tempo não sofri tanto fisicamente e ao mesmo tempo fui tão feliz moralmente.” Esse era o ponto: ela queria só o espírito de D. Pedro. Estava redimida.

Os imperadores voltaram à França. Apesar das saudades de Luísa, ele prosseguiu com as pequenas traições começadas na Rússia. Ele se envolveu com uma mulher que Luísa conhecia e considerava *charmante*: Anne, Condessa de Villeneuve, uma das mulheres mais belas de Paris, alta, voz de veludo, cabelos escuros e muitos amores.

O caso foi adiante, diferente da descrição dos beijos roubados nas pequenas visitas que ele fazia a Luísa. O erotismo era declarado, em bilhetes que D. Pedro enviava a Anne.

A Barral, madura, abafava o ciúme da outra, jovem e bela. O caso durou mais de sete anos, como mostrou a correspondência entre ambos, e mais de sete anos depois, ela ainda mandava fotos ao amante imperial, que respondia:

Já faz bastante tempo que não recebo tuas lembranças e que falta me fazerem! Conte-me o início do teu amor por mim e por que não me forçaste a gozar mais cedo da felicidade infinita de te amar.

Foi ainda por intermédio de Luísa que D. Pedro conheceu a Condessa Benoit d’Azy. Ela mantinha um salão frequentado por jovens atores e poetas. Ele achou graça na futilidade e nos encontros com a dama.

“Por que ela não lhe escrevia todos os dias?”, ele perguntou. Mas Mme. D’Azy preferiu algumas visitas galantes à correspondência sugerida pelo amante.

Mesmo a despeito desses namoricos, D. Pedro estava tomado pelas saudades de Luísa. Insistia nas cartas, e cobrava o que viveram juntos na última viagem à Europa: “Por que diz que Atenas foi o último lampejo? E a Suíça? E Portugal? O último, não”, ele contestou. “Você nunca me quis, nem quer, nem quererá como eu a você.”

Sonhava ouvindo óperas, quando o dueto evocava a distância da pessoa amada: “Viens!Viens!” e sabendo que ela não viria, a melancolia pesava mais e mais: “Fale-me de tudo lembrando-se do meu deserto em que só viceja o estudo no meio das urzes da saudade e de tantos dissabores.”

Eram arroubos puramente românticos da parte dele, mas ela rechaçava “os baixos instintos”, como então o espírito romântico chamava o desejo físico: a culpa que sentia e o peso do dever, a moral e a honra, faziam com que ela insistisse na negativa de continuar o romance, materializando cada vez mais a resolução de se tornar a melhor amiga de D. Pedro II, até o fim da vida de ambos. Mas ele não desistia: “Você sabe quem foi que ocupou completamente o meu coração”.

Enquanto o homem morria de saudade, o imperador enfrentava a grave crise política em que os liberais ganhavam terreno: São Paulo florescia, cortada por ferrovias; o café dava lucro, e as usinas de açúcar modernizavam-se.

No Rio de Janeiro, atacava-se livremente o governo. Pairava no ar uma inquietação e uma marcha popular assediou São Cristóvão aos gritos, exigindo o fim do Imposto do Vintém, cobrado pelo uso dos bondes.

O imperador dividia suas preocupações com Joinville. Não tinha mais paciência para enfrentar mudanças na forma de governo. Afirmava preferir ser Presidente da República a continuar imperador. Vaiavam publicamente sua imagem e a monarquia.

Entrementes, Luísa instalou-se em Roma, na Piazza di Spagna, para atender às atividades profissionais de Dominique. Fascinada, percorria monumentos, museus, igrejas e lojas de antiguidades. Sempre com o fito de promovê-lo, ela chegou a visitar o Papa, que abençoou mãe e filho.

A cada dois dias, escrevia a D. Pedro, que adorava os relatos dela, mesmo sufocado em problemas políticos cada vez mais preocupantes. Ele insistia em vê-la: “Transporto-me até Roma nas asas da imaginação”.

Sonhava ser transportado para a Itália num voo de balão. Estremecido pela vida conturbada da monarquia, ele ainda achava tempo para sonhar como um adolescente.

Luísa já era mais pragmática. Seu diário vivia inchado por conta de sua vasta programação social. Preocupava-se com o casamento do filho e com sua paixão pelas corridas de cavalo. Não tinha disciplina no cumprimento de seus compromissos. Em Paris, ela ajudou Isabel no terceiro parto.

Por essa época, o imperador continuava a escrever-lhe belas cartas de amor. Desejava recordar os prazeres passados, garantindo a ela que queimava as cartas: “Sou o mesmo que lhe inspirou tanta afeição e de nada me esqueço tudo revivendo em mim com o mesmo viço de uma afeição de trinta anos”.

Enclausurado em São Cristóvão, ele colhia folhinhas na Floresta da Tijuca, que enviava nas cartas a Luísa. Ela reiterava seu afeto e o desejo sincero de vê-lo feliz, sem contudo corresponder aos ardores dele. Seus sentimentos se espiritualizavam, ao contrário do que ele desejava.

O prestígio de D. Pedro e da monarquia declinavam, chegando a crise ao ápice com o caso do roubo das joias da imperatriz e de Isabel. Tratava-se de um patrimônio de valor astronômico: \$400.000.000 e a benevolência do imperador rendeu muito falatório e ataques implacáveis da imprensa contra o governo.

As joias foram encontradas e o suposto autor do crime, Manuel de Paiva, que morava no Paço, era irmão de Pedro Paiva, criado do imperador.

Mas, sob o pretexto de que o crime fora subtração sem violência, a causa da absolvição tinha um nome: Luísa de Barral, que acompanhou tudo à distância.

Acusava-se o imperador de interferir no desfecho do processo, dando aos republicanos o ensejo de taxar o governo imperial de corrupto. D. Pedro desmentiu qualquer interferência de sua parte no desfecho do processo mas, estranhamente, o ladrão continuou a morar tranquilo na Quinta de São Cristóvão.

Nesta fase delicada e perigosa, as cartas de Luísa tinham um tom respeitoso e formal:

Longe de mim o pensamento de que V.M. exerceu a menor influência sobre a marcha da Polícia e da Justiça, nem de defender seu criado-embora lhe

fosse doloroso-se ele tinha cometido um crime, mas consentiu que ele continuasse a residir na Quinta depois desse escândalo [...]. Mas deixar pairar suspeita sobre um caráter, é parecer fechar os olhos sobre coisas que nem são de sua competência nem julgar, nem perdoar. Isso, não!

Folhetins foram publicados com o mesmo enredo: “As Jóias da Coroa”, “Orgia no Olimpo” e “A Ponte do Catete”, escritos por jovens republicanos como Raul Pompéia, José do Patrocínio e Artur Azevedo, todos com inquestionável intenção de desmoralizar o imperador, cujo criado alcoviteiro estava encarregado de dissimular seus envolvimento com uma jovem mestiça ou com uma certa “Condessa Marieta”, mais precisamente o pseudônimo de Luísa. Ela assim desabafava nas cartas:

Os folhetins do Rio fizeram uma onda. Não se tem ideia de desaforo semelhante e o que pesou é que agora eu mesma entro em cena. E dizer que não se mandou dar uma nuvem de bastonadas ao engraçadinho que se permitiu falar dessa maneira [...]”.

Dava graças a Deus pela ausência do filho no Brasil, e criticava duramente D. Pedro, pedindo-lhe que modificasse seu modo de vida, alegando que muita coisa pode ser desculpada na juventude, mas não na velhice e “V. M. deve dar o exemplo.” Ela tentava defender a honra de ambos.

A condessa preocupava-se com a fragilidade da monarquia. Na França, rolaram cabeças após o roubo do colar de Maria Antonieta. “E vai me parecendo que breve teremos mais uma república na América do Sul... Sei que é seu dever cuidar de sua dinastia e fazer respeitar a figura do soberano”. E criticava: “A liberdade de imprensa de nossa terra não respeita ninguém”. O pasquim “*O Corsário*” insultava a ambos:

“Não é por certo
Boa moral
Trair a esposa
Com a Barral.”

Em Paris, Chicá e Joinville partilhavam da opinião de Luísa.

A França se tornava laica. Católico fervoroso, Dominique pediu demissão do serviço diplomático que exercia junto à Santa Sé. Desempregado, veio ao Brasil e,

em janeiro de 1882, telegrafou à mãe que viesse para seus esponsais.

Maria Francisca, a Chiquinha, era irmã de Amandinha Dória, uma das amigas mais íntimas de Isabel, que deve ter interferido para o casamento dela com o filho de sua querida aia. Esta anotou no diário o quanto estava grata por aquela união. Os jornais registraram sua chegada ao Brasil:

Acha-se nesta cidade de regresso da Europa, a excelentíssima Senhora Condessa de Barral. Suas Altezas Imperiais e os senhores Conde e Condessa D' Eu foram à Corte esperar a veneranda senhora.

Por este tempo florescia, no Brasil, uma imprensa abusada e irreverente, para quem nada merecia respeito, nem mesmo a intimidade do monarca. Veio à tona o romance de uma sexagenária envelhecida com um ancião de barbas brancas.

O ponto delicado foi o casamento de Dominique, a cuja cerimônia, na capela do Palácio de Isabel, compareceu a Família Imperial, quebrando o protocolo e dando provas de um indisfarçável favoritismo ao filho da aia, sabidamente amante de longa data do imperador.

A “*Gazeta da Tarde*” publicou, em primeira página, um artigo contundente: “É contra a etiqueta”. Os imperantes não podiam comparecer oficialmente numa cerimônia particular, dando provas de simpatia jamais conferida a militares, políticos e heróis da Guerra do Paraguai.

... e deixavam no ar uma suspeita de bastardia de Dominique: “É uma predileção caseira que vem romper com a tradição da monarquia... Nunca S.M foi mais ousado na ostentação de seu poder pessoal.” O artigo censurava D. Pedro por ter infringido a etiqueta e por se colocar em segundo plano.

A exceção era odiosa, não conferindo qualquer honra às famílias dos noivos. Foi ventilada a frase de Luís XIV: “O Estado sou Eu”, numa referência à arbitrariedade do imperador. Luísa ofereceu um baile ao corpo diplomático, no Hotel Orléans, em Petrópolis. Num artigo “*O Rei se diverte*”, o jornal “*O Corsário*” disparou farpas pela segunda prova de preferência pelos Barral:

Tudo vai bem, e em sinal de profundo júbilo, o rei deixa o foco da febre

amarela e vai a Petrópolis dançar e folgar na casa da Senhora Condessa de Barral.

O imperador visitava Luísa quase todos os dias. Choviam comentários de que ele deferira um pedido de Dominique para exploração de lavras de minérios. O favor era excessivo, e Luísa passou a ser citada nominalmente na imprensa; e até num panfleto, assinado por um diplomata anônimo, como um poder acima dos partidos, do governo e do próprio imperador.

3.8 O FINAL

De volta à França, ela passou a viver no campo, numa espécie de exílio voluntário. No inventário do marido, coube-lhe o magnífico castelo de Voyron, além da casa da Grande Garenne, sua paixão.

O filho e a nora a seguiram. A correspondência com D. Pedro continuava: ele, profundamente sentimental, mesmo com a saúde e a monarquia decadentes. Ficavam para trás os tempos felizes.

Ele escrevia: “Petrópolis - Que saudade! 30-12-1884 [...] Que culpa tenho eu do que sinto? De tudo me recordo, o mais só serve para atordoar [...] Não tenho expressões para explicar-lhe o que sofro na sua ausência [...]”

Ela reiterava a grande amizade que os unia; mas, hoje, era outra, consciente do “mal” que fazia.

A nostalgia enchia-lhes o coração, transformando-os em personagens românticos, pálidos e tristes. A despeito dos sentimentos bem vivos, das saudades, das evocações deste afeto sem idade, Luísa enchia sua vida social enquanto ele se afogava em lembranças, que o tornavam distante, entediado e deprimido.

Ela não perdia missas e novenas e já tinha dois netos: Jean Dominique e Maria Margarida. Nunca perdeu sua independência, e escondia quando estava doente. Não temia o inverno e fazia caminhadas em temperaturas abaixo de zero.

Em 1888, D. Pedro, voltou à Europa, para tratar da saúde. Estava debilitado. Em novembro de 1889, voltou em definitivo, deposto e exilado pela República. Quando soube da queda da monarquia em sua morada na França, Luísa desabafou,

em carta à imperatriz: “Para mim, não há mais pátria, perdi todo o amor que lhe tinha e cubro-me de vergonha quando me falam do Brasil”.

Quis ser a primeira a beijar as mãos do imperador exilado, mas o filho a impediu por causa do rigor do inverno. Ele mesmo foi a Lisboa transmitir, à imperatriz, que Luísa aguardava ordens para servi-los.

O encontro foi marcado em Cannes, no sul da França; mas, em poucas semanas, Teresa Cristina falecia, exaurida com o choque dos últimos acontecimentos. Luísa culpou-se por não tê-los ido encontrar, vendo nisto um castigo por sua omissão do dever, que não cumprira.

O golpe republicano no Brasil, a deposição, a morte da imperatriz, todas estas emoções começaram por debilitar a saúde de Luísa.

Apesar de feminista e abolicionista, a condessa de Barral era monarquista convicta: assistira à queda de Luís Filipe e de Napoleão III, em cujas cortes ela brilhara com seu bom gosto, inteligência e sensibilidade. Contudo, não pôde digerir o desaparecimento do império brasileiro, que culminou com a saída humilhante da família imperial.

Para piorar ainda mais a situação dos Braganças, D. Pedro, como não podia ser diferente, recusou a soma expressiva de ouro que a República lhe ofereceu, a partir dos cofres públicos brasileiros.

D. Pedro começou uma peregrinação melancólica por estações balneárias e casas de amigos. Em janeiro de 1890, encontraram-se em Cannes, viagem que muito exauriu as forças da Condessa. Mesmo assim, ele escrevia no diário: “Encontrei-a a mesma”.

Juntos, passeavam de carro pelo belo golfo de Juan Les Pins ou iam até Nice. Brigavam às vezes, e tinham as “conversinhas” que tanto apreciavam. Ela massageava-lhes as mãos, dormentes pelo diabetes. E assim escrevia, em 12 de fevereiro de 1890, da Grande Garenne:

Meu senhor:

Que falta me tem feito sua visitinha das dez horas e a massagem de suas mãos que eu só beijo de tão longe!

Voltando a Voyron, ela acompanhava o roteiro dele pelo correio. Para conter os gastos, os Braganças passaram de julho a agosto na propriedade de Luísa, que providenciou duchas, recepções, piqueniques e passeios como eles apreciavam e, à noite, música de piano.

Passavam horas conversando e lendo à frente da lareira. Era tudo o que ela podia fazer: abrigar sob seu teto a infelicidade do imperador, podendo mostrar a ele que o afeto nunca desaparecera, apesar da forte espiritualização do relacionamento, agora mais profundo, mais concreto e mais do que nunca duradouro.

Deste período que passaram juntos, D. Pedro deixou versos que traduziam uma convivência idílica e o quanto ele ainda a amava:

Voyron que tudo encanta com a floresta
 Suas montanhas, seu rio a sussurrar
 Em torno do castelo que a habitar
 Sua dama muito mais graça lhe empresta.

A dama do castelo conseguira finalmente viver com ele a pureza redentora e a serenidade de um “*amour de tête*” que ela tanto desejou.

O Cavaleiro de Saint-Georges⁷⁸, que conviveu com a Condessa, conta que ela voltou a Sologne para perto dos filhos, depois de estar com o imperador em Cannes.

Durante um inverno rigorosíssimo, ela desmaiou ao entrar no salão de sua sobrinha, a Viscondessa de Montsaunin. Foi transportada para casa meio paralisada. O inverno e uma pneumonia, depois um ataque apoplético que, durante o sono, poria fim em sua vida, sem nenhum sofrimento:

A última doença de nossa venerável amiga foi a imagem de sua vida. Nunca o mal chegou a abater sua inteligência nem sua vontade. Conservou até o último minuto toda sua consciência e sentindo-se perdida viu a morte com a serenidade de uma santa.

Pediu que acendessem as velas. Chamou o filho e pediu que cantasse “La

⁷⁸Queiroz, Dinah Silveira de, *op.cit.*, p. 426

Marjorie”, história de um cavaleiro que quer uma dama para se casar e muito alegre dar-lhe seu coração. Era uma vez D. Pedro II e a Condessa de Barral. A nora cantou, ela sorriu e disse: “Como é bonito! Merci”.

Recebeu a comunhão e tomou a extrema-unção com um sorriso. Disse ao filho: “Foi simples e decente”. Deu instruções para a manutenção do castelo de Voyron, como se ela partisse para uma simples viagem. “Estou cansada. Deixem-me dormir.”

Completamente arrasado, D. Pedro, sua alma gêmea, assim escreveu:

Morreu a Condessa de Barral, minha amiga desde 1848, e de ver todos os dias enquanto educava minhas filhas desde 1856. O mérito dela só o aquilidou quem a conheceu como eu.

Áurea Carvalho⁷⁹ afirma:

ela merece mais do que uma simples e fria menção nas biografias da Princesa Isabel e da Princesa Leopoldina como preceptora; também não deve haver espaços para risinhos maliciosos ou irônicos quando seu nome é associado ao do imperador D. Pedro II. Ela merece muito mais do que isto: uma mulher nada vulgar, possuidora de uma inteligência aguda, de uma cultura muito superior à que possuíam as mulheres de sua época, mormente as brasileiras, e possuidora de qualidades invejáveis.

A correspondência entre o Imperador e a Condessa mostra a importância desta dama na vida de D. Pedro II, se bem que a quantidade de suas cartas ao imperador ainda acessíveis, é bem menor que as escritas, visto que ele destruía o que recebia, conforme combinado entre ambos.

Mas a principal importância desta correspondência reside no fato de deixar clara a influência exercida por ela sobre ele: durante dezoito anos, as cartas chegaram a ser quase diárias, completando o acervo dos diários dele.

Nessa correspondência, podemos encontrar comentários acerca das questões fundamentais da vida político-econômica do Brasil, além de pedidos de conselhos e outras informações.

⁷⁹ Consuelo, Ponde de Serra, *A Condessa de Barral: a grande dama do Segundo Império* em Ver. IHGB-RJ-152 (172) -1991.p.684.

Quanto às cartas, do combinado entre os dois, apenas o imperador cumpriu sua parte. Ele assim exprimiu todo o seu sentimento quando da morte da condessa, em janeiro de 1891: “Nunca conheci inteligência assim, e sempre a mesma, durante cinquenta anos. Estou no vácuo”.

D. Pedro a seguiria em menos de um ano. Segundo seus biógrafos, junto com os livros e o Brasil, Luísa de Barral foi sua grande paixão.

A correspondência da Condessa de Barral, e não só com o imperador D. Pedro II, pode ser considerada de grande valor histórico e informativo:

[...] uma das mais fascinantes correspondências que já passaram por meus olhos [...] Descobri na condessa de Barral a capacidade de criticar com elegância, ironizar com bom gosto, de retratar ocasiões, cenários e vivências [...] .Depois da publicação destas cartas, ninguém com juízo crítico bastante claro poderá negar seu posto como cronista das melhores que o Brasil já teve, colocando a condessa de Barral em meio às nossas melhores escritoras⁸⁰

3.9 REMINISCÊNCIAS GENEALÓGICAS JUDAICAS DA CONDESSA DE BARRAL

Uma curiosidade que se levantou é a origem cristã nova da Condessa de Barral: isto porque, a partir dos estudos pioneiros de Anita Novinsky e sua escola, é possível conhecer a importância da presença dos cristãos novos na cultura brasileira.

É complexo o fenômeno cristão novo, peculiar ao mundo ibérico, resultado imediato das transformações que lá ocorreram, insufladas pelo poderoso consórcio Estado/Igreja, que plasmava nova realidade naquele momento histórico do mundo peninsular, a partir da unificação dos reinos católicos.

Recordando: D. Manuel, o Venturoso, de Portugal, protegia os judeus, cuja colaboração nos mais variados setores, engrandecia seu governo.

Pressionado politicamente por sua tolerância e proteção aos hereges, promoveu, em 1498, a conversão em massa de todos os judeus de Portugal, podendo, assim, anunciar que o reino estava “limpo” da presença dos judeus, sendo

⁸⁰ Idem, *op.cit.*, p. 87

esta uma das cláusulas para seu casamento com Isabelita de Castela, a primogênita dos Reis Católicos.

Buscava consolidar, assim, o sonho comum aos dois reinos: unificar a Península, sob a mesma coroa. A partir desse fato, não havia mais judeus em Portugal, mas apenas novos cristãos que, por recém, mesmo que compulsoriamente, convertidos, passaram a ser tratados como cristãos-novos.

Logo após esta conversão, D. Manuel expediu um decreto que proibia, por quarenta anos, qualquer inquirição de cunho teológico aos convertidos, consciente de que o criptojudaísmo grassaria entre eles, como inevitável realidade.

Em 1536, após um embate de trinta anos com a Santa Sé, o filho e sucessor de D. Manuel, D. João III, estabelecia o Tribunal português a Inquisição e o antissemitismo, recrudescido, era agora institucionalizado.

Medidas restritivas foram oficializadas e cresceu a vigilância sobre os cristãos novos, assim como a obsessão com a pureza de sangue.

Neste contexto, muitos judeus, saídos de Portugal, vão para o Marrocos, Império Otomano, Holanda e América. Outros, penitenciados, são punidos com o degredo, e chegam ao Brasil, onde já havia elementos dessa estirpe desde o descobrimento, instalados como técnicos e proprietários de engenhos, como funcionários da Coroa, como mercadores e até como clérigos.

A brasileira é, neste momento, uma população *sui generis* em matéria religiosa, afastada de suas raízes e perdendo em parte a identidade judaica. Assimilando ou não os preceitos da fé cristã, este contingente, muitas vezes, passa a comportar-se de forma “estranha” à fé oficial da Colônia, conforme mostram as denúncias ocorridas durante as Visitações.

Os valores e a mentalidade preconceituosa são transportados do continente para os impérios ultramarinos de Espanha e Portugal e, assim plasmada, a sociedade brasileira, ainda que multiétnica e multirracial, não ficou isenta da intolerância e da reserva com o diferente, com o chamado desviante (da ordem oficial estabelecida pela Igreja Católica).

Construída sobre os pilares do controle inquisitorial da perseguição, da exclusão, quando não do extermínio daqueles cuja visão de mundo e valores

diferiam dos vigentes na Cristandade, era a própria sociedade que se encarregava de apresentar as denúncias aos visitantes.

Apesar de todas as dificuldades, sabemos que os cristãos novos participaram ativamente da construção do Novo Mundo, onde seu papel foi fundamental nas Américas, que clamavam por exploração e povoamento.

Dessa forma, mesclaram-se à população, interagindo e contribuindo de modo relevante para a formação da sociedade colonial luso-brasileira que, para eles, era refúgio: no império ultramarino, a maior flexibilidade dos estatutos de pureza de sangue dava-lhes a oportunidade de usar seu potencial, ora atuando na indústria açucareira, ora ocupando cargos na administração, carente de elementos alfabetizados e qualificados, então raros no seio da população cristã.

Dessa dinâmica vêm inúmeras famílias que farão parte da tradição nordestina brasileira, tanto na população mais pobre como na chamada aristocracia rural; nesta linha se insere a família de Luísa Portugal Borges de Barros, depois Condessa de Barral, a aia imperial cujo papel foi preponderante no decorrer do Segundo império, não devido ao envolvimento amoroso com D. Pedro II, mas principalmente pela dama ilustrada, experiente e leal que, como vimos, exerceu influência decisiva sobre ele, trazendo progresso à corte brasileira, ao educar as princesas imperiais.

Na busca genealógica esclarecedora da origem da Condessa de Barral, constatamos o entrelaçamento dos Costa Dória com a linhagem da Condessa. Em ambas as famílias de que ela descende, encontram-se sangues negro e judaico, constatando a característica de multiétnicidade da população brasileira, em especial na região do nordeste.

.Apesar das referências que encontramos publicadas por Francisco Costa Dória, que pertence à mesma descendência⁸¹, preferimos então examinar e considerar a pesquisa genealógica de Paulo Valadares, em sua dissertação de mestrado⁸². Ele começa mais precisamente levantando a linhagem judaica em Castela, ao tempo dos Reis Católicos. Vejamos:

⁸¹ Dória, Francisco Costa, *Os herdeiros do poder*, passim

⁸² Consuelo, Ponde de Serra, *A Condessa de Barral: a grande dama do Segundo Império*, em Ver. IHGB-RJ-152 (172) -1991, p. 213

Na descendência brasileira, Valadares retoma a linhagem examinada na genealogia dos Costa Dória: Ximenes de Aragão, Lopes Franco, Rodrigues da Veiga, Silva Fonseca, Solis, Solis Carvalho, Teles de Vasconcelos, Menezes e Faria, Castro do Rio, Menezes e Castro, Carneiro da Rocha - Conselheiro Antônio Carneiro da Rocha - ministro da Marinha e Agricultura e diretor da Faculdade de Direito, pai de Alexandrino de Sousa Portugal, casado com Luísa Rosa de Gouveia, pais de Maria do Carmo de Sousa Portugal, casada com Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, formado em Coimbra, diplomata, senador e poeta.

São estes os pais de Luísa Margarida Borges de Barros e Portugal, condessa de Barral (Salvador, 13-04-1816 e falecida em Neury-sur-Barageon-França, 13-10-1891). Preceptora das filhas de D. Pedro II e sua confidente, considerada “a mais culta, lúcida, refinada e elegante mulher de seu tempo.”⁸³

Casou-se com Eugene de Barral, Conde de Barral e Marquês de Montferrat. O casal teve um filho: Dominique Horace de Barral, que teve como tutor o Dr. Koch, um dos mestres de hebraico do imperador D. Pedro II.

Tinha os mesmos títulos do pai, e casou-se com Maria Lúcia Monteiro de Barros, descendente de Manuel Paredes (também da linhagem dos Costa Dória). Lembramos que Monteiro de Barros era família cristã-nova de Portugal, verdadeiro clã de médicos e intelectuais. Os filhos de Dominique foram: Marguerite, Gaston, Solange, Paul, Marie Therèse.

Nesta linhagem cristã-nova, encontramos Maria Amélia Alvim Buarque de Hollanda, casada com o historiador Sérgio Buarque de Hollanda, pais, dentre outros diversos filhos, do compositor Chico Buarque de Hollanda.

Os processos que a passagem da Inquisição pelo Novo Mundo arrolou em seu acervo, são fonte fundamental para recuperar a trajetória dos judeus e de seus descendentes: o conteúdo dos processos estudados revela os passos de uma intensa vida judaica nos subterrâneos da sociedade colonial brasileira.

Entretanto, após séculos de pressão social e religiosa, por meio da Inquisição, muitos preferiram não abrir mão da antiga segurança, ainda que relativa, que o Cristianismo lhes dava: já estavam adaptados, e optavam por permanecer nos

⁸³ Consuelo, Ponde de Serra *op. cit.*, p.213

moldes cristãos, ainda que não mais existisse a ameaça do Tribunal da Inquisição em suas vidas. Desta forma, a linhagem judaica se perdeu, se não através do sangue, pela acomodação imposta pela adesão ao Cristianismo.

O caso da Condessa de Barral mostra bem esta diluição da identidade judaica, presente por cerca de três séculos, mas desvanecida, quiçá desconhecida no século XIX, ora pela mistura inevitável imposta por laços matrimoniais, ora pela opção sincera por valores e práticas cristãs, ora pela insistência em dissimular e mesmo esquecer a verdadeira origem ou identidade.

O judaísmo ancestral permanecia subjacente, em favor da ostentação pública de uma vida cristã, ainda que muitas vezes, por sem conteúdo de fé, nem cristã, nem judaica. Era uma forma de sobrevivência e acomodação à realidade em que viviam.

Na busca de lugares mais tolerantes, quando da saída forçada dos países peninsulares, boa parte dos conversos optou pelo Novo Mundo, trazendo consigo sua cultura milenar.

Seus ditos e provérbios resistiram ao tempo, permanecendo, até hoje, como resquícios, na linguagem e no comportamento. Podemos, por essa razão, inferir que parte da população brasileira atual descende de cristãos novos, apesar da maioria não ter essa consciência.

No Nordeste, mais precisamente, há parcela significativa destes descendentes, que conhecem sua ascendência judaica. Muitos grupos se formaram a partir desta consciência e identidade, com o fito de retornarem ao judaísmo ancestral.

É movimento que cresce a olhos vistos, mas que não serão aqui abordados, sob pena de transbordar o escopodesta pesquisa.

É Anita Novinsky⁸⁴ quem nos esclarece, ao afirmar que “o Brasil foi um país que recebeu o maior número de imigrantes portugueses marranos”. Ela demonstra que 25 a 30% da população branca nacional era constituída de cristãos novos, média que se aplica em Estados do Nordeste como Bahia e Paraíba, além de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

⁸⁴ v. em Novinsky: *Amigos da Torah*, e outros grupos que resgatam a cultura marrana dos antepassados, através da pesquisa e do retorno ao judaísmo.

Sobre Pernambuco, São Paulo e Goiás, estudos mais consistentes ainda estão em andamento, mostrando, porém, resultados consideráveis que corroboram a porcentagem considerada pela historiadora.

Entretanto, este percentual não se aplica aos cristãos novos que se diluíram em meio às elites locais, integrando-se aos meios cristãos e à própria religião católica, como ocorreu com a linhagem anterior à Condessa de Barral, de modo que ela e seus antepassados mais próximos já eram católicos praticantes.

Para muitos, a alcunha de cristão novo, (ou o pior, de marrano, que era ainda mais pejorativa) que lhes era atribuída, tornava-os angustiados, vez que tinham de vivenciar identidade dual.

Era o “homem dividido”, como qualifica a mesma autora: judeus, intimamente, mas que tinham de esconder a verdadeira identidade, judaica; mais que isso: inseriam, em seu cotidiano e personalidade, esta dualidade, que desencadeava a angústia de um modo de vida subterrâneo.

Entretanto, este não era o caso da Condessa de Barral. Ela era católica convicta, embora criada num universo de sincretismo de religiosidade e costumes africanos, que acabaram incorporados à tradição católica, tão forte na sociedade canavieira.

Concluindo: o amor ao saber, a inteligência, a sensibilidade criativa capaz de permear, com maestria, todos os setores políticos de seu tempo, além de seu perfil de mulher romântica, quase inatingível, religiosa, ao mesmo tempo dotada da dose certa da “coquetterie” que marcou a mulher oitocentista, tudo isto dá à Condessa de Barral o sentido humano que fez dela a amiga ideal para o segundo imperador do Brasil, dono de personalidade complexa, ao mesmo tempo homem carente e de hábitos simples, a despeito de sua cultura.

Ela conseguiu preencher a solidão crônica que o assombrou desde a mais tenra infância.

Esta comprovada ascendência judaica não influenciou em nada a trajetória de Luísa de Barral, nem se sabe se era conhecida de ambos. É provável que não. Digamos que seja apenas uma digressão curiosa na história desta mulher extraordinária.

Tratando-se, porém, de pessoas que amavam a leitura, o estudo, a História e a investigação intelectual, é mais acertado pensar que pudessem ter esta consciência. Assim sendo, este seria mais um laço, e bem estreito, que ligou o imperador D. Pedro II ao universo judaico.

4 HORIZONTES CULTURAIS

4.1 PORTUGAL: O MONARCA E OS ESCRITORES

Os horizontes culturais do imperador D. Pedro II, alargavam-se à medida que o tempo passava. Desde tenra idade, mostrara-se fortemente inclinado à atividade intelectual, e esta marca de sua personalidade tornar-se-ia cada vez mais evidente com o correr dos anos, chegando a ser verdadeiro deleite para seu espírito. A intensa correspondência deixada pelo imperador, comprova que manteve contato permanente com os pioneiros da cultura europeia; assim também com intelectuais do Brasil e da América do Norte⁸⁵.

Nascido Bragança/Habsburgo, sua ligação com a classe aristocrática era fator natural, o que inegavelmente favorecia seus contatos com a aristocracia europeia, tanto política como intelectualmente.

Sua ligação sanguínea e cultural com Portugal era muito forte: Maria da Glória, sua irmã mais velha, sucedera a seu pai, Pedro IV, na linhagem dinástica bragantina; assumiu o trono português como D. Maria II, chamada a Educadora, visto que ela própria cuidava da educação dos filhos; dentre eles, D. Pedro V⁸⁶, afilhado de batismo de D. Pedro II, com quem manteve larga correspondência, em sua maior parte abordando assuntos de estado e de governo. Mas, desventurado sucessor sua mãe, desapareceu em plena juventude, para grande pesar do povo português.

Muito antes de suas viagens ao Velho Mundo, D. Pedro II já estava em contato com os grandes expoentes das letras, das ciências, das artes e com homens de Estado; em relação a Portugal, seus contatos intelectuais eram ainda mais estreitos, por pertencer à Casa de Bragança.

⁸⁵ Victor Hugo, Arthur de Gobineau, Ernst Renan, Alexandre Herculano Manzoni, o poeta abolicionista americano Grileaf Whittier, entre outros.

⁸⁶ D. Pedro V, ainda menor, viajou pela Europa, antes de assumir a coroa de Portugal. Ao visitar a luxuosa sinagoga portuguesa em Amsterdã, admirou-se, expressando pesar pelos sofrimentos inflingidos aos judeus em Portugal, pelo antissemitismo e pela Inquisição. Assim como seu tio, D. Pedro V conhecia bem a história dos judeus no reino português ou não teria feito tal observação. O Arquivo do Palácio do Grão-Pará em Petrópolis, detém cópias de parte da correspondência entre ele e D. Pedro II.

Leitor contumaz, aos vinte anos já havia lido toda a obra de Alexandre Herculano e, aos 22 anos, escreveu-lhe a primeira carta.

A esta altura com 35 anos, o escritor já era famoso por seus estudos e por seu liberalismo, o que deve ter exercido influência significativa na mente do jovem imperador. Estabeleceu-se, entre ambos, forte ligação, já que tinham grande afinidade, inclusive de personalidade: eram austeros, de hábitos simples e reservados em público. Esta amizade durou até a morte do historiador, em 1875.

4.2 ALEXANDRE HERCULANO

A amizade entre o imperador e este crítico e historiador, foi decisiva em seu pensamento, sua visão de mundo e modo de conduzir não só o governo, mas outras questões ligadas ao Brasil. Crítico das instituições de seu tempo, Herculano afastou-se da Igreja e da Maçonaria, à qual pertenceu por muitos anos.

É certo que, autor de umas das mais completas obras sobre a história de Portugal⁸⁷ marcado pelo obscurantismo do Tribunal da Inquisição, Herculano conhecia a fundo esta instituição de terror e seu modo de funcionamento⁸⁸.

É possível imaginar que deve ter tido longas conversações com o imperador a este respeito. Como teriam sido suas reflexões? Que tipo de colocações D. Pedro, chamado o Magnânimo, teria feito sobre esta máquina de intolerância e injustiça que foi a Inquisição?

Infelizmente, a este respeito, ficamos forçosamente no campo das hipóteses: nada há de concreto sobre isto; nada há documentado, embora se possa imaginar que o imperador, por seu perfil humanitário, execrava a violência, a discriminação e, por conseguinte, o antissemitismo que sempre grassou em Portugal.

Ele certamente leu a obra de Herculano, a respeito do Tribunal e sua ação nefasta sobre a sociedade portuguesa. Temos de concreto que D. Pedro II tomou conhecimento desta obra monumental de Herculano, que certamente lhe foi remetida. Lamentável, porém, não termos acesso à resposta do imperador a este

⁸⁷ Portugalia Monumenta Histórica.

⁸⁸ M.121-Doc.6072-Arquivo Histórico de Petrópolis.

respeito, ou à sua crítica sobre o livro.

Há uma carta de Alexandre Herculano, datada de 15 de maio de 1855⁸⁹, que D. Pedro recebeu das mãos de D. Fernando, rei de Portugal e seu cunhado: nela, o escritor aborda a obra sobre a Inquisição, e também faz referência à Academia de Ciências de Lisboa, no que diz respeito à publicação dos *Monumentos Históricos de Portugal*.

Ali, compromete-se a informar o imperador assim que o primeiro volume for publicado. Queixa-se ainda da falta de pessoal qualificado para estas atividades, bem como da falta de recursos. Refere-se, também, às *Memórias do Clube de Ciências Morais*.

Eis um trecho desta carta, mostrando a importância que o escritor dava ao parecer do imperador sobre seu trabalho:

O segundo volume da Tentativa sobre o Estabelecimento da Inquisição em Portugal tenho-o no prelo. Dentro de pouco poderei submetê-lo à apreciação de V.I.M. [...] Quisera afirmar o mesmo acerca do quinto volume da História de Portugal que era de abranger a história das classes privilegiadas, da administração geral e do direito público e das relações civis durante os séculos XII e XIII. Os materiais para ela estão coligados e ordenados, mas a redação final só me será possível fazê-la no próximo ano. Preciso principalmente de concluir o terceiro e último volume relativo à Inquisição e as horas que posso deixar a estes trabalhos são assaz curtas. Distraem-me, além dos deveres acadêmicos, ocupações temporárias da administração municipal, encargos que não poderia deixar de aceitar, porque é eletivo, gratuito e comparativamente humilde. No que nunca haveria para mim sacrifício diria em cumprir as ordens de V. I. M.

Herculano ainda destaca o alvoroço que sentiu ao saber que o imperador do Brasil dignou-se a pensar e escrever sobre sua História de Portugal “nas horas que os cuidados da administração de um vasto império lhe deixam livres”.

E conclui, afirmando sua admiração por D. Pedro:

Todavia, por mais que meu amor próprio com isso se lisonjeie, lamentaria que o laborioso mister de chefe de Estado não consinta a V.I.M. como o ter conduzido uma nascente monarquia pelo caminho da paz e da prosperidade, sendo ao mesmo tempo modelo dos príncipes das nações livre. Creia V.I.M. que digo isto com a singela franqueza de um homem que em mais de vinte anos de vida pública tem dado sobejas provas dos seus

⁸⁹ M.121-Doc.6072-Arquivo Histórico de Petrópolis.

poucos talentos de cortesão.

Importante destacarmos o fato de, em não sendo D. Pedro II um literato, os escritores, muitas vezes, lhe enviarem seus textos para obter sua opinião, o que é bastante significativo em se tratando de nomes como Alexandre Herculano que, como visto, teve a preocupação de informar D. Pedro sobre o andamento da publicação de seus escritos, e ainda de colocar à disposição o volume recém-escrito sobre a Inquisição, para ser por ele apreciado!

Isto mostra que D. Pedro se interessava pelo assunto, e que conhecia a questão judaica em Portugal. Não vamos nos esquecer de que o imperador se interessava por literatura e assuntos históricos em geral; mas, levando em consideração seu vivo interesse pelo judaísmo, pode bem ser esta uma consequência do conhecimento que ele possuía sobre a saga dos judeus ibéricos, e das vicissitudes de seu trágico destino à sombra do Tribunal da Inquisição.

Ainda em relação a Alexandre Herculano, levantamos outras cartas importantes sob o ponto de vista da afinidade entre o imperador e o escritor, especialmente com foco nas pesquisas e na produção escrita sobre o mundo medieval português, suas lendas, costumes, tradições, num pano de fundo histórico e legítimo e fartamente documentado, e que se estendia aos dias em que viveram os dois personagens.

Além do mais, era afetiva a ligação do imperador do Brasil com o passado de Portugal, onde repousavam as raízes da Casa de Bragança.

4.3 CAMILO CASTELO BRANCO

Aproveitando o rumo do assunto D. Pedro visitando Portugal, não vamos nos esquecer de outro contato interessante do imperador com o universo judaico: o escritor, poeta e crítico literário, de reconhecida origem cristã-nova, Camilo Castelo Branco, que recebeu a visita do imperador e de D. Pedro V, admiradores de sua obra literária.

Ele fez uma análise do poema “Os Ratos da Inquisição”, do poeta português Antônio Serrão de Castro, boticário, cristão novo, penitenciado pelo Santo Ofício.

Preso durante dez anos, a família do poeta teve alguns de seus membros queimados e ele saiu relaxado, condenado ao hábito penitencial.

Camilo escreveu uma obra fundamental sobre o tema: “*O Judeu*,” onde aborda a infeliz trajetória do poeta Antônio José da Silva, um dos grandes expoentes da literatura portuguesa, que pereceu nas garras da Inquisição. Camilo, ele mesmo de origem judaica, soube explorar magistralmente, nesta obra, a complexa problemática do marranismo.

Segundo a historiadora Benair Ribeiro, em seu livro, “*Um morgado de misérias*”⁹⁰, foi Camilo Castelo Branco, no século XIX, quem trouxe à luz o até então desconhecido poema de Antônio Serrão de Castro “Os ratos da Inquisição”, prefaciando-o com uma biografia do poeta, onde relata passagens relacionadas ao período em que o poeta esteve preso nos cárceres do Santo Ofício.

A autora afirma que não se sabe ao certo se Camilo conheceu o processo inquisitorial do poeta ou de seus familiares, igualmente presos, mas o certo é que seus relatos apresentam algumas impropriedades, baseadas talvez em suas fontes, ou seja, em autores como José Maria da Costa e Silva e a enciclopédia de Diogo Barbosa Machado, onde encontrou as primeiras menções ao poeta, sem contudo citar as fontes consultadas.

Não podemos perder de vista que, à época da biografia escrita por Camilo Castelo Branco, havia poucas pesquisas históricas sobre a Inquisição. Ainda assim, é certo que Camilo bem compreendia o drama dos cristãos-novos e do antissemitismo em Portugal, visto que escreveu a obra “*O Judeu*”, em que denuncia a injustiça do processo de Antônio José da Silva.

Isto mostra, mais uma vez, que D. Pedro conhecia bem a história dos judeus ibéricos e dos cristãos novos portugueses.

4.4 O REI CIDADÃO

Retomando nossa linha de pensamento: quando estava em Portugal,

⁹⁰ Coleção Histórias da Intolerância, 8-Inquisição e Marranismo-São Paulo, Associação Educativa Humanitas, FAPESP, 2007, p.27.

D. Pedro esquecia-se dos problemas que ali ocorriam; talvez buscasse suas raízes históricas, as belezas locais, os personagens mais marcantes e seu legado.

Ele via o país de seus antepassados pela ótica que lhe gratificava: histórico, cênico, literário, monumental. Ele, detentor da coroa do império brasileiro por herança legítima (e que, ao longo de sua vida, ele declararia ser um fardo a carregar inexoravelmente), já tinha suas próprias apreensões e queria esquecer-las para poder desfrutar de um Portugal quase idílico, que o remetia ao passado épico, pioneiro, glorioso, que foi alargando suas fronteiras pelos desconhecidos caminhos do mar.

Por essa razão, procurava não se envolver em qualquer tipo de querela, e as críticas que lhe faziam quando de sua presença em Portugal, eram por ele ignoradas. Além do mais, com esta atitude,

D. Pedro provaria que era, de fato, um ardoroso defensor da liberdade de pensamento e de expressão. Na verdade, isto não o afetava: ele estava ali como Pedro de Alcântara, não como chefe de Estado. Entretanto, mesmo como turista, não deixava de receber, ainda que dissimuladas, agulhadas da Igreja, em represália a seu comportamento, severo e radical, em relação aos bispos que protagonizaram a Questão Religiosa no Brasil.

Naquele momento, a atmosfera cultural em Portugal sofria a influência da geração de 1870, emergente de Coimbra; jovens socialistas dividiam as visões radicais da época, e esperava-se, num prazo de dois anos, a aceitação do regime republicano na Espanha.

Porém, isto não ocorreria em Lisboa, onde a ideia somente se materializou quatro décadas mais tarde, no início do século XX, com queda do regime monárquico português.

A primeira república espanhola não recebeu apoio popular no país de Herculano. Igualmente, no próprio Rio de Janeiro de D. Pedro II, foram dispersadas as demonstrações de simpatia e apoio à República.

Assim, Lisboa e outros lugares de Portugal receberam D. Pedro II em silêncio. Ele quase não se envolveu nas questões literárias da geração de 1870, influenciado, talvez, por outros países europeus, cujos contatos lhe ampliaram os horizontes intelectuais.

As ácidas investidas que recebeu da geração de 70, ativa e altamente politizada, não conseguiram desviá-lo de seus propósitos culturais: sempre fiel ao ideal da imprensa livre, ele ignorou a crítica, disfarçada em sátira, que a Revista “As Farpas” publicou, envolvendo-o como pessoa e como figura política⁹¹.

Apesar de sua importância política e pertencendo à Casa de Bragança, D. Pedro passou quase despercebido para a nova geração e, talvez por isto, preferiu não participar de suas polêmicas; manteve-se isento em meio ao choque de ideias e de gerações em Portugal, embora tenha sido alvo de críticas, sobretudo as de Eça de Queirós, que o colocaram no olho do furacão em tudo o que se relacionasse ao Brasil. Mas não se envolveu nem se deu ao trabalho de revidar, já que era defensor da liberdade de imprensa.

Em contrapartida, os encontros com Herculano deram a ele muito prazer, e por que não dizer, foram gratificantes para ambos?

Em sua última estada em Lisboa, ele induziu Herculano a vir encontrá-lo, muito embora este não gostasse de viajar. Isto aconteceria mais de uma vez, e o ilustre escritor relatou estas ocorrências ao Duque de Palmela, na sua famosa carta de Val de Lobos, de 1873.

Também relata, que dissuadira o imperador de uma empreitada quase pueril: viajar por horas num domingo de manhã, para um desjejum na fazenda de Herculano. Preferiu ele, o escritor, viajar até Lisboa ao encontro do imperador, que o incumbiu de inúmeras tarefas, como fazia aos oficiais brasileiros, entre as quais mandar-lhe azeite de oliva de sua própria produção.

D. Pedro era um viajante sedento de ampliar horizontes; queria aproveitar, ao máximo, o tempo em que, longe das preocupações do Governo, podia fazer o que mais gostava: conhecer pessoas e lugares, ampliando suas experiências e seu conhecimento.

4.5 VIAGENS

D. Pedro II não parava: após deixar Portugal, viajou para a Inglaterra,

⁹¹ Detalharemos mais o assunto, com transcrições, no capítulo referente à família Saragga.

Brussels, Hamburgo, Berlim, Dresden, Wartburg, Viena, Itália, Egito.

Em seguida, voltou para a França, dirigindo-se para o sul, Nimes, Montpellier e Marselha. Voltaria, no entanto, para Paris, a fim de conhecer o filósofo Adolph Franck, o primeiro docente judeu da Sorbonne e professor do Collège de France, cujas aulas, que tratavam de Ética e Ciência Política, eram abertas ao público.

D. Pedro estava em Paris quando chegaram notícias da aprovação da Lei do Ventre Livre. O fato ocorreu quando assistia a uma aula do Prof. Franck sobre escravidão, e é bem provável que isto fosse mais do que simples coincidência: a abolição era, para o imperador, ponto nevrálgico, e este fato ensejou-lhe responder satisfatoriamente às cartas que recebera anos antes, pedindo a ele que tomasse a iniciativa de abolir a escravidão em seu império. Agradou-lhe muito a oportunidade de mostrar uma ideia positiva de si mesmo e do Brasil.

Benjamim Mossé, o grão-rabino de Avinhon, relata, na biografia do imperador do Brasil, que ele assinou com o Barão do Rio Branco⁹², este interessante episódio, ocorrido durante a aula do Prof. Franck.

Antes de voltar ao Brasil, D. Pedro visitou rapidamente Toledo, a capital da Espanha visigótica, dali voltando para o Porto, região ocidental de Portugal. Ali, visitou Camilo Castelo Branco que estava doente, e seguiu para Coimbra, onde passou algumas horas na Universidade.

Passou também pelo Mosteiro da Batalha, sítio de defesa contra os castelhanos, em Aljubarrota. Visitou pontos famosos da arte portuguesa e monumentos históricos, antes de retornar a Lisboa.

No caminho de volta para o Brasil, ele parou para sua segunda visita a Herculano (março de 1872). Em seguida, foi para o Rio de Janeiro.

Sua viagem seguinte foi marítima, cinco anos depois de sua primeira viagem à Europa. Desta vez, aportou nos Estados Unidos, atendendo ao convite para celebração do Centenário da Independência, em 1876.

Ao deixar o Brasil, passou pela Bahia e pelo Pará, indo em seguida a Nova Iorque. À semelhança de quando recebeu convite de seu primo, rei de Portugal, D. Pedro recusou qualquer recepção oficial, viajando apenas como cidadão brasileiro.

⁹² Comentaremos o livro, mais detidamente em capítulo posterior.

Em relação às comemorações do centenário da independência americana, há um fato interessante, que merece ser lembrado: em fins de março de 1876, SSMM imperiais do Brasil chegam a Nova Iorque, onde a imprensa promove a pessoa de D. Pedro como sendo uma figura extraordinária de homem ao mesmo tempo culto e sofisticado, porém simples e acessível, algo que de fato ele era.

Envolvido pela simpatia dos ianques, D. Pedro procura um meio de retribuir as manifestações de estima dos americanos à sua pessoa: assim, acata a sugestão do Cônsul Geral do Brasil em Nova Iorque, Salvador de Mendonça, de abrilhantar a comemoração do dia 4 de Julho em Filadélfia, sede da Exposição de Ciência, com uma oferta musical; e telegrafa para Roma, encarregando o Barão de Javari, embaixador do Brasil na Itália, de transmitir a solicitação a Carlos Gomes:

Ao Povo Americano, Hino para o Primeiro Centenário da Independência Americana, celebrado em Filadélfia em 4 de julho de 1876, composto por encomenda de S.M. D. Pedro II, imperador do Brasil.

D. Pedro mudou sua rota, visitando o Velho Oeste, na costa do Pacífico, o Médio Oeste, o sul (New Orleans) e, antes de partir, visitou a Nova Inglaterra. Permaneceu pouco nas cidades maiores destas regiões, e ainda conheceu Montreal, de onde partiria para a Europa.

No território americano, cada cidade por onde passou tinha uma atração pessoal para ele: em S. Francisco, foi à Biblioteca Bancroft de História, e conheceu a editora; visitou também Berkeley, as Missões Franciscanas e Chinatown; foi à sinagoga, onde leu passagens da Torah, em hebraico. Consta ainda que mostrou desejo de visitar, em S. Francisco, um templo chinês, o que demonstra quanto D. Pedro era interessado em religião.

Invenções e tecnologia atraíram-no para Filadélfia, no leste. Em St. Louis e Cincinnati, conheceu fábricas e maquinário agrícola. Em New Orleans, constatou a existência de relações intersociais, escolas para negros, “plantations” e outra sinagoga.

Entretanto, Boston era sua cidade favorita. Ali, encontrou a viúva de Agassiz, o naturalista suíço que visitara o Brasil, interessado em estudar suas riquezas naturais. Também visitou a escola de surdo-mudos onde Graham Bell fez

experiências. Em Cambridge, encontrou-se com os expoentes da literatura americana, e pôde notar que a literatura brasileira era ali bem desenvolvida.

Antes de partir dos Estados Unidos, mais precisamente da Nova Inglaterra, D. Pedro retorna ao Estado de Nova Iorque, onde permanece por pouco tempo, visitando Saratoga e o primeiro colégio para mulheres, em Pough Keepsie (Vassar).

Ali, teve a oportunidade de alimentar seu interesse por astronomia, em contato com Maria Mitchell, docente e pesquisadora. Em meio a seus estudos, ela externou sua opinião pessoal sobre o imperador e seus interesses intelectuais, coincidentes com os da Sra. Agassiz. Mais de uma década depois, a Profa. Mitchell também lembraria a aparência e alguns modos de D. Pedro II⁹³:

Eu tinha imaginado o imperador do Brasil como um homem alto, 44 anos, escuro, moreno, que não teria uma coroa na cabeça, mas que eu pudesse sentir que (a coroa) estava ao alcance da mão e que eu estava numa presença real. Ele era muito agradável, embora loquaz, e parecia mais interessado no observatório do que eu poderia esperar. Pedi a ele para subir na cobertura, mas ele disse que não tinha tempo. Ainda assim, ele permaneceu o tempo suficiente para subir várias vezes.

Não há qualquer evidência de que D. Pedro II tenha tido entrevista ou encontro com mulheres mais progressistas, sobre cultura, habilidades culturais, literárias ou científicas, nem que tenha abordado direitos e igualdade da mulher.

Suas viagens colocaram-no frente a frente com mulheres europeias. mesmo as de destaque científico, como foi o caso da Profa. Mitchell. Esta mulher, docente de reputação considerável em Matemática e Física, pode ter naturalmente exercido alguma influência sobre o imperador ou, pelo menos, sobre sua postura e mentalidade, formada à sombra da conservadora cultura luso-brasileira, com respeito à mulher.

Quase nada se sabe a este respeito, já que nem ele próprio relatou ou escreveu sobre isto. Muito provavelmente, com o passar dos anos, seu ideal de mulher deve ter mudado, já que admirou, até o fim da vida, a Condessa de Barral, modelo de mulher culta e independente que exerceu muita influência sobre ele e sua família.

⁹³ Bernstein, Henry, *D. Pedro II*, p. 177

Quando a Sra. Agassiz esteve no Rio de Janeiro com o marido, pediu ao imperador que permitisse que as esposas brasileiras comparecessem às palestras públicas de seu marido. Os homens podiam entrar e sair livremente, mas à mulher dos oitocentos, era vedado o acesso a encontros de natureza intelectual, de forma que era preciso uma permissão especial.

Mary Williams, biógrafa de D. Pedro II⁹⁴, acredita que, apenas após ele ter viajado para o exterior, é que pôde perceber que as mulheres brasileiras estavam muito atrasadas em relação às inglesas e americanas, em educação, cultura e atividades intelectuais de modo geral, já que, muito submissas, eram reclusas e em quase nada participativas; quando voltou, mostrou-se mais interessado na educação básica feminina. Entretanto a biógrafa admite que ele nunca demonstrou interesse especial na emancipação das mentes femininas.

Mesmo assim, a educação das princesas foi primorosa, orientadas que foram, por ele próprio e pela Condessa de Barral; isto, especialmente Isabel, a sucessora natural do Terceiro Reinado do Brasil: consta que a ela foi ministrada uma educação quase masculina, com relevância para as disciplinas exatas, como Química, Matemática e Mineralogia.

Sabemos, porém, que a despeito deste preparo intelectual, Isabel estava inserida nas expectativas da mulher de seu tempo, em relação ao comportamento, família, casamento, religiosidade – excessiva, no caso dela. Apesar disto, foi pioneira em alguns assuntos importantes enquanto governante e detentora do poder, ainda que apenas como regente.

Foi o caso da luta abolicionista, diante da qual ela jamais esmoreceu, culminando, este embate, na lei de 13 de maio de 1888, que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil.

A verdade era uma só: D. Pedro II estava pessoalmente distante e sem qualquer envolvimento com a emancipação feminina e, segundo Harry Bernstein, da mesma forma estava distante em relação aos direitos dos judeus ou à liberdade dos negros. Apesar disto, não se opunha à conquista dos direitos destes grupos.

Aqui, porém, cabe uma reflexão: estaria o imperador distante da realidade

⁹⁴Idem, *op. cit.*, p. 198.

destes dois grupos étnicos? Ele se preocupava com a questão abolicionista? Igualmente, conhecia a sofrida trajetória dos judeus pelo mundo, principalmente a história dos judeus em Portugal? E em relação à mulher? Ele esteve sempre em contato com mulheres tanto no Brasil como na Europa, em sua maioria ligadas a um “affaire” em sua vida, como nos mostra José Murilo de Carvalho, em seu livro sobre o imperador do Brasil⁹⁵.

Alguns biógrafos encontram uma espécie de latinidade em seu perfil; outros, enxergam um donjuanismo ou mesmo machismo em sua performance, em sua conduta e caracterização: mulheres como a Condessa de Barral ou como a Princesa Carolyn Sayn, na Europa, eram suficientemente artísticas e intelectuais para ele.

Evidências isoladas indicam que ele tratava muito bem as mulheres europeias: prova disto é a carta de 21 de junho de 1879 à Princesa Carolyn, que, diz-se, ter sido amada e cortejada por Franz Liszt. D. Pedro, patrono da arte musical, já identificado com Wagner, Carlos Gomes e outros, apresentou novo critério na carta que enviou à Princesa⁹⁶:

Seu nome é suficiente para me fazer ansioso para tomar parte naquela demonstração de respeito pelo grande santo da Idade Média, Papa Gregório VII, a quem venho venerando ainda mais depois de ler o trabalho de Mont' Alembert e [...] para o mosteiro de Monte Cassino que eu visitei duas vezes e onde meu amigo Torti vive, [...] historiador italiano. Como lamento não estar presente nas conferências de Vila D' Este presididas pelo Cardeal Hohenhole! Ele e Liszt nos possibilitariam ouvir música verdadeira. O ministro brasileiro em Roma terá a soma que estou oferecendo adiantado, e eu lhe peço que mantenha este fato absolutamente confidencial como é o meu costume.

Seu

Pedro de Alcântara

4.6 ESTUDOS E FRANCOFILIA

Em sua viagem à Europa, ele passou por países que já havia visitado. Também foi aos países nórdicos, à Turquia europeia, Ásia Menor, Grécia, Palestina e Egito. A primeira viagem foi breve; a segunda, levou-o a permanecer no exterior

⁹⁵Idem, *op. cit.*, 87.

⁹⁶idem, *op. cit.*, p. 178.

por cerca de um ano, visitando a Europa de um extremo a outro, da Irlanda à Grécia, onde estudou mais demoradamente, principalmente a arqueologia do mundo antigo e as origens da cultura clássica, helenística e da Europa ocidental.

Era um apaixonado pela História! As Pirâmides fascinavam-no, e ele subiu o Nilo até a segunda Catarata, vendo mais o Nilo no Egito que o Amazonas no Brasil ou o Rio da Prata.

Sentia-se fascinado pelo homem primitivo, mais do que pelos homens de seu tempo: estes o atraíram para lugares e povos diferentes, tais como Richard Wagner, Victor Hugo, Artur Gobineau e Alexandre Herculano, na casa de campo de Val de Lobos, durante os últimos meses de vida do historiador.

O gosto de D. Pedro II pelo medieval e sua atração pela música, marcou-o para sempre, desde que assistiu a uma ópera do círculo wagneriano em Bayreuth.

Desfrutou muito de suas conversas com Herculano sobre História portuguesa, assim como da discussão sobre hieróglifos egípcios com arqueólogos dessa área.

Foi a última viagem bem sucedida que empreendeu, pois ficaria enfermo nas últimas viagens: a de 1887 não foi agradável e, certamente, não o agradou a viagem forçada rumo ao exílio, em 1889-1891.

Em 1887, uma doença séria o mandou novamente para Lisboa, de lá para Paris e depois para a Suíça; Mota Maia, seu médico pessoal, que registrou tudo em um diário, acompanhou-o com total dedicação.

O diagnóstico não foi diabetes crônica, mas um caso passageiro e intermitente, sendo que, sob qualquer forma, a doença era muito debilitante; parou em Baden Baden, restabelecendo-se prontamente naquelas águas termais; mas, em 1888, uma doença quase fatal abateu-o em Milão: uma febre contraída às margens do Lago de Como, ocasião em que chegou a receber extrema-unção, tal a gravidade de seu estado.

Durante as viagens de lazer, apressava-se movimentando-se de país em país. Alguns companheiros de viagem desistiram de acompanhar seu ritmo, pois ele queria desfrutar ao máximo o tempo disponível, e muitos não eram assim tão entusiastas nem possuíam tal energia física ou disponibilidade.

Porém sua energia intelectual e cultural era suficiente para carregá-los através dos livros, instituições, arquivos e bibliotecas.

A derradeira viagem do imperador foi francamente marcada por interesses intelectuais. Durante seu repouso forçado de convalescença, estudou a maior parte dos conteúdos por conta própria. O Brasil e seus problemas, que tanta preocupação lhe acarretavam, ficaram para trás. Estava longe, e por essa razão, pôde dedicar-se ao estudo das línguas orientais, que tanto apreciava: o persa e o sumeriano eram um exemplo desse seu interesse.

Estudava também os hieróglifos, ao mesmo tempo em que estava interessado em sânscrito. Entretanto, ficará patente, em sua caminhada de viajante e de estudioso, sua preferência pelo hebraico, língua que estudava com dedicação maior que dispensava aos outros idiomas.

Essa paixão pelos estudos, em especial das línguas antigas ou mortas, eram um prato cheio para seus detratores, que o acusavam de não governar o país.

Entretanto, nessa trajetória de estudos, voltou-se gradual e naturalmente para a pesquisa. URSPROCHE (língua original) foi seu foco de atenção, assim como outros fizeram no correr do século XIX: era amplamente aceita a crença de que havia uma única língua-mãe, nascida do indo-europeu; no Brasil, seu amigo Christian Frederick Seybold iniciara-o nessa linha de pesquisa e, na Europa, o insigne Max Muller ajudou-o a dar prosseguimento aos estudos.

Uma das últimas consequências dessa derradeira viagem, foi a amizade, que se fortaleceu, entre o imperador e Alphonse Karr: a correspondência transcorria em francês, e ficava clara a confiança do monarca em Karr, que permaneceria seu companheiro até o fim da vida de D. Pedro no exílio, quando se firmaram concretamente os vínculos com a literatura francesa, ciências e artes.

D. Pedro nunca parou de escrever a Karr e a Gobineau: sua correspondência com Louis Pasteur também se tornou conhecida.

Entre seus principais interesses pela França, sua cultura e instituições, estava a atração especial pela região sul, pelas baladas provençais, canções, poesia e, mais ainda, pelo judaísmo e pelo hebraico-provençal⁹⁷.

⁹⁷ Este assunto será tratado mais detalhadamente em capítulo posterior.

Estando de passagem pela França, participou do movimento literário em favor da manutenção da língua e da literatura provençal que, embora falada por uma minoria, tinha de se perpetuar como legado e expressão de uma cultura regional.

Chegou a encontrar-se com o líder do movimento, o poeta Frédéric Mistral, e pediu a ele que o mantivesse informado sobre a evolução do movimento.

Com o apoio do rabino Benjamin Mossé, de Avinhon, chegou a publicar um livro de traduções de poesias em hebraico-provençal, detalhando mais a importância e a beleza da cultura daquela região.

Por incontáveis razões, D. Pedro era, definitivamente, francófilo: admirava a França como uma espécie de berço da cultura europeia, bem como os ideais da Revolução Francesa, a cidadania e os direitos humanos, os mesmos que moveram o processo de independência dos Estados Unidos e dos demais países da América Latina, consolidando neles o sistema republicano, do qual nunca escondeu ser admirador, apesar de sua condição de imperador.

Ainda a educação francesa e a indiscutível e reconhecida competência da Condessa de Barral, preceptora de suas filhas, mantiveram D. Pedro próximo ao estilo francês, e esta proximidade se prolongaria até o fim de seus dias no exílio. Era na França, em sua atmosfera marcadamente cultural, que ele encontraria pequeno alívio para seu espírito, conturbado e pesaroso de saudade de sua pátria querida.

Outro vínculo importante e inegavelmente definitivo para esta francofilia foi, no Brasil, a amizade do imperador com seu tutor Félix Taunay, estendendo-se esses laços fraternos até o final de sua vida.

Os Taunay da França, vieram ao Brasil com D. Leopoldina, o que estreitava ainda mais estes laços, para o imperador. Finalmente, Isabel contraiu matrimônio na casa francesa de Orléans, dando origem ao vínculo dinástico Orléans e Bragança que, em princípio, daria continuidade à monarquia no Brasil com um Terceiro Reinado, não fosse o advento da República, em 1889.

Durante muitos anos D. Pedro manteve estreita ligação com Félix Taunay, seu instrutor de Desenho, História Clássica e História Geral, duas vezes por semana. Conversava e estudava sob sua orientação. Ambos eram nutridos por tópicos férteis e inesgotáveis sobre Ciência Moderna e História. Traduzir autores clássicos e franceses mantinha-os juntos e ocupados, estreitando ainda mais sua

convivência. Assuntos políticos, militares e econômicos da História do Brasil, continuavam a ser estudados no exterior, enquanto o real pupilo ampliava seus horizontes.

A correspondência trocada entre o preceptor e o discípulo, que ia alargando sua mente, deu-se entre 1861 e 1877, antes e depois da viagem de D. Pedro, e lança luz sobre as ideias do professor e do aluno amadurecido: as cartas entre ambos foram escritas em linguagem intimista, quase sentimental, antes e depois da viagem de 1876. Na carta de 1877, o imperador deu todo crédito a Taunay para dirigir seus próprios interesses em estudar o Egito e o Antigo Oriente: aqui, mais do que nunca, a sabedoria francesa predominou.

4.7 LEITURAS: RELIGIÃO, HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA

A busca de conhecimento percorrendo o passado, reforçou e definiu, em D. Pedro, o objetivo de chegar às origens da moralidade e da crítica. Sabemos que ele lia de tudo. Pelo menos é o que mostrou o acervo de sua biblioteca, na maior parte doada ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, do qual era patrono. Mas, ao mesmo tempo, sua sede de leitura era quase uma obsessão. Ele lia nas circunstâncias mais incríveis, podemos dizer críticas, como no exato momento que deixava o Brasil rumo ao exílio. Leu durante toda a viagem.

Mas o estudo das religiões o fascinava de maneira especial. Ele separava os livros religiosos dos cristãos, dos judeus e do paganismo clássico, de acordo com a contribuição que continham para as ideias da virtude, do comando e do conhecimento, no sentido amplo da palavra.

Na Itália, ele conseguiu distinguir entre a Igreja e a civilização italiana, ou seja, separou o Papa, representante da instituição, sede do Catolicismo, da beleza e da importância da cultura italiana como patrimônio e legado cultural.

No Oriente, ele assinalou e discerniu a linha entre as descobertas arqueológicas e o valor dos textos que levaram aos primórdios eclesiásticos (teológicos e éticos) das Escrituras (ou da Cristandade).

Sem dúvida ambos, o racionalismo francês e o pragmatismo português,

ajudaram a mente de D. Pedro a adquirir um método de pensamento que selecionava, distinguindo, fatos de doutrinas.

Taunay apresentara D. Pedro a Ferdinand Dennis que, interessado em estudos portugueses, estivera no Brasil uma geração antes; e, certamente, este foi um dos fatores que o levou a escrever um livro sobre o Brasil.

Num período posterior, Dennis tornara-se bibliotecário de St. Geneviève em Paris, e a transformou no que ainda é: um importante centro bibliotecário para estudos luso-brasileiros.

D. Pedro escreveu duas cartas a Taunay, em maio de 1872, que revelavam sua conexão intelectual. Uma é especialmente pertinente: D. Pedro disse a Taunay que escrevera a Dennis, pedindo cópias de sua História do Brasil tão logo pudesse fornecer, como algumas informações sobre o Brasil, tais como distinguir alemães em Berlim de Helmholtz, Virchow, o historiador Leopold Ranke e outros intelectuais, e algumas mulheres de destaque. Quis saber de Taunay quantas delas havia conhecido. Ele já tinha visitado a Universidade de Berlim, laboratórios, institutos e estúdios.

4.8 EDUCAÇÃO NO BRASIL

D. Pedro não se importava com o que diziam sobre ele; agradava-lhe sua condição de sócio, de membro de confrarias, sociedades científicas, centro de erudição europeia, onde pontificavam as mais proeminentes figuras da cultura da época.

Tivesse ele sido professor (como ele dizia que queria ser!), e teria tempo e condições adequadas para por em prática a vida cultural, publicando ciência e educação, assuntos que o interessaram ao longo de sua vida, como cidadão e como imperador, detentor do poder num país de analfabetos.

Conforme já aludido, ele, pessoalmente, ensinava as próprias filhas, antes de desenvolver o conhecido costume de examinar outros estudantes, no Liceu Pedro II: chegava a ensinar a elas História, Geografia e outras disciplinas.

No caso de Isabel, ele pôde acrescentar sua experiência sobre o cenário

político do Brasil e a arte de governar. Ele acompanhava de perto o trabalho dos professores designados para a educação das princesas.

Seu papel era bem conhecido, em relação ao Colégio Pedro II, como diretor extraoficial: com certa frequência, aparecia para as aulas e avaliações; dirigia regularmente as sessões, e também era patrono e mecenas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Colégio e o Instituto foram os únicos substitutivos disponíveis para a universidade que ele queria para o Brasil, mas nunca conseguiu.

Luís Pereira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro, seu amigo pessoal desde a infância, foi seu grande colaborador. A educação básica recebeu grandes benefícios no Rio de Janeiro. Mas, o Ato Adicional (emenda) da constituição de 1834, tinha dado autonomia, às províncias, sobre as escolas primárias, e isto impediu seu desenvolvimento, pois limitou o poder do Império, dificultando o aparecimento e elaboração de um sistema escolar nacional.

D. Pedro também demonstrou grande interesse nas escolas especiais para cegos, surdos-mudos, educação de adultos, escolas técnicas e agrícolas. As escolas que havia, de leis, de medicina, e tecnologia, foram boas para aquela época e supriam as necessidades, ocasionalmente.

O Brasil nunca teve institutos técnicos suficientes, deixando clara a necessidade de escolas de engenharia. Mais de uma vez, ele pressionou para que as escolas se expandissem nas várias regiões do Brasil, na vizinhança de outras escolas profissionais.

O ministro mais próximo de D. Pedro era engenheiro, e fundou em 1874 e no Rio de Janeiro, uma escola técnica, com cursos de mineração e engenharia civil, matemática e física.

Em Ouro Preto (MG), a Escola de Minas, projetada desde o tempo de D. João VI, foi finalmente aberta para estudantes de engenharia metalúrgica, a partir do que. o estudante brasileiro já não precisava ir à Europa ou aos Estados Unidos para obter treinamento profissional ou técnico, a menos que realmente assim o desejasse, pois já era possível estudar em escolas brasileiras.

A chegada da Missão Artística Francesa, em 1816, deu ensejo ao

aparecimento do Instituto de Belas Artes. Era mais do que adequado; entretanto brasileiros de talento iam estudar em Paris.

Comandado por Porto Alegre, antigo discípulo de Debret, o Instituto promovia cursos de matemática avançada, arqueologia e história da arte, em 1855. Assim começou a coleção permanente de arte, que se tornaria a base para o atual Museu de Belas Artes (Galeria Nacional).

Uma divisão foi estabelecida em 1841, dando início ao atual Conservatório Musical do Rio de Janeiro.

O Colégio Pedro II tornou-se a primeira e melhor escola do país. Eram exigidos os cinco anos da escola primária para a admissão de estudantes, que teriam mais sete anos de estudo pela frente, quando então estariam aptos para cursar uma escola profissional no Brasil, ou frequentar uma universidade no exterior; a despeito desta oportunidade, somente uma minoria de brasileiros foi beneficiada.

Fernando de Azevedo e Primitivo Moacyr, autoridades bastante qualificadas na história da Educação no Brasil, concordam que a educação brasileira do Segundo Império, produziu apenas uma elite: a grande maioria de adultos e adolescentes permaneceu na ignorância e nas brumas do analfabetismo.

Após a Guerra do Paraguai, D. Pedro apoiou uma campanha, conduzida pelo Ministro do Império, para alfabetização de adultos. O Liceu Literário Português, fundado em 1868 e renomeado como Real Gabinete Português de Leitura, encarregou-se de preencher esta lacuna. O famoso instituto, um dos principais centros de cultura do império, começou oferecendo aulas noturnas. O próprio imperador comparecia, com frequência, a palestras e discussões da Sociedade Portuguesa de Leitura, e usava sua notável biblioteca.

Logo, o prédio foi dividido com os adultos, para dar lugar a uma escola primária particular diurna; no último ano do império, a escola atraiu nada menos de 12.000 pessoas frequentando aulas! Os cursos no Liceu e no Gabinete eram livres.

O Gabinete tornou-se melhor conhecido no Rio de Janeiro, ao patrocinar, em 1880, o terceiro centenário da morte do poeta épico português Luís de Camões.

D. Pedro II deixou, para a cidade do Rio de Janeiro, um modesto sistema educacional. A cidade tinha forte legado cultural enraizado mais nas bibliotecas e

instituições que, propriamente, nas escolas. Possuía, então, 500.000 habitantes, com teatros, editoras, historiadores, escritores e jornalistas, no pano de fundo de sua vida cultural.

Embora o analfabetismo fosse grande, surgiram grandes escritores, críticos, romancistas, que ostentavam sua habilidade no uso da palavra escrita, configurando vida cultural mais qualitativa que quantitativa.

Comparativamente, um quadro completo do Brasil intelectual, mostrava que a Bahia estava à frente do Rio de Janeiro em matéria de educação e escolaridade. D. João VI tinha instalado escolas, museus, e dado início à educação primária, tanto na Bahia quanto em Portugal; ao tempo do império, a maioria das instituições ainda estava na Bahia.

A Assembléia Constituinte de 1813, tinha mantido muito da legislação portuguesa, no campo da educação. Foram abertas escolas na Bahia, província que parece liderar as outras neste sentido, ainda que a Constituinte permitisse que as províncias abrissem suas próprias escolas.

A liderança da Bahia prevaleceu até o final do Segundo Reinado. É possível concluir-se que não era por acidente que as propostas educacionais de 1875 no Gabinete Liberal e as propostas de 1882/83, partiram de Rui Barbosa, na Bahia, quando este apresentou projetos educacionais no início da República.

Uma proposta de renovação educacional veio em 1878, depois que D. Pedro II voltou da Europa, coincidindo com o fim do ciclo político conservador e a resignação dos liberais sob Saraiva.

O imperador nada mencionou sobre o assunto em sua “Fala do Trono” de 1878. A medida de 19 de abril de 1879 sobre educação livre, não aponta qualquer participação do imperador que, ao que parece, manteve-se fora do debate. O fato abriu caminho para o projeto posterior de Rui Barbosa (1882-84) sobre educação, que teria permitido moças nas escolas públicas e mulheres como docentes.

O apoio do governo às escolas públicas livres, veio somente após a “Questão Religiosa”, e isto só fez crescer a aversão dos homens da Igreja pelo imperador.

Rui Barbosa podia dar-se ao luxo de escarnecer desta inimizade, mas o imperador, não. Para os inflexíveis homens do clero, D. Pedro II era um racionalista,

secular, que deveria ser desprezado como um iluminista, como um Voltaire, esperto por natureza como Benjamim Franklin.

Nunca lhes ocorreu que ele fosse um Bragança. Acreditavam antes que ele era um franco-maçom, capaz de demitir os Bispos, como fez em 1880. Era este o conceito da Igreja em relação ao imperador, ainda que ele pudesse comprovar que não fazia parte da irmandade.

Seus próprios interesses intelectuais estavam indo além da instrução escolar formal dentro do campo das ideias (e isto era preocupante), especialmente aquelas que tratavam de religião, educação, moralidade, humanismo e arqueologia clássica. Em relação ao Positivismo, ele era frio, apesar de sua ênfase sobre evolução social, leis da Ciência e da Sociologia.

D. Pedro preferia a História para base de suas leis sociais, e não atacava o Positivismo, apenas ignorava o crescimento de sua influência intelectual no final do período monárquico, e isto se arrastava para uma moralidade enganosa: "Eu sou religioso" ele escrevera uma vez "porque a moralidade, que é a qualidade da inteligência, é a base da ideia religiosa".

Seu liberalismo religioso em relação aos judeus, era atitude intelectual, baseada em seus estudos da língua hebraica, no Velho Testamento e nas origens da moralidade. Isto, então, tornou-se, para ele, assunto pessoal, através de sua amizade com Adolphe Franck e Benjamim Mossé, de quem falaremos mais demoradamente em outro capítulo.

Ao mesmo tempo, sua afinidade literária com a Nova Inglaterra ecoava mostrando seu liberalismo em direção ao Unitarismo, ao Protestantismo, desde que ele estivesse, do ponto de vista religioso, emancipado do ritual católico.

Ele voltou-se para a Causa Primeira Deística. Em resumo, ele era um intelectual de mente aberta como, na maioria das vezes, era um político conciliador e flexível: isto, porque, em ambos os aspectos, era realista. Só não transigia em questão de moralidade, liberdade e justiça.

4.9 IMAGENS E AUTOIMAGEM

Como os governantes do século XVIII, a Idade das Luzes, D. Pedro considerava-se como o monarca de um império, ao mesmo tempo em que também era membro da República das Letras.

Vários incidentes ilustram essa contradição, e um dos mais recentes teve lugar antes de sua coroação: ele escreveu cartas defendendo, ou antes, afirmando o papel de Bartolomeu de Gusmão na história da invenção aeronáutica: disse que a experiência não se deu originariamente com ele, mas que ele tinha escrito isso “para fazer meu país conhecido no mundo científico”.

Após as sociedades americanas de ensino terem-no eleito como membro correspondente em 1850, o imperador intensificou as relações culturais com a América do Norte, e escreveu em seu diário, em julho de 1882:

Eu ganhei os livros que Flechter trouxe. Para mim é um presente altamente cheio de apreço. Flechter me disse que Everett (Edward-1794/1865) pediu – lhe que me pedisse desculpas por uma passagem pelas colônias portuguesas antes da independência do Brasil que eu li em um de seus trabalhos literários.

Criticado e ridicularizado pelo desejo impetuoso de se mostrar em encontros, conferências e sessões de sociedades culturais, D. Pedro estava condenado por isso e também estaria condenado se assim não procedesse.

Mas, escolheu fazer a pequena parte que lhe fosse possível. Em agosto de 1876, o historiador Varnhagen, brasileiro, escreveu ao francês luso-brasiliense Ferdinand Dennis:

Eu vi o imperador em Salzburgo e ele me disse que se agradaria muito de comparecer a sua sociedade filológica quando chegar o próximo ano (final de abril).

Ele provavelmente fez isso pelas mesmas razões que, em silêncio, apoiou muitos poetas, escritores, pintores e historiadores brasileiros que estudaram no exterior, e ganharam reconhecimento cultural para seu império brasileiro.

O Brasil tinha uma espécie de legião de honra: Carlos Gomes, compositor de óperas, Victor Meirelles, o pintor, Pedro Américo, o artista. Houve muitos outros que

D. Pedro designou, como foi o caso de Benjamim Franklin Ramiz Galvão, professor particular de suas filhas e seu instrutor de grego, designado como diretor da Biblioteca Nacional do Brasil. Um resultado desta nomeação foi o trabalho de materiais copiados de arquivos europeus, seguindo o que Varnhagen já havia feito.

D. Pedro também apoiou norte-americanos como Charles Hartt no Rio de Janeiro e Orville Derby em São Paulo, indicando-os para altos postos nos museus brasileiros de Geologia e História Natural. Era uma forma de reconhecer o que esses cidadãos de país mais progressista podiam legar ao Brasil, contribuindo para seu desenvolvimento cultural e científico.

Se ele quisesse melhorar a imagem internacional do Brasil, tinha de manter firme sua própria imagem. Um imperador viajar em sua pátria e no exterior como turista, sem uniformes e medalhas, era atrair mexericos, censura e embaraços: a Condessa de Barral chegou a criticá-lo por isto, afirmando que essa “modéstia” era negativa para a imagem do Brasil no exterior.

Os invejosos e caricaturistas estavam sempre prontos para alvejá-lo, mas ele fazia todo o esforço para parecer modesto enquanto construía o Brasil culturalmente grande.

Ela o felicitou por ocasião de sua eleição à Academia de Ciências da Bélgica. E ele lhe disse que ela não sabia o quanto ele teria de estudar para merecer aquela honra: “Reconheço mais e mais o quanto há para aprender, só para conhecer um pouco do assunto que gosto”.

Ele disse praticamente a mesma coisa em 1885, quando seu Ministro Dantas mandou-lhe uma nota congratulatória por sua designação para outra sociedade belga.

Histórias de infância do imperador vêm à mente quando defende sua própria imagem e o que efetivamente era, nas cartas à Condessa de Barral, em 1876:

Aborreço-me que você pense que as roupas que usei na minha viagem aos Estados Unidos foram vestidas para impressionar. Eu sou e sempre serei o mesmo e creio que você não irá discutir comigo sobre isso.

Três anos depois, quando ela estava em Roma e ele de volta ao Rio de Janeiro, ele escreveu:

Eu ainda sou o mesmo que você gosta tanto e dificilmente me sinto com 54 anos de idade. Meu coração ainda não envelheceu, mas eu sempre mantenho meus nove anos de diferença (com ela), sem sentir os 54 que logo pesarão sobre mim.

A política e o tempo fizeram-no mais velho em anos, ao mesmo tempo em que viajava para exterior; a ligação com a Condessa manteve jovem sua mente e sua autoimagem.

Outros o viram de modo diferente. Parecia que ele projetava uma sombra pouco clara sobre sua idade. Então, um ensaísta revela-o como homem de negócios, um Bragança classe-média, criador de imagem cultural nociva do Brasil. Assim escreveu o crítico português Ramalho Ortigão, em 1887.

Pouco antes de D. Pedro sair de cena para sempre, o português publicou sua opinião de que D. Pedro II era um fracasso intelectual, homem sem gosto e sem etiqueta. A imprudência desse português, como de outros, para usar palavras cheias de despeito quando eles não sabem dos fatos, já era bem conhecida para a geração de 1870.

Ramalho acertou na escolha da palavra quando nomeou sua coleção de artigos como “As Farpas” (Hapoons and Barbs). De qualquer maneira, podemos concluir nossas considerações, citando a imagem invertida que Ramalho dá do imperador e da qual discordamos inteiramente, por tudo o que temos examinado a respeito do imperador:

A enorme calamidade da civilização brasileira era que o temperamento de D. Pedro era absolutamente anti-estético, fundamentalmente anti-artístico, avesso a toda noção de bom gosto. A única ocupação séria de sua vida constituiu em fazer de si mesmo um sábio e nisso ele falhou. Por seu exemplo, ele estragou tanto quanto pôde a arte de conversar, de vestir-se, de receber, de jantar, de planejar um menu, de conduzir um cotilhão⁹⁸.

No fulgor da geração de 70 em Portugal, Ramalho, com sua visão leviana e superficial do mundo, foi uma exceção. Esta superficialidade era forte obstáculo para ele compreender quem realmente era D. Pedro II que, na maioria das vezes,

⁹⁸ do francês, *cotillon*, antiga dança de muitos pares, entremeada de várias músicas e distribuição de brindes, pela qual se usava terminar alguns bailes.

simplesmente encantava seus interlocutores ao redor do mundo.

4.10 D. PEDRO II E OS ESTUDOS HEBRAICOS: O IMPERADOR E A TORAH

Corria o ano de 1995. Por ocasião da Exposição “Luzes sobre o império”, foi publicado um artigo (Revista do SESC n. 28), abordando o interesse e a ligação existente entre D. Pedro II e a cultura judaica.

O fulcro da questão parecia ser religioso. Ou histórico? Enfim, a Torah do Museu Nacional do Rio de Janeiro, encontrada na Quinta da Boa Vista, antiga residência imperial desde a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, era o foco de todas as atenções naquele momento. Confeccionada em couro, escrita com letras douradas, a presença do livro judaico requeria uma explicação.

Para melhor análise do precioso documento, a Casa de Cultura de Israel solicitou a colaboração de historiadores, especialistas no assunto, com a finalidade de desvendar a origem do texto sagrado e o porquê de estar de posse do imperador do Brasil.

Qual seria a ligação deste tipo de patrimônio com D. Pedro II? A Profa. Dra. Maria Luísa Tucci Carneiro, da Universidade de São Paulo, e o Prof. Dr. Reuven Faingold, da Universidade Hebraica de Jerusalém, saíram em busca de pistas que explicassem a ligação que havia entre o imperador e a Torah, visto que ele era católico convicto, rigoroso seguidor dos preceitos cristãos, conforme declarou em sua “Fé de Ofício”: “Sou católico, creio nos dogmas.”

Assim, várias questões surgiram diante dos fatos. Que motivação ligava o monarca ao universo judaico? É certo que a tradição admite uma ascendência judaica na Casa de Bragança, assunto ainda um tanto nebuloso para os pesquisadores, e onde se misturam lenda e realidade.

Porém, isto não parece ser motivo suficiente para explicar a identificação do soberano com a cultura do povo judeu. Afinal, para ele, qual a significação do livro que rege, em todos os sentidos, a vida do chamado Povo Escolhido, desagregado na Diáspora?

O livro é um símbolo, elemento agregador de um povo disperso, e contém o

peso da herança, da continuidade. Foi o pilar mantenedor das tradições e da religião, fator cultural presente, todo o tempo, na trajetória conturbada de um povo apátrida.

No espaço de dois mil anos, por causa da Torah e seus mandamentos, os judeus não perderam seus caracteres e sua identidade como povo, ainda que sem base geográfica, pelo menos até aquele momento.

Daí a questão: até que ponto isto era significativo, para D. Pedro II, que justificasse manter consigo um texto daquela natureza?

Pois bem: ali, estava a Torah, em sua confecção material, em sua essência espiritual, a guardar, em seus pergaminhos, toda a força de uma herança alimentada pela sacralidade de seus textos, e exatamente por ser um livro de função litúrgica, era estranho que permanecesse sem uso ritual.

Uma vez achada, a Torah ali estava à espera de que lhe desvendassem as origens. A propósito, outra questão se levanta: por que a Torah foi preservada, já que é costume, quando se torna imprópria para uso ritual, ser enterrada?

A arqueóloga e pesquisadora Rhoneds Aldora Rodrigues Perez, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, levantou a hipótese de aquela Torah, achada na Quinta da Boa Vista, poderia ser produto de saque, prática tão comum no Oriente. Ou ainda podia Ter sido adquirida pelo imperador em suas viagens, vez que era bastante conhecida sua atração pelo passado.

A dificuldade de se provar, documentando, a significação do judaísmo para D. Pedro II ao judaísmo, leva inevitavelmente ao campo das hipóteses, e que não são poucas.

Uma das conjecturas sobre a afinidade do imperador com o universo judaico, e que nos parece viável de ser estudada, é a busca das origens do Cristianismo (e da cultura judaico-cristã que daí emerge) para melhor interpretação e entendimento de suas inegáveis raízes judaicas.

D. Pedro, indagado certa vez sobre a questão judaica, deu resposta objetiva: “Não combaterei os judeus, pois de sua raça nasceu o Deus de minha religião”.

Faingold também vê, nesse interesse do imperador, a identificação do judaísmo como berço do Cristianismo. Sem dúvida, fascinava-o a possibilidade de

beber das fontes originais, sem equívocos ou desvios na tradução dos textos sagrados, cuja interpretação, ao longo do tempo, levou à intolerância que, em certos períodos, tanto assombrou a humanidade.

Talves isto tenha levado D. Pedro II a traduzir os livros da Bíblia, cuja leitura sempre o fascinara desde a infância, muitas vezes do hebraico para o latim, a língua-mãe do catolicismo oficial.

Os diários mostram o crescimento do interesse do imperador pelo hebraico, as traduções tornando-se quase obsessão. Assim, traduziu alguns livros como Ruth, Jó, Lamentações, Cântico dos Cânticos, Eclesiastes.

Talvez isto explique sua viagem não oficial, como cidadão, para a Palestina, ocasião em que Pedro de Alcântara, o arqueólogo, o orientalista, tradutor bíblico e devoto peregrino, foi ver de perto os lugares que estudava.

Ao visitar sinagogas, participava da liturgia, lendo em hebraico impecável, que mostrava conhecer em profundidade bem como os textos e os rituais. Este fato, que impressionava os que o recebiam, foi comentado pela imprensa local da época. Era notória sua desenvoltura e familiaridade com tudo o que se referia ao povo judeu.

Quiçá entendendo essas origens, fosse possível, ao imperador, estabelecer o ponto de ruptura entre as duas religiões que, durante certo tempo, caminharam juntas, para depois se separarem de modo irreversível, gerando, em princípio, a bagagem antijudaica que, posteriormente, evoluiria para o anti-semismo, bem conhecido do monarca.

Estudioso, ele conhecia a fundo a história ibérica e, certamente, a trajetória dos judeus neste universo. A vida dos judeus ibéricos foi marcada por fortes discriminações e perseguições, que culminaram com o estabelecimento do Tribunal da Inquisição, cujo procedimento era frontalmente contra o pensamento e a visão de mundo do imperador, tão conhecido por seu humanismo e forte sentimento de justiça, ardoroso defensor da liberdade humana.

Assim, mais que uma relíquia, descoberta, a Torah passou a ser uma fonte reveladora desta face inusitada (e pouco estudada) de D. Pedro II: um admirador e profundo conhecedor da cultura judaica.

Foi desta forma que a exposição “Luzes sobre o Império” ocorreu, sob este

novo prisma, trazendo elementos para reflexões e estimulando a imaginação dos que a visitaram.

4.11 O AMOR AO HEBRAICO

A pesquisa historiográfica e a imprensa do século XIX mostraram que o imperador convivia com judeus, cuja comunidade, em 1872, somava 2309 almas, numa população de dez milhões de brasileiros.

Em sua maioria, esses judeus eram comerciantes, profissionais liberais, corretores, europeus de cultura aprimorada, muitos deles, frequentando o Paço imperial e participando ativamente da vida na Corte.

Reuven Faingold afirma, no mesmo artigo, que pode-se falar num “lobby”, um círculo judaico bem definido, formado por brasileiros e estrangeiros que atuavam junto ao imperador.

Quanto a D. Pedro II, seu dentista era judeu, seu mordomo e seu procurador eram judeus, o mesmo acontecendo com a maioria de seus fornecedores, aliás, sempre presentes na trajetória da Casa de Bragança no Brasil, desde o início. Muitos vieram com a corte portuguesa que fugia do bloqueio continental; outros foram chegando devagar, a partir da abertura dos portos.

Eles faziam uma espécie de ponte entre o Brasil e a Europa, importando produtos sofisticados e artigos de luxo que, escolhidos pela família imperial, ditavam modas e tendências para os caprichos da burguesia brasileira.

Henrique Veltman, em seu livro “Os hebraicos da Amazônia”, quando traça o perfil da sociedade do Rio de Janeiro, onde judeus interagem com outras etnias, conta que uma importante delegação de judeus alsacianos chegou ao Paço para uma entrevista com o imperador. A saudação do soberano, em hebraico clássico, surpreendeu-os, e mais ainda a conversa, visto que nenhum dos presentes falava o hebraico, quando muito rezavam em hebraico, pois era a língua dos rituais.

Apenas a partir de 1948, com o estabelecimento do moderno Estado de Israel, o hebraico se impõe como língua pátria cotidiana.

Portanto é possível imaginar como ficaram surpresos diante do imperador,

falando hebraico com a desenvoltura de um rabino num país tropical.

Nos diários de D. Pedro II, encontramos várias menções aos estudos do hebraico, o que nos remete a seu incontestável interesse pelo aprendizado do idioma. Por essa razão, podemos afirmar que D. Pedro II pode ser considerado como o introdutor dos estudos judaicos no Brasil, detentor de valiosos livros antigos mantidos no acervo de sua biblioteca, entre os quais a Torah dos judeus.

5 VENTOS DA INTOLERÂNCIA NO SEGUNDO REINADO

No Tratado de Aliança e Amizade com o Reino Unido, um decreto, em seu artigo XII, rezava que, a despeito do catolicismo apostólico romano ser o credo oficial do Império Brasileiro, a prática de outras religiões seria permitida em casas sem formato exterior de templo. O dito artigo garantia, também, que ninguém podia ser perseguido por motivo de religião, desde que não subvertesse a ordem, nem ofendesse a moral.

Assim, estrangeiros não católicos, como alemães, ingleses e outros, acabaram por se radicar no Brasil. Estas garantias legais também atraíram judeus de várias procedências, sobretudo ingleses e franceses (conforme informamos em capítulo anterior), que se estabeleceram definitivamente no país.

Porém, a discriminação contra judeus era maior que contra outros acatólicos, por não ser o judaísmo uma vertente do cristianismo, como acontecia com a maioria outras religiões. Era, sim, uma crença que não aceitava que Jesus era o Cristo, o Messias prometido.

A despeito desses obstáculos e muitas ideias preconcebidas, como a acusação de deicídio, crime ritual que, em todas as partes do mundo, pesavam contra os judeus, no Brasil eles não eram perseguidos, viviam com tranquilidade e em harmonia relativa com a sociedade católica.

Se assim era com os judeus, evidentemente era inaceitável que seguidores do espiritismo nascente sofressem perseguições, protegidos que estavam pela Constituição e pela simpatia do imperador D. Pedro II que, pessoalmente, sempre respeitou a diversidade religiosa, como ficou constatado ao longo de sua vida.

Antes de relatarmos fatos relativos ao aparecimento do espiritismo durante o

Segundo Reinado, é preciso levarmos em conta alguns fatos ligados a D. Pedro II: um dos traços mais conhecidos de sua personalidade foi a tolerância que, num sentido amplo, marcou-lhe a trajetória política e humana. Ele procurou, tanto quanto pode, respeitar as diversidades de ideias, de religião e os antagonismos políticos.

Defendeu sempre a liberdade de expressão, e não interferiu na ação, por vezes ferina, da imprensa⁹⁹, que de modo irreverente, sequer respeitava o visível comprometimento de seu estado de saúde¹⁰⁰, quando este se agravou.

Na conhecida democracia coroada de D. Pedro II, nunca houve perseguições – conforme ele próprio afirmou, já exilado¹⁰¹, em sua “Fé de Ofício” - nem qualquer indício de retaliação ou revanchismo por parte do governo. Inúmeros de seus detratores D. Pedro transformou em eficientes colaboradores, visto que lhes reconhecia as virtudes, a despeito da diversidade de pensamento.

D. Pedro, desde tenra infância, conviveu com as diferenças. Seu pai, quando teve de deixar o Brasil, alforriou o escravo Rafael, incumbindo-o de proteger o menino-imperador. Rafael permaneceu leal a esta tarefa durante toda a vida, falecendo logo após o banimento da família imperial. Além de Rafael, ele conviveu com outros negros – escravos que foi alforriando ao longo do tempo, preocupando-se em alfabetizá-los e a seus descendentes¹⁰².

D. Pedro teve vários professores estrangeiros e de credos diferentes: Frei Antônio de Mariana, clérigo e matemático; o judeu sueco Akerblom, que o iniciou na língua hebraica; Henning, protestante; Seybold e Alfredo d’Escagnolle Taunay, seu mestre e amigo, que chegou ao Brasil com o pintor Jean-Baptiste Debret.

Dentro deste contexto diversificado, a sensibilidade, integridade, cultura, o espírito humanitário, aliado ao senso de justiça que sempre norteou os caminhos de seu governo, fizeram-no conhecido no mundo como rei magnânimo, rei filósofo, neto de Marco Aurélio – como o chamou o escritor Victor Hugo –, rei sábio, no dizer de

⁹⁹ A política cáustica e implacável de alguns jornais era assustadora. Referiam-se ao imperador como Pedro Banana e Pedro Caju; banana, devido à sonolência decorrente do diabetes, que o tornava passivo e indiferente, e caju por se portador do prognatismo dos Habsburgos, que o levou a optar pelo uso da barba.

¹⁰⁰ Retornou de sua última viagem à Europa convalescido, mas ainda combalido pelo diabetes e por uma anemia grave, que minou-lhe a vitalidade.

¹⁰¹ Alfredo d’Escagnolle Taunay e Felix, *Diário do exílio*.

¹⁰² Sabe-se da existência de uma escola noturna em S. Cristóvão, freqüentada por esses ex-escravos e por outros servidores do Paço. A escola era dotada de biblioteca, e custeada pelo próprio bolso do Imperador.

Benjamin Mossé, que escreveu-lhe a biografia, no final dos oitocentos.

Em sua maneira de ver o mundo, D. Pedro combatia a injustiça, a desigualdade, o preconceito, a discriminação. Pesava-lhe muito o fato de o Brasil ser um país visceralmente escravocrata, cuja economia repousava no braço escravo.

Para ele, todos os súditos deveriam ter seus direitos naturais preservados pela Constituição, e por sua visão libertária em relação à construção do homem, o elemento servil destoava frontalmente destes ideais que defendia.

Um exemplo completo desse sentido de justiça e tolerância, está ligado ao aparecimento da doutrina espírita no Brasil: entre 1853 e 1854, surgem notícias sobre os fenômenos das mesas girantes que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa, publicadas no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, Diário de Pernambuco do Recife, e O Cearense de Fortaleza.

O primeiro congresso espírita do mundo teve lugar na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, fundada em 1º de abril de 1858, por Allan Kardec.

O pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, que ficaria conhecido como Allan Kardec, estudou em Vernant, Suíça, onde foi aluno de Pestalozzi, cujo método adotou em sua carreira como professor.

Atuante em círculos intelectuais nascidos do Iluminismo, asideias de Allan Kardec e a codificação que fez dos ensinamentos cristãos, ficariam conhecidas como Espiritismo.

Ao lado dessa abordagem ética, ele iniciou, com outros estudiosos, pesquisas científicas e experiências sobre magnetismo e fenômenos psíquicos, dentro de uma visão cartesiana. Mesmo assim, esses exercícios práticos aterrorizavam a maioria das pessoas, sobretudo as de inquebrantável fé católica.

Entretanto, parcela dos que tomavam contato com esta nova interpretação do mundo, aderiu a grupos de estudos teóricos e experimentais, acabando por abraçar esta nova doutrina, de embasamento cristão, como credo religioso, o que ocorreu na Europa, América do Norte e no Brasil de D. Pedro II, onde a Constituição tolerava diferentes credos, desde que não afrontassem a oficial fé católica.

Porém, piorava a situação desses neófitos, o fato da doutrina kardecista acabar associada ao ocultismo e a outras religiões alienígenas, sobretudo as de

origem africana, produto do sincretismo vigente desde os tempos coloniais, quando suas divindades se mesclavam ao panteão dos santos católicos, dando origem a novas religiões, entre elas, a umbanda.

Em relação às pesquisas científicas que fogem ao entendimento da maioria da população, e que redundam em interpretações equivocadas, cabe aqui uma referência ao padre-cientista Roberto Landell Moura que, por curto período, foi capelão-substituto da corte de D. Pedro II.

Ele, em virtude de suas pesquisas e experiências científicas, pioneiras em sua época, veio a sofrer perseguições. Foi mal compreendido, taxado de herege, bruxo e espírita. Foi preterido no seio da própria Igreja, que não lhe deu apoio quando, através de seus estudos científicos, pretendeu aproximar ciência e religião, numa tentativa de provar que ambas poderiam caminhar juntas, uma complementando a outra.

Mas a investigação a que Landell de Moura se dedicava, paralelamente à função sacerdotal, fazia-o aventurar-se por caminhos então desconhecidos. Desbravou os estudos do magnetismo e as experiências práticas de comunicação sem fio. Parece ter sido o verdadeiro descobridor das ondas de rádio, antes de Marconi.

Tudo isso o levou a ser considerado louco e perigoso para seu rebanho¹⁰³. Também não foi levado a sério seu pedido, ao governador republicano, para testar o telégrafo sem fio em navios da Marinha brasileira.

Ainda assim, passando por muitas privações, Padre Landell de Moura passou um tempo nos Estados Unidos, onde pode ampliar seus estudos e patentear alguns de seus inventos. Lutou por esses objetivos, mesmo em detrimento de seu estado de saúde precário.

Era este o clima de obscurantismo e religiosidade exacerbada que grassava no Brasil Imperial e nos primórdios da República, com mais de 70% da população analfabeta.

Em 17 de setembro de 1865, teve lugar o primeiro Congresso Espírita em Salvador da Bahia, no Grupo Familiar de Espiritismo, fato que motivou ataques

¹⁰³ Na cidade de Campinas, onde atuava como sacerdote, teve seu laboratório destruído pela população supersticiosa e intolerante, com perdas expressivas para seu acervo científico.

expressos por parte do Arcebispo da Baía e Primaz do Brasil, D. Manuel Joaquim da Silveira. Em julho de 1869 aparece, em Salvador, o primeiro jornal espírita do Brasil, *Ecos de Além Túmulo*.

No Rio de Janeiro, aparece o primeiro centro espírita: a Sociedade de Estudos Espíritos Grupo Confúcio, fundada em agosto de 1873 e extinta em 1869, era frequentada por membros da Corte e da alta sociedade, entre eles o Barão de Santo Angelo, espírita assumido, culto, homem de confiança e amigo de d. Pedro II.

Em 1875, é lançado o segundo periódico espírita do Brasil, com traduções das obras de Allan Kardec; em outubro de 1881, acontece o primeiro congresso espírita no Rio de Janeiro.

O “Jornal do Comércio” e “O Cruzeiro”, diários cariocas, publicaram furo de reportagem sobre a ordem policial que proibia o funcionamento da “Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade”: era o início do movimento persecutório contra esse novo credo, a cargo do Segundo Delegado de Polícia da Corte, responsável pelo mandado que suspendia as atividades das instituições ligadas a assuntos espíritas e lhes vedava as reuniões, sob alegação de que não eram legalmente constituídas.

Uma comissão foi formada por membros da Academia para pleitear, junto ao Imperador, seus direitos de praticar livremente o novo credo. “Eu não consinto em perseguições”, disse D. Pedro, e mandou que levassem o caso ao Ministro da Justiça, o Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, que recebeu cordialmente a comissão.

Passadas duas semanas, a mesma comissão voltou ao Paço para conhecer o despacho da queixa encaminhada ao Ministério. Consta que o Imperador, com certo ar de graça, confirmou o que dissera anteriormente quando da visita da comissão: “Ninguém os perseguirá. Mas... não queiram agora ser mártires”. Era uma alusão às perseguições sofridas no Império Romano pelos primeiros cristãos.

Parece que a ordem policial nunca foi revogada formalmente; mas não há notícias de que tenha sido levada a efeito, sustentada talvez pelo apadrinhamento do próprio Imperador. Finalmente, em ofício de 1822, dirigido a Sua Majestade, a “Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade” manifestava seu júbilo pelo início da tolerância que garantia o livre exercício de sua expressão de fé.

A historiadora Mary Del Priore¹⁰⁴ afirma que há fortes indícios que nos permitem inferir o interesse de D. Pedro II pelo kardecismo. Sem dúvida, levado por seu conhecido rigor intelectual, é certo que o assunto chamaria sua atenção, sempre atento a qualquer nova produção escrita.

Leitor ávido de jornais do Brasil e de outros países, recebia livros e periódicos de diferentes lugares do mundo, conforme comprova sua vasta correspondência com intelectuais estrangeiros.

A obra de Allan Kardec, naquele primeiro momento, configurava-se como uma investigação científica inovadora, sobre fenômenos que, hoje, são reputados como paranormais. E assuntos científicos sempre atraíram o interesse do Imperador. Por outro lado, sua variada gama de leitura em diversas áreas de conhecimento, poderia certamente incluir o “Livro dos Espíritos” e “A Gênese”, obras recém-chegadas ao Brasil. Na época, o assunto também atraiu o interesse de outros intelectuais, como César Lombroso, Ernesto Bozzano e o astrônomo francês Camille Flammarion, que também escreveu ao Imperador.

É certo também que D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, neto do imperador, dotado de considerável acervo de leitura, teria lido o “Livro dos Espíritos”, bem como alguns números da “Revue Spirite”. Consta ainda que Charcot participou de um congresso de estudos espíritas, tendo sido levantada a possibilidade de a doença mental de Pedro Augusto ser a manifestação de obsessão espiritual¹⁰⁵.

O Espiritismo despertou interesse e fez crescer a curiosidade a seu respeito nos meios acadêmicos da Europa. Em 1889, Charcot realiza, em Paris, o Primeiro Congresso Internacional de Psicologia e Fisiologia que, além de discutir hipnose, espiritismo e fatos extraordinários, facilitou a criação de uma tipologia dos suicídios, cujas causas podiam variar entre paixões- num mundo ainda imbuído de ideais românticos-, tristezas, loucuras, atribuídas à neurastenia. Podia ainda ser movido por razões filosóficas, religiosas e patrióticas¹⁰⁶.

¹⁰⁴ “O Príncipe Maldito”. Ed. Objetiva. RJ, 2007. Nesta obra, a autora discute as mazelas da família imperial no tocante à secessão do trono brasileiro, trazendo à luz a trágica trajetória de D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, filho da Princesa Leopoldina, falecida aos 23 anos, e possível sucessor de D. Pedro II, já que Isabel, durante doze anos, não teve filhos. Ele pereceu num asilo de Viena, vítima de doença mental progressiva, com cerca de sessenta anos.

¹⁰⁵ Del Priore, Mary. *op. cit.*, p.281.

¹⁰⁶ Idem, p. 89

D. Pedro Augusto acompanhou toda a discussão sobre a presença de um espírito ruim, cuja atuação era capaz de alterar a comunicação entre a alma e o cérebro do indivíduo.

O avô possuía mesa divinatória, e vimos que fora um dos protetores da Sociedade de Estudos Espíritas. Mas, as tentativas de tratar os distúrbios de saúde do príncipe, pouco adiantaram. O diagnóstico era: delírios persecutórios, inveja, tristeza, fatores considerados pela medicina como lipemania¹⁰⁷.

Seu mal eram a tia e o primo, para o qual perdera definitivamente a sucessão ao trono do Brasil; ainda assim, a lipemania foi tratada através de uma “desobsessão”, isto é, o combate à ação fluídica de espíritos inimigos. A abordagem funcionou por certo tempo, porém com altos e baixos.

Vemos, com isso, que a nova doutrina revolucionou e influenciou, pelo menos do ponto de vista experimental, a ciência da época.

5.1 CAMILLE FLAMMARION E A CIÊNCIA DOS ASTROS

Uma das primeiras personalidades a visitar este renomado astrônomo francês, foi D. Pedro II que, em 29 de julho de 1887, inaugura, com uma observação de Vênus, a grande luneta de 25 cm de diâmetro; nessa ocasião, o Imperador plantou um pinheiro nos jardins de Juvisy, e concedeu, ao ilustre astrônomo, a comenda da "Ordem da Rosa". Um monumento alusivo à visita foi inaugurado, mais tarde.

Flammarion recebeu, da Academia Francesa, no ano de 1880, o Prêmio Montyon, por seu livro "*Astronomia Popular*", traduzido em todas as línguas. Outros títulos e honrarias lhe são concedidos pelos governos da Espanha e Romênia, dentre os quais, nas suas memórias, Flammarion enumera o prêmio "Ruban Violet" de oficial da instrução pública, a "Grande Ordem da Cruz de Isabella, a Católica" e a "Cruz da Grande Ordem de Carlos III", oferecidos pelo governo espanhol.

Em 28 de janeiro de 1887 reúne, em sua residência, vários astrônomos, amigos da ciência e colaboradores, para criar a Sociedade Astronômica da França,

¹⁰⁷ Melancolia mórbida, estado depressivo que pode levar ao suicídio.

com o objetivo de "difundir as Ciências do Universo e fazer os amadores participarem do seu progresso". Esta instituição continua vigente até os dias de hoje, dela fazendo parte milhares de astrônomos profissionais e amadores de todo o mundo, voltados aos mesmos ideais de contemplar, observar e estudar o céu.

D. Pedro II é um dos primeiros membros fundadores da sociedade (nº 85), bem como o "Pai da Aviação" e astrônomo amador, Alberto Santos Dumont.

Entre outras honrarias e prêmios, a Sociedade concede, anualmente, a "Plaquette du centenaire de Camille Flammarion", que é uma medalha de prata, e o prêmio "Gabrielle et Camille Flammarion", para trabalhos e pesquisadores que se destacam.

As obras de Flammarion, de forma geral, giram em torno do postulado espírita da pluralidade dos mundos habitados, e são as seguintes: "Osmundos imaginários e os mundos reais", "As maravilhas celestes", "Deus na natureza", "Contemplações científicas", "Estudos e leitura sobre astronomia", "Atmosfera", "Astronomia popular", "Descrição geral do céu", "O mundo antes da criação do homem", "Os cometas", "As casas mal-assombradas", "Narrações do infinito", "Sonhos estelares", "Urânia", "Estela", "O desconhecido", "A morte e seus mistérios", "Problemas psíquicos", "O fim do mundo" e outras.

Camille Flammarion, segundo Gabriel Delanne, foi um "filósofo enxertado em sábio", possuindo a arte da ciência e a ciência da arte. Flammarion, o "poeta dos Céus", como o denominava Michelet, tornou-se baluarte do espiritismo pois, sempre coerente com suas convicções inabaláveis, foi verdadeiro idealista e inovador.

O imperador do Brasil, fazendo parte deste círculo de homens de ciência, certamente leu suas obras, tendo tomado contato direto com as teorias do espiritismo, em outra demonstração de respeito e tolerância com a diversidade e livre expressão do pensamento do Barão de Santo Angelo: um espírita na corte de D. Pedro II.

Manuel José de Araújo Porto Alegre, o Barão de Santo Angelo, foi uma das figuras mais importantes do Império Brasileiro, de melhor qualificação intelectual e moral; aos 21 anos conhece Jean-Baptiste Debret, que chegou ao Brasil em 1816, com a missão artística francesa; fascinado pelo trabalho artístico do mestre francês, sentia, por ele, profunda afinidade espiritual, motivada, talvez, por dois fatos notórios

ocorridos nas vidas de ambos: Porto Alegre, muito cedo, perdera o pai, enquanto Debret perdera um filho.

Porto Alegre chega ao Rio de Janeiro e logo se matricula na Academia Imperial de Belas Artes, onde Debret ensinava pintura. Seu primeiro trabalho de poesia, em 1830, “Ode sáfica”, foi homenagem a Debret. Dotado de talento multidisciplinar, dedicou-se à Fisiologia, Filosofia e Anatomia.

É de sua autoria o painel que registra a entrega, por D. Pedro I, do Decreto da Academia de Medicina a seus membros; o Imperador que ficou muito impressionado com a obra, e o chamou ao Paço da Boa Vista, ocasião em que pintou o retrato do casal imperial.

Com a abdicação de D. Pedro I, Porto Alegre contou com a ajuda de José Bonifácio e de Evaristo da Veiga para, em 1831, partir para a França, com seu mestre Debret. Em Paris, estuda arquitetura e pintura. Ali encontraria, casualmente, D. Pedro I, no Boulevard des Capucines, fato que muito agradou o ex-imperante.

No dia seguinte, Porto Alegre foi visitá-lo; na despedida, D. Pedro I lhe disse:

[...] se quiser ir procurar-me, vá, porque encontrarás um amigo. As últimas circunstâncias de minha vida me têm feito conhecer a fundo os homens; se os conhecesse como os conheço hoje, não teria abandonado meus filhos. E ficou com os olhos cheios de lágrimas¹⁰⁸.

Em 1838, Porto Alegre casa-se com Ana Paulina Delamare, da qual teve cinco filhos; dentre eles, Carlota Porto Alegre, que foi esposa do pintor Pedro Américo, autor do quadro “O grito do Ipiranga”. Jayro Nogueira de Lima diz, no artigo “As pinturas narrativas de Manuel de Porto Alegre”¹⁰⁹:

[...] gozava de grande prestígio na Corte, ao lado de Gonçalves de Magalhães, Frei Francisco de Monte Alverne e ao lado do próprio D. Pedro II, que o tinha em grande consideração.

Em 1854, assume o cargo da Academia Imperial de Belas Artes, desfrutando

¹⁰⁸ fato citado por Hélio Lobo na conferência “O patriota esquecido”, em que homenageia Porto Alegre (26.mai.1937)

¹⁰⁹ Usina de Letras, disponível em <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto=artigos>>

da confiança incondicional do imperador. O carinho que Porto Alegre dedicava ao imperador, fica bem claro em suas palavras ao mordomo imperial Paulo Barbosa da Silva, então afastado do cargo¹¹⁰:

[...] o imperador nunca precisou tanto de um amigo. Não porque ele vai mal [...] mas porque não tem quem lhe fale a verdade e mostre-lhe o estado do país fora daqui e o encaminhe a tomar uma estrada segura, fora do embate mesquinho dos interesses políticos.

Em agosto de 1841, quando D. Pedro II tinha, apenas, dezesseis anos, Porto Alegre discursou, com carinho, usando, no final, quase um tom profético, como comenta seu biógrafo¹¹¹:

Senhor, a geração presente não está totalmente degenerada; moço como sois, podeis abarcar este império [...] levantá-lo ao nível das nações mais nobres. Na vossa juventude, já vos circulais da auréola brilhante das ciências e das artes; escrevei cotidianamente estas páginas de glória e todo futuro será vosso; e podereis forçar a posteridade a denominar este século, o século de Pedro II.

Continua o biógrafo, acrescentando:

D. Pedro II ilustrou, de fato, o século XIX e uniu seu nome às letras e às artes no Brasil, das quais foi o mecenas, o animador, o amigo número um, em suma!

E conclui, sobre o biografado:

Porto Alegre vai se impondo a golpes de talento perante a sociedade fluminense e se torna um verdadeiro oráculo na Corte de Pedro II.

Porto Alegre foi uma das personalidades mais expressivas do império brasileiro, orientando sua vida em torno de alguns valores fundamentais: a Pátria, a fidelidade ao imperador D. Pedro II, a Religião e a Moral.

¹¹⁰ Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Brasília, 1980, nº 326.

¹¹¹ Antunes, Paranhos. *O pintor do romantismo*, p. 45

Certamente, alicerçado sobre estes valores, não é de surpreender que se identificasse tão profundamente com o imperador: em relação à Pátria, dizia que ela é o solo em que nascemos, e que por ela faremos todos os sacrifícios que pudermos, porque é nosso dever e nossa obrigação; sobre Religião, muito honrou o Espiritismo, afirmando, com segurança, que esta doutrina era a solução para a Pátria.

Se nossos governantes e legisladores fossem espiritistas, tudo andaria melhor, porque haveriam de crer em Deus, na vida futura e olhar para seus grandes e sublimes deveres.

Independente de qualquer denominação religiosa, este conceito de governante é, exatamente, o que cabe a D. Pedro II: “Crer em Deus e olhar para seus grandes e sublimes deveres”.

Quanto à sua Moral e sua Fidelidade ao Imperador, Porto Alegre escreveu: “Nunca tive outra ambição que não fosse a de um nome sem mancha [...] De meu soberano fui sempre respeitoso e dedicado amigo.”

Seu caráter se mostra nos tópicos de seu testamento:

Nunca provoquei lutas; porém, a amizade me levou ao campo muitas vezes e o direito sempre [...]. Nunca amei os homens pela sua posição; nunca adorei o dinheiro, tendo sempre vivido pobremente [...] sempre detestei a deslealdade e o despotismo [...]

Percebe-se a razão da afinidade e identificação entre Porto Alegre e D. Pedro II: mesmos valores, mesmos ideais, mesmos propósitos, mesmo desprendimento ao lidar com bens materiais e com o jogo do poder.

Porto Alegre descobriu o Espiritismo quando era diplomata na Prússia e na Saxônia. Despertaram-lhe o interesse as informações sobre mediunidade de efeitos físicos: as mesas girantes estavam em voga na Europa, e a moda contagiou o talentoso diplomata brasileiro.

Quando era cônsul na Alemanha, Porto Alegre costumava viajar a Paris, onde teria conhecido pessoalmente Allan Kardec, apresentado por um amigo

comum. Consta que ele veio a receber, das mãos do Codificador, um exemplar da Revista Espírita, no ano de 1963.

Outras celebridades oitocentistas também adotaram a doutrina espírita, como Joaquim Manuel de Macedo, professor dos filhos da Princesa Isabel, o poeta Castro Alves, o escritor Coelho Neto, entre outras.

Este exemplo mostra que D. Pedro respeitava a diversidade de pensamento, valorizando as qualidades de cada pessoa de que se fazia rodear, aproveitando a colaboração que poderiam dar ao país, como foi o caso de Porto Alegre, independente de seu credo religioso.

Ao término desta abordagem, não podemos deixar de mencionar a figura extraordinária de Adolfo Bezerra de Menezes, político de expressão, médico e abolicionista, que fez publicamente sua profissão de fé como adepto do Espiritismo. É considerado como o mentor da doutrina kardecista no Brasil.

Entretanto, sua maior expressão foi de ordem social, na luta pela melhoria da saúde pública, fator que fê-lo conhecido como “o médico dos pobres”, tal a dedicação e desprendimento com que atendia as classes menos favorecidas.

Atuante na área médica desde 1856, Bezerra de Menezes candidata-se, no ano seguinte, à Academia Imperial de Medicina, tornando-se redator dos Anais Brasileiros de Medicina e Revista da Sociedade de Físico-Química. Em 1958, entra para o corpo de saúde do Exército, logo nomeado como assistente de Manoel Feliciano Pereira de Carvalho – considerado patriarca da cirurgia no Brasil – obtendo a patente de Segundo Cirurgião do Exército.

Todavia, há uma faceta pouco conhecida de Bezerra de Menezes: a de historiador e pesquisador, especialista no gênero biográfico¹¹². Ele escreveu a biografia de alguns contemporâneos ilustres, engajados na política do século XIX; entre eles, D. Pedro II. A primeira biografia foi a de Estevão Ribeiro de Resende, Marquês de Valença, num opúsculo em homenagem ao imperador, por quem nutria grande admiração.

Em 1857, prossegue as pesquisas historiográficas, reunindo o material em fascículos: Galeria de Brasileiros Ilustres, encomendadas, litografadas e organizadas

¹¹² Revista Reformador. Agosto/2009.

pelo desenhista francês Sebastian Sisson¹¹³ sob a proteção de D. Pedro II.

As biografias eram redigidas em estilo peculiar; entre elas, as de Eusébio de Queirós, Visconde do Rio Branco, Barão de Mauá, Manuel de Araújo Porto Alegre (Barão de Santo Ângelo) e José Bonifácio de Andrada e Silva.

A abordagem do perfil do imperador contém dados interessantes e fidedignos, ressaltando seu lado filantrópico:

A bolsa do imperador abre-se sempre ao pobre que lhe suplica uma esmola. Milhares de famílias de servidores do Estado dirigem fervorosas súplicas ao Onipotente pela conservação da vida daquele que por meio de pensões lhes mitiga o sofrimento que infelizmente ainda hoje cabe às mulheres e filhas dos homens encanecidos no serviço da pátria. Nos dias de epidemia, vai consolar em sua choupana o filho ingrato da fartura que se estorce de dor no seu leito de palha; visita os diferentes hospitais e ordena que parte de sua insignificante dotação seja distribuída pela classe pobre.

5.2 ANDRÉ REBOUÇAS: UM SIONISTA NA CORTE

A figura de André Rebouças liga-se, definitivamente, ao segundo imperador do Brasil. Entretanto, Rebouças tem sido, muitas vezes, esquecido pelos historiadores oficiais; mesmo no episódio da Abolição, em que teve decisiva participação; nem chega a ser citado nos compêndios da História do Brasil.

Por sua importante atuação no Segundo Reinado, julgamos relevante abordar sua trajetória, marcante na vida de D. Pedro II.

Culto, dotado de grande inteligência e de capacidade de trabalho que impressionava seus pares, esse negro, em pleno século XIX, tornou-se engenheiro, passando a frequentar a classe mais abastada, assim como os bailes da Corte. Tornou-se colaborador assíduo do imperador D. Pedro II, que o tinha em alta conta.

Em sua luta pela Abolição, tornou-se um dos principais elementos da Organização da Confederação Abolicionista e de outras entidades correlatas; foi a Confederação que fez a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, sitiando a Câmara dos Deputados e o Senado com estandartes, bandas de música e uma multidão de cerca de três mil almas, empenhadas em extirpar, do Brasil, a nódoa indelével do

¹¹³ Alsaciano, naturalizado brasileiro, estabelecido, em 1852, no centro do Rio de Janeiro, com ateliê para a produção de retratos, revistas e cromolitografias.

escravismo.

Consta que o próprio imperador teria dito a Rebouças¹¹⁴, a quem encontrara no Paço, que admirava sua coragem e capacidade de sacrifício, doando-se incondicionalmente, como era de seu feitio, de modo quase insano, às organizações abolicionistas que incluíam passeatas, comícios, reuniões em teatros, manifestações à imprensa, e a parte mais difícil, arrecadar fundos para a campanha.

É, portanto, mais do que justo que se redescubra e resgate o papel desse homem negro, sofrido e humilhado, que enfrentou os preconceitos e obstáculos inerentes à sociedade escravocrata em que vivia.

Sua vida foi intensa, plena de trabalho, projetos, estudos e ideais humanitários, que ele sempre se esforçou para levar a efeito; preocupava-se com os amigos e com os demais que o cercavam, desde o mais humilde colaborador no trabalho.

Esse pensador, descendente de escravos, foi, em todos os momentos de sua existência, grande defensor da condição humana, apoiando e auxiliando os que o procuravam para objetivos construtivos: é o caso, por exemplo, do pintor Vitor Meireles e do músico Carlos Gomes, de quem foi amigo e incansável colaborador.

Sua participação e empenho foram vitais para que a ópera “Lo Schiavo” fosse encenada no Rio de Janeiro. Valendo-se de suas relações de amizade, intercedia em favor de estudantes pobres, que se tornavam bolsistas para concluir os estudos.

Por outro lado, Rebouças foi, por quase toda a vida, um homem ofendido, criticado e, até, ridicularizado pelos que lhe faziam oposição.

Mas, ascendeu social e financeiramente à custa de seu próprio talento e determinação; não sem sacrifícios: enfrentou obstáculos que transpôs com coragem e obstinação.

Ainda assim, foi um vencedor, galgando altos postos na carreira de engenharia. Tornou-se capitalista influente, homem de negócios e industrial. Suas transações eram de alto nível, como se fosse um segundo Mauá, o que lhe valia ataques de políticos influentes, que tinham, com isto, o objetivo de promover-se mais

¹¹⁴ Isto, segundo fontes da época; a saber, o insuspeito senador Teixeira Júnior, Visconde do Cruzeiro, falando ao próprio Rebouças, poucas semanas após a comemoração do primeiro aniversário da Abolição da escravatura.

do que denegrir-lhe a imagem; incluía-se nisto, também, o fator inveja da prosperidade de um remanescente da senzala.

Bastante culto para o meio em que vivia, ousado e trabalhador incansável, Rebouças era um homem à frente de seu tempo, e acabou por encetar vínculos de amizade com membros da classe alta, entre eles o Conde D'Eu, o Visconde de Itaboraí, o Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco, Barão de Tefé.

O Barão de Mauá tinha, por ele, grande apreço e admiração; D. Pedro também tinha, por Rebouças, especial estima: compreendia-o, mas nem sempre podia atendê-lo de pronto, por questões ora políticas, ora burocráticas; mas, era sempre o primeiro a animar-se com os projetos do brilhante engenheiro, fosse uma ponte, uma ferrovia ou, ainda, a criação de uma empresa.

Rebouças entrava no Paço com a liberdade de verdadeiro amigo, a quem o imperante confidenciava queixas sobre seus auxiliares, que primavam pela indiferença ao povo e ganância política.

Em relação à campanha republicana, Rebouças acompanha o movimento com interesse e preocupação. Não se declara a favor nem contra o movimento. Por sua ligação estreita com o imperador, não poderia integra-se ao movimento republicano com o mesmo ímpeto com que se jogou na Questão Escravista.

Foi, porém, um republicano à sua moda, e com a vantagem de haver sido um dedicado ativista da Abolição.

Mas, em 15 de novembro de 1889, teve de fazer uma escolha, que definiu sua amizade pessoal pelo imperador, e pela Família Imperial: acompanhou-os na viagem para o exílio, tendo em mente o quanto D. Pedro fizera pelo Brasil, pelo que era profundamente grato.

Em seu Diário, assinala que, no dia 15 de novembro de 1889, estava com Taunay no Senado, “tentando organizar a Contra-Revolução”¹¹⁵.

Chegado a Lisboa, Rebouças começa a escrever para a “Gazeta de Portugal” o artigo “A questão do Brasil”, que ainda tem o seguinte título: “Cunho escravocrata do atentado contra a Família Imperial”; escreve, em seguida, vários outros artigos abordando questões políticas, em especial sobre a queda do regime monárquico.

¹¹⁵ “Diário e notas autobiográficas”, p. 349

Serve de interlocutor para o redator do “Times”, Mr. Thompson, que estava em Lisboa, e pede para ele uma síntese completa do que ocorreu no Brasil. Entre outras coisas, Rebouças diz, ao redator, que a Família Imperial está no isolamento, e não tem um único amigo, e que D. Pedro, não fosse seu criado Guilherme, morreria no desamparo.

Considerava os republicanos verdadeiros traidores, o que nos dá a medida de sua fidelidade ao imperador, a que, por diversas vezes, se refere como “santo”.

Ressente-se profundamente ao saber que amigos seus, leais e corajosos, abraçaram o mesmo ideal – o republicanismo – como fato consumado e irreversível, fato que ele não assimilaria integralmente: acreditava e defendia que, através de uma política firme do governo imperial, o Brasil superaria suas mazelas, atingindo seu grande futuro econômico, e alçando o voo mais alto das nações sul-americanas.

Rebouças sempre primou pelo comedimento e polidez de atitudes: participara da campanha do Paraguai pessoalmente e, para encontrar uma solução, elaborou numerosos projetos e estudos, sempre ao lado do imperador, colaborando, participando intensamente.

Era, agora, impossível aceitar a deposição e humilhação sofridas pelo imperador, expulso da terra natal a que ele se dedicara por quase meio século de trabalho e amor incondicional.

Não encarou com realismo o processo político que se desenrolava ao seu redor. Inconformado com o golpe que exilou D. Pedro II, chega a falar com Taunay em restauração, para por fim ao pesadelo republicano.

Escreve aos amigos, à procura de suportes propícios para aquele momento; espera uma reação em grande escala, mas é contrariado, pois, a esta altura, seus objetivos estão distanciados, irremediavelmente, da realidade brasileira, da qual se afastara efetivamente.

O homem dinâmico, sempre envolvido, ao mesmo tempo, com múltiplas tarefas e questões, no impacto da deposição, retira-se para a Europa por fidelidade a D. Pedro II: era um exílio voluntário, que desaguou num ócio que o tornou surdo aos chamados dos amigos, que pediam seu retorno ao Rio de Janeiro, como cidadão e professor da Politécnica.

Mas, Rebouças prefere servir ao imperador: redige artigos para revistas e jornais, do Rio de Janeiro e Lisboa; faz pequenos projetos, escreve verbetes para a Enciclopédia Socioeconômica, mas, já num ritmo lento, de quem perdeu a motivação para o trabalho.

Esse esmorecimento se acentua com a morte do irmão Antônio, e ele mergulha num abismo de amarguras. Ainda assim, escreve a Nabuco sobre uma questão que remete mais essencialmente ao tema desta pesquisa: o destino dos imigrantes judeus.

Rebouças, de quando em quando, ia à imprensa com artigos de defesa do saneamento do Rio de Janeiro, e de maiores facilidades para os imigrantes. A estes, dá grande atenção, por entender que são da maior importância para um país carente de técnicas e de mão de obra especializada, já que, por três séculos, ficara estagnado na inércia da escravatura.

Sempre que pôde, ao estar com o imperador, Rebouças procurava levar a conversação para o terreno da imigração, e suas vantagens para o desenvolvimento do país; ao lado deste assunto, mostrava, a D. Pedro, seus projetos no sentido de elevar a capital do império à categoria de cidade saudável, limpa, sem cortiços e ruas de prédios sujos, prestes a desabar, mas, sim, com parques amplos e sistema de cremação em substituição a alguns cemitérios.

Era o mesmo engenheiro progressista e pioneiro que, ao abrir estradas e ferrovias, preocupava-se com a preservação ambiental de florestas, de nascentes e mananciais, como foi o caso da via férrea do Paraná.

Igualmente, foi sensível à condição apátrida dos judeus. É bem possível que, como negro, nadando contra a corrente em uma sociedade escravocrata, racista e preconceituosa, compreende-se que sentisse o drama dos judeus.

Incluamos, nesta mentalidade que pode ser considerada filossemita, o cabedal de leituras que acumulara: em pleno século XIX, contemporâneo de Theodore Herzl e de Nahum Sokolov¹¹⁶, talvez tenha tomado conhecimento das ideias sionistas e se identificado com elas; daí sua preocupação em assentar os judeus num pedaço de terra onde poderiam ficar, livres de expulsões e perseguições

¹¹⁶ considerado o pai do sionismo; o segundo jornalista mentor das ideias sionistas na Europa.

antisemitas.

Por outro lado, a convivência estreita com D. Pedro e seus estudos judaicos, certamente despertou sua atenção para a questão judaica.

Escrevendo, certa vez, a Nabuco, Rebouças expressa suas ideias em relação ao destino e assentamento de imigrantes judeus, eternos desterrados, até então fugindo das ondas persecutórias que inundavam a Europa, sobretudo nos países do leste:

Vamos continuar nossos trabalhos de 1888 e 1889 para a Confraternização, Paz e Tranquilidade nessa mísera América do Sul. – Vamos expiar os crimes de nossos avós portugueses e espanhóis; do Cardeal Ximenes a Torquemada para com os míseros hebreus. O Brasil e a Argentina devem doar tôda a zona litigiosa ao barão Hirsch para colocar nela emigrantes hebreus. Para que a Argentina quer terras?

- Para dar a emigrantes.

Para que o Brasil quer terras?

- Para dar a emigrantes.

Logo, é insensato estar a lutar. Comecemos pelo fim e poupemos as despesas de Paz Armada e, depois, de imigração. Os milionários hebreus vão fazer êsse serviço por nós; ficamos livres de compromissos e despesas. É uma doação de 600 léguas quadradas ou de 26.136 quilômetros quadrados. Povoados, como a Bélgica, a 200 habitantes por quilômetro quadrado, nutrirão 5.227.200 hebreus.

É exatamente o que precisam as infelizes vítimas do fanatismo teocrático ortodoxo grego, que está repetindo, no fim do século XIX, os crimes dos inquisidores do tempo da descoberta da América; os crimes de nossos avós, que nós agora vamos purgar pela lei de Moisés: 'Reddens iniquitatem patrum super filius in tertiam et quartam generationem his qui oderunt Me.'

É esta uma solução de Paz Perpétua; por neutralização absoluta do território litigioso; criando uma Mesopotâmia entre o Paraná e o Uruguai, um nôvo Eden, superior ao de Moisés. Evitando tôda e qualquer tendência belicosa, porque os hebreus não têm exército, nem armada, nem cônsules parasitas, nem diplomatas intrigantes [...]

Nesse dramático relato, temos um Rebouças diferente daquele que conhecemos, agora doente, cansado e – o pior – descrente. Não aceitava a República, deixando entrever, com isto, um posicionamento puramente pessoal.

Além da nacionalização do solo e da propriedade rural pelo sistema de minifúndios, ele insistia em realizar o Congresso da Paz e Liberdade do Comércio, que acabaria com os conflitos, aboliria o protecionismo, garantindo uma imigração livre, adotando o sistema de emigrantes-proprietários, embarcando da Europa com

seu título Torrens Provisório.

5.3 D. PEDRO II E A QUESTÃO RELIGIOSA

*"Muitas coisas maravilhosas existem,
mas nada é mais maravilhoso que o Homem".
(Sófocles)*

Para compreendermos o fulcro da Questão Religiosa, é forçoso levar em conta o envolvimento da Maçonaria nos processos históricos mais relevantes e decisivos do Brasil, e isto é fato inquestionável.

É praticamente impossível examinar a Questão Religiosa no Segundo Império, ainda que sem muita profundidade específica, sem abordar a trajetória das sociedades secretas que atuavam nos bastidores da história da nação desde os tempos coloniais.

Por outro viés: é possível, ainda, que a postura de D. Pedro II frente a este complexo desafio, tenha de fato sofrido a influência de Alexandre Herculano, que tivera sérios conflitos com o clero português, e cuja obra fora devassada a fundo pela leitura ávida do jovem imperador que, a partir daí, desejou conhecer pessoalmente o escritor, o que somente ocorreria cerca de uma década mais tarde, quando D. Pedro II visitou Portugal.

Mas, já no primeiro encontro, forte amizade nasceria entre essas duas figuras eminentes da cultura do século XIX, alimentada por diversos pontos de afinidade, visão de mundo e respeito mútuo, o que duraria até a morte do escritor.

É mais precisamente a influência do pensamento de Herculano sobre a formação de D. Pedro II que interessa às nossas reflexões sobre a Questão Religiosa.

Este episódio, controvertido e intrincado, gerou conflitos e desencontros entre a Coroa e a Igreja, que mediram forças entre a política e a ação do governo, tudo pressionado pela Maçonaria que, por sua vez, também se bifurcava entre o Visconde do Rio Branco e o Duque de Caxias, ambos elevados ao grau de Grão-Mestre, mas com visões antagônicas sobre o assunto.

Por outro lado, a Constituição, da qual D. Pedro não contrariava nem eliminava uma letra sequer, era de tradição regalista, o que garantia, desde as origens de Portugal, a supremacia dos reis sobre a Igreja.

Estava agora em jogo o Papado e a Casa de Bragança do ramo americano, e D. Pedro escolheu defender sua árvore dinástica. Numa postura constitucional, ele manteve a decisão de julgar e encarcerar os bispos que acataram, com prioridade ofensiva, a ordem pontifícia de proibir a presença de membros da maçonaria nos ofícios religiosos católicos, em detrimento do status constitucional da submissão da Igreja ao Estado.

O Imperador buscou resolver legalmente a questão; porém, sua insistência em manter os prelados na prisão foi fatal, e o impasse o atingiu em cheio, como governante e “pai” de nação católica. A questão era tão difícil que deu origem a duas vertentes dentro da própria maçonaria, e D. Pedro acabou cedendo à pressão de Caxias pela anistia dos bispos.

O confronto entre as duas poderosas instituições, a saber, Igreja e Estado medindo forças, trouxe sérias consequências ao cenário político do Brasil; junto a ela, a desastrosa Guerra do Paraguai, que muitos consideravam como guerra “pessoal” do imperador, e o impacto que trouxe para a economia, em especial a agricultura, que perdia mão de obra escrava para as escassas forças militares em troca de alforria, estremeceu as bases da monarquia.

A Questão Religiosa, a Questão Militar e o Golpe fatal que, pela Abolição, foi desferido contra o poder econômico e político dos barões do café, foram fatores decisivos para solapar os alicerces do Império Brasileiro; e Isabel, a Redentora, passou a ser execrada pela maior parte da classe latifundiária, onde havia maçons.

Assim fragilizada, a Coroa estava suspensa por um fio tênue, que se prendia entre o respeito à figura paternal e ilibada de D. Pedro II, já combalido por doenças recorrentes e desgastado por quase meio século de governo, e o desejo de fazer abortar a ascensão natural de um Terceiro Reinado, garantido pela hereditariedade da tradição monárquica, calcado na força de uma princesa ultracatólica, já anteriormente regente nas ausências do pai, e unida em matrimônio a um estrangeiro da Casa de Orléans, tido como altivo e arrogante pela maioria, posto que desconhecida a surdez que, há muito, acometera o Conde d'Eu.

Orléans e Bragança era uma descendência rejeitada no processo de sucessão: estava pronto o terreno para a implantação da República.

5.3.1. A maçonaria, no Brasil

De uma forma ou de outra, a atuação da maçonaria desta ou daquela vertente, foi fator inegavelmente decisivo para a evolução histórica do Brasil, definindo seu futuro como nação independente.

O movimento maçônico no Brasil teve suas raízes na Colônia. De inspiração francesa, sua principal característica era o caráter político. Surgidos os primeiros focos como agremiações revolucionárias, destes saíram maçons que participaram da Inconfidência Mineira e da Revolta dos Alfaiates, na Bahia do século XVIII.

A continuidade desta participação política deu-se, igualmente, no processo da Abolição da Escravatura, da Independência e da Proclamação da República e, devido a esta importância, merece ser estudada com maior rigor histórico, à luz de outros eventos nacionais e internacionais da época.

Vejamos: aparece, em 1796, o Areópago de Itambé, em Pernambuco, que tinha, por missão secreta, fazer de Pernambuco uma república. Deste movimento participavam maçons e padres católicos. Pelo antagonismo natural ente maçons e padres, em sua maioria de linha conservadora, é possível deduzir que os objetivos políticos eram, sem dúvida, a prioridade desse núcleo.

Quatro anos depois, tem início a maçonaria organizada, com o estabelecimento da Loja União do Rito Adonhiramita, em Niterói. Apesar disto, foi na região Nordeste, Pernambuco e Bahia, que ela se fez mais presente, pela existência de maçons fortemente apoiados pelo Grande Oriente da França e de Lojas, embora não haja certeza histórica da existência, ali, como maçonaria organizada.

No Rio de Janeiro, o movimento maçônico foi apoiado pelo Grande Oriente de Portugal, também de rito adonhiramita.

Em 1801, havia núcleos em Olinda e Salvador, Rio de Janeiro, Niterói, Campos e Minas Gerais. Em 1802 havia, em Salvador e do Rito Moderno, a loja “Virtude e Razão”. Em 1804, foram fundadas as lojas “Constância” e “Philantropia”,

no Rio de Janeiro, que foram fechadas, em 1806, pelo último Vice-Rei do Brasil, D. Marcos de Noronha e Brito. Já em Pernambuco e Bahia, a Maçonaria continuou ativa.

Em 1807 foi fundada, por dissidentes, a loja “Virtude e Razão Restauradora”, alterada, no ano seguinte, para loja “Humanidade”.

É claro que a maçonaria era suspeita para as autoridades coloniais, portadores e cultores que eram das ideias francesas iluministas, proibidas em todo o império português.

Entretanto, vieram maçons com a Corte Portuguesa, em 1808; então, começa um período de maior tolerância com eles, o que possibilitou, à maçonaria, expressar-se com mais liberdade; assim, em 1813, fundado, em Salvador, o Grande Oriente Brasileiro, constituído das Lojas “Virtude e Razão”, “Humanidade” e “União”. Em 1815, é fundada, com objetivos claramente políticos, a “Loja Commercio e Artes”.

A principal, senão única, atividade das lojas maçônicas, era o movimento nativista de libertação: em 1816 existia, em Pernambuco, uma Grande Loja Provincial, formada por quatro lojas que tinham, por objetivo, a criação da Confederação do Equador, movimento que eclodiu em 1817, e que foi rápida e violentamente destruído pelo Conde dos Arcos, representante do governo português, que também havia reprimido brutalmente a Maçonaria em Portugal.

Em 1818, edita-se alvará de D. João VI, proibindo a existência de qualquer sociedade secreta em Portugal e suas colônias, e determinando a pena de morte e o confisco de bens aos infratores. Ficava proibida, ainda, a publicação de livros, catecismos, impressos e manuscritos, bem como o empréstimo e a venda deste material, sob pena de degredo.

Apesar de toda repressão, a Maçonaria continuou ativa em Portugal e no Brasil. No Rio de Janeiro, a Loja “Commercio e Artes” entrou em recesso, sendo reativada apenas em 1821; porém, durante este recesso, os maçons continuaram a conspirar, reunindo-se no Convento de Santo Antônio e no Clube Recreativo e Cultural da Velha Guarda, formado por Gonçalves Ledo; o clube foi fechado pela polícia, sob o pretexto de que seus membros eram “perigosos alteradores da ordem”. Isto, neste mesmo ano citado.

Com a volta de D. João VI a Portugal, em abril do mesmo ano, o Príncipe D.

Pedro ficou como Regente do Brasil, e a repressão à maçonaria foi abrandada. Reativaram-se algumas lojas, como a “Commercio e Artes”, que agora recebia o título distintivo de “Loja de Commercio e Artes na Idade do Ouro”, inicialmente do rito adonhiramita.

A dedicação de maçons ilustres, como Gonçalves Ledo e Cônego Januário da Cunha Barbosa, imprimiu, na loja, ritmo dinâmico a seus trabalhos pela independência do Brasil: em trabalho conjunto, eles editaram, em setembro daquele ano, o primeiro número do periódico semanal “Reverbros Constitucional Fluminense”, que muito contribuiu para a causa da independência e, também, para a formação de uma consciência nacional.

Na edição de 30 de abril de 1822, um artigo de Gonçalves Ledo mostrava a necessidade de se proclamar a independência, e sugeria a D. Pedro, Príncipe Regente, que o fizesse.

Em consequência dos trabalhos da loja, D. Pedro, no dia 9 de janeiro de 1822, que passaria à História como “Dia do Fico”, recusou-se a obedecer as Cortes e voltar a Portugal.

Em 4 de maio, os maçons trabalharam para que ele expedisse o decreto do “Cumpra-se”, pelo qual qualquer ordem portuguesa só teria validade no Brasil com seu expresso consentimento. Ainda em 10 de maio, a Loja decidiu conferir, a ele, o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”, em 13 de maio, aniversário de D. João VI.

A Loja “Commercio e Artes na Idade do Ouro” acabou por desmembrar-se em outras três, que concorreram para a formação do Grande Oriente Brasileiro (hoje, Grande Oriente do Brasil). Seu primeiro Grão-Mestre, escolhido por aclamação, foi José Bonifácio de Andrade e Silva, cujo nome ritualístico era Pitágoras, ao que consta como membro da Loja “Esperança”, de Niterói.

Ultraconservador, ele foi o responsável pela implacável perseguição a Gonçalves Ledo, ardoroso liberal, logo após a proclamação da independência. Alguns historiadores contestam o título, conferido ao Andrada, de Patriarca da Independência, vendo em Gonçalves Ledo o principal artífice do processo da independência do Brasil.

Em 2 de outubro de 1822, D. Pedro, o Príncipe Regente, foi iniciado na Loja

“Commercio e Artes na Idade do Ouro”, sob o nome ritualístico de Guatimosim. Em outubro do mesmo ano, já como D. Pedro I, foi aclamado mestre da Maçonaria, aos 23 anos de idade.

Em virtude de tramas políticas atribuídas ao Apostolado, grêmio político protegido por José Bonifácio que, conforme diversos historiadores, espalhou notícias de que o Grande Oriente Brasileiro queria instalar um governo republicano, o já constitucional imperador do Brasil decidiu suspender temporariamente os trabalhos deste Grande Oriente, para realizar averiguações.

Em 25 do mesmo mês de outubro, o Grão-Mestre determinou o reinício dos Trabalhos Maçônicos. Seguiu-se, então, um período confuso e conturbado, do ponto de vista político e maçônico: José Bonifácio, ao final de outubro, demitiu-se do Ministério.

Chamado, porém pelo imperador, condicionou seu retorno à severa punição daqueles que, segundo ele, haviam conspirado contra o governo e contra a vida do imperador, em favor da implantação da República.

Inicia-se, então, o período de perseguição aos maçons partidários de Gonçalves Ledo. O Cônego Januário Barbosa foi preso, além de numerosos outros maçons, e mesmo Gonçalves Ledo foi obrigado a fugir, disfarçado e num bote, para Niterói, para posteriormente buscar asilo em Buenos Aires.

Com a vitória dos partidários de José Bonifácio, os membros do Apostolado (Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz) passaram a dominar a Assembléia Constituinte, instalada em 3 de maio de 1823.

Isto fez com que, diante da predominância de interesses individuais nos trabalhos legislativos, se tornasse grande o número de queixas sobre o comportamento dos deputados que chegavam aos ouvidos do imperador que, atribuindo o baixo nível dos trabalhos predominantes na Constituinte, determina o fim da Agremiação; assim, dissolve a Constituinte em 12 de novembro de 1823, acusando-a de perjúrio em relação ao compromisso, por ela assumido, de defender a integridade do Império, sua independência e a dinastia real. José Bonifácio e seus seguidores foram presos e desterrados para a França.

Em março de 1824, o imperador outorgou, ao povo, a primeira Constituição, por sinal considerada bem liberal para a época, com quatro poderes “inteligente-

mente equilibrados”, segundo Pandiá Calógeras.

Até 1931, o Grande Oriente Brasileiro esteve sem atividades, embora várias lojas estivessem funcionando, e inúmeras outras tenham sido criadas. Com a saída de D. Pedro, que abdicou do trono e foi para Portugal, a Maçonaria reiniciou suas atividades ostensivamente.

Porém, desde 1829, Gonçalves Ledo vinha reunindo maçons e, em 1830, preparou-se para reinstalar o Grande Oriente. Havia três lojas: “Educação e Moral”, “Amor da Ordem” e “Comércio e Artes”, trabalhando com o Rito Escocês; outro grupo, formado pelas Lojas “Vigilância da Pátria”, “União” e “Sete de Abril”, antecipou-se e fundou, em 1830, o Grande Oriente Brasileiro (que não era o mesmo adormecido em 1822), que foi instalado oficialmente em 24 de julho de 1831, trabalhando no Rito Moderno ou Francês.

José Bonifácio reconciliou-se com o imperador. Voltando ao Brasil em 1829, passou a receber pensão anual do governo, para indenizá-lo dos salários que perdera durante a Independência.

Foi também nomeado, pelo imperador, como tutor de D. Pedro II e suas irmãs, órfãos de mãe, que seriam, por força das circunstâncias, criados longe dos cuidados paternos.

O Grande Oriente Brasileiro, inativo desde 1822, foi reativado sob o nome de Grande Oriente do Brasil, adotando o Rito Moderno ou Francês e a Constituição do Grande Oriente da França.

Em 1845, foram assinados os tratados de amizade entre o Grande Oriente do Brasil e as Grandes Lojas de Hamburgo, Nova Iorque e Prússia.

Em 1850, foi promulgada a lei que aboliu o tráfico de escravos no Brasil, e que tomou o nome de Lei Eusébio de Queirós, maçom e senador.

Trinta e oito anos depois, a Abolição que, conforme já dito, estremeceu os alicerces da sociedade, então escravocrata, desarticulando a economia e o foco da força dos plantadores. Estes, ricos e desejosos de participar do poder, viam-se tolhidos frente à conhecida centralização do imperador no exercício do governo. Começaram a alimentar o desejo de tornar o país uma república federativa, com o incômodo de libertar seus escravos.

Percebe-se que, de qualquer forma, a Abolição era necessária e inevitável, tanto no regime monárquico, quanto no republicano. Os novos tempos assim o exigiam e, pelo que pudemos perceber no decorrer desta pesquisa, o Brasil era cobrado pelas outras nações para extirpar de seu seio a grande massa disforme da escravidão.

O próprio imperador vivenciou momentos difíceis durante suas viagens internacionais, quando inquirido a este respeito. Era, portanto, inevitável, que a sociedade revisasse suas instituições e valores, ouvindo as vozes que se levantavam em favor da liberdade.

Maçons participavam de todo o movimento abolicionista, e também do republicano, mas não foram a única força que deve ser considerada. Fortes movimentos econômicos também comandaram os processos; porém, a maçonaria esteve neles presente, conforme demonstra o acervo do museu que funciona na rua do Lavradio, nº 97, onde se pode encontrar uma série de documentos originais que comprovam a compra de cartas de alforria para os cativos, por maçons e Lojas.

Retomando: em 1864, uma dissidência no Grande Oriente do Brasil resultou na criação do Grande Oriente dos Beneditinos, que elegeu, como seu primeiro Grão-Mestre, Joaquim Saldanha Marinho, o Ganganelli.

A divisão da Maçonaria brasileira teve reflexos em Portugal, e o Grande Oriente dos Beneditinos, em 1865, celebrou seu tratado de Amizade com o Grande Oriente Lusitano.

As duas potências portuguesas formaram, em 1869, o Grande Oriente Lusitano Unido. Em consequência disto, em 1872, com a fusão, em 4 de junho, dos Grandes Orientes Brasileiros no Grande Oriente Unido, surgiram fortes desentendimentos acerca dos resultados das eleições para o Grão-Mestrado que, realizado em três pleitos, fez surgir, daí, nova cisão na família maçônica brasileira.

Foram anuladas a fusão e as eleições; sem acordos posteriores: Saldanha Marinho passou a dirigir o Grande Oriente Unido, e o Visconde do Rio Branco permaneceu como Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

O Grande Oriente Unido foi extinto em 1882, unindo-se novamente, a Maçonaria brasileira, em torno do Grande Oriente do Brasil, o que aconteceu no ano

seguinte.

Mais um ano e surgiu, no Recife, o Grande Oriente do Norte, que desapareceu logo após a proclamação da República.

5.3.2 O início do confronto Igreja (x) Estado

Em março de 1872, a Maçonaria resolveu festejar a promulgação da Lei do Ventre Livre, ou Lei Visconde do Rio Branco que, na época, era o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Essa a festa que deu origem à Questão Religiosa no Segundo Império e que trouxe à luz que, o que, aparentemente, era apenas uma guerra a mais entre a Igreja e a Maçonaria, ocultava, na verdade, uma luta surda pelo poder, entre a Igreja e o Governo.

Vejamos: na solenidade em homenagem a Rio Branco, o padre Almeida Martins, maçom, fez um discurso laudatório à Maçonaria, e condenou a escravidão.

Ignorando a advertência feita por D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio, o padre maçom foi afastado do púlpito. Inconformado com a punição, ele apelou para o Conselho do Império, que lhe deu ganho de causa: nenhum clérigo seria submetido à justiça eclesiástica sem prévia autorização da Coroa. Assim, a maçonaria levava a público a tentativa de ingerência da Igreja na vida política da Nação.

Em seguida, o Bispo de Olinda, com a adesão do bispo do Pará, proibiu a participação de sacerdotes católicos em cerimônias maçônicas. Também não permitiu a realização de missa em comemoração ao aniversário de uma Loja pernambucana.

Os bispos da Bahia e do Rio Grande do Sul passaram, também, a combater os maçons, e o Papa Pio IX escreveu uma carta aos bispos brasileiros, lembrando-lhes as encíclicas contra a Maçonaria.

5.3.3. A Questão Religiosa

O imperador, após consultar o Conselho de Estado, ordenou à Igreja que

suspendesse o interdito contra a Ordem. Tendo sido desobedecido, processou e mandou prender os bispos de Olinda e do Pará, que foram condenados a quatro anos de prisão.

D. Pedro não era maçom, como seu pai e seus tutores. Para ele, a Maçonaria era uma entidade com fins filantrópicos; mas, toma partido contra a Igreja: seriam punidos todos os que tentassem confundir liberdade de expressão com manifestação religiosa.

Sua atitude foi de inflexibilidade ante a intransigência do clero, que chegou a interditar batismos, casamentos, funerais e, mesmo, a participação, nas missas, de católicos maçons. Os baluartes desta intolerância foram dois grandes bispos da Igreja brasileira: D. Antonio de Macedo e Costa, e D. Vital Maria de Oliveira.

D. Pedro agiu com firmeza, fazendo valer todas as suas prerrogativas de soberano, e considerou a atitude dos religiosos como tríplice ofensa: ao trono, à soberania nacional e à sua pessoa.

Isto fez com se abrisse querela radical entre ultramontanos e o liberalismo do imperador, o que deflagrou revoltas contra maçons, comerciantes e portugueses.

A Coroa teve o apoio de pequena elite, mas o povo apoiou seus padres e bispos. Paralelamente, naquele momento, debatiam-se questões de peso, como liberdade de ensino, de culto, de reunião; e os reflexos da polêmica separou o trono de sua base popular.

Isabel e a Condessa de Barral, sabidamente tramontanas, tomam o partido da Igreja: D. Pedro escreve: “a religião deve ser apenas uma questão de gosto pessoal, de domínio reservado”.

Essa resposta correspondia exatamente, como se verá adiante, ao pensamento de Renan, amadurecido no espírito do imperador, tese racionalista que não poderia ser aplicada integralmente no Brasil, porque feria a susceptibilidade do povo.

Enquanto os bispos, condenados, cumpriam pena na cadeia, os maçons continuavam católicos, e o Imperador mantinha sua correspondência com Renan. Os assuntos em pauta? As recentes descobertas de inscrições, supostamente fenícias, na Paraíba, e o término do quarto volume de *o Anti-Cristo*, da obra de

Renan: as origens do Cristianismo.

D. Pedro, pressionado por seus ministros, deu indulto aos bispos; então resolve, novamente, viajar; segundo ele, “vencido mas não convencido”, encerra a Questão Religiosa.

De uma coisa, porém, ele estava certo: no Brasil, religião era pretexto para expressões de fanatismo, servindo para fins políticos que pretendiam fazer estremecer os pilares da soberania do Estado.

6 BIBLIOTECAS, MANUSCRITOS E TRADUÇÕES, NA ROTA DE VIAGEM

Na longa e intensa trajetória de D. Pedro II, há momentos interessantes, porém pouco conhecidos. Esses momentos mostram a verdadeira personalidade do imperador brasileiro, seus interesses reais, sem nenhuma conexão com a autoridade política inerente ao cargo que exercia.

Entretanto, podemos dizer que estes episódios comprovam a existência de outro tipo de autoridade que o imperador detinha: a intelectual. Uma pequena caderneta de viagem, guardada no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis¹¹⁷, é fonte relevante para pesquisadores, visto que contém importantes informações sobre episódios marcantes vivenciados pelo monarca durante suas viagens, entre elas a visita guiada pela Universidade de S. Petesburgo, e a viagem à Terra Santa.

A viagem de D. Pedro à Rússia, foi marcante pela imagem de erudição que ali deixou. Em S. Petersburgo, foi recepcionado pelo emérito orientalista Elie Nicolaievitch Berezine, percorrendo museus, bibliotecas, laboratórios de química, mineralogia e história natural, onde pode demonstrar vasto conhecimento das ciências, impressionando os professores.

Um desses mestres foi Dimitri Ivanovich Mendeleiev, considerado o Lavoisier russo, inventor da tabela periódica de elementos químicos e com quem o imperador teve longa palestra. Com o linguista Vasiliev, conversou sobre línguas luneias.

Argeu Guimarães afirma que

sua maneira delicada, afável, comunicativa, impressionou os docentes de S. Petersburgo, os quais, à partida do monarca, se reuniram para proclamá-lo membro de honra dessa instituição e oferecer-lhe várias obras, tais como a História da Universidade de São Petersburgo de Grigoriev, a Enciclopédia Russa do professor Benegine, uma História Natural e outras publicações acadêmicas.

D. Pedro deteve-se mais longamente na visita à Biblioteca Imperial, onde pode examinar atentamente as relíquias bibliográficas. Surpreendeu, mais uma vez, com seus conhecimentos, lendo com facilidade os títulos em russo, mesmo aqueles

¹¹⁷Diários 18-19, maço 37, dir 1057, publicação em edição crítica.

gravados em caracteres antigos. Textos em alemão, árabe, hebraico e samaritano, ele foi capaz de ler na seção de manuscritos antigos.

Antecipava-se aos especialistas que o acompanhavam, dissertando sobre os temas abordados. História, etnografia, arquitetura e ornamentaria russa, atraíram sua atenção, e os mais ilustres nomes da literatura, das ciências e belas artes eram para ele conhecidos, como Nicolau Karanzine e o fabulista Ilan Krylov.

D. Pedro examinou os autógrafos do escritor Alexander Serguriev Pushkin, do poeta Nicolau Gogol, do romancista Michail Lermontov, do poeta Gavril Romanovitch Derjavine, do compositor Miguel Ivanovitch Glinka, do estadista e reformador Mikhail Speransky, todos fazendo parte da galeria intelectual da Rússia czarista.

Uma crônica russa, publicada na ocasião de sua visita, considera o imperador do Brasil como eminente poliglota, linguista e filólogo, a ocupar lugar de destaque entre os sábios orientalistas de São Petersburgo.

A visita à Biblioteca Imperial terminou com o exame de uma coleção de Bíblias impressas em várias línguas. Visitou, ainda, o gabinete de Fausto, na sala da Idade Média.

Uma semana depois, voltou à Biblioteca Imperial, para examinar mais detidamente os manuscritos hebraicos e samaritanos da Coleção Firkovitch. Aqui, mais uma vez, é possível constatar a paixão do imperador pela língua hebraica. Da visita ao acervo russo, foi o assunto que mais o envolveu.

Mas quem era Firkovitch? Abraham Ben Samuel Firkovitch foi renomado escritor caraíta¹¹⁸, responsável pelos estudos caraíticos na Rússia. Ainda muito jovem, sob a proteção do sábio Bobovitch, foi à Palestina otomana, de onde retornou para fundar, na Criméia, uma sociedade dedicada a publicar antigas obras caraítas.

Chegou a peticionar, ao governo russo, informações completas sobre as origens dessa vertente do judaísmo. Consagrado como estudioso, Firkovitch promoveu encontros científicos para discutir esta literatura, fato que despertou o interesse de pesquisadores judeus e não judeus de todo o mundo.

Procurando demonstrar a antiguidade da seita caraíta, chegou a falsificar documentos, fato que só foi descoberto após sua morte. Durante expedições

¹¹⁸Caraítas eram judeus que somente acreditavam na Lei escrita: a Torah.

arqueológicas das quais participou, furtou manuscritos das comunidades caraítas da Criméia, para vendê-los à Universidade de São Petersburgo.

O trabalho controvertido de Firkovitch, acabou contestado por historiadores judeus, como Steinschneider, Efraim Deinard, David Kahana, sendo suas obras consideradas de valor literário limitado.

Seu livro *Avnei Zicharon* (Pedra da Memória), publicado em 1872, gerou polêmicas contra o judaísmo rabínico. Já seus escritos e poesias foram publicados em Viena, em 1871, pelo ensaísta Saul Smolenski, sob as siglas Abnei Reshef, referentes ao nome do autor.

D. Pedro entabulou longa conversa com o bibliotecário Garkavine sobre a data dos manuscritos hebraicos, comentando as ilustrações existentes nas margens destes documentos, e também pediu maiores detalhes sobre o debate arqueológico relativo aos judeus da Criméia.

Referiu-se aos diferentes temas tratados no Terceiro Congresso de Orientalistas, particularmente sobre as inscrições do Rei Mesha, líder dos moabistas. Em seguida, mostrando conhecimentos de especialista sobre o assunto, quis saber da literatura dos samaritanos e, ainda, se havia indícios comprobatórios de que a sintaxe e a prosódia da literatura hebraica antiga sofreram alterações.

Quis saber mais: se seria possível encontrar documentos fidedignos, onde constassem a denominação primitiva dos lugares da Palestina¹¹⁹, declarando que pretendia fazer, por lá, novas pesquisas.

Os convidados participantes desses encontros ouviam perplexos as palavras de D. Pedro, cuja vastidão e diversidade de conhecimentos, despertavam respeito e admiração.

Naquele mesmo dia 06 de Setembro, à tarde, uma comissão da Academia de Ciências e da Universidade de São Petersburgo entregou-lhe diplomas de membro de honra das duas instituições. Ele agradeceu a saudação recebida em francês, fazendo elogios à riqueza da cultura russa.

Na sala da Biblioteca Imperial, teve lugar a sessão inaugural, ocasião em que

¹¹⁹D. Pedro teria, ele mesmo, tentado resolver essa dúvida durante sua viagem pela Palestina, percorrendo os locais citados na Bíblia, comparando o que encontrava na realidade daquele momento. (R. Faingold. *D. Pedro II na Terra Santa*).

D. Pedro aceitou o título de Membro de honra que lhe foi concedido na presença do Ministro da Instrução Pública, muitos sábios russos e convidados estrangeiros.

A sala onde ocorreu este evento era magnífica, decorada com flores, bandeiras e ricas tapeçarias. Atrás do estrado, a presença de um quadro do Czar Alexandre II prestigiava a cerimônia.

Ao fundo, encontrava-se um grupo de habitantes da Sibéria oriental, especialmente convidados para o evento. Na mesa central, representantes do governo russo, membros de institutos e jornalistas.

Do lado oposto, o público assistiu aos cânticos e ao discurso inaugural, em francês, do professor Grigorieff, que presidia o encontro. Nos espaços de tempo livres, D. Pedro visitava lugares como o Paço de Ekaterinehoff, e as ilhas e belas vilas de Outine e Gromoff.

O Congresso dos Orientalistas foi organizado por uma comissão de especialistas, tais como W.W. Grigorieff, professor de História do Oriente, e decano da Faculdade de Línguas Orientais, Pakanoff, catedrático armênio, Daniel Abramovitch Chwolson, professor de hebraico, assírio e caldeu, A. L. Kuhn, adido ao governo do Turquestão para pesquisas arqueológicas.

As línguas estudadas documentavam a antiguidade das raízes ariana e russas, ampliando horizontes para responder às questões ali formuladas. Tanto russos quanto arianos partilhavam o mesmo berço milenar na Ásia central, e o assunto era de total interesse para o imperador brasileiro, aficionado pelos estudos de línguas orientais e das civilizações antigas.

Na França, o precursor dos estudos orientais era o judeu Antoine Isaac Silvestre de Sacy, para quem a vida no Oriente não tinha segredos, e cuja obra era uma das favoritas de D. Pedro; ele que contava, entre seus discípulos, com o jovem François Champollion, tradutor de Pedra de Roseta, através da qual foi possível decifrar os hieróglifos.

6.1 TRADUÇÕES

D. Pedro era um devoto cristão, fascinado pela Bíblia e suas controvérsias,

cujo entendimento só seria possível traduzindo o texto original.

Desde o início de seus estudos hebraicos, com o judeu Leonard Akerbloom, cônsul da Suécia no Rio de Janeiro, ele escolheu começar a prática do idioma sagrado pela tradução dos salmos, dos livros de Isaías, Jeremias, Gênesis e Ruth.

Durante sua visita à Terra Santa, trabalhou com afinco nas traduções. Para tanto, escolheu lugares históricos, que o inspirassem a traduzir.

Foi assim com a tradução dos Atos dos Apóstolos, às margens do arroio Dhirani. Lamentou-se por não ter em mãos o texto para traduzir, no momento em que passou pelas aldeias de Naim e Edor, lugar onde a juíza Débora derrotou Síssira, o rei filisteu.

Ele queria traduzir o “Canto de Débora”. Acabou por fazer a tradução na pequena aldeia de Jenin, concluindo em Nablus. A este respeito registrou, em sua caderneta de viagem, que estava esquecendo o hebraico.

Geralmente, fazia as traduções antes de dormir, mesmo extenuado por uma jornada diurna difícil.

O imperador relacionava a leitura bíblica às obras de arte que visitava durante suas viagens. Traduzir passou a ser, para ele, quase uma obsessão. Sabemos que traduziu do árabe, do sânscrito, do grego, mas foi ao hebraico que dedicou sua maior atenção, certamente porque visava as fontes bíblicas, a história e a tradição dos judeus, originando cristianismo, e suas inúmeras vertentes.

Isso, certamente, o fascinava. Para ele, era momento de grande alegria para um cristão, traduzir, por exemplo, o Salmo 122: “Vamos subir à Casa do Senhor”, que versa sobre a chegada dos peregrinos judeus a Jerusalém.

Por sua vez, o Livro de Ruth era um romance pastoril, lido pelos judeus na Festa de Shaviot, que celebra a outorga da Torah no Monte Sinai.

Este livro sempre fascinou o imperador. Passando pelos antigos campos de Moah, na planície de Jericó, ele se emocionava ao olhar as montanhas, tendo em mente que ele próprio já traduzira o texto.

O Diário de Viagens à Terra Santa cita a planície de Sharon, onde Sansão soltara raposas com fachos acesos nas caudas, e encerra seu relato citando o episódio de Sansão e Dalila, a seu ver, um dos capítulos mais curiosos da Bíblia.

Já relatamos a visita de D. Pedro à sinagoga dos samaritanos. Depois de visitar Nazaré, a comitiva imperial pernoitou em Jenin e, no dia seguinte, chegou a Samaria, território que muito agradou o imperador.

Nablus, de ruas estreitas, estava preparada para receber o governante brasileiro. Na sinagoga, ele pode examinar, de perto, o manuscrito de pele de gazela, meio rasgado e cuja origem dividia opiniões, podendo inclusive ser originária de um período posterior ao nascimento de Jesus.

Obtive a promessa de um judeu de levar, ao acampamento brasileiro, uma folha da cópia do Pentateuco, que estaria escrito em letras fenícias ou cananeias, usadas antes do Cativo da Babilônia, em 586 a.C..

Em 23 de Agosto de 1995, a Revista *Veja* publicou uma nota sob o título: “Pergaminho de 24 metros”. A matéria informava a existência de três edições mais antigas da Torah: uma no Museu de Israel em Jerusalém, outra nos Estados Unidos e outra no Brasil, mais precisamente no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Pouco sabemos sobre o texto milenar localizado no Brasil; apenas que era dividido em 9 rolos de 60 centímetros de altura, em couro avermelhado de novilho. Teria sido escrito em pigmento vegetal, e copiado por um escriba judeu, que teria habitado no Egito entre os séculos I e IV.

A nota sugere que o manuscrito seria o mesmo apresentado a D. Pedro II na sinagoga samaritana. Entretanto, Reuven Faingold, no artigo citado anteriormente, aponta a impossibilidade de afirmar que o manuscrito samaritano de pele de gazela¹²⁰ seja o mesmo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, confeccionado em couro; as letras do primeiro estão apagadas, enquanto que as do Museu Nacional estão perfeitamente legíveis.

O primeiro, de acordo com apontamentos do mesmo diário, data da época de Absche, filho de Pinéias, o sacerdote-mor que atuava no tempo de Josué, sucessor de Moisés, enquanto o Pentateuco do Museu Nacional teria sido copiado por um escriba¹²¹, que viveu no Egito entre os séculos I e IV.

Entretanto, a prova mais evidente de que se trata de dois documentos diferentes, está na forma dos caracteres hebraicos: por meio da paleografia, é

¹²⁰ Citado no Diário de Viagem à Palestina, de D. Pedro II.

¹²¹ “sofer”, em hebraico

possível concluir que as letras hebraicas utilizadas pelos escribas samaritanos eram diferentes das letras hebraicas utilizadas pelos escribas judeus.

Finalmente, parece que a promessa dos judeus samaritanos de levar uma cópia do Pentateuco ao acampamento do imperador brasileiro nunca foi cumprida, visto que D. Pedro nada referiu a este respeito, em suas anotações.

Um outro fato importante que marcou a estada de D. Pedro II na Terra Santa, foi a visita que fez aos monges de Saint Sabbas.

O convento desses religiosos é um verdadeiro labirinto. Construído em pleno deserto, constitui um emaranhado de câmaras e galerias, num local ermo, inóspito e quase inacessível. Somente um morador do lugar consegue encontrar o caminho desse monastério, que foi construído em homenagem ao mártir Saint Sabbas¹²², que viveu entre 439 e 532, nas montanhas de Moab, não longe de Jerusalém.

Para se chegar ao convento, é preciso caminhar ao longo do leito do Rio Cedron, que deságua no Mar Morto¹²³ e cujas margens chegam a dezenas de metros de altura, de forma que quando o viajante observa o monastério, este parece pendurado sobre o abismo, numa visão de tirar o fôlego.

O Diário de Viagem à Palestina registra, ainda, que a comitiva imperial precisou dividir-se temporariamente, visto que percorrer o acidentado caminho até Saint Sabbas era muito difícil. Era preciso andar a pé, o que inviabilizava o uso de liteiras.

Além do mais, era proibida a entrada de mulheres no convento. Assim, a imperatriz e suas acompanhantes não puderam prosseguir. Para ser recebido no local, o visitante necessitava da permissão oficial do Patriarca de Jerusalém, a maior autoridade religiosa naquela região.

D. Pedro foi um dos poucos visitantes do convento de que se tem notícia. Em 1873, o padre Samuel Manning, sacerdote britânico, visitou o monastério e escreveu sobre a dificuldade de acesso ao lugar. Entre 1846 e 1847, o convento recebeu uma visita inusitada: a escritora, filósofa e jornalista Harriet Martineau, renomada

¹²²St. Sabbas, o godo, martirizado e morto em 372, na Dácia (Romênia), por ordem do chefe godo não-cristão Athanaric. Seu corpo foi enviado à Capadócia (governada por S. Basílio), com uma carta narrando seu martírio.

¹²³Quando D. Pedro ali chegou, no final do ano, foi pelo leito seco do Rio Cedron ao monastério.

intelectual da Inglaterra vitoriana. Estudiosa do Egito e dos lugares bíblicos, Martineau fez uma viagem ao Oriente Médio. Chegando à Palestina, consta que conseguiu burlar o regulamento e visitou o monastério. Ela expressou seu desapontamento sobre os monges, nada hospitaleiros e demasiado sacros.

A entrada do imperador e alguns de seus súditos no recinto do convento, foi solene, com repiques e tochas acesas. O ambiente impressionava pelo forte cheiro de incenso, e pelos bandos de melros que saíam dos buracos da ribanceira oposta, onde faziam seus ninhos para comerem nas mãos dos monges, que eram gregos cismáticos¹²⁴.

D. Pedro mencionou, no Diário, um dos símbolos do monastério: a histórica palmeira de Saint Sabbas, que “se curva para trás como que precisando do encosto da parede”.

D. Pedro examinou minuciosamente a capela dos monges. Regidos pela regra de S. Basílio¹²⁵, eles utilizavam pequenos arbustos do rochedo para construir minúsculas casas de madeira, e plantar flores. O exterior do convento, meschakid, era um montículo de pedras, aproveitando as grutas do rochedo.

Mas na verdade, o que mais interessava ao imperador era o acesso à biblioteca. Sob o silêncio constrangedor de seus anfitriões, ele examinou manuscritos dos Evangelhos do século X, coleções de sermões e outros textos sacros que se encontravam confinados numa pequena sala.

Mesmo diante do vivo interesse do monarca sobre os manuscritos, os monges permaneceram calados. Ante sua insistência, um único religioso que falava francês, permitiu que o Dr. Karl Henning, que participava do grupo de visitantes, examinasse uma coleção de livros.

D. Pedro expressou sua inconformidade pelo fato dos monges desconhecerem o acervo do convento. Registrou, no Diário de Viagem, que o silêncio e a resistência que encontrou em relação à biblioteca do convento, eram uma forma de dissimular a vergonha dos monges por não conhecerem as riquezas documentais e literárias que ali estavam.

¹²⁴ Relativo ao cisma do Oriente, separação entre a Igreja Romana Ocidental e a Igreja de Bizâncio, que permanecia sobre a autoridade do Basileu (monarca bizantino).

¹²⁵ Pai da Igreja Grega, padroeiro da Rússia, arcebispo de Cesaréia (século IV).

É possível que não quisessem demonstrar, a um desconhecido de tal envergadura, que não estudavam e ignoravam o valor do tesouro que o convento detinha em seu interior.

Três anos antes da visita de D. Pedro, o Padre Samuel Manning também registrava a falta de hospitalidade dos monges de Saint Sabbas, e sobre a valiosa biblioteca, afirmou que a maioria deles era incapaz de ler, e que seu único passatempo era beber raki¹²⁶ e alimentar pássaros e chacais, que eram bastante numerosos.

Parece que as informações dos três visitantes estavam em consonância em relação à ignorância e o despreparo dos monges, que igualmente desconheciam as regras da hospitalidade.

Nessas andanças, D. Pedro só fez comprovar o quanto procedia sua fama de Rei Sábio. Tanto na Rússia como na Terra Santa, sua curiosidade intelectual e a familiaridade que demonstrava nas diversas áreas do conhecimento, impressionavam os interlocutores que o recebiam.

Porém, textos judaicos, pergaminhos, obras raras e manuscritos hebraicos, eram de fato sua paixão, o foco real de seus interesses. Traduzir textos bíblicos fez parte de seu périplo pela Terra Santa, culminando com a visita à sinagoga samaritana, que lhe proporcionou a oportunidade única de estar em contato direto com uma comunidade judaica em plena Eretz Israel.

6.2 TURISMO HISTÓRICO E RELIGIOSO: O PÉRIPOLO NO ORIENTE E NA TERRA SANTA

A viagem imperial ao Oriente foi descrita no Diário de Viagem de 1876. Nas descrições e comentários, quase sempre sucintos, bem ao estilo de D. Pedro II, é possível sentir seu enlevo e sensibilidade: há trechos quase poéticos, onde ele demonstra suas impressões e sentimentos.

A despeito de sua linguagem, algo enxuta e objetiva, conforme predomina nos

¹²⁶ Licor derivado da uva e com sabor de anis, semelhante ao arak (bebida árabe) e o ouzo (grego). Feito de uvas passas e aromatizado com anis, tem quase 50% de teor alcoólico e costuma ser diluído em água fria ou gelada.

Diários, fica patente a emoção do monarca, maravilhado com o que se descortinava diante de seus olhos: sítios arqueológicos, marcos históricos e lugares sagrados, que povoavam sua imaginação por conta de estudos e leituras que preenchiam seu cotidiano.

Sonhava ele em conhecer os lugares santos, e sua religiosidade fica patente quando, ao chegar em Jerusalém, escolhe o Santo Sepulcro como primeiro lugar a ser visitado; ali, fez orações em intenção da alma de Leopoldina, sua filha desaparecida em plena juventude, e pelos familiares e pessoas que estimava.

Foi sobre o mais importante santuário da Cristandade que D. Pedro escreve, no Diário: “A Igreja tem, externa e internamente, um aspecto venerando”.

A viagem ao Oriente começou em 14 de novembro de 1876, com a comitiva partindo de Beirute para Israel; no dia 16, chegaram em Damasco; no dia 21, anota ele em seu Diário:

Estou às margens do Lago de Genesaré [...] a noite foi tormentosa [...] suas trovoadas ribombaram nos vales da Galícia, os chacais uivaram e tudo o mais em silêncio e trevas que os raios iluminaram

A viagem de D. Pedro II ao Oriente foi uma experiência envolvente, que fez transbordar a alma do Imperador. Arqueologia, traduções, manuscritos, turismo bíblico, lugares e personagens exóticos, que emergiam das culturas antigas e que ele pôde conhecer de perto, materializando boa parte de suas leituras.

Transportado em liteiras, a cavalo e até andando a pé nos lugares mais inóspitos, a comitiva imperial atravessou montanhas com trechos quase intransponíveis, acampou sob o belíssimo céu oriental, ou pernitoou em toscas hospedarias, dando, a D. Pedro, o ensejo de registrar momentos de emoção e perplexidade.

Amante da História, curioso em relação à diversidade cultural e religiosa dos povos, D. Pedro pôde vivenciar, in loco, a beleza dos templos, ruínas e cidades mortas do outro lado do mundo.

Em Damasco, o primeiro lugar que visitou, foi ao maior recinto da cidade, a famosa Mesquita Djami’a el Amaui, fundada pelos omíadas, destruída, reconstruída

e novamente destruída, em 1873; subindo cerca de mais de uma centena de degraus, D. Pedro atinge o mirante, de onde contempla bela vista panorâmica, às margens do Rio Baradah, cenário que remete aos tempos de Saladino e dos Cruzados.

O imperador pôde sentir a emoção de andar pelas ruas da capital síria, onde sorveu os odores penetrantes das feiras e dos bazares coloridos; visitou a “Gruta de Ananias”, personagem que perseguiu o Apóstolo Paulo; admirou as belezas da arte islâmica, lembrando-se da profecia segundo a qual seria em Damasco a última aparição do Anticristo (Al Djjal); desfrutou, ainda, dos benefícios de um banho turco.

D. Pedro quis conhecer o emir Sidi-El-Hady El Kader Uled Muhi Ad Din, um dos descendentes diretos do Profeta, mencionado no Diário como Abd-El-Kader; é possível que esta visita tenha sido programada, já que o anfitrião era o maior líder da resistência islâmica ao domínio francês, na África do Norte.

A recepção deve ter impressionado o monarca, que descreve, com detalhes, o ilustre personagem¹²⁷; o encontro foi marcado pela simplicidade, e o maior motivo da visita era o fato que Abd-El-Kader protegia os cristãos perseguidos e, até, assassinados por árabes e drusos.

O tratamento dispensado ao governante brasileiro foi amável e reconfortante. D. Pedro provou do chá de hortelã-pimenta que lhe foi servido, e recusou o convite de El-Kader para que conhecesse seu harém.

O líder árabe também convidou D. Pedro a visitar a residência de seu primogênito, onde o clã acomodava todos os seus membros em duas casas com pátio e árvores; tratava-se de homem rico e famoso, embora desconhecido da cultura ocidental.

D. Pedro pôde apreciar as medalhas que a França conferiu ao emir por sua atuação na África, com os seguintes dizeres: “La France qu’il a combattue l’aime e l’admire”¹²⁸.

Na troca de presentes, D. Pedro contemplou El-Kader com um livro filosófico,

¹²⁷ “Homem baixo, nariz ligeiramente aquilino, olhos pequenos e vivos [...]. Parece ter a cabeça raspada sob o turbante [...]. Traja simplesmente, e tinha chinelas de marroquim amarelo. O cabelo é preto e a barba não é grande [...]

¹²⁸ “A França que o combateu o ama e admira”.

escrito em árabe e traduzido para o francês¹²⁹.

Este inesquecível encontro muito enriqueceu a experiência política do imperador, e foi uma forma de aproximar a misteriosa Síria do desconhecido e longínquo Brasil.

D. Pedro conheceu, também, Jane Elizabeth Digby, conhecida como Lady Ellenborough, aristocrata britânica, casada com o “sheik” dos beduínos: muito bonita e inteligente, olhos claros, cachos louros e dona de corpo escultural, os árabes chamavam-na “mãe de leite”; alguns historiadores sugerem uma relação amorosa entre D. Pedro e esta dama, que passou por vários amantes e quatro casamentos antes do “sheik”. Mas, parece inviável esta hipótese, já que a visita durou somente um dia, sem pernoite por parte do imperador.

Poliglota e artista, Lady Ellenborough mostrou, a D. Pedro, belíssimas aquarelas da cidade de Palmira, de sua autoria; contou que passava seis meses com o marido em suas tendas, como qualquer mulher beduína e respeitada como rainha da tribo; ali, ordenhava camelos, preparava comida, servia café e lavava os pés do marido. Aos sessenta e um anos, ainda era lindíssima e tinha porte de rainha.

O casal representava a união entre Oriente e Ocidente, e era sempre visitado por diversas personalidades.

O jovem sheik Mejuel, da tribo beduína de Mazrab, tinha rosto inteligente e era mais agradável que El-Kader: era baixo, vestia-se com simplicidade. Isabel, mulher do diplomata Richard Burton, admitiu que o “sheik” era inteligente e encantador, mas levou quinze anos para aprender a usar talheres...

Ainda em Damasco, D. Pedro visitou, no bairro judeu, as famílias Schamaiah e Lisbun; ele descreve que “as residências têm salas bonitas e luxuosas, porém o aspecto externo é repugnante”, sobretudo a entrada, que leva a pátios de agradável aparência e com árvores. Trata-se do “housh”, típico do Oriente Médio, isto é: grandes pátios com muitas casas para a família toda.

Eram sefarditas com muitos filhos e parentes e, juntamente com os Ambar – que D. Pedro não menciona no Diário – são famílias ricas de Damasco: os

¹²⁹ *Apelo aos inteligentes e advertências aos indiferentes.*

Schamaiah é formada por descendentes exilados da Espanha em 1492, e os Lisbon – ou Lisboa –, por judeus portugueses, cujos ancestrais escaparam à conversão forçada decretada por D. Manuel, o Venturoso, em 1497.

É Isabel Burton quem descreve a moradia da família Lisbona:

“Khawaja” (senhor) Lisbona era um dos homens mais opulentos de sua comunidade. Tinha a casa mais bonita da cidade. Ele e a sua família nos receberam com grande hospitalidade. Você pode perceber as estreitas e pobres entradas (exteriores) que em tudo contrastam com a riqueza e a beleza interior [...]. A casa possui forma quadrada e tudo aparece ricamente ornamentado. À nossa frente, um bonito quarto azulejado, com fontes e peixes dourados; laranjeiras e limoeiros, arbustos de jasmim e plantas perfumadas afloram do concreto [...]. Trepadeiras e arbustos florescem através das grades das janelas, derramando sombra e doçura. Os quartos da casa se abrem em direção a um recinto central. Da alcova aberta (Ka’ah) do andar superior se avista também o pátio; a câmara toda em pedra, está coberta com veludos e almofadas douradas em seus três lados. As paredes são de mosaicos de puro ouro, ébano e madrepérola, com minúsculas colunas de mármore e alguns alto-relevos. No interior, a sala de recepção é igual, porém mais rica, com uma bela fonte toda em mármore.

Mas, afinal, por que o exterior das casas judias eram sujas e mal cuidadas, com aparência decadente, em contraste com seu interior? É possível que estes judeus abastados assim procedessem para não chamar a atenção, evitando a cobiça e inveja da população não judia!

Damasco foi, por diversas vezes, palco de massacres contra as minorias, tanto cristã quanto judia; assim, é possível imaginar que, talvez, esta fosse uma forma defensiva, dissimulada, de evitar ataques.

Além do mais, seus antepassados ibéricos, tanto em Espanha quanto em Portugal, sofreram reveses, saques, expulsões e até morte, durante “pogroms” movidos pela inveja da prosperidade judaica, e do destaque político e social que alguns gozavam junto a autoridades. E esses judeus da Síria, certamente guardavam essa memória, o que, talvez, os levasse a dissimular o status e riqueza.

6.3 FREI LIÉVEN DE HAMME: O FRANCISCANO E O IMPERADOR

O ponto alto da viagem de D. Pedro II ao Oriente, foi a chegada a Jerusalém,

Cidade Sagrada para as três religiões monoteístas. Rota de múltiplos povos e etnias, é Jerusalém cantada em prosa e verso, citada muitas vezes na Bíblia.

Quem narra a chegada da comitiva imperial à Cidade Santa é o próprio D. Pedro: “Enfim, cerca de 3 ½ galguei o monte chamado Scopus e Jerusalém apresentou-se a meus olhos que um pouco se turvaram”.

Este foi um momento de puro encantamento para o Imperador, que assim concluiu suas anotações: “Que bela noite de luar! Acabo de traduzir do hebraico o Salmo 122, que exprime o sentimento dos que chegam a Jerusalém”.

Esta viagem ensejou, a D. Pedro, exercer suas habilidades de orientalista, ao mesmo tempo em que cumpria seus deveres de peregrino e aventureiro. Pôde explorar os arredores da cidade, acompanhado por Frei Liéven, ali radicado, com quem D. Pedro manteria larga correspondência até depois de exilado em França, com a queda da monarquia brasileira.

Aquela era a primeira visita de um governante brasileiro a Eretz Israel.

Mas, quem era Frei Liéven, cujas palestras tanto encantaram o imperador?

Frei Liéven de Hamme era o que se pode chamar de “conductor des pelerines”: tinha, entre seus amigos, ilustres orientistas, arqueólogos e numismatas, que serviam de guia para aristocratas europeus que visitavam a Terra Santa.

Ele ocupava lugar de destaque entre os franciscanos encarregados da guarda dos Lugares Santos; escreveu um roteiro em latim, publicado em francês, que, em 1876, foi oferecido, em Jerusalém, ao imperador, com bela dedicatória¹³⁰.

A estima de D. Pedro pelo franciscano é manifesta em seu Diário: “Muito conversei com Frei Liéven, de quem gosto cada vez mais, por seu espírito esclarecido e, portanto, tolerante”¹³¹

D. Pedro elogia o franciscano pela excelência de suas pesquisas e pela personalidade modesta a respeito de sua competência como guia, e sua produção escrita: “Frei Liéven tudo explicava, e era uma pessoa muito agradável, de caráter

¹³⁰ *Guide indicateur des Sanctuaireset Lieux Históriques de La Terre Sainte*. No acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro existem várias versões deste guia. Há outros trabalhos de Frei Liéven sobre a Terra Santa, incluindo um mapa de Jerusalém, guardado no Museu Imperial de Petrópolis.

¹³¹ Faingold, *op. cit*, p. 24.

singelo e jovial, além de ser inteligente”.

D. Pedro aprecia as explicações do franciscano, que diferia de seus irmãos religiosos, cuja formação intelectual deixava muito a desejar.

Ao lado de seu interesse pela História, Arqueologia e pela tradução, D. Pedro estava sempre preocupado em melhorar a educação cristã, mesmo no longínquo Oriente.

Percebendo a difícil situação financeira das escolas e dos conventos, mostra-se indignado e resolve contribuir pessoalmente para que as crianças pobres de Jerusalém frequentassem a escola gratuitamente. Para tanto, depositou 15.000 francos, de seu próprio bolso, no Banco Otomano de Beiruth.

Nesta viagem, visitou treze escolas, colégios, internatos e conventos. Inspeccionou os externatos dos Lazaristas em Damasco, em Nazaré, o Colégio Inglês, o convento “Dames de Nazareth” e o convento dos Frades Franciscanos, em Jerusalém; também o convento do Salvador, o estabelecimento das irmãs de São José, o colégio alemão de meninas, o convento “Dames de Sion”, do Padre Ratisbonne, e a escola inglesa de Palmer; em Ramleh, o convento franciscano e a escola agrícola de Colbert; em Lydda, o convento franciscano.

Em Damasco, conheceu dois externatos: o feminino, com 500 alunas, e o masculino, com 140 estudantes. O diretor, Frei Nasejan, na opinião do imperador, “não parece dotado de grande fervor pelas escolas”.

O encontro mais importante deu-se no Convento “Dames de Sion”, do Padre Ratisbonne, judeu francês convertido ao Cristianismo e residente em Jerusalém.

A instituição possuía casa bem construída, podendo abrigar 140 crianças. Contava com hospital, farmácia e lojas, ilustrando temas religiosos.

À chegada do imperador, conforme ele mesmo registrou, os alunos “cantaram com verdadeiro sentimento religioso”.

Entretanto, D. Pedro nada refere em relação a escolas judaicas, apesar de toda sua preocupação com a educação cristã na Palestina. Jamais visitou uma delas, o que pode parecer estranho, pois, estudioso e conhecedor da história dos judeus, principalmente do idioma sagrado, é de se supor que conhecesse o tripé sobre o qual estão assentados os pilares do judaísmo: sinagoga, escola e biblioteca,

de tal forma que a educação é uma das mais relevantes características da cultura judaica, exercendo papel decisivo na formação desta identidade.

Esquecimento? Falta de interesse ou oportunidade? Envolvido que estivesse com as traduções encetadas no decorrer da viagem, é difícil supor que D. Pedro ficasse indiferente à educação judaica, especialmente em Jerusalém!

Mas, este é outro ponto enigmático, tal como o fato do monarca não ter visitado nenhuma sinagoga da Cidade Santa, nem qualquer de suas comunidades, fato bastante comentado pela mídia hierosolimitana, como veremos em seguida.

6.4 A VISITA DO IMPERADOR À IMPRENSA DE JERUSALÉM

A presença de D. Pedro no Oriente foi largamente comentada pelos jornais. O governante brasileiro era bem conhecido das comunidades judaicas do mundo, que se sensibilizaram pela dedicação, que ele demonstrava, aos estudos da língua hebraica.

O jornal Ha-Tzefirah (A Aurora) publicou extensa reportagem sobre seu vasto conhecimento idiomático, aliado ao forte desejo de visitar bibliotecas e museus, e seu especial interesse por documentos hebraicos antigos e peças de exposição referentes à cultura judaica.

Uma biografia resumida de D. Pedro foi publicada em 1876, por outro jornal da Palestina, o Ha-Maguid (O Narrador). O artigo, de autoria de Jacob Haim HaLevi, destacava o valor do monarca, engrandecendo-o pelo fato de dedicar-se a estudar um idioma santo, porém esquecido e abandonado pelos próprios judeus, dispersos em vários países.

O texto abaixo revela a simpatia do autor em relação a D. Pedro:

Há poucos dias visitou o imperador a cidade de Viena, e ouvi muitos populares que não conhecem o hebraico, por considerarem tal estudo pura perda de tempo, comentarem entre si acerca dos conhecimentos do imperador nessa língua difícil e estranha para eles, transmitindo secretamente uns aos outros que ele descenderia de marranos europeus da Espanha e Portugal, os quais mantinham seu Judaísmo e prestavam culto a Deus em segredo.

Esses comentários jornalísticos positivos fizeram que a visita de D. Pedro à Terra Santa despertasse grande interesse da população local. Há-Tzefirah anunciou a chegada da comitiva imperial a Jerusalém, o que valeu uma recepção oficial por parte do Pachá, representante da autoridade otomana estabelecida na Terra Santa naquele momento.

O articulista do jornal ressalta a personalidade do imperador, e a imprensa local comenta o ponto mais alto da visita: a Igreja do Santo Sepulcro.

Não se sabe a razão, mas a verdade é que D. Pedro absteve-se de entrar em contato com a comunidade judaica local, nem se interessou, pelo menos mantendo sua prática habitual, em conhecer as sinagogas de Jerusalém. Uma espécie de descontentamento foi expresso pelo jornal: “Por todo o tempo que permaneceu em nossa cidade [...] nenhum contato manteve com nossos irmãos, embora se dissesse dele que conhecia bem e até perfeitamente a língua hebraica.”

Indiferença? O que se sabe é que uma decepção envolveu a comunidade hierosolimita que havia se preparado para homenagear o imperador hebraísta. O rabino e porta-voz Ben Tzion Sclez, de uma das sinagogas da cidade, compôs um poema que deveria ser entregue a D. Pedro, enaltecendo suas qualidades como conhecedor da língua hebraica. Como o poema nunca chegou às mãos do esperado visitante, a obra inédita ficou sob a guarda dos descendentes do autor.

A aparente falta de interesse em relação às sinagogas locais (bem como pelas escolas judaicas da cidade) é fato intrigante, que nos deixa dúvidas sem solução.

Consta que, quando viajou pela Inglaterra, o encontro previsto entre D. Pedro, a Rainha Vitória e o banqueiro judeu Rothschild, não aconteceu porque D. Pedro foi a uma sinagoga. Como explicar, então, que não comparecesse às sinagogas de Jerusalém?

Procedimento indubitavelmente contrário ao que teve nas cidades da Europa e dos Estados Unidos. Estaria ele tão envolvido na tradução do salmo 122, que exprime os sentimentos dos que chegam a Jerusalém, peregrino ou simples viajante? Isto ajudaria a explicar o fato de não desejar visitar as sinagogas da

Cidade Santa, símbolo vivo da legítima religiosidade judaica? Quem sabe ao certo?

Uma publicação bilíngue de Jerusalém Shaare-Zion (As Portas de Sion) anuncia a volta de D. Pedro para o Brasil, arrolando os lugares por ele visitados. Mas conclui: “[...] somente as sinagogas de nossos irmãos não visitou para o espanto de todas as pessoas justas”.

7 D. PEDRO, O HEBRAICO E OS JUDEUS

D. Pedro falava e escrevia corretamente o hebraico clássico do período do Primeiro Templo. Esta língua, chamada “jehudit”, isto é, judaica, era a língua unificada do serviço civil, que abrangia todo o reino de Judá ao tempo do rei Salomão.

Além das línguas que o Imperador aprendeu em sua educação básica, e que serviam para a sua função de governo, sua sede de saber era tão forte que encontrou tempo para aprender línguas antigas e exóticas, como o hebraico, o árabe, o sânscrito, o provençal, o grego e o tupi.

Era notório o gosto do Imperador pela tradução de poemas, entre eles poemas de Longfellow, do italiano Manzoni, da Divina Comédia de Dante. Ele também enveredou pelos caminhos do teatro grego clássico, traduzindo o Prometeu Acorrentado de Ésquilo. Do francês, traduziu Sully Proudhon, entre outros, incluídas essas traduções no livro de Poesias Completas de D. Pedro II.

Mas parece que o hebraico era a língua de sua predileção, tanto que, na tradução das poesias hebraicas que D. Pedro fez publicar em 1891, pouco antes de seu falecimento, explicou o porquê de seu interesse pelo idioma sagrado: conhecer melhor a história e a literatura hebraica, bem como as origens do cristianismo.

A seriedade que o Imperador empregou no estudo das línguas, demonstra

seu amor e dedicação por estes, de tal forma que há uma espécie de agenda em seus diários, para aproveitar o tempo disponível para essa atividade, além de anotações referentes a traduções em que trabalhava ao longo do tempo. Os diários de 1887 e 1888 são os que mais referências contêm.

Entretanto, desde 1860, temos notícias de seu interesse pelo hebraico. Começou com um judeu sueco, Akerblom, que conheceu em Petrópolis, dando continuidade com outros: Koch, Henning e Seybolb. Com este último, continuaria a praticar, além do hebraico, a tradição alemã das *usphoche*.

Consta que durante sua viagem à Palestina, procurava as passagens bíblicas referentes aos lugares por onde passava. Interessavam-no principalmente os chamados livros poéticos e proféticos do Velho Testamento, como o Cântico dos Cânticos, Isaías, Lamentações, entre outros.

As referências do encontro de Sua Majestade com judeus, são comuns no decorrer dos diários; porém, a maioria das vezes eram encontros que aconteciam durante suas viagens.

O judeu argelino Nasbun, vice-cônsul do Uruguai, chegou ao Rio de Janeiro em 1840, onde permaneceu por um ano. A data referida no Diário é de 1860¹³².

A este respeito, Isaltino Costa escreveu o artigo “D. Pedro II, hebraísta”¹³³, no centenário de nascimento do Imperador:

O imperador foi no Brasil o precursor dos estudos hebraicos. Somente muitos anos depois, entre 1893 e 1910, surgiram os primeiros núcleos de estudos que por eles começaram a se interessar, ora por diletantismo, ora por consequência de uma necessidade imprescindível para o conhecimento aprofundado do esoterismo e das filosofias que tem vínculos com a Cabala israelita, doutrina que então ocorria em alguns centros intelectuais da Europa. No Rio, estudos foram iniciados por oficiais do Exército, e em São Paulo, por alguns membros da Esfinge, uma sociedade de estudos filosóficos e metapsíquicos, hoje extinta.

Um glossário hebraico de 19 páginas pode ser consultado entre os numerosos documentos do Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis. O conteúdo refere-se aos livros dos Salmos e da Gênese. É o único documento onde se pode ler

¹³² Diário de D. Pedro II, cadernos 4-5, 12-1 – 1860.

¹³³ O Estado de São Paulo, 10/12/1925.

o hebraico escrito pela mão de D. Pedro, além de centenas de anotações sobre gramática hebraica.

J. C. Fletcher, missionário protestante, com quem o Imperador manteve alguma correspondência, assim dizia a respeito de D. Pedro: “Ouvi ele ler hebraico, sem vogais, tão fluentemente como fosse um judeu”¹³⁴.

7.1 A ORDEM DA ROSA

Por ocasião de seu segundo casamento, com D. Amélia de Leuchtenberg, o inusitado D. Pedro I criou a Ordem da Rosa onde, dentro de uma estrela de seis pontas, pode-se ler “Amor e Fidelidade”. A comenda era destinada a pessoas que contribuíssem para o bem da nação, tanto civis como militares. Com o advento da República, a Ordem acabou por ser abolida, em 1890.

Inúmeros judeus foram contemplados com o grau de cavaleiro, como foi o caso do Coronel Francisco Seer Cohn, agraciado por ocasião do aniversário de D. Pedro II, em 1849. Henry Nestor Dreyfus, francês, a Sra. Sabermann, Léon Fould, George Halphen, Jules Worms, além dos banqueiros ingleses da família Rotschild, banqueiros do Brasil e o ramo londrino agente na Europa, estão entre eles.

Consta que quando D. Pedro visitou Franckfurt-sobre-o-Reno, esteve na Judgengasse (Rua dos Judeus), detendo-se diante da casa onde nasceu o fundador da Casa de Rotschild¹³⁵.

Pessoas mais modestas, como Abraham Baruel, também recebeu a Ordem da Rosa, por sua solidariedade e benevolência na cidade fronteiriça de Tabatinga, no Amazonas, por ocasião da epidemia de varíola, em 1868, além de ser pródigo com as necessidades da população local.

John e Denis Samuel foram os judeus ingleses mais antigos contemplados com a Ordem da Rosa, por serviços prestados em benefício do Brasil, sobretudo como agentes financeiros em Londres, onde conseguiram vultosos empréstimos

¹³⁴ Willians, Mary W, *Dom Pedro the magnanimous*. p. 233

¹³⁵ “Viagens dos imperadores do Brasil”, manuscrito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 445, parte 48, 29.71876.

para os negócios do Brasil recém-independente.

Denis obteve o baronato da Rainha Vitória (Barão de Wahl). John Samuel já residia no Brasil desde a época colonial, tendo retornado a Londres em 1840, onde faleceu em 1860. Ali, continuou a prestar serviços ao Brasil.

Houve vários homônimos John Samuel no Primeiro Reinado, e no acervo do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, pode-se ler importante relato, escrito em Brighton em março de 1865, sobre a situação econômica do Brasil.

É um John Samuel quem faz a avaliação do Brasil, visto pelos financistas ingleses: “o favor e estima de que gozou por tantos anos o crédito do Império neste mercado vai-se de dia em dia diminuindo”.

São citadas as várias causas dessa decadência, entre elas a Guerra do Paraguai, a malfadada posição das estradas de ferro, o déficit nos orçamentos, a Questão Christie e a questão escravista.

Em 1860, o Diário do Rio de Janeiro anunciou a morte de John Samuel, outro provável homônimo. Sobre, talvez, outro ainda, o filho do professor de Caligrafia e Geografia do jovem imperador, Luis Aleixo Boulanger, registrou fato interessante:

À noite, houve uma recepção no hotel de Claridge, em que foram apresentadas à S.S.M.M. muitas outras pessoas qualificadas, entre as quais o Sr. John Samuel, que recebera convite especial e que foi graciosamente acolhido pelo Imperador, o qual, depois de prolongado entretenimento com ele, foi pessoalmente apresentá-lo à Imperatriz, cuja recepção igualou a de seu augusto esposo em benevolência para com o velho amigo do Império e da família imperial.

Posteriormente, enviou o Imperador ao Sr. Samuel a sua miniatura e a da Imperatriz, fotografadas e ilustradas com os respectivos autógrafos.

Atualmente não tem o Brasil amigo mais bem informado, nem mais dedicado na Inglaterra do que o Sr. John Samuel.

7.2 SINAGOGAS DO MUNDO

Por que não se tem notícia da presença de D. Pedro II nas sinagogas cariocas? Nem nos Templos de Belém?

Sabemos que ele deferiu o pedido de financiamento de sociedades israelitas

de benevolência. Ele sabia da existência de sociedades judaicas e, certamente, da observância dos ritos judaicos em locais reservados, devido à restrição constitucional de exteriorização formal de cultos diferentes da religião católica.

Havia locais preparados para essa finalidade, onde livremente os judeus celebravam seus rituais e festas de seu calendário. Estranho que, na mesma cidade, o Imperador não aproveitasse o ensejo para ler a Torah, como era de seu agrado praticar seus conhecimentos da língua hebraica.

É provável que tal não acontecesse para evitar comentários equivocados a respeito de sua predileção por esta prática um tanto exótica: um Imperador católico dedicar-se a estudar e praticar o idioma sagrado dos judeus!

Havia liberdade religiosa no Brasil, porém preconceitos e comentários maledicentes não faltariam a esse respeito, sobretudo em relação aos judeus tidos tradicionalmente como inimigos da cristandade, deicidas, usurários e tantos estereótipos que a tradição cristã cristalizou sobre a figura do judeu.

Entretanto, temos notícia de que D. Pedro visitou a Zur Israel¹³⁶ quando de sua viagem a Pernambuco. Não surpreendeu que, passando pelo Recife, visitasse a primeira sinagoga livre das Américas, fundada na época do Brasil holandês, quando o Recife apresentava população judaica maior que Amsterdã!

Nessas poucas décadas, o judaísmo tornou-se religião livre durante o governo de Maurício de Nassau, sendo igualmente livre a fé protestante, à qual este governador pertencia. Com a reconquista, pelos portugueses, dos territórios ocupados pelos holandeses, recrudescceu a intolerância religiosa, e a sinagoga foi desativada¹³⁷.

Fato curioso marcou a passagem do imperador pelo Recife, nessa viagem de 1859 pelo nordeste do Brasil. Quando visitou a Rua dos Judeus, hoje Bom Jesus, observou, intrigado, na fachada de uma casa holandesa, número 64, uma pedra de calcário, em cuja superfície estava gravada a figura de um ancião de barbas, e sobre sua cabeça uma inscrição em holandês: “Jacob bem ice gemem”.

O artefato suscitou muita investigação: era a célebre Pedra de Jacob que,

¹³⁶ A rocha de Israel.

¹³⁷ É da evasão dos judeus do Recife holandês que foi criada a cidade de Nova Amsterdã, depois Nova Iorque, na América do Norte.

segundo o Dr. Aquino da Fonseca do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, representa o pai das doze Tribos de Israel.

A partir desta definição, são criadas algumas hipóteses: talvez a pedra fosse apenas a indicação da rua onde residiam os judeus do Recife holandês. Ainda é possível que este marco ali estivesse porque o proprietário da casa era o flamengo Jacob Baire ou ainda porque o morador da casa fosse o rabino dos judeus estabelecidos no Recife de então. Em qualquer hipótese, a existência da pedra estaria explicada naquele local.

Sem dúvida, a figura é de cunho religioso, já que a inscrição que se lê foi tirada do livro do Gênesis (cap. 32 v. 27): “Eu me chamo Jacob. Jacob é meu nome.”

Vestígios arqueológicos da sinagoga mostram que a vida judaica no Recife holandês era dinâmica. A “mikvê”¹³⁸ encontrada nas escavações comprova que os judeus praticavam uma religião sistemática, observando os preceitos da Halacha¹³⁹ abertamente. É prova que, sob governo protestante, a prática do judaísmo foi livre, mesmo que por algumas décadas, em que vigorou a liberdade de consciência.

Período singular da vida judaica no Brasil está ligado com a ocupação holandesa (1630-1654): foi no governo liberal e progressista de Maurício de Nassau que se deu a ascensão econômica, social e cultural dos judeus dentro de uma comunidade diferenciada das de outros países da diáspora.

Os membros dessa “Cahal” (comunidade) eram provenientes da Holanda e, em sua maioria, ex-refugiados de Portugal, Espanha e França. O fato de dominarem diversos idiomas, espanhol, ladino, francês, holandês e o português, de maior importância naquele contexto, dava, aos judeus, a vantagem de servir como intérpretes para os sete mil homens do Exército e da Marinha, mercenários ingleses, franceses, polacos, entre outros, que não falavam o português.

Da ocupação de intérpretes, tornaram-se cambistas, comerciantes e intermediários, profissão que se tornou, praticamente, monopólio judaico. Não tardou que, assim, se tornassem grandes proprietários urbanos e rurais, liderando a economia da Nova Holanda, de tal forma que a principal rua do Recife ficou conhecida como Rua dos Judeus (depois de 1654, Rua da Cruz e, hoje, Rua do

¹³⁸ Banheira para banhos rituais.

¹³⁹ A Lei.

Bom Jesus) e o porto desta cidade era chamado “cais do judeus”.

Um documento da época¹⁴⁰, dá um retrato expressivo e um tanto exagerado da rápida ascensão econômica dos judeus, no Brasil Holandês:

Haviam vindo com os holandeses, alguns judeus, os quais, não trazendo mais do que um vestidinho roto sobre si, em breve se fizeram ricos com seus tratos e mofatras, o que sabido por seus parentes que viviam na Holanda, começaram a vir tantos, e de outras partes do Norte, cada um com suas baforinhas, que em quatro dias se fizeram ricos e abundantes, porque, como o mais deles eram portugueses de nação e haviam fugido de Portugal por temor da Santa Inquisição.

Esta prosperidade teve um preço: uma perigosa inimizade com a concorrência cristã, que só não se expressou com violência contra a comunidade judaica, graças à ação conciliadora e equilibrada de Maurício de Nassau, que sempre trabalhou pela união de todas as oposições religiosas na colônia, distribuindo justiça imparcial.

A intensa imigração de judeus e conversos dos Países Baixos para o Brasil, como se fora a Terra da Promissão, valeu a afirmação de Francisco de Souza Coutinho, embaixador de Portugal na Holanda, em 1664, ao Conde de Vidigueira: “Esta terra é a mãe dos cristãos-novos, e daqui vão para o Brasil”.

Outro fator que explica a rápida ascensão e organização da comunidade judaica, era a expressão cultural de seus membros, bastante superior à que existia no Brasil daquela época: havia duas sinagogas, uma no Recife, outra em Santo Antônio, e um cemitério próprio, na Boa Vista: uma comunidade sagrada (Kahal Kadosh) era chefiada por uma diretoria, da qual faziam parte David Senior Coronel, Abraham Mercado, Jacob Mucate e Isaac Castanho, figuras de proeminência no judaísmo da época. Também na Ilha de Itamaracá formou-se uma comunidade, presidida pelo rabino Jacob Lagarto, o primeiro escritor talmúdico da América do Sul.

Em total segurança, a consciência e atuação dos judeus tomou vulto, chegando a celebrar as festas judaicas em plena rua. Esse auge cultural e religioso

¹⁴⁰ Henrique Veltman. “Os judeus no Recife”, in *Revista O Hebreu* – março/2001

mereceu a vinda, da Holanda, de Isaac Aboab da Fonseca, insigne líder espiritual, que veio acompanhado do “hazan”¹⁴¹ e rabino Moisés Rafael de Aguiar¹⁴².

Dono de qualidades excepcionais, Aboab vai, aos sete anos, de Portugal, seu berço, para Amsterdã, onde fez brilhante carreira no rabinato. Ele foi escolhido para vir ao Brasil, fato que mostra o valor conferido à coletividade judaica do nordeste brasileiro, onde se destacaram sua vasta experiência e alto saber demonstrados em seus admiráveis discursos sobre leis e costumes judaicos, expressos de modo extraordinário, graças a sua eloquência e conhecimento da língua portuguesa.

D. Pedro II, desejoso de conhecer a fundo a história do Brasil, sem sombra de dúvida e através de seu rico cabedal de leitura, tinha consciência da importância do momento singular que a presença dos holandeses representou para a evolução histórica de seu país, e seu amadurecimento como nação, tolerante com a diversidade religiosa.

É possível que admirasse a atuação do “invasor”, neste sentido. Pela primeira vez, houve liberdade de consciência em pleno Brasil colonial, tradicionalmente católico, e os domínios de Nassau constituíram o que se pode chamar de “ilha de tolerância”, ou “ilha de paz” na América Portuguesa, da qual pequena fração do imenso território tornou-se amostra de florescimento cultural e material, sob a égide da liberdade de culto e pensamento.

A existência de sinagogas, com um judaísmo livre e uma coletividade judaica, atuante e organizada, em domínios portugueses, é, por si só, um momento de quase perplexidade ante o inusitado: liberdade de culto na América Portuguesa, ao menos naquela parcela de território que apresentou, em apenas duas décadas, avanço técnico, material e cultural nunca visto antes do comando de Nassau, o conciliador equilibrado, protestante e independente.

Podemos afirmar que caminhar pela Rua dos Judeus, no Recife oitocentista, foi emocionante para o imperador, conhecedor que era da História do Brasil, e da saga dos judeus desde Portugal, seu berço ancestral, até aquele momento. Mais um exemplo que merece ser estudado mais a fundo, como contribuição à história dos judeus no Brasil.

¹⁴¹ Cantor do culto judaico

¹⁴² Aboab escreveu, em colaboração com Moisés Rafael de Aguiar, a obra “Miimeh Lehuda”, sobre a vida cultural dos judeus brasileiros.

Mais ainda sua curiosidade aguçou-se ao ler as inscrições na pedra acima citada.

Com a expulsão dos holandeses, entra em colapso a liberdade de culto, e retorna, como religião única, o catolicismo, sob a guarda da Inquisição. Há cerca de duas décadas, a sinagoga do Recife holandês foi restaurada, constituindo rico patrimônio histórico para os judeus e para o Brasil.

No exterior, sabemos que D. Pedro visitou inúmeras sinagogas, onde chegou a participar das orações e leu a Torah. Em Londres, visitou dois templos judaicos: a West End Synagogue, em Upper Berkeley Street, à qual pertenciam inúmeros judeus ingleses residentes no Rio de Janeiro; e a Central Synagogue, em Great Portland Street.

O periódico *Jewish Chronicle* de Londres, ativo até os dias atuais, documentou a visita do Imperador à Central Synagogue, fazendo publicar o relato do *Times*: “o Imperador esteve também na West End Synagogue em Berkeley Street”.

Um livro de 107 páginas sem autoria, com o título de “O senhor D. Pedro II”, foi impresso em 1871 na cidade de Porto, pela tipografia da Livraria Nacional. A obra faz menção às visitas do Imperador às sinagogas inglesas¹⁴³:

Em 1995, quando visitei o Recife, tive grande curiosidade em conhecer a sinagoga. Foi difícil encontrar, pois ninguém sabia do que se tratava. Após uma busca de algumas horas, cheguei ao local. Ao lado de duas portas iguais, arredondadas na parte superior, uma placa de bronze: “Aqui funcionou a primeira sinagoga livre das Américas.

Foi emocionante. E decepcionante. No edifício mal conservado, símbolo da liberdade de consciência na colônia, funcionava um comércio de importação e exportação. Nada mais havia. Os transeuntes e vizinhos nem se davam conta do que aquilo significava, era apenas um ponto comercial como qualquer outro na Rua Bom Jesus.

No dia 7 (de Julho de 1871), à noite, visitaram Suas Majestades a Sinagoga de Upper Berkeley Street e no dia 8 pela manhã tornou a ela o Imperador [...] Na sexta-feira da tarde, S.M. o Imperador do Brasil, acompanhado pelo seu camarista Nogueira da Gama, visitou a Sinagoga Central em Portland Street [...]

As sinagogas de West End e a Central Synagogue são relativamente

¹⁴³ *Dom Pedro the Magnanimous*, p. 154 apud; *Dom Pedro II e os judeus*, p. 30.

próximas, e receberam a visita de D. Pedro II na mesma manhã de sábado. Na primeira, foi recebido à porta por Sir Francis Goldsmid; na segunda, por Sir Barnett Myers.

Na noite da sexta-feira anterior, o “schabat” já tinha terminado quando, na saída, o Sr. Angdor e o rabino Marks viram o Imperador saltando da carruagem. Voltaram ao templo para recebê-lo.

D. Pedro não deixou de expressar sua admiração pela beleza do local, e pediu para ver a Torah, tendo lido alguns trechos com extrema facilidade. Conversou com os presentes sobre a pronúncia do hebraico, e outros temas relacionados à história dos judeus.

Ele retornou na manhã seguinte, sendo recepcionado por Sir Francis Goldsmid e os Srs. Lousada Scholss. O rabino não mencionou a presença imperial, mas no sermão abordou rapidamente a questão do poder e de altos postos, reforçando que um dos deveres de seus detentores era ajudar ao próximo.

O Times de Londres também registrou a visita de D. Pedro e do camarista Nogueira da Gama à Sinagoga Central, quando o serviço religioso já tinha terminado.

Retornou na manhã seguinte para outro culto, e foi encaminhado pelo Sr. Myers, presidente da Congregação, ao banco da diretoria. À sua chegada, a Congregação levantou-se e o rabino fez uma benção especial para honrar a presença da realeza. Foi lida e comentada a “parasha” e, em seguida, a reza para os que estimulam o estudo da religião, cujos ensinamentos são direcionados a práticas em prol da humanidade.

Após abençoar a família real inglesa, seguiu-se outra, em hebraico, em intenção ao visitante imperial:

Que aquele que abençoou nossos pais Abraão, Isaque e Jacó, Moisés e Arão, Davi e Salomão, abençoe, preserve, guarde, assista e engrandeça Sua Majestade Imperial, o Imperador do Brasil, Sua Augusta Cônjuge e toda a Família Imperial.

Essa foi a primeira visita de um soberano reinante na sinagoga. Tudo seguiu

seu caminho normal. A Congregação não esqueceu que estava na Casa de Deus, onde somente um soberano será venerado, o Rei dos Reis.

É ainda Mary W. Willians quem, a esse respeito, nos informa: “diversas pessoas, inclusive nos círculos da corte real, sentiam-se melindradas com a manifestação de amabilidade do Imperador para com os judeus”.

Talvez por esse motivo, D. Pedro não visitasse as sinagogas cariocas, onde, certamente, não estaria apenas de passagem, como foi o caso de Londres. O Rio de Janeiro era a sede do Império, e deveria evitar comentários inconvenientes.

7.3 OUTRAS SINAGOGAS DO MUNDO: O PÉRIPOLO DO IMPERADOR

O Imperador D. Pedro II era muito popular nos Estados Unidos, país que admirava por seu sistema de governo republicano, vocação progressista, e grande desenvolvimento tecnológico. Fascinado por estes fatores marcantes, resolve ele conhecer esta nação, programando uma peregrinação por várias cidades, entre elas São Francisco.

D. Pedro chegou no dia 25 de Abril de 1876, e sua presença encheu os noticiários dos jornais da cidade. Em seu roteiro, estava a Catedral de St. Mary's, a Universidade, o Teatro Califórnia, o templo chinês e a Sinagoga Emmanuel, na Rua Seitter. Quando chegou para visitar o templo judaico, estavam com ele dois rabinos: o Dr. Lilienthal de Cincinatti e o Dr. Cohen, de São Francisco.

O relato desta visita foi publicado no San Francisco Chronicle, edição de 29 de Abril de 1876:

Na visita, ocorreu um incidente que demonstrou a erudição do Imperador. Os pergaminhos da Tora foram apresentado e, para a surpresa de todos os presentes, ele leu fluentemente o primeiro livro de Moisés, capítulo 20, versículos de 21 a 27, e do capítulo 49, versículos de 1 a 4; traduziu o texto com desembaraço e elegância mostrando que além de seus outros conhecimentos, é um excelente estudioso do hebraico.

Seguindo sua caminhada pelos Estados Unidos, o Imperador visitou Nova

Orleans, onde igualmente visitou a sinagoga. Anotou a visita em seu diário, em 27 de maio de 1876: “às 5, fui ao Fair Grounds onde está o Jockey Club. Na volta, fui ao Temple of Sinai. Bela sinagoga. Estava tudo cheio. O coro cantou bem com acompanhamento de órgão.”

Seguiu dos Estados Unidos para a Europa, onde visitou uma sinagoga em Odessa. Mais uma vez, demonstrando seu interesse em relação à música, anotou em seu diário, em 22 de setembro de 1876: “Pretendo ir à sinagoga onde me disseram haver boa música”.

No dia seguinte, registra que visitou o templo judaico e constatou que a música do ritual era, de fato, de boa qualidade: “os judeus grandes e pequenos cantaram muito bem”¹⁴⁴.

Dez anos mais tarde, em outra viagem à Europa, um registro no diário faz referência à sinagoga de Bruxelas: “vi os retratos dos rabinos em uma sala ao lado do templo. Pedi ao guarda uma Bíblia para amanhã e que prevenisse o rabino e o sub-rabino”.

No dia seguinte, D. Pedro registrou, no Diário, que assistira às cerimônias do Schabat: “tocaram bem órgão no fim”. Mais uma vez, demonstrava seu gosto pela música litúrgica.

Em 1872, o Imperador visitou duas igrejas em Toledo: Trânsito e Santa Maria La Blanca, igrejas que eram antigas sinagogas e funcionavam regularmente na Espanha das Três Religiões, período anterior à unificação política e religiosa e anterior ao estabelecimento do Tribunal da Inquisição pelos Reis Católicos.

À época da expulsão dos judeus da Europa, estes templos judaicos foram transformados em igrejas. Visitá-las é obrigatório para o turismo histórico e religioso, até os dias atuais.

Datada de 25 de novembro de 1876, encontramos, registrada no Diário do Imperador, sua passagem por uma sinagoga samaritana na Palestina. Ele assim descreve sua visita a este pequeno templo:

¹⁴⁴ Skinner, Cornelia Otis. “Madame Sarah”, p. 239 apud *Dom Pedro e os judeus*, Egon e Frieda Wolff.

Sebastich (hoje Sebastia). Entrei na cidade que fecha a vista do vale do sul e por baixo de arcos e abóbadas e ruínas mais ou menos estreitas; fui até a sinagoga encravada nas casas da cidade. É pequena.

Fiquei à porta enquanto rezavam dentro homens e meninos, todos de opa branca. No fim de poucos minutos, convidaram-me a entrar. A sinagoga, mesmo que modesta, recebe a luz de cima por dois óculos de grade. A meu pedido, trouxeram a Torá para fora da sinagoga, onde estava claro.

Examinei bem o manuscrito de pele de gazela, já meio rasgado e com as letras bastante apagadas. Pretendem que sua antiguidade é de 1500AJC, do tempo de Absche (Abisua), filho de Pineis (Finéas), filho de Eleazar, filho de Arão, mas não datará senão de Menassé (Manasses), grande sacrificador do templo de Garizim, 330AJC, ou mesmo de época superior ao nascimento de Cristo. Para melhor ver as letras, pedi que desenrolasse mais, porém havia algumas linhas que embarassavam e o grande sacerdote samaritano, tendo procurado um canivete que lhe deu o Henning, não quis, todavia, cortar as linhas por não infringir o preceito de não fazer nenhum trabalho em sábado.

Cortou as linhas o Henning, mas o outro judeu bem apessoado e já maduro de idade não hesitou em prometer-me levar a meu acampamento esta noite uma folha da cópia que mostraram-me desse Pentateuco.

Há outro que serve para os sacrifícios de Garizim e cuja cobertura de folha de cobre tem gravadas as imagens do templo que houve em Garizim com a mesa, candelabro, trombetas, etc. Este templo foi rival do de Jerusalém. O Pentateuco de que tanto falo é escrito em letras fenícias ou cananéias, usadas antes do Cativo da Babilônia, que os judeus adotaram as letras caldéias.¹⁴⁵

Um fato interessante ocorreu em Pest, capital da Hungria: D. Pedro, sempre entusiasmado pela possibilidade de testar seus conhecimentos do hebraico na prática, entrou na sinagoga e pediu o rolo da Torah. Consta que procedeu à leitura com tanta perícia que os judeus ali reunidos disseram: “Esse varão não é um imperador, senão um rabino milagroso.”

Esse era o nível do hebraico falado por D. Pedro II, deixando admirados os próprios judeus que o conheceram pelo mundo afora. Outra das paixões do imperador eram os manuscritos hebraicos antigos, assunto que abordamos em outro capítulo.

7.4 FASCÍNIO PELO JUDAÍSMO

A finalidade dos estudos hebraicos de D. Pedro II era conhecer a história e a literatura dos judeus, bem como a moral contida na Torah e as origens do

¹⁴⁵ Diário de D. Pedro, caderno 19, 25/11/1876.

Cristianismo. O início de seus estudos remonta aos anos de paz que antecederam a Guerra do Paraguai, em 1865.

D. Pedro sentia-se mais à vontade como erudito e não hesitou em aprender línguas exóticas como o tupi-guarani, o árabe, provençal, o chinês e o sânscrito. Estas preferências valeram-lhe muitas chacotas no estrangeiro, sobretudo na esfera política. Dedicava-se ainda a estudos regulares de latim, inglês, grego, alemão, francês, italiano e espanhol.

Em virtude dessa curiosidade intelectual e sensibilidade com as diferenças, D. Pedro revelava-se como catalisador de diversas culturas. Seu espírito universalista e seu cosmopolitismo, serviram de motor para uma ação civilizadora nos trópicos, tanto nas artes como nas ciências.

Em meio a numerosos admiradores, havia quem o considerasse pedante; no entanto, sua erudição contribuiu para construir boa reputação para o Brasil, por representado por um governante ilustrado durante suas três grandes viagens.

Em fins de 1880, D. Pedro anotou, em seu diário, que procurou mostrar o que já sabia, para dar boa imagem do Brasil no estrangeiro. Assim escreveu ao Visconde de Sinimbu, presidente do Conselho:

Dizer que eu preciso ser sábio é tão infundado como acusarem-me de aspirar o poder pessoal. Até minha maioridade, poucos anos tive para aprender e depois o cumprimento dos deveres de meu cargo não me deixou folga para estudar. Apenas leio, quando posso, e por isso hei de ter sabido tudo o que me falta aprender para ser sábio.

Acrescente-se a esta realidade a memória prodigiosa do imperador, somada a sua curiosidade e fome de leitura, fatores que concorreram indubitavelmente para sua ilustração.

Foi a admiração pela Bíblia a causa mais forte que motivou D. Pedro a estudar a língua hebraica. Começou a estudá-la aos trinta e cinco, mesmo porque este idioma não fazia parte do repertório linguístico do imperador, já que era considerada língua morta, no sentido pragmático, por empregada somente nos rituais e rezas judaicas.

Claudio Clodovil, em artigo onde comenta a exposição “Luzes sobre o

império: D. Pedro e o mundo judaico”, fala das visitas que o imperador fez a inúmeras sinagogas durante suas viagens, onde testava sua fluência no hebraico, ao participar dos cultos lendo trechos da Torah.

Ele afirma que o imperador “fazia questão de participar do culto sinagoga” em suas viagens, e mesmo no Rio de Janeiro. Entretanto parece que não há documentação de sua presença em templos judaicos na capital do império.

Conforme já acima abordado, pensamos que talvez ele evitasse essa exposição por ser monarca cristão, o que poderia lhe render críticas ácidas por parte de seus detratores de costume, considerando que os judeus eram acatólicos, com história tradicionalmente diferente, sobretudo por não serem cristãos.

J. C. Fletcher, missionário protestante, em 1876, testemunhou a fluência verbal do imperador numa língua verbalmente morta, reduzida apenas à escrita até 1881: “Ouviu-o ler hebraico sem vogais tão fluentemente como se fosse um judeu”¹⁴⁶.

Cabe aqui uma rápida digressão sobre a evolução da língua hebraica. Em 1881, Eliezer Ben Yehuda, judeu lituano, recuperou o hebreu falado, o que representou grande vitória do ideal sionista.

Empenhou-se ele em favor do idioma desde 1879, publicando um artigo intitulado “Uma questão candente”, na revista Ha-Shakar (Madrugada). Ali, pela primeira vez, a ideia de um centro espiritual nacional na Terra de Israel, constituía uma proposta concreta, visando à efetivação do hebraico como língua viva e falada na prática cotidiana e não somente nos rituais litúrgicos, como era comum acontecer.

7.5 BREVE HISTÓRICO DO IDIOMA HEBRAICO

Por cerca de mil e trezentos anos, desde a conquista da Palestina até a guerra de Bar Kohba, os judeus falaram o hebraico. Durante os dezesseis séculos subsequentes, passaram a falar outros idiomas, como o aramaico e o grego.

O hebraico falado permaneceu ativo somente na Judéia e em algumas

¹⁴⁶ *apud* Clodovil, Claudio, *op. cit.*

regiões mais ao sul, próximo à cidade de Hebron. Mas, era um hebraico longe de ser a língua bíblica, a que hoje chamaríamos de hebraico mishnaico ou a Língua dos Sábios, que faziam parte do remanescente dos habitantes judeus quando a Judéia foi arrasada nas guerras de 66-70 e de Bar Kohba, de 131-134.

7.5.1 O idioma quase desaparecido

Quando este remanescente se estabeleceu na planície costeira e na Galileia, o som do hebraico falado desapareceu. Desta forma, esta parcela da população, aos poucos, adotou o aramaico.

No período do Exílio, de 70 a 1948, os judeus nunca deixaram de escrever o hebraico. Embora adotassem, por questões práticas, a língua dos diferentes lugares em que se estabeleceram durante as diásporas, uma literatura fértil teve curso, abrangendo assuntos diversos como filosofia, religião, poesia, literatura de viagem, obras literárias e peças de teatro.

Até mesmo cartas e documentos particulares eram escritos em hebraico. Com o intuito de garantir mais privacidade em relação aos não judeus, na maioria das vezes, o canal de comunicação das feiras era o hebraico, bem como era utilizado em títulos de empréstimos contraídos por não judeus.

Essa prática, porém, não foi suficiente para que se adotasse o hebraico como língua cotidiana. É possível que isto tenha ocorrido porque a conversação não tinha mais relevância expressiva para o Povo do Livro.

Na Idade Média, o idioma ainda não era atributo de nacionalidade. Além do mais, sem território definido, dispersos pelo mundo, os judeus não pensavam em idioma oficial. Não importava muito o idioma que falavam, já que se mantinham ligados pelas mesmas tradições e pelo judaísmo, por mais que este tenha se multifacetado, com suas vertentes por vezes conflituosas.

Afinal, a Torah escrita, era sua “pátria portátil”: o idioma cotidiano não tinha tanta importância, já que detinham o Livro, a Lei. Por outro lado, o hebraico não ia além dos limites religiosos e literários.

No século XIX, o idioma hebraico só era falado em Jerusalém e, em menor

escala, no resto da Palestina, onde chegaram 1881.

7.5.2A retomada, com Eliezer Ben Yehudah

Anteriormente, na Europa, Eliezer tinha concebido a ideia de uma nacionalidade judaica, e o hebraico como seu idioma oficial. Em 1879, publicou, em hebraico e na revista *Haschahar*, em Viena, o artigo “Uma questão candente”, onde divulgava suas ideias revolucionárias.

Começou por falar hebraico em Paris. Encontrou alguns judeus na Palestina e, com eles, aprendeu a pronúncia sefardita que ali predominava¹⁴⁷. Descobriu que, ali, as pessoas sabiam falar o hebraico, e passou a proclamar que o idioma deveria ser falado em família, e tornar-se oficial nas escolas. Ele próprio colocou as ideias em prática, lecionando hebraico na *Alliance Israélite Universelle*, de Jerusalém, e seu filho Hamar Ben-Avi foi a primeira criança pós-diáspora a ter o hebraico como idioma materno.

É quase certo que estes fatos, contemporâneos de D. Pedro II, tenham chegado ao seu conhecimento.

Não sabemos se ele chegou a se envolver em qualquer evento ou núcleo sionista, mas, com toda certeza, lia, e assim, acompanhava o florescimento das ideias sionistas, até então embrionárias. E não há como duvidar que o imperador, afeito que era à História e a cultura do povo judeu, seria favorável ao estabelecimento de uma pátria física para aqueles que, mesmo desterrados, nunca deixaram de constituir verdadeira nação, unida em torno das tradições, à luz da Torah.

7.5.3 Shlomo Haramati

Não podemos deixar de comentar a matéria do eminente Prof. Shlomo Haramati, da Universidade Hebraica de Jerusalém, onde atuou como professor de Linguística Aplicada.

¹⁴⁷ Rabin, Chaim. *Pequena história da língua hebraica*. 1.ed. Trad. Rifka Beozin, São Paulo, 1973.

Pesquisador da UNESCO, tendo atuado na área de erradicação do analfabetismo, foi agraciado com o “Prêmio Jerusalém” em 1974, pelo desenvolvimento de métodos para o ensino do hebraico como idioma materno e como língua estrangeira.

As informações que aqui declinamos sobre o Imperador brasileiro como hebraísta, foram extraídas do livro *O hebraico vivo através das gerações*, deste autor, e publicado em Israel, em 1992.

Devidamente atualizado, foi transmitido como palestra pelo próprio autor na rádio israelense Kol Israel, em dezembro de 1998, com tradução a cargo de Ephraim Knaan e Moshé Waldman.

7.6 O HEBRAÍSMO DO IMPERADOR

O eixo central desta matéria é o estudo da língua hebraica do imperador e os contatos que encetou ao longo de sua trajetória, como personagem ligada ao assunto e outras que com ele se corresponderam.

Nesta esfera, D. Pedro ficou conhecido, tendo sido muito admirado no mundo judaico e por intelectuais, conforme registraram os jornais da época, como mostraremos a seguir.

Ha Maguid (O Anunciador), o primeiro semanário a ser editado, na Europa, em hebraico, refere que, entre os idiomas que D. Pedro dominava, estava o hebraico. Cita, ainda, que o imperador era membro ativo de várias sociedades científicas da Europa, tendo sido eleito para a Liga dos Quarenta Sábios, em Paris.

Há diversos testemunhos do excelente domínio do imperador quanto ao hebraico: além da fala fluente, chegou ao nível da redação criativa. Além do sueco Akerblom, a quem já nos referimos, outros acompanharam os estudos de D. Pedro: o Dr. Heining, o Dr. Koch e Dr. Christian Seybold, que era, também, professor de outras línguas orientais. Com Seybold, o imperador estudou árabe, segundo ele próprio, com o objetivo de entender melhor o hebraico, e capacitar-se a ler a literatura árabe no original.

Parece que foram duas as razões que despertaram o apego de D. Pedro pelo

hebraico. Primeiro, isto poderia ser uma forma de compensar os atos de crueldade perpetrados por seus ancestrais durante a vigência do Tribunal da Inquisição. Depois, a vontade de ler a Bíblia no original.

Consta que, certa feita, D. Pedro encontrou uma bíblia hebraica esquecida, nos jardins do palácio, por um pastor protestante e, de pronto, emocionado, resolveu estudar o hebraico.

Mais tarde, com o avanço de seus estudos linguísticos, passou a buscar, na Bíblia Hebraica, as raízes do Cristianismo, onde repousavam as origens da Moral.

Os estudos linguísticos sempre agradaram o imperador, tanto que se aprofundou nesta atividade durante o exílio, mais do que nunca, para tentar amenizar sua dor.

Na década de 70 a 80 do séc. XIX, D. Pedro viajou para a América do Norte e para a Europa, onde pôde ampliar seu conhecimento de línguas antigas – sânscrito, árabe e hebraico. O Ha Maguid de 1887, assim se expressou a este respeito:

D. Pedro, imperador do Brasil, é pessoa culta e estudada. Em suas horas livres, estuda o sânscrito, o grego, o hebraico e suas literaturas. Para este fim, ele leva consigo em suas viagens ao exterior muitos livros raros, escritos nessas línguas, despendendo horas em sua leitura.

O imperador costumava encontrar-se, durante suas viagens, com intelectuais judeus de sua época. Entre eles, Adolf Frank, primeiro professor judeu na Sorbonne de Paris – de quem falaremos adiante, com mais vagar.

Também Israel Michel Rabinowitz, que traduziu parte do Talmud para o francês; Julius Oppert, conhecido assiriologista da época; A. A. Neubauer, pesquisador de manuscritos hebraicos e diretor da Biblioteca de Oxford, de 1873 a 1900, e Moise Schwab, diretor da Biblioteca Nacional de Paris e tradutor do Talmud de Jerusalém para o francês, estavam entre seus contatos.

Em S. Petersburgo, encontrou-se com A. A. HaKavi, diretor da Biblioteca Real, pesquisador de manuscritos antigos, entre os quais os manuscritos do Mar Morto de Qunram.

D. Pedro II tornou-se conhecido, no mundo, por seu perfil singular de simplicidade de costumes e erudição, além da incomparável firmeza de caráter,

senso de justiça e magnanimidade. É o que se percebe nas referências que a imprensa estrangeira faz a seu respeito, conforme demonstraremos.

Mas, note-se que o que aqui declinamos, está inserido no universo judaico, mais precisamente. A familiaridade do imperador com línguas estrangeiras, era conhecida de sobejo; mas, em relação ao hebraico, era algo inusitado, que deixava perplexos até os próprios judeus, em diversas ocasiões.

Consta que D. Pedro estava apto a manter conversação fluente na língua dos Profetas. É o caso de uma delegação de judeus da Alsácia Lorena, que foi recebida pelo Imperador, a quem recepcionou falando em hebraico. A perplexidade dos visitantes foi grande, visto que não entenderam palavra do que o monarca lhes falava. Admirado, o imperador os teria repreendido: “Que judeus são vocês que não compreendem a língua de seus antepassados?”

Essa dedicação especial ao hebraico, marcaria sua vida para sempre. É o que se pode constatar ao examinarmos as manifestações dos jornais, por ocasião de sua morte: a imprensa judaica destacava, entre as qualidades de D. Pedro, o culto ao hebraico, mantido ao longo da vida, com dedicação quase religiosa. Era uma forma de agradecimento ao rei.

Mostraremos mais detalhadamente as publicações neste sentido, em capítulo posterior.

7.7 SALVATORE DI BENEDETTI E A.S.CURIEL: ADMIRADORES DO REI

Em 1880, D. Pedro recebeu uma carta, em hebraico, do Prof. Salvatore Di Benedetti, docente de Língua Hebraica da Universidade de Pisa, que assinou a carta como Yehoshua Le-Beit Baruch.

Através do Prof. Michèle Ferrucci, que viajou para o Brasil, ele teve oportunidade de enviar livros ao imperador. Tomara conhecimento dos estudos hebraicos do monarca brasileiro, por meio de um conhecido comum: o Cavaleiro Pereira de Leon, secretário do Museu do Cairo, que conhecera D. Pedro quando da visita deste ao Egito, fato que Benedetti menciona na citada carta, que estava escrita em hebraico cursivo, ou “rashi”, de difícil leitura. Este tipo de escrita também foi

adotado nas glosas do Velho Testamento, de autoria do notável exegeta Sholomo Itzaqi (acróstico rashi) que viveu na França, no século XI. Dizia, a carta:

Ao imperador Rei Pedro de Alcântara

Paz, bênção, prestígio e glória.

Não me admireis, por obséquio, Meu Senhor, o Rei, se um anônimo insignificante como eu, jamais conhecido por V.S., um homem que permanece na obscuridade, sem luz e glória, tenha a ousadia de se apresentar diante de V.S. com um regalo e oferte a V.S. o fruto de sua mente. Pois qualquer pessoa poderá repreender-me dizendo: Quem és tu para te apresentares a um rei respeitado e glorificado em toda Terra, o qual chama a Sabedoria de minha irmã, e é amigo da Inteligência e a convida e fá-la sentar-se com ele em seu trono real? Acaso poderás tu entrar no palácio de um rei tão grande como D. Pedro, vestido de andrajos?

A vós, responderei, Meu Senhor, o Rei, que a Sabedoria, a Modéstia e a Justiça são irmãs, por conseguinte, confio intimamente que vossa destra me apoiará e que vossa modéstia me favorecerá, e, também recorro às palavras dos antigos sábios de Israel: “O amor ultrapassa as medidas”, e não ignoro que vosso amor pelas ciências é infinito, e que entre as ciências que estudais e apreciáis sobremaneira está a ciência da Língua Hebraica, na qual está escrito o Testemunho de Deus, que é fiel e instrui o tolo, e que tua letra e sinal dele, seja muito ou pouco, seja elevado ou vil, valem aos nossos olhos como uma preciosa dádiva, e nisso creio sem me envergonhar.

Lembraí-vos, Meu Senhor e Rei, quando fostes ao Egito, há alguns anos, para pesquisar as antiguidades daquela terra, falastes com um sábio italiano, um escritor da sociedade dos estudiosos dos anais do Egito, Cav. Pereira de Leon, secretário do Museu Egípcio, e ele, que me é muito caro, admirou-se ao ver o vosso grande conhecimento da Língua Hebraica e dos livros dos sábios de Israel, e escreveu-me os seus pensamentos, e quando lhe enviei o meu livro sobre Yehuda Halevi, aconselhou-me dizendo: Manda-o ao Imperador, Rei do Brasil, e ele realmente o apreciará, e então não tive coragem de fazê-lo, pois temi que isso seria considerado uma ousadia.

Porém, parece-me que hoje a vontade de Deus abriu-me uma porta, pois o meu estimado e caro amigo Cav. Michele Ferrucci, foi ao vosso Reino, a fim de realizar um trabalho precioso e grandioso. Tomei a coragem e enviei-vos, Meu Senhor, o Rei, dois livros, frutos de minha mente, a fim de honrar e glorificar-vos como desejava.

E agora, Meu Senhor, o Rei, aceitai a minha saudação, que vos é levada, não a desprezeis, perscrutai o pensamento do jovem que a envia. Pois eu vos considero um rei igual ao Rei Salomão, pois segues os caminhos dele e vos abençoa de todo meu coração. E ao meu Deus elevo a minha súplica dizendo: abençoai, Vós que dais ao homem o saber e que ensinais ao homem o discernimento.- O Rei D. Pedro de Alcântara, que ama o saber e busca a inteligência, ajuda os sábios em seus feitos, e sob cujas asas abrigam-se os doutos; Deus da Luz, abençoai o Rei que ama a Luz, daí a ele e a sua esposa, nascida em nossa terra, longa vida, e que vivam os seus anos de bem-aventurança.

Paz a Vós, D. Pedro, paz a vossa casa, paz a vosso reino e a tudo o que é vosso.

Com respeito do coração de vosso servo que se prostra diante de Vós.

Yehoshua da casa de Baruch
Professor de Língua Hebraica
cognominado

Dia 12 do mês de schvat ano 5640 Della Maestá Vostra unilissimo
devotissimo Salvatore Benedetti, prof. Di Lingua Ebraica nella R. Università
di Pisa.

O Prof. Benedetti aparece no *Il Vessilo Israelitico* (1857, p. 66-67) numa relação de “attedr di Lingua Ebraica e affine nella Univesità e neggli Institute Superiore Del Regno d’Itália”. Participa, em 1878, do Congresso de Orientalistas em Florença, ao lado de eruditos e especialistas.

Através de seus artigos, é possível perceber um estudioso de alto nível, profundo conhecedor do judaísmo. Além disto, envolveu-se nas questões sociais da vida comunitária judaica na Itália.

Nascido em 18 de abril de 1811 em Novara-Piemonte, morre em agosto de 1891. Como as escolas de Pisa, em seu tempo de estudante, eram fechadas a judeus, ele frequentou a única escola do Piemonte que os recebia: uma espécie de faculdade, fundada em Vercelli, que tinha, como finalidade primeira, formar rabinos.

Terminando ali seus estudos, percebeu que não tinha vocação para o ministério. Sustentou-se lecionando e trabalhando, como editor, para alguns jornais do Piemonte e Milão.

Por esse tempo, Di Benedetti também traduziu, de forma abreviada, *Le Kabbale* de Adolf Frank, o primeiro professor judeu da Sorbonne de Paris.

Em 1844, foi nomeado superintendente da Pia Escola Israelita de Leghorn. Em 1848, em função da efervescência política da Europa, torna-se um dos participantes mais ativos da facção de Mazini, e toma parte ativa na publicação do *Correio Livornense*. Com a chegada dos invasores austríacos, Di Benedetti retorna para sua província natal no Piemonte. Permanece algum tempo em Turim, engajado como jornalista.

É um tempo conturbado por transformações importantes em toda a Europa, que fervilhava de ideias novas, a desconstruir o Antigo Regime.

Tomado por essa atmosfera revolucionária, envolve-se no clima vigente,

escrevendo para vários jornais; entre eles, “La Vendetta”. Entretanto, em vista dos fatos da época, provocados pela polícia de Vitor Emmanuel e seu ministro Cavour, Di Benedetti decide, a partir de então, dedicar sua vida às ciências e à literatura.

Em 1862, torna-se professor de hebraico na Universidade de Pisa, cargo em que permanece até morrer. Também contribui para jornais.

Deu prioridade às publicações científicas, distinguindo-se pelo alto domínio do campo bibliográfico de cada assunto tratado e, principalmente, pela escolha da língua empregada.

Um de seus mais interessantes trabalhos¹⁴⁸ foi “Vida e morte de Moisés” (1879), onde reuniu e traduziu as lendas ligadas ao grande legislador hebreu. Sua “Canzonere de Giuda Levita” (1871), tradução dos poemas de Halevi, ajudou-o a familiarizar, de modo significativo, o público italiano com a poesia hebraica medieval.

Além destes trabalhos, publicou, ainda: “Il terzo centenario de Gallileo”, um conto histórico (Pisa, 1864); “Del metodo de Gallileo nella filologia” (Turim, 1864); “Della educacione rustica” (Florença, 1865); “I teologi naturali”, traduzida do hebraico (Pisa, 1871); “La leggenda ebraico dei Dieu Martire” e “La perdonanza sullo stesso argomento” in “Annuario della Società Italiana per gli Studi Orientale”, ii, “Giuseppe Levi”, biografia do famoso poeta (Florença, 1880); “Dei presenti sul Talmud e specialmente sul Agada” in “Procedimentos do Quarto Congresso de Orientalistas”, realizado em Florença, 1878; “L’Antico Testamento e La Literatura Italiana” (Pisa, 1885).

Em 1881 recebeu, do Ministro da Educação Pública, o título de Cavaleiro da Coroa da Itália, fato divulgado no “Il Versilo Israelitico”, que também dá o esboço de sua brilhante carreira acadêmica.

Em 1852, Di Benedetti tinha publicado um Anuário Israelítico, traduzindo obras hebraicas para o italiano, com destaque ao Cancioneiro Sacro de Yehuda Halevi (1871)¹⁴⁹.

Publicou, ainda, diversos artigos, comentários e resenhas bibliográfica, para “Il Versilo Israelítico”. A beleza de suas traduções hebraicas denotam extraordinário

¹⁴⁸ Dados colhidos in Alessandro D’Ancona, Salvatore Di Benedetti, in *Annuario dell’Università di Pisa per l’Anno Accademico – 1891-92-1901 Jewish Encyclopedia*.

¹⁴⁹ Obra remetida a D. Pedro II, conforme já mencionado.

domínio linguístico do autor, o que muito impressionou os literatos e italianos de seu tempo.

Cabe aqui citar que, ao viajar para a Itália, D. Pedro conheceu o sábio judeu Formiggini, que traduziu a Divina Comédia, de Dante Alighieri, para o hebraico, em 1869.

Formiggini era um dos diretores do *Corrière Israelítico* de Trieste, onde o redator era A. S. Curiel, que enviou uma carta¹⁵⁰ a D. Pedro II, em setembro de 1877, juntamente com o exemplar do “Corriere” que fazia referência à viagem e à pessoa do imperador. Eis a carta de Curiel, que revela o contato do imperador com personalidades do mundo judaico, e seu interesse pela cultura hebraica:

Senhor:

O augusto e venerando nome de Sua Majestade ressoa cercado de simpatia não nas terras que tem a ventura de estar sob seu cetro paternal, mas em toda parte onde há um coração que grita e um espírito que pense.

Em verdade, o nome de Vossa Majestade Imperial significa amor e caridade, igualdade e justiça, instrução e trabalho e portanto universal bem estar.

O Correio Israelítico que, há dezesseis anos, se fundou em Trieste, não é o último entre os fervorosos admiradores de Sua Majestade. Ele tem acompanhado com o máximo interesse a viagem de Vossa Majestade e é constante leitor de seus atos magnânimos.

O devotadíssimo autor destas linhas, diretor do mencionado periódico, refratário a encômios servis, prometeu dedicar a Vossa Majestade, no último número, um artigo em que lhe manifesta a sua alta consideração.

Vossa Majestade, que já se dignou exprimir a sua benevolência e indulgência a um dos diretores do “Corriere Israelítico”, Cavaleiro Dr. Formiggini, autor da tradução hebraica de Dante, não deixará, certamente, na sua insigne bondade, de felicitar também o subscritor deste, dignando-se receber benignamente o exemplar anexo de seu jornal.

Invocando ao Deus Sebarot, Glória, prosperidade e alegria para Vossa Majestade, para a augusta Família Imperial e para todo o seu feliz império, comovido repito:

Senhor, na tua força se alegrará o rei. E na tua salvação quão grande será o júbilo? O desejo do seu coração lhe concedeste. E a petição de seus lábios não lhe negaste.

Pois o premunes de bênçãos excelentes. Põe-lhe na cabeça coroa de ouro fino; pediu-lhe a vida e lhe deste para todo o sempre.

Grande é a glória na tua salvação. Honra e majestade põe sobre ele.

¹⁵⁰ Carta que se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Este documento permaneceu inédito até 18 de maio de 1944, quando foi publicado por Ernesto Feder, na Revista “Aonde vamos?”

E com isto prostra-se aos pés do seu trono, Senhor, rendendo a Vossa Majestade todas as homenagens do seu respeito.

Trieste, 22 de setembro de 1877

o atento servidor de Vossa Majestade
di S. Curiel
Redator-chefe do “Corriere Israelitico”

D. Pedro respondeu a carta num ofício ao Visconde de Porto Seguro, o historiador Varnhagem, que representava o Brasil na Áustria.

Em relação à carta que Salvatore Di Benedetti enviou a D. Pedro, escrita em hebraico cursivo é, como visto, documento em que o missivista expressa sua admiração pelo imperador brasileiro.

Trata-se de texto em tom laudatório, onde o autor se utiliza de uma linguagem formal para dirigir-se a uma autoridade temporal, mas, sobretudo, uma figura expressiva da esfera intelectual da época, internacionalmente conhecida, e incomum pela sua estatura moral e cultural, cujo conhecimento da língua e da cultura hebraicas causava admiração aos que com ele se encontravam.

Devemos levar em conta que, como judeu e como hebraísta, o autor só podia ter elogios ao imperador, que se comprazia nestes estudos específicos, cujo interesse era comum a ambos.

É possível notar que o autor se refere ao Rei como autoridade ligada à ideia de divindade ungida por Deus; a linguagem se assemelha ao discurso bíblico, quando se refere à autoridade constituída e, ao mesmo tempo, ao Rei, que protege os súditos como reflexo da divindade que, sobre ele, emana Deus, pai e protetor..

Assim, o autor apresenta sua obra com a subserviência de quem reconhece a posição elevada da autoridade coroada; em especial, do erudito que acata o presente que o missivista lhe oferece: “[...] confio intimamente que vossa destra me apoiará [...]”¹⁵¹

Fica patente a distância que há entre o Rei e os súditos, quando escreve: ‘Quem és tu para te apresentares a um rei respeitado e glorificado em toda a terra [...]?’”. Ou, ainda: “[...] um homem que permanece na obscuridade [...] tenha a

¹⁵¹ É comum, no texto bíblico, a expressão “a destra de Deus”, significando a mão poderosa, representada pela mão direita.

ousadia de se apresentar diante de V. S. com um regalo [...]"

Compara D. Pedro ao Rei Salomão, sábio e justo, de quem emanam luz e glória, e pede a Deus que lhe conceda longa vida; ainda pede ao Deus da Luz que proteja "o Rei que ama a Luz". A Luz parece ser a conexão entre Deus e o Rei, o imperador ilustrado, esclarecido. É a Luz do conhecimento, a Luz do Espírito, e por que não dizer, a própria Luz da Torah?

Esta carta é um documento importante para entendermos o clima em que se dá a relação de D. Pedro com o universo judaico: D. Pedro é tratado com a deferência dispensada a um rei bíblico; a linguagem é quase a mesma quando o remetente da carta expressa sua admiração pelo imperador brasileiro, e sua postura de pai e protetor: "[...] sob cujas asas abrigam-se os doutos [...]". Talvez caiba aqui a menção ao mecenato de D. Pedro com artistas, músicos poetas.

O Rei Pedro de Alcântara "que ama o saber e busca a Inteligência", e "é um rei respeitado em toda a Terra"; detém o poder e o reconhecimento do mundo, sempre admirado pelos que o conhecem.

O autor ainda finaliza colocando-o aos cuidados do Eterno, que abençoa o Rei com bem-aventurança e paz.

Quanto à carta de A.S.Curiel, tem o mesmo tom laudatório, embora em menor escala que a carta de Benedetti. Revela o contato do imperador com personalidades do mundo judaico, ressaltando seu interesse pela cultura hebraica.

Afirma que o nome do imperador desperta a simpatia do Brasil de "toda parte onde há um coração que sinta e um espírito que pense". Também significa "universal bem-estar".

Remete a um artigo do Corriere, em que o autor manifesta sua alta consideração ao imperador, pedindo-lhe que receba o exemplar do jornal.

Termina pedindo a Deus glória, prosperidade e alegria à Família Imperial e para o feliz império do Brasil. Usa de invocações ao estilo bíblico: "Senhor na tua força se alegrará o Rei [...] Põe-lhe na cabeça coroa de ouro fino [...] Honra e majestade põe sobre ele".

Novamente, a noção de distância entre a autoridade coroada e o homem comum: "E com isto prostra-se aos pés do seu trono, Senhor [...]"

Estes dois exemplares documentais comprovam a abrangência mundial alcançada pela figura de D. Pedro II no mundo do intelecto, das letras, das ciências, do conhecimento, enfim; e, com maior expressão, por se tratar de um universo mais restrito: o mundo judaico.

7.8 PADRE SANTOS SARAIVA, O HEBRAÍSTA MISTERIOSO

Os dados escassos que se tem a respeito da controvertida figura do Padre Santos Saraiva, deixam lacunas expressivas para elucidarmos suas verdadeiras origens. Sua figura permeia entre a lenda e a realidade, construída pelo que a tradição legou à posteridade.

Sabemos, de concreto, que este sacerdote, envolto numa aura de mistério, era um hebraísta competente, e que frequentou, em maior ou menor escala, a corte de D. Pedro II; isto, certamente, em virtude de seu conhecimento aprofundado na língua dos Profetas, assunto de grande interesse do imperador.

Já foi visto que este teve vários mestres, e que não perdia o ensejo de testar e aprimorar seus conhecimentos sobre a língua hebraica, veículo indispensável para seus objetivos intelectuais e espirituais de conhecer as fontes bíblicas, a história e a literatura dos judeus, onde repousam as raízes cristãs.

O jesuíta Arthur Rabuske foi um dos biógrafos do Padre Santos Saraiva. Transcrevemos aqui um trecho, de sua lavra¹⁵², que nos dá uma ideia relativa da vida e obra deste personagem: “[...] figura singular de erudito, sacerdote, filólogo, cientista, professor, poeta, polemista, tradutor e exegeta”.

Uma aura de mistério envolvia a vida intensa do Padre Saraiva. Pesquisando áreas de interesses diversos, que o levaram a locais e situações diferentes, ele chegou a conviver com orientalistas em Londres, onde pode aprofundar seus estudos, em especial o idioma hebraico.

Esta rica experiência fez, dele, o que se pode chamar “cidadão do mundo”, e

¹⁵² Rabuske, Arthur, “Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva; algo de sua vida e obra, máxime no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, nº 5, 1984, p. 119-157, Separata da Perspectiva Teológica, nº 16, 1976, S. Leopoldo.

foi assim que aportou no Rio de Janeiro, onde foi chamado à corte de D. Pedro II, com quem conversou sobre estudos do idioma de interesse de ambos.

O que há de mais intrigante na vida de Santos Saraiva, é o fato de dizer-se filho de um rabino sírio, sendo ele um sacerdote católico.

A partir deste dado, é certo que, nas entrelinhas de sua história de vida, repousa uma realidade não devidamente esclarecida, um caso de conversão, de dissimulação de identidade, quem sabe de fuga como meio de preservação, já que, apesar das leis pombalinas, os judeus continuavam discriminados e olhados com desconfiança na sociedade portuguesa.

Trata-se de substrato de grande monta para a história dos cristãos novos portugueses, merecedor de ser trazido à luz, pelos pesquisadores pertinentes.

O genealogista Paulo Valadares foi em busca de dados documentais sobre o Padre Santos Saraiva, e levantou sua certidão de batismo, no Arquivo Distrital de Viseu, em Portugal, colhendo a informação de que ele nasceu em Vila Seca de Armamar, região de Lamego, em 22 de Fevereiro de 1834, filho

[...] de um rabino hespanhol da Syria, Antônio dos Santos Saraiva, Mesão Frio, e Anna Rita Rolla. Neto paterno de Joaquim dos Santos e Jerônima de São José da Freguesia de Mondim, e materno de José Rodrigues Saraiva e Ana Cardoso desta freguesia¹⁵³.

O documento mostra Santos Saraiva como filho e neto de portugueses. Entretanto, nada de legítimo existe quando à versão de “rabino syrio”. Valadares levanta a hipótese da criação deste ancestral, mítico e exótico, ter sido apenas uma forma de se desvencilhar do passado católico, ou legitimar-se como hebraísta.

A família Saraiva tem origem em Trancoso, com seus membros se ramificando por toda a região; são reconhecidos, muitas vezes, como cristãos novos, como foi o caso de João Nunes Saraiva, banqueiro de Felipe IV, denunciado como judaizante em dois autos de fé¹⁵⁴.

O ramo mais importante desta família, inicialmente de Mesão Frio, depois

¹⁵³ Arquivo Distrital de Viseu, 1831.

¹⁵⁴ El Proceso Inquisitorial de Juan Nuñez Saraiva, banqueiro de Felipe IV. Hispania, Tomo XV, nº LXI, Madrid, p. 559-581.

estabelecido em Barcelos, inicia-se com dois irmãos cristão novos, que se casaram com as filhas do Mestre Thomaz da Victória, “rabino que lhes ensinava sua seita”, e que são troncos de uma vasta descendência de Saraiva ou Cardoso, disseminada no Nordeste de Portugal¹⁵⁵.

Outra família Saraiva, ou outro de seus ramos, foi para Amsterdã, onde trocou de nome, sendo seu membro mais importante o comerciante Duarte Saraiva, conhecido na comunidade holandesa como David Senior Coronel, homem muito rico, que viveu no Brasil holandês.

A ele foi dedicado o livro “Conciliador”, do Rabino Manasseh Ben Israel. O livro também era dedicado aos “Nobilíssimos y Magníficos señores Doctor Abraham de Mercado, Isaac Castañó y mas señores de nuestra nación habitantes en el Recife de Pernambuco” (1651).

Segundo Flávio Mendes de Carvalho¹⁵⁶, a família Saraiva Leão, a que ele pertence, descendia de um irmão do “parnas”¹⁵⁷.

O “pogrom”¹⁵⁸ de Vila Nova de Fozcoa atingiu os cristãos novos desta cidade. Uma lista de 99 chefes de família foi elaborada, com descrição do que ali ocorreu. Almeidas, Navarros, Saraivas e Tavares, são alguns nos nomes arrolados na citação de um êxodo em massa, tal qual nos tempos bíblicos sob a ameaça dos filisteus, “no terror do fogo e do ferro”¹⁵⁹.

É possível que o Padre Santos Saraiva viesse da mesma origem de Antônio José Saraiva, autor de “Inquisição e Cristão Novos”, que se reconhecia como sendo de origem judaica¹⁶⁰.

Não é possível saber, ao certo, se houve mesmo um ancestral rabino entre os ascendentes do Padre Santos Saraiva, mas é certo que a descendência dos

¹⁵⁵ Guerra, Luís de Bivar. “Lista dos judeus que se batizaram em Barcelos e das gerações que dele procedem” (Armas e troféus, II série, Tomo 1, 1960. Lisboa) Título “Da casa do Mestre Thomaz Rabino”, p. 286-291. A onomástica é semelhante à da família do Padre Santos Saraiva, séculos XVI e XVII.

¹⁵⁶ Flávio de Carvalho, *Raízes judaicas do Brasil*, passim

¹⁵⁷ Dirigente comunal holandês.

¹⁵⁸ Palavra de origem russa: ataque violento e maciço a pessoas, com destruição de seu ambiente (casas, negócios, templos). O termo é usado para denominar atos de violência em massa, espontânea ou premeditada, contra judeus, protestantes e minorias étnicas.

¹⁵⁹ Cf. Souza Costa, *Páginas de Sangue: Brandões e Marçais & Co.*, 1919, p. 200. Ver também J. Silvério de Campos Henriques de Andrade, *A quadrilha dos Marçais*.

¹⁶⁰ Leme, Carlos Câmara. “Eu sou israelita”, em *Jornal Bíblico Fim de Semana*, Lisboa, 01/02/1991.

Saraiva, em vários pontos, está entrelaçada com sangue judeu.

Dissemos, anteriormente, que o Padre Saraiva foi cidadão do mundo, e por estas andanças podemos considerá-lo como Ashverus, um tipo de judeu errante.

Nasceu em Vila Seca de Armamar, morou em Lamego, doutorou-se em Teologia e Direito, cerca de 1850. Sua formatura teria coincidido com a “revolta da patuleia”, de forma que se expatriou para Londres, onde se especializou em áreas que lhe conferiram notoriedade.

Outra fonte¹⁶¹ menciona mais detalhes da origem do Padre Saraiva. Dotado de memória admirável e inteligência rara, teria sido instruído pelo pai (rabino?) em línguas seméticas: hebraico, sânscrito, árabe, siríaco, latim, grego e idiomas do Norte da Europa, com noções de chinês, que lhe permitiram decifrar trezentos caracteres radicais da língua literária e clássica.

Versado nas línguas que têm códigos escritos, e igualmente em língua fenícia, morta, mais de uma vez as utilizou, em Portugal, para confundir os semi-sábios, rindo-se dos equívocos em que os apanhava.

O biógrafo Eliezer Sanctos Saraiva¹⁶², informa que:

[...] dessa convivência com o mundo científico londrino, onde pontificavam sábios orientistas hebreus, surgiu a multiforme cultura desse homem que estava fadado a maravilhar seus contemporâneos com seu saber.

Usando os contatos feitos na Inglaterra, recebeu a direção de uma paróquia no Brasil. Fluente em inglês, torna-se capelão da “Companhia de Mineração Morro Velho”, em Minas Gerais, dirigida por estrangeiros.

Entretanto, perplexo com a intolerância do clero mineiro, mudou-se para o Rio Grande do Sul. em 1862. Em 1865, retorna a Portugal, onde permaneceu por cinco anos, possivelmente estudando nas bibliotecas locais. Nesse tempo, relacionava-se com Alexandre Herculano. Em 1870, volta para o Rio de Janeiro onde entra em contato com D. Pedro II.

Santos Saraiva passa a dedicar-se à educação, nomeado reitor do Colégio D.

¹⁶¹ Matoso, Danilo. *Stadium Latinum*, 2010.

¹⁶² *O sábio das Picadas*, 1939, p. 12. O autor é filho do Padre Santos Saraiva.

Pedro de Alcântara, em Botafogo. Em 1875, vai para o interior de Santa Catarina, onde adquire pequena propriedade rural.

O Diário de Notícias do Rio de Janeiro de 15 de Outubro de 1887, assim se expressa a seu respeito:

É curioso ouvir o Padre Saraiva discursar sobre todas as questões de nossa época [...]. Da erudição moderna salta para a antiga; compulsa todas as línguas e autores, compara os homens, as civilizações, as épocas. É como uma enciclopédia viva, raciocinada, vendo tudo das serenas regiões do espírito e lançando a sua nota particular com o sorriso de Cervantes e Rabelais que lhe paira sempre nos lábios.

Conforme informado, Santos Saraiva vai para Santa Catarina em 1875, onde se embrenha num deserto de São José, onde escrevia dia e noite, sendo alcunhado “o misterioso”.

Barbas longas e enorme chapéu de couro, ninguém suporia um padre. Tendo sido surpreendido por curiosos que dele tiveram notícia, tentou ocultar sua identidade; mas terminou por ceder a eles escritos, que foram publicados no Desterro.

Ana Felícia da Silva Saraiva, sua companheira, deu à luz um único filho, Eliezer, seu biógrafo¹⁶³.

Santa Catarina foi seu lugar de maior permanência. Em 1891, vai para Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde leciona em dois colégios. Em 1892, a convite do missionário presbiteriano George Washington Chamberlain, torna-se docente da Escola Americana e do Mackenzie College, em São Paulo.

7.8.1 O imperador e o sacerdote cristão-novo

Quando o Padre Santos Saraiva veio ao Brasil, D. Pedro II era o chefe de Estado, e estimulava, na capital do império, um ambiente intelectual.

Na corte, havia um certo filossemitismo, inspirado no próprio imperador, que era o que se podia chamar de orientalista, devido ao gosto que demonstrava pelos

¹⁶³ Ver nota anterior.

estudos orientais, onde se incluía o idioma hebraico, língua de sua preferência.

Para se ter ideia do ambiente que reinava na corte, em 1889, o engenheiro André Rebouças, conforme acima exposto, chegou a propor a criação de um estado judeu na região de Palmas, no Paraná.

Uma proposta desta envergadura só podia ser fruto de muito conhecimento acerca do assunto, o que exigia, no mínimo, muita leitura e reflexão, e o consequente conhecimento da questão judaica, além da necessidade de acolher esses emigrantes, dispersos pelo mundo.

Por seu turno, o imperador iniciou seus estudos do hebraico com o “judeu sueco” Leonhard Akerbloom, segundo registrado em seu Diário.

Outras fontes, porém, afirmam que Akerbloom não era judeu¹⁶⁴. Casado com uma brasileira¹⁶⁵, era cônsul dos Países Nórdicos no Brasil, e doutor em Filosofia pela Universidade de Upsala.

Começou sua carreira diplomática no Brasil, e terminou como cônsul geral na Suécia. Foi sucedido, na função de professor do imperador, por Christian Seybold, que acompanharia D. Pedro no exílio, até a morte do imperador desterrado.

Resolvendo fazer uma avaliação dos avanços de seus estudos hebraicos, D. Pedro, que já ouvira falar do famoso sacerdote hebraísta, convidou-o para o Paço de São Cristóvão, recebendo-o em audiência privada.

Eliezer Santos Saraiva, o filho-biógrafo, é que nos informa sobre as impressões do imperador sobre o ilustre convidado:

Depois de se ter excusado receber a quem quer que fosse, D. Pedro, mandando que o introduzissem no seu gabinete de estudo, disse-lhe:

- Agora, o Sr. é o padre Saraiva e eu D. Pedro: nada de formalidade, vamos conversar, e diga-me com franqueza, o que pensa de meus estudos.

Durante cerca de duas horas estiveram ambos em amistosa palestra, que versou sobre questões filológicas, sobre o hebraico de que o monarca era apaixonado cultor e sobre os meios de interpretar os textos mais complicados das línguas orientais.

Depois d'este encontro, o imperador, por várias vezes em conversa com seus íntimos, enalteceu os méritos invulgares do Padre Saraiva, dizendo que nunca se lhe tinha deparado vulto mais extraordinário e eminente, sem

¹⁶⁴ Paulim, Axel, *Svenka oden i Sydamerika*, p. 150-3.

¹⁶⁵ Louise Marie Josephine Meyard, mãe de Marie Louise, última descendente de Akerbloom.

exceptuar os mais célebres sábios da Europa.¹⁶⁶

Sucederam-se entrevistas entre o sacerdote e o imperador do Brasil, tendo, como fulcro de interesse, o estudo da língua hebraica. O Padre Santos Saraiva escreveu um trabalho, onde defende a língua da Bíblia: “Acerca da necessidade e utilidade das línguas bíblicas no Império do Brasil como poderoso auxiliar das ciências eclesiásticas e da filologia”. Com esse grau de afinidade, nasce sincera amizade entre ambos.

Quando o imperador sofreu um atentado, na saída de um teatro, já na fase final de seu governo, o Padre Saraiva, apesar de republicano, manifestou-se contra o atentado. Ele era pacifista e, durante a Guerra do Paraguai compôs um poema, em hebraico, em homenagem ao monarca: “Lashilton Shel Brasil-Petrus Beit: Shira Leiom Hazikaron Kol Umah begvil Hamilchama al Paraguai”¹⁶⁷.

Na passagem pelo Rio de Janeiro, o Padre Saraiva escreveu o principal trabalho de sua produção intelectual: “Novíssimo Dicionário Latino-Português, etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mytológico, biographico... redigido segundo o plano de L. Quicherat. Rio de Janeiro, BML. Garnier” A obra não está datada, mas presume-se que tenha sido impressa em Havre, em 1881.

Já no final de sua vida, redigiu-seu “Dicionário Etymológico da Língua Portuguesa”: chegou só à letra A.

Outra fonte do Instituto Presbiteriano Mackenzie¹⁶⁸ cita, de modo interessante, sua origem, além de mais uma de suas obras, onde se destacam sua capacidade de traduzir, do hebraico, textos de poesia e religiosidade: “Filho de um rabinho espanhol da Síria, que se converteu e casou-se, é presbítero secular”.

Refere ainda o exame que faz de textos sagrados e a poesia para qual demonstrava “veia abundante e melodiosa” com a obra “Harpa de Israel”, uma versão dos Salmos a partir do original hebraico.

¹⁶⁶ Saraiva, Eliezer Santos. *op. cit.*, p. 12.

¹⁶⁷ “Ao governo do Brasil – Pedro II: Poema para o dia da recordação de toda a Nação na Guerra do Paraguai”. Este poema foi descoberto pelo Prof. Reuven Faingold, quando coletava material para a exposição do qual foi curador: “Luzes sobre o império: D. Pedro II e o mundo judaico”. (São Paulo, 1999).

¹⁶⁸ Alderi Souza de Matos.

O Padre Saraiva despediu-se do sacerdócio com uma obra de título agressivo “O catholicismo romano ou a velha e fatal ilusão da sociedade”, escrito em 1888 e republicado em 1932. Nele, formula e afirma seus ideais religiosos, bem como sua reação à “companhia obscurantista que mira jungir definitivamente o Brasil ao sólio papal”, conforme Mattathias Gomes dos Santos (1879-1950), vice-presidente da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, apreensivo com a proximidade entre o Estado Novo e a Igreja Católica.

O escritor Jorge Amado, descendente de cristãos novos sergipanos, quando deputado, no final da década de 40, apresentou e aprovou uma lei de reconhecimento à liberdade de cultos religiosos.

Santos Saraiva deixou escritos que não foram publicados, e outros ficaram esquecidos, ou tiveram publicação obscura, no interior do país. Alguns títulos, entretanto, de sua lavra deixam entrever sua condição de “judaizante”.

Podemos considerar que alguns poemas estão na periferia do judaísmo e, mesmo assim, tomam parte desta rica herança cultural; exemplos disto são o “Cântico de Moisés” (1863), “Poema sobre a Terra Santa” (1864) e a “Harpa d’Israel” (1898), traduzida da mais alta expressão da literatura hebraica (e bíblica), que são os Salmos, do Velho Testamento.

Uma tradução do Livro de Hanok pode ser acrescentada à excelência de sua produção escrita, cuja autoria é atribuída ao Rabino Aharom Halevy¹⁶⁹.

Finalizando: o ex-sacerdote católico foi produto da cultura cristã-nova. Pleno de espiritualidade, ligado à transcendência que emanava de sua visão religiosa, ele não conseguia ser um sacerdote. Sua crença verdadeira não coincidia com a crença de sua orientação religiosa exterior. Sua formação como sacerdote católico, tampouco teve o eco esperado em seu espírito.

Acabou por não filiar-se ao Protestantismo após desligar-se do sacerdócio em 1875. Relacionava-se, porém, muito bem, intelectualmente, com os presbíteros, tanto que seu único filho (e biógrafo) recebeu nome tirado do Velho Testamento, e esta escolha reflete sua trajetória singular: é possível que o primeiro Eliezer bíblico, originário de Damasco, projeteo mito “rabino syrio”, já que Eliezer abandonou a

¹⁶⁹ Jornal do Comércio, 1888.

idolatria em favor da verdade monoteísta, fato que o ligou ao Patriarca Abraão¹⁷⁰.

Outros nove personagens bíblicos receberam o mesmo nome, inclusive um filho de Moisés e um profeta, o que pode tornar ainda mais estreitos seus laços com o Velho Testamento e possivelmente com a tradição ancestral de que era oriundo.

É possível encontrar traços comuns a tantas biografias de cristãos novos anônimos que não acreditava nos dogmas do catolicismo. Inconformados com a supremacia da Igreja, não tinham acesso ao judaísmo, situação que os impelia a procurar outras saídas religiosas.

O Protestantismo histórico, por ser uma dissidência do catolicismo oficial, de certa forma os atraía, adequando-se em grande parte às suas convicções. De certa forma, a visão protestante apresentava caráter filossemita, visto que estudava as fontes bíblicas, aprofundando-se no Velho Testamento.

De qualquer modo, o Padre Santos Saraiva foi educado como católico, fato independente de sua origem judaica. Entretanto, é certo que não desconhecia suas raízes, cuja visão de mundo satisfazia mais seu espírito, afeito que era ao aprofundamento dos estudos semíticos.

Embora nunca se convertesse ao Protestantismo, acabou por acomodar-se a esta vertente religiosa que, mais afeita que a anterior ao Velho Testamento, não praticava a idolatria, excluindo a maioria dos dogmas do catolicismo. Ma, ao mesmo tempo, nunca foi judeu integral, podendo-se considerá-lo “juif em potential”¹⁷¹.

Vivenciava uma angústia existencial e, espiritualmente não se definia, a despeito de uma profunda religiosidade. Sua alma cindia-se, ao mesmo tempo, que agregava elementos judaicos e cristãos. Era, sem dúvida, o protótipo do “homem dividido”, de Anita Novinsky.

A trajetória deste personagem tipifica o cristão novo, e sua erudição demonstra o elevado nível intelectual que o colocava em evidência no contexto do clero católico e português.

É lamentável que seja tão desconhecido na História e na produção escrita do Brasil. É preciso fazer-lhe justiça, tirando sua obra da obscuridade em que jaz até os

¹⁷⁰ Sobre Abrão e Eliezer, ver Bereshit/Gênesis 15:2, em diante.

¹⁷¹ Revah, I.

dias de hoje. Os méritos invulgares desse extraordinário personagem foram reconhecidos pela sensibilidade de D. Pedro II, que o comparou aos mais célebres sábios da Europa.

8 D. PEDRO II E O MUNDO ERUDITO

8.1 ERNST RENAN (1893-1892)

Os filósofos e pensadores franceses, em especial Ernst Renan, influenciaram profundamente a evolução das ideias no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX; especialmente sobre o imperador D. Pedro II, esta influência teve sua mais elevada expressão¹⁷²: ao sabor destas correntes oitocentistas, foi o positivismo de Augusto Comte que orientou a marcha republicana que depôs o imperador D. Pedro II, para instaurar a república sob o signo da “Ordem e Progresso”, em novembro de 1889.

D. Pedro II e Renan são rigorosamente contemporâneos. Ele nasceu dois anos antes e morreu um ano depois de D. Pedro, em 1892. Foi pensador, historiador e linguista, portador de importante inovação na concepção filosófica que norteou a visão de mundo de seu tempo; com Chateaubriand e Victor Hugo, forma a tríade dos escritores franceses cujas ideias penetraram de forma mais efetiva e profunda no pensamento nacional dos oitocentos.

A partir de 1864, a difusão da tradução da obra de Renan, *Vida de Jesus*, sob apresentada sob prisma histórico, estremeceu religiosos e intelectuais. A obra chegou às mãos de D. Pedro II, quando ele tinha 38 anos, estando, portanto, pronto para aceitar as teses de Renan, mesmo que afastadas das estruturas estanques da Igreja Católica Apostólica Romana, visto que pregava a inexistência do sobrenatural, a negação do dogma, a separação entre o culto público e o particular, a religião como questão de foro íntimo, a historicidade de Cristo e, principalmente, a tolerância com entretodas as formas de religiosidade.

A correspondência com o imperador do Brasil, a amizade entre ambos após a viagem do monarca à França em 1871, testemunham suas estreitas relações, num momento em que se desenrola grave crise entre o governo brasileiro e o Papa Pio IX, fato que desencadeou a ruptura com o Vaticano.

O governo brasileiro e os intelectuais que confrontaram o fanatismo e a

¹⁷² Besouchet, Lúcia. *Renan e o imperador do Brasil*. Separata. Biblioteca Mário de Andrade, Boletim Bibliográfico, n.38, janeiro/junho-1977-São Paulo.

intolerância dos ultramontanos, foram bastante influenciados pelos escritos pioneiros de Ernest Renan, considerado, então, como um dos heterodoxos mais perigosos pela hierarquia católica, que sentiu seu poder temporal (e espiritual) ameaçado pela ousadia de sua obra, por polêmica e inovadora.

Os intelectuais brasileiros conduziram um debate sobre a nação, no foco sobre construir um Brasil que se libertava gradativamente da escravidão após 1880, para acolher os imigrantes europeus, cada vez mais numerosos.

Neste contexto, os escritos de Renan sobre nação, foram objetos de polêmicas e reflexões em livros e jornais, merecendo atenção particular. Suas ideias, bem como as teses evolucionistas e o positivismo, foram centros do debate ideológico no Brasil mestiço, o que constituiu dificuldade para definir o que deve ser nação e povo.

A relação entre a Igreja e o Estado na construção da sociedade, a definição de nação no Brasil, do fim do império ao começo da República, são temas da maior relevância para a história do Brasil e estudos brasileiros.

Tanto na história judaica como na cristã, Renan ocupa lugar de proeminência. Não foi professor de hebraico do imperador mas, para este, sua opinião era valiosa, já que se tratava de grande especialista no assunto. Renan enviava livros a D. Pedro que, agradecido, comentava seus textos e, também, a crítica de outros historiadores como, por exemplo, E. Scherer, sobre a história judaica.

Mas, além da visão religiosa, a afinidade significativa entre Renan e D. Pedro reside no estudo do sânscrito e do hebraico, idiomas que interessavam o monarca. Em vista disso, a correspondência entre ambos teve longa duração.

Renan quis seguir, inicialmente, a carreira eclesiástica, tornando-se professor de hebraico do Collège de France; mas, sua obra mais polêmica, *A Vida de Jesus*, valeu-lhe a perda da cátedra na instituição. Ainda assim, Renan deu prosseguimento a seus estudos e publicações, podendo-se citar, entre elas, a *História e origem do cristianismo* e a *História do povo de Israel*.

Ao chegar ao Brasil, Arthur de Gobineau descobre, perplexo, o quanto o imperador brasileiro era atualizado em termos de leitura. Ele conhecia sua obra racista “*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*” (que algumas décadas depois serviriam de parâmetro para o ideário nazismo no século XX). D. Pedro

também conhecia *A vida de Jesus*, obra controvertida, considerada herética, e que, em apenas um ano, chegou a alcançar treze edições na França.

Conhecendo os interesses do imperador sobre assuntos relacionados à língua e à história dos judeus, Gobineau informou-o, por carta, que Renan trabalhava em seu *Corpus Inscriptionum Semiticarum*, obra das mais importantes naquele momento.

Em dezembro de 1872, escrevia que o imperador receberia as obras de Renan. Em julho de 1873, era D. Pedro quem informava a Gobineau que acabara de receber *O Anticristo*. Parece que procurou pretexto para postergar a leitura desta obra, alegando estar envolvido com outras leituras:

O trabalho de Littré que estou lendo com atenção vem me impedindo de começar *O Anticristo* de Renan de que já li alguns trechos nos jornais e me encantaram pelo estilo, “o grande mérito de Renan”¹⁷³

A obra de Renan, em geral, era polêmica, pois trata de religião sob perspectiva histórica, o que incomodava sobremaneira a Igreja Católica.

O livro *A Igreja Cristã* parece não ter sido lido por D. Pedro e, segundo Gobineau, Renan mostrou-se profundamente cristão nessa obra. Isto, talvez em virtude do desejo de tornar-se membro da Academia, tendo sido, com efeito, eleito membro dela, em 1878. É possível que tenha evitado conflito com os bispos.

No diário de 17 de agosto de 1878, D. Pedro se refere à leitura do artigo I do curso de hebraico de Renan e, em 17 de janeiro de 1888, consta outra referência ao artigo sobre a *História do Povo de Israel*, publicado em Paris pela casa de Calmann Levy, editores judeus que, em 1887, publicaram outro livro de Renan: *Os Evangelhos*.¹⁷⁴

Estudos sobre religião sempre fascinaram o imperador. Amante da História, para ele a religião constituía importante elemento da cultura dos povos. A despeito de seu conhecido espírito liberal, parece que os dogmas da Igreja eram a base de sua religiosidade; pelo menos, a religião que ele expressava pública e oficialmente.

¹⁷³ Readers, George. “D. Pedro e o Conde de Gobineau”, p. 129, apud Egon e Frieda Wolff, *D. Pedro II e o judeus*, p. 40.

¹⁷⁴ “Diário do Rio de Janeiro”, 20 de Agosto de 1887.

O estudo do hebraico, as visitas às sinagogas e a outros templos, seu gosto declarado pela música sacra, tudo comprova o senso de religiosidade inerente vivenciado por D. Pedro. Em relação à lógica dos positivistas, que despontava no segundo quartel do século XIX, ele se posicionava dizendo que a doutrina de Comte era muito respeitável, mas carente de religiosidade, e que nada superava a moral cristã¹⁷⁵.

Reafirma essa posição em sua *Fé de Ofício*, que escreveu no exílio, poucos meses antes de sua morte: “Creio em Deus... Sempre acreditei nos dogmas.”¹⁷⁶

É bem provável que, detentor de insaciável curiosidade intelectual, o imperador lesse todos os livros de Renan, sem, contudo, fazer alarde dessa leitura, herética aos olhos da Igreja. Mesmo assim, D. Pedro II resolveu condecorar Renan com a Ordem da Rosa, já que o admirava como intelectual dedicado às pesquisas, que serviam de base para sua crítica, e que conduziu a novas perspectivas sobre História e Religião.

Mas, sua admiração e desejo de homenagear o controvertido filósofo francês, esbarrou na desaprovação dos representantes da Igreja brasileira, para quem o agraciado não passava de herege, irreverente e perigoso; piorava, ainda, o fato de, naquele momento, as relações da Igreja com a Coroa estarem estremecidas, à vista da Questão Religiosa.

D. Macedo Costa e o bispo do Rio de Janeiro tiveram um encontro com D. Pedro II em 23 de julho de 1872, a propósito dos boatos sobre a condecoração do livre pensador e filólogo francês, autor de *A vida de Jesus* e de outras obras contrárias à fé católica; tentaram prevenir e dissuadir o imperador desta condecoração, mas este estava convicto de sua decisão, não se deixando levar pela pressão dos eclesiásticos.

Reproduzimos aqui o diálogo entre os bispos¹⁷⁷, no qual se percebe a determinação do imperador em homenagear Renan, a despeito de sua postura “herética”; mas que, para D. Pedro, não era senão a liberdade de pensamento e

¹⁷⁵ Calmon, Pedro. “O rei filósofo”, p. 300, apud Egon e Frieda Wolff, *D. Pedro II e os judeus*.

¹⁷⁶ “Fé de Ofício do Imperador do Brasil”. Cannes, 23 de Abril de 1891, in “Diário do Rio de Janeiro”, 28 de Maio de 1891.

¹⁷⁷ O relato é do próprio D. Macedo, no livro *Lutas e vitórias*. Bahia, Estabelecimento dos Dois Mundos, 1916. pág. 245/8

de expressão, que ele defendia e respeitava com rigor quase religioso.

No dia 23 de Julho (1872) o Sr. Bispo do Rio de Janeiro e eu tivemos, depois do cortejo, uma conferência com S. M. o Imperador, para prevenir a decoração de Renan.

— Senhor, disse-lhe o Sr. Bispo do Rio de Janeiro, o dia não é próprio, mas amanhã será talvez tarde. Nós, como amigos de Vossa Majestade, e como Bispos quiséramos desafogar o nosso coração de um pensamento que o oprime.

— E o que é? Perguntou com ar benévolo o Imperador.

— Senhor, continuou o Sr. Bispo, corre aí um boato, ainda oculto, mas já divulgado entre vários, que querem condecorar Renan, mas Vossa Majestade não o permita.

— Pois já que os Senhores são francos comigo, eu também serei franco, respondeu com certa vivacidade Sua Majestade. Fui eu mesmo que propus isso ao Ministério, e o fiz em conformidade com as minhas convicções — sobre a liberdade de pensamento. Aqui o Sr. Bispo (prosseguiu o Imperador olhando para mim) sabe muito bem quais são as minhas ideias a este respeito.

— Mas, Senhor, Renan é um apóstata, um renegado, um inimigo pessoal de Nosso Senhor Jesus Cristo.

— Eu só quero dar uma mostra de gratidão a pessoas distintas que me prestaram serviços...

— Mas, Senhor, observei eu, Vossa Majestade viajou incógnito, como simples particular, podia, até certo ponto, receber serviços de toda gente: mas agora é o Governo, um Governo católico que dá estas condecorações, e é preciso atender a certas conveniências...

— Então, por este modo, eu não podia condecorar a mais ninguém. Vejam que decorei Julio Simon. Eu não sabia que ele sustentou erros muito funestos? Sabia-o. Mas decorei-o, porque minha intenção foi distinguir com essas honras os homens colocados em posições consideráveis e que me acolheram com bondade.

— Com efeito, disse o Bispo do Rio de Janeiro, alguns entre os já decorados não são nada bons; mas Renan, Senhor, é ímpio mais saliente, e o porta bandeira do anti-cristianismo neste século!

— Eu sou, como sabem, católico apostólico romano, sou-o sinceramente. Quero que se favoreça os Bispos, que se lhes dê todo o apoio, que a sua dignidade seja preservada de todo insulto — mas admito a liberdade plena de pensamento, e propus a decoração de Renan sem partilhar sua doutrina. Antes refutei-o: refutei-o quando lhe falei, mas é membro proeminente do Instituto, e tratou-me muito bem...

— Eu então irei pedir a Deus que poupe a Vossa Majestade desgostos futuros...

— Que desgostos? Perguntou o Imperador.

— ... e tardios, concluiu com voz concentrada o Sr. Bispo.

Durante este tempo eu tinha os olhos baixos e as lágrimas me rebentavam vendo este amálgama estranho de bons sentimentos e de ideias revolucionárias no augusto chefe de uma nação eminentemente católica.

— Não, Senhor, Vossa Majestade não fará isto, disse-lhe eu tomando-lhe com afetuosa confiança a mão. Seria um golpe profundo e doloroso no

coração de todos os Bispos e de todos os católicos do Brasil.

— Mas, por que isso? Não há tal. O Senhor sabe quais são meus sentimentos.

— Senhor! Decorar Renan! Um Governo Católico dar esta animação ao maior insultador de Jesus Cristo neste século! Um triste Judas que esbofeteou nosso Deus, que negou-lhe a divindade, e o tratou de mentiroso e impostor...

— Não é tanto assim... não é tanto assim! Ele até tratou as coisas com certa moderação... Olhe, a falar a verdade, eu li o seu livro como um romance...

— Não Senhor, Vossa Majestade não nos dará essa mágoa...

— Isso depende do Ministério... ele fará o que entender; mas torno a dizer-lhe que minhas intenções para com a Igreja, e para com os senhores são as melhores; somente sou lógico... admito o princípio da liberdade inteira de pensamento e da imprensa e procedo em consequência.

— Nós sabemos, Senhor, que as intenções de Vossa Majestade são excelentes; mas não sei que mau fado é este que leva o Governo de Vossa Majestade a proceder de modo a procurar animar os inimigos da Igreja...

— Não, Senhor, não senhor, eu sou lógico... entendo que os homens são livres de ter suas opiniões, e hei de empenhar todos os esforços para auxiliar os Bispos a combaterem as que forem más, pelos meios legítimos, isto é, a persuasão... Eu não decoro senão o escritor e o sábio.

— Mas esta distinção, Senhor, é impossível...

Nisto o Imperador atalhou-me, dizendo-nos:

— Os senhores são bastante inteligentes para fazerem esta distinção.

E afastou-se de nós.

Saímos com o coração magoado, mas contentes de termos confessado nosso Senhor Jesus Cristo, e procurado por todos os meios a nosso alcance prevenir o grande escândalo de decorar um Governo Católico ao mais infame dos blasfemadores contemporâneos.

O episódio mostra que D. Pedro estava pronto a aceitar o cientificismo de Renan. Fora educado como católico por Frei Mariano de Sant'Ana. Seus tutores civis foram José Bonifácio de Andrada e Silva e Itanhaém, ambos liberais em relação ao pensamento filosófico. Desde cedo, questionava os mistérios do universo, e instalou um observatório astronômico nos telhados do Paço, chegando até a descobrir uma estrela¹⁷⁸.

D. Pedro e Renan estavam próximos e buscavam resolver suas questões espirituais em aberto. É possível que tenha sido este um dos pontos de afinidade mais relevante entre os dois homens, desde o primeiro encontro. Para Renan, a

¹⁷⁸Besouchet, Lidia, *op. cit.*, pág. 82.

base do racionalismo emerge no dia em que Jesus afirma: “Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, separando assim o temporal do espiritual.

Historicamente, a dinastia de Bragança governava sendo o rei o chefe supremo de um Estado soberano católico, e D. Pedro manteria esta linha regalista, que caracterizou seus ancestrais portugueses.

Como governante, D. Pedro respeitava a religião oficial, prevista pela Constituição; por outro lado, respeitava profundamente o sentimento religioso do povo que ele representava. Participava das manifestações públicas da Igreja, como procissões, missas, funerais, com boa vontade e respeito. Assim que chegava em qualquer lugar, fosse no Brasil, fosse nos estrangeiros, sua primeira tarefa era entrar na igreja, assistir à missa ou simplesmente rezar, antes de começar sua caminhada. Entretanto, não admitia a ingerência papal em áreas reservadas à Coroa, e que estavam acima das injunções da Igreja.

Assim que desembarcou no Rio de Janeiro, Gobineau viu o imperador desfilar, em grande estilo, sob o pálio da procissão na Semana Santa. Entretanto, mesmo estas manifestações religiosas eram pontilhadas de dúvidas particulares, que não se aplacariam jamais.

Com Feijó, a regência pode ser considerada como experiência republicana frustrada, fato que abriu caminho para a ruptura do binômio Igreja/Estado, preconizando a nacionalização da Igreja. As ideias de Feijó e a tradicional aversão bragantina à Contra Reforma, com frequentes perseguições às ordens jesuíticas, vão criar a atmosfera propícia à expansão das lojas maçônicas, moto principal das lutas pela independência do Brasil, e de outras revoluções liberais regionalistas e separatistas.

D. Pedro tinha consciência clara de sua autoridade e do lugar que ocupava no ápice da pirâmide constitucional que presidia. Porém, ele também sabia que as elites brasileiras estavam convictas de que a Coroa deve ficar acima da Cúria romana, ao mesmo tempo em que o povo é mais apegado a seus vigários.

Ele é um monarca de espírito aberto a novas ideias, sobretudo àquelas cientificistas de Renan, o que faz dele um católico pouco rigoroso.

Quando viaja para fora do Brasil pela primeira vez, deixa instruções à Regente, Isabel. E escreve textualmente:

Sempre entendi que os conventos no Brasil não vivem quase geralmente senão para comprometerem a religião e a moral [...].

Afirmção delicada, considerando o catolicismo oficial vigente e a conhecida carolice de Isabel!

Os bens desses conventos são geralmente malbaratados e julgo que cumpre acudir a tempo a fim de que se lhes dê um destino correspondente [...] donde sairá nosso verdadeiro clero [...].

Gobineau, escrevendo à esposa, que ficara na França, afirma, escandalizado:

[...] o clero brasileiro, sempre vestido à paisana, como os laicos, não veste batina senão no altar. Aliás, vive em família e povoa o império de negrinhos [...]

Cabe aqui uma observação esclarecedora. Apesar das opiniões diversas em relação a questões raciais, nasceria uma amizade duradoura entre Gobineau e D. Pedro II. Recomendado pela Condessa de Barral, Gobineau chega a um país há pouco saído do jugo colonial, portanto pobre de educação e cultura.

Para ele, foi um privilégio, além de um golpe de sorte, encontrar um interlocutor à sua altura intelectual. O inverso também era verdade: apesar das diferenças ideológicas, Gobineau também foi um achado precioso para D. Pedro que, no Brasil, poderia desfrutar de conversações ilustradas com o escritor racista.

Era raro encontrar pessoas cultas na corte, e essas diferenças não contaminaram o espírito de D. Pedro, que muito se agradou com a presença do conde. Havia muito a conversar, no universo intelectual dos dois personagens.

D. Pedro foi a primeira personalidade estrangeira que prestigiou a França, visitando o país após a derrota de Sedan e da queda de Napoleão III, quando a Prússia ocupou parte do território francês.

Escolheu hospedar-se, com algum luxo, no Grand Hôtel da Rue de La Paix, onde cientistas, políticos, artistas e nobres de toda a Europa costumavam se reunir. Os primeiros, de uma lista de nomes famosos, eram Ernst Renan e René Marjolin,

casados, respectivamente, com Cornélia e Cordélia, descendentes do pintor Ary Scheffer. Ambos tinham sido companheiras de infância de Arthur Gobineau.

Renan foi uma das primeiras personalidades que D. Pedro recebeu em Paris. Aproximou-os uma intelectual. Havia interesses comuns, como conhecerem, a fundo, línguas mortas, e dedicarem-se com paixão ao estudo do passado, com suas religiões e textos sagrados.

D. Pedro acompanhava, com vivo interesse, as notícias de descobertas arqueológicas e textos egípcios e gregos. Ao viajar pela Grécia, fez-se acompanhar pelo próprio Arthur Schellien, o famoso arqueólogo e helenista, descobridor das ruínas de Tróia e do túmulo de Agamenon.

Estas preferências moldavam o perfil do imperador, que atraiu a atenção de Renan. Este, por sua vez, tinha atração especial pelo Brasil, onde vivia Annais Peltier, a prima a quem ele dedicou o livro *Souvenirs d'enfance et de jeunesse*.

Escritores franceses, como Merimée, Lamartine e Gobineau, já haviam falado a Renan sobre D. Pedro, imperador do Brasil, de imenso território estudado por Saint-Hilaire, Humboldt e Ferdinand Denis, este verdadeiro apaixonado pelo Brasil.

Acostumado ao convívio de nobres liberais, como o Príncipe Napoleão, Renan relacionou-se facilmente com D. Pedro, por sua vez, ligado à antiga nobreza europeia: Habsburgos, Bourbons, Gotha, Saxe-Coburgo, Orléans e Bragança. Renan ficou impressionado com D. Pedro: vestido com simplicidade, não ostentava decorações nem outro sinal de riqueza, e podia mudar de assunto com a maior facilidade, de Homero a Pasteur, e isto, acima de tudo, o deixou encantado.

A figura de D. Pedro chamava a atenção pela elevada estatura, pela simplicidade do traje, pela voz quase estridente; e, como disse Bartolomé Mitre, D. Pedro tinha a “grandiosidade unida à simplicidade”. Além do mais, tinha uma conversação versátil e agradável.

Entretanto, o que mais contribuiu para forjar a afinidade entre Renan e D. Pedro, foi o fato deste encontrar respostas às inquietações espirituais daquele, com a tese da “elevação de Deus à categoria de ideal supremo” do homem moral, diante das mais recentes descobertas científicas.

A antiga residência de Ary Scheffer, na verdade seu atelier, torna-se ponto de

encontro de intelectuais que rodeavam o visitante imperial. Herdado por Cordélia, mulher de Marjolin, o atelier era o local ideal para os encontros de Renan e D. Pedro. Rodeados de quadros, objetos de arte e livros raros, ambos eram o centro das atenções dos visitantes. Ali discutiam, cordialmente, as ousadas teses de Renan. É bem possível que, através dessas discussões, tenha nascido a integração espiritual entre ambos.

Na casa de Marjolin, D. Pedro conta com a afeição de amigos íntimos, como a Barral e Dominique, Gobineau, Mme. Planat, entre outros. Ali, ele também trava conhecimento com Gounod, Girard, Henri Martin, muito admirado por Renan e, através do qual, D. Pedro pôde apreciar, mais de perto, as recentes descobertas arqueológicas da Bretanha.

Em virtude dessa identificação intelectual e desses contatos mais íntimos com o círculo de Renan, D. Pedro, ao chegar ao Rio de Janeiro, resolve conceder, ao filósofo, a Ordem da Rosa, o que trará a acima comentada tempestade sobre o trono do Brasil.

Como visto, homenagear um escritor ateu, era uma imprudência. O próprio Visconde do Rio Branco, Grão-mestre da maçonaria, ficaria apreensivo com as consequências de tal concessão. Mas D. Pedro, como já vimos, não retrocedeu deste objetivo: condecorar Renan era uma homenagem à inteligência, à cultura e à liberdade de pensamento, pois este era o espírito que norteou o primeiro imperador a criar a Ordem da Rosa.

A obra de Renan tinha forte carga revolucionária, de forma que, mesmo na França, era vista com reservas em meio aos textos dos renomados intelectuais; brasileiros admiradores de Renan e cultores de sua obra, procuravam sempre ressaltar a separação que faziam entre ideias filosóficas, científicas e históricas contidas na obra de Renan, e sua própria visão religiosa. Eram eles Joaquim Nabuco e Eduardo Prado.

8.2 OS GÊNIOS FRANCESES

Em 1875, D. Pedro é eleito sócio correspondente da Academia de Ciências de Paris, e comparado a Pedro, o Grande, pelos serviços prestados às ciências.

Após viajar por vários países, D. Pedro chega a Paris. Na casa de Marjolin, reúne-se novamente com Renan, e os laços estreitam-se ainda mais entre esses dois homens de origens tão diversas, porém interessados no mesmo ideal de elevação do homem-moral, da independência religiosa e da paixão às ciências, como se as inquietações da era moderna pudessem, nelas, achar soluções.

Para surpresa do grupo aristocrático que rodeia D. Pedro, este procura Victor Hugo, radical republicano. Aliás, nesta ocasião, o imperador deixa às claras suas predileções pessoais: Renan, Victor Hugo, Pasteur, Gobineau, estreita amizade com Henri Martin, amigo de Renan, e Mme. Planat, Gounod, Jean Baptiste Dumas.

Pasteur deve a D. Pedro inúmeros auxílios em dinheiro, para continuar suas pesquisas num modesto laboratório. No Instituto, o imperador assiste à comunicação do cientista sobre a transmissão de doenças infecciosas.

D. Pedro encontra oposição entre seu grupo aristocrático e o grupo de Victor Hugo. Mesmo assim, vai à casa de Victor Hugo de improviso, sem qualquer formalidade. Ali, conhece elementos radicais da oposição francesa, tais como Auguste de Vacquerie, futuro testamentário do poeta e Edouard Lockroy que, mais tarde, se casará com a viúva de Georges, filho de Victor Hugo.

De regresso ao Brasil, D. Pedro começa a vivenciar os dez anos fundamentais de sua política, fase que Heitor Lyra denomina “desafeição do Trono”: é chamado de “católico limitado” por Joaquim Nabuco, e de “católico livre-prensado” por Basílio de Magalhães, devido a sua forte inclinação a um governo laico, desvinculado cada vez mais da Igreja, e autônomo, seguindo a tradição regalista da Casa de Bragança.

Em 1888, D. Pedro faz sua terceira viagem, agora por motivos flagrantes de saúde. Ainda assim, visita Camille Flammarion em seu observatório astronômico. Ao vê-lo entrar na Ópera de Paris em companhia de Thomas Edison, Garnier manda iluminar o palco de todas as galerias, com o recém-adotado sistema elétrico.

Visita Renan no Collège de France. Este, presidindo o banquete anual do Instituto, dá o lugar de honra ao imperador do Brasil, rodeado por Massenet, Gounod, Camille Doucet e outros amigos. Nesta viagem, após superar grave enfermidade, D. Pedro recebe a notícia da Abolição da Escravatura no Brasil.

De regresso, não se avista com Renan, porque é da Itália que parte para o

Brasil. As relações com Renan começam a arrefecer a partir desta viagem, talvez por motivo de saúde de ambas as partes.

Um ano mais tarde, cai a monarquia no Brasil, e D. Pedro é exilado em França. No modesto Hotel Bedford, no bairro de Madeleine, em Paris, recebe amigos e visitantes do Brasil. Renan, doente e ocupado em seus livros e como docente do Collège de France, tem pouco tempo para contatos sociais.

Os diários do exílio mostram a constante preocupação do Imperador em relação à morte. Mantém conversações com o Padre David. Sem deixar de estudar as línguas mortas, D. Pedro parece propenso a se reconciliar com a Igreja, à qual sempre negara a supremacia sobre a Coroa.

Agora, ele é apenas um cidadão comum que ama as letras, as ciências, as artes. Em seu convívio, alguns amigos leais, como Barral, Mota Maia, Rio Branco, Eduardo Prado e ainda os franceses, que prezavam muito os laços de amizade. Ressente, às vezes, o isolamento da vida familiar, as decepções e a ingratidão que chegam de pessoas, em outros tempos, tão achegadas ao Trono.

Continuam as visitas às bibliotecas, ao Instituto, as conferências que, agora, são parte integrante de sua vida. Nesse ano de 1890, sua popularidade atinge o auge entre os franceses. Recebe convites para todos os eventos e solenidades. Sua presença era, por si só, garantia de sucesso. A França republicana esta ligada espiritualmente a D. Pedro II, que se sente cansado e doente.

Com Renan, doente e precocemente envelhecido, terá poucos encontros nos últimos anos. Ele estava ausente da cidade quando D. Pedro faleceu, em Paris. Não comparece aos funerais, nem à homenagem póstuma que o Instituto de França realiza: D. Pedro tem os funerais no rito católico, na Igreja da Madeleine. Era uma forma de reverenciar o passado de sua família católica.

Renan se conserva infiel, cheio de dúvidas nos dogmas, e vazio de fé, mas ambos não se preocupavam sobre as diversas formas de chegar a Deus, ao Deus em que ambos seguiram acreditando como a forma suprema de perfeição.

8.3 Os “IRMÃOS SABE-TUDO”: OS TRÊS ACADÊMICOS DA TERCEIRA REPÚBLICA

Dentre os intelectuais que se relacionaram com D. Pedro II, destacam-se Theodore Reinach e seus irmãos, Joseph e Solomon, conhecidos como os “irmãos sabe-tudo”. Eles marcaram a vida intelectual da França, com o talento associado à educação aprimorada, que lhes permitia duplicar a cultura clássica, ao lado da forte cultura germânica, que lhes dava acesso à produção científica alemã.

A trajetória desta família judia, oriunda de Frankfurt, desenrolou-se num contexto de profunda rivalidade entre os dois países¹⁷⁹.

Começando por Theodore: era advogado, arqueólogo, matemático, helenista, papirologista, filólogo e político. Como os irmãos, frequentou o Liceu Condorat, Academie des Hautes Études. Teve carreira acadêmica brilhante, com doutorado em Letras e Direito.

Participou de missão arqueológica a Constantinopla, especializando-se, após expedições ao Mar Egeu, nos estudos da Grécia Antiga. Decifra, em Delfos, a notação musical de um antigo hino a Apolo, que seu amigo Gabriel Fauré transformou, depois, em melodia.

Foi professor de numismática antiga na Sorbonne. Escreveu inúmeras obras sobre Direito, História judaica e francesa, além de arqueologia e música. Entre suas produções escritas, destacam-se:

- . Textes des israelites depuis la ruine de leur indépendence nationale jusqu’á nos jours;
- . Charles de Valois e les juifs;
- . Histoire summaire de l’affair Dreyfus;
- . La musique grecque;
- . Ouvrés completes de Flavius Josèphe.

Com este judeu, D. Pedro manteve correspondência, tendo-lhe mandado, já no final de sua vida, cópias de sua tradução dos “Piutim”, aguardando a opinião sobre seu trabalho. No Arquivo Histórico de Petrópolis, há uma carta de Theodore Reinach, agradecendo pelo envio das poesias traduzidas¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Conflito entre França e Prússia: anexação da Alsácia-Lorena (1870)

¹⁸⁰ Maço 203. doc. 9235

Mais uma vez comprova-se, aqui, a busca de D. Pedro pelo aprimoramento de seus conhecimentos da língua hebraica.

Os irmãos Reinach frequentaram as mesmas instituições francesas das quais D. Pedro fazia parte, como a École des Sciences Politiques et Morales de Paris, onde lecionava Adolphe Franck. Foram figuras iminentes da “intelligentsia” francesa do século XIX.

Joseph foi político, escritor e advogado brilhante. Colaborou com revistas de orientação republicana, e publicou livros sobre Política, História e Direito; entre estes, uma obra monumental sobre o caso Dreyfus, assunto em que mais se aprofundou.

Solomon Reinach era filólogo, arqueólogo, oficial de instrução pública e membro da Legião de Honra, a mesma instituição da qual participou D. Pedro II. Envolveu-se em atividades ligadas ao judaísmo, tendo sido presidente dos comitês centrais da Alliance Israélite Universelle e da Jewish Colonization Association, além de presidente da Société des Études Juives¹⁸¹, em cuja revista escrevia artigos sobre judaísmo.

Theodore fez construir, em Beaulieu-sur-mer, na Riviera Francesa, a Villa Kerylos, cuja arquitetura foi inspirada no estilo grego do tempo de Péricles. Nessa época, Theodore era o editor da Revue des Études Grecques.

Seu filho Léon, casado com Béatrice Camondo, de uma família de banqueiros, foi o mantenedor da Villa Kerylos que, posteriormente, transformar-se-ia em museu. Durante a ocupação nazista, a Villa foi cercada, e o casal, juntamente com seus dois filhos, foi levado para Auschwitz. Seus descendentes continuariam morando ali até 1967, dirigindo o museu.

8.4 FAMÍLIA SARAGGA

8.4.1 Francisco Saragga

¹⁸¹ Infelizmente, não obtivemos sucesso em nossas tentativas de contato com a instituição, para colhemos dados sobre uma estátua de D. Pedro II, que ali existe. O assunto será retomado oportunamente, para pesquisas futuras.

No íntimo contato de D. Pedro II com o universo judaico, vamos encontrar os hebraístas da família Saragga: originária do Norte da África, com membros nascidos no Marrocos, Argélia, Gibraltar e, por fim, Lisboa, já no século XIX, esta família tinha grande poder aquisitivo, destacando-se no cenário econômico e intelectual da capital lusitana.

Salomão, de quem falaremos mais adiante, participou ativamente das atividades literárias da geração de 1870. Seu pai, Francisco Aarão Saragga, nasceu em 1796, em Argel, colônia francesa, tendo-se casado com Reyna Bensabat, falecida em 1849¹⁸².

Pode-se afirmar que se tratava de família de rabinos, intelectuais, e de grande projeção social. Os pais de Francisco eram Hanna Pacífico e Levy Besabat, este, escritor e poeta, que fez parte da direção da Sinagoga Sha'ar Ha Shamayim de Lisboa. Junto com seu filho, General Marcos Meheluf Besabat, Levy lutou contra o governo absolutista de D. Miguel (1828-32)¹⁸³.

Francisco Saragga foi o primeiro da família a vir a Portugal. Chegou em 1835, logo após a implantação do Estado Liberal. Veio a convite do governo português, e como representante de seu pai para o fornecimento de grandes quantidades de gado bovino, importado da Argélia.

Francisco era um dos principais membros da comunidade judaica de Lisboa, no século XIX; era o agente da família em Portugal, por ser o mais próximo de Jacob Bensabat, que foi o fiador deste grande negócio de carnes com o governo.

Francisco tinha grande interesse pelo estudo da língua hebraica, e isto deve ter influenciado, de modo substancial, a educação de seu filho Salomão, um dos signatários das “Conferências do Casino”¹⁸⁴.

Ele fora educado na Inglaterra, tendo estudado em Oxford. Dono de cultura fora do comum para a época, foi professor de hebraico no Liceu de Lisboa. Escreveu e publicou uma gramática de hebraico. E está citado em “As farpas”, de Ramalho Ortigão, no capítulo “Sociedade e aspectos vários” (II tomo).

Francisco relacionava-se com a nobreza. Estando uma vez doente, consta

¹⁸² Genealogia de Henrique Evaristo de Melo Banha e sua mulher Amália Adelaide Tavares Saragga.

¹⁸³ Genealogia de José Maria Abecassis.

¹⁸⁴ Este assunto será melhor explanado mais adiante.

que recebeu a visita de D. Pedro II, de quem era amigo, e é bem possível que esta relação de amizade tenha, em comum, a afinidade com a língua hebraica. O imperador não perdia oportunidades de testar seus conhecimentos do hebraico, como acontecia quando visitava as sinagogas.

Sempre que possível, estabelecia contatos com especialistas, para avaliarem a evolução de seus estudos e do conhecimento prático do idioma sagrado; é o que comprova sua vasta correspondência com hebraístas de várias partes do mundo, além de arqueólogos e historiadores interessados no tema judaico como, por exemplo, Theodore Reinach e Ernst Renan.

Francisco faleceu em 03 de Agosto de 1872, em Lisboa.

8.4.2 Salomão Saragga

Antes de abordarmos a trajetória de Salomão Saragga, é necessária uma rápida pincelada no contexto político e literário de seu tempo, marcado pela ação transformadora da chamada geração de 70, de Portugal.

Podemos mesmo dizer que se tratava de uma geração iconoclasta, que colocou por terra os pilares arcaicos da sociedade portuguesa. A intelectualidade a serviço da crítica, carregada das ideias francesas que transpunham os Pirineus rumo aos países peninsulares, deu o suporte de que a geração setentista dispunha para estremecer as bases e renovar os valores no Portugal dos oitocentos, que ainda desconhecia a liberdade de imprensa e de expressão, bem como os ideais democráticos que deveriam nortear a política dos países mais civilizados.

A geração de 70 encarna o padrão das transformações que a intelectualidade portuguesa sofria na segunda metade do século XIX, pouco tempo depois da erradicação do Tribunal da Inquisição, de forma que sua postura irreverente e temerária pode ser considerada como reação aos valores estagnados e reacionários, cristalizados na sociedade lusitana – que agora podia respirar um ar renovado, tanto no campo das ideias como no campo político, quebrando arquétipos e derrubando crenças e ideias pré-concebidas.

Verdadeira insurreição contra os valores, o movimento impõe a modernidade

através da sátira, da ironia, do idealismo utópico e da reflexão metafísica. Despejava, assim, seu desprezo por um Portugal provinciano, parado no tempo, sem abertura para o novo, que se descortinava no restante da Europa, como as que irrompiam na França e na Alemanha.

“As Farpas”, publicação que abordaremos mais adiante, foi a explosão das ideias que esta geração defendia, contra a superstição e o atraso que ainda grassavam na mentalidade lusitana. As palavras democracia, república e socialismo, tornam-se comuns para os mais esclarecidos; mas não tanto para os menos doutos e sofreadores.

Antero de Quental, em Lisboa, e Teófilo Braga, em Coimbra, acompanhavam, de frente, o drama da Comuna de Paris¹⁸⁵: Antero frequentava uma tertúlia de amigos, o Cenáculo, onde a figura franzina de Eça de Queirós, o hercúleo Ramalho Ortigão e José Fontana, caixeiro da Livraria Bertrand, pontuavam.

As discussões ferviam acerca dos últimos acontecimentos de Paris; trocavam-se sarcasmos na imprensa, nas tertúlias, nas reuniões políticas, nos círculos sociais.

Nesse contexto memorável de grande efervescência política e intelectual, surge a ideia de organizar, no Casino, as Conferências Democráticas. Em Lisboa, na primavera de 1877, foram realizadas séries de conferências, impulsionadas por Antero de Quental que, sob a influência das ideias de Proudhon, insuflou o chamado grupo do Cenáculo a realizar as Conferências Democráticas do Casino, praticamente uma república da chamada Questão Coimbrã.

Nesses encontros, deveriam ser debatidas questões de real interesse da humanidade, isto é, “a transformação moral e política dos povos”, agitando na opinião pública “as grandes questões da filosofia e das ciências modernas”, sendo, ainda, estudadas “as condições de transformação política, econômica e religiosa da

¹⁸⁵ Nome dado à primeira experiência histórica de governo proletário, ocorrida entre Março e Maio de 1871 na França, como resistência popular contra a Prússia. Este fato tem origem nos desdobramentos da Guerra Franco-Prussiana, que colocou em lados opostos a França de Napoleão III e a Prússia de Otto Von Bismark. Marx e Engels evidenciaram que, além da guerra civil, a derrota do governo comunal foi a expressão da luta de classes num país em pleno desenvolvimento capitalista. A derrota da Comuna de Paris serviria de exemplo para os bolcheviques, em 1917. (Vitor Amorim de Ângelo, historiador e pesquisador do Institut d'Etudes Politiques de Paris – Wikipédia).

sociedade portuguesa”¹⁸⁶.

Eis o cronograma das Conferências do Casino:

Conferências Democráticas do Cassino Lisbonense			
Programa das conferências (divulgação)		16 maio	
Conferências realizadas			
Nº	conferencista	título	Data
1	Antero de Quental	O espírito das conferências	22 maio
2	Antero de Quental	Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos	27 maio
3	Augusto Soromenho	A literatura portuguesa	5 junho
4	Eça de Queirós	A literatura nova (o realismo como nova expressão de arte)	12 jun
5	Adolfo Coelho	O ensino	19 jun
Conferências não realizadas			
6	Salomão Sáragga	Os historiadores críticos de Jesus	26 jun
7	Jaime Batalha Reis	O socialismo	
8	Antero de Quental	A república	
9	Adolfo Coelho	A instrução primária	
10	Augusto Fuschini	A dedução positiva da ideia democrática	

Antero de Quental proferiu a primeira conferência, “Causa da decadência dos povos peninsulares”, onde expunha e atacava a ação nefasta da monarquia absoluta, a Inquisição Católica e o irrealismo da aventura marítima dos Descobridores Portugueses.

Seguem debates sobre temas como Educação, onde era demolido o sistema educacional vigente em Portugal, a Igreja Católica ultramontana, o realismo na literatura, que reagia contra a estética ultrarromântica vigente, sem comprometimento social.

Mas a conferência que ultrapassou os limites e chocou as instituições do Reino, estava a cargo de um judeu: o excêntrico Salomão Saragga. Entretanto, ele não chegou a levar a cabo sua apresentação, em que abordaria “*Os historiadores críticos de Jesus*”, refutando a existência histórica de Jesus Cristo; ele abordaria, entre outras, as ideias de Renan (que também teriam influência na concepção

¹⁸⁶ O jornal “A revolução de Setembro” publicava, em 18 de Maio de 1871, o manifesto anunciador das Conferências, onde o vocábulo “transformação”, repetidamente utilizado, dá a medida desta insurreição intelectual em marcha.

religiosa de D. Pedro II).

Em nome da salvaguarda dos costumes e da tranquilidade coletiva, as conferências foram dissolvidas, sob o argumento da impiedade. Piorava mais a questão, o fato do tema ser tratado por um judeu que, exímio hebraísta, deveria certamente apresentar os resultados de seus estudos pessoais sobre o assunto.

Mas quem era Salomão Saragga? Filho de Francisco Aarão Saragga, o hebraísta que recebeu a visita de D. Pedro II, e de Reyna Bensabat.

Culto e inteligente, muito jovem, Salomão imigrou para Paris, com a finalidade de aprofundar os estudos do hebraico. Ali, conheceu Renan, de quem sofreu influência.

Por esta época, a única pessoa com quem Eça de Queirós e Batalha Reis se davam, era com Salomão que, em 1877, fundou a revista “*Os doismundos*”, destinada ao público português e brasileiro, e para a qual colaboravam Eça de Queirós, Antero de Quental, Gomes Leal, Bulhões Pato e Ramalho Ortigão.

Inserimos, aqui, um excerto interessante de uma obra biográfica de Eça de Queirós¹⁸⁷:

Os três correram para a taberna mais próxima onde, entre marinheiros e uma guitarra, comeram uma caldeirada, finda a qual compuseram – exceto Saragga que como judeu não o pôde fazer – o seguinte verso: “Cristo deu-nos o amor/ Robespierre, liberdade/ Malheiros deu-nos os três pintos/ Qual deles deu a verdade?” Enquanto Saragga prometia um salmo penitenciário sobre a verdade da pescada cozida, Eça e Batalha Rei compuseram quatro décimas. (Provas bárbaras)

O Salomão Saragga fez-nos uma sábia dissertação sobre prosa rítmica dos livros hebraicos e declarou que como semita puro, não pudera fazer versos, mas comporia um salmo para o caso memorável sobre a vaidade da pescada cozida e das caldeiradas humanas.

Na época em que publicaram os “Folhetins” da “Gazeta de Portugal”, eram poucos os amigos que freqüentavam minha casa. Os mais assíduos, além de Eça de Queirós – Salomão Saragga, que quando aparecia, nos explicava com veemência, prolixamente, simultaneamente, a construção da carruagem, o Livro do Profeta Isaías, a fabricação de tecidos com desperdícios de lã, os historiadores de Israel e as origens do Cristianismo.

¹⁸⁷ Extrato de *Vida e obra de José Maria Eça de Queirós*, de Maria Filomena Mônica. Ed. Record, 2001.

Salomão Saragga escrevia para o Diário Popular em Lisboa. Em 26 de Junho de 1871, publicou artigo denunciando a obstrução da liberdade de imprensa em Portugal:

Um jornal falou das más disposições dos judeus a meu respeito. Eu, porém, que julgo tão inimigos das ideias cristãs os judeus como os católicos fanáticos, não sei a quem atribuí-los [...]. Reparando-me para a conferência, vi a cópia de uma portaria saída do Ministério do Reino, o qual proíbe a continuação das conferências. Se o intuito da portaria é evitar que eu consiga propagar as ideias que tenho sobre Jesus e o Cristianismo, posso assegurar-lhe que não o consegue [...] porque me resta ainda a imprensa: o jornal e o livro [...]. Nenhuma outra razão me levou a tratá-lo. Que era crítica considerada como ciência, da sua aplicação especial à história de Jesus [...].

O que faltará para provar que a consciência e liberdade de imprensa são palavras vãs entre nós e que este estado de coisas não deve continuar? Semeiem e colham depois.¹⁸⁸

Salomão Saragga também foi tradutor. Traduziu a obra de César Cascabel, *“Despedida do Novo Continente”*, de Julio Verne. Ele reapareceu como personagem em *“As Farpas”*, numa crítica feroz ao imperador D. Pedro II, de que falaremos a seguir.

Para concluir, a família Saragga é um exemplo da integração que ocorria quanto aos judeus, em Portugal. José Henrique Bensabat Saragga, irmão de Salomão, era rabino. Converteu-se, no entanto, ao catolicismo, no dia de seu casamento com Filomena Carolina Godinho Ribeiro, sendo então batizado. O fato deu-se em Lisboa, em 1860, sendo “conversão por conveniência e sem convicção”, segundo informa a genealogia de José Maria Abecassis.

Estes levantamentos genealógicos mostram os casamentos mistos ocorridos na família Saragga. O mesmo José tinha se casado, em 1843, com Filisbina de Souza, quinze anos antes de seu casamento com Filomena.

Vemos, por esse viés, que, a despeito do passado sofrido dos judeus em Portugal, no século XIX, é possível que ainda fossem discriminados, mas não perseguidos. Era a legislação pombalina que dava frutos a favor dos judeus e seus descendentes, abolindo a investigação genealógica que dividiu, por séculos, a sociedade luso-brasileira entre puros e impuros.

¹⁸⁸ Correspondências II-52 – Salomão Saragga ao Diário Popular, extraído de www.fl.ul.pt/estudos.

De qualquer maneira, a integração dos judeus na sociedade portuguesa cristã aconteceu, apesar da farta literatura antissemita que se propagou em Portugal,

8.5 As FARPAS

Aos 27 anos, Eça de Queirós editava, diretamente de Lisboa, o periódico “As Farpas”. Em 1872, o escritor aproveitou uma viagem que D. Pedro II fez à Europa, passando por Portugal, para zombar abertamente do imperador do Brasil.

Em uma série de crônicas, achincalhou-o ao ridicularizar seu modo de vestir, sua inseparável mala, seu guarda-chuva, seu chapéu e, sobretudo, seu gosto por línguas estranhas, em especial a língua hebraica.

Embora não considerasse Portugal como a fina flor da civilização e da modernidade, Eça insultou, à exaustão, os brasileiros, e tudo o que se referia ao Brasil. Em virtude desses excessos, houve revolta da população de Goiana, cidadezinha do interior pernambucano, onde o povo, decidido a se vingar “das farpas” recebidas, saiu às ruas, surrando os portugueses que encontrava pela frente.

“As Farpas” se constituem de uma coleção de textos redigidos por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, que circularam de Junho de 1871 a Outubro de 1872. A partir de Novembro do mesmo ano, Ramalho passa a escrever sozinho, assim permanecendo até 1881.

O periódico teve êxito imediato. Para João Medina,

o sucesso (e algum escândalo, sobretudo por meio de polêmica) foi inegável [...]. O simples fato de Ramalho ter vivido onze anos sustentado por essa revista mensal comprova que ela lhe permitia viver num país, aliás, desoladamente depauperado em relação ao público leitor, por taxas alarmantes de analfabetismo: por exemplo, 84,4% de analfabetos em 1878, 79,2% em 1890.¹⁸⁹

“As Farpas” não tiveram reedição; mas, em 1890-91, Eça de Queirós fez profunda revisão nos textos, sob novo título: “*Uma campanha alegre*” que, como ele afirmava, fez uma toalete em cada artigo e suprimiu algumas crônicas em que, na

¹⁸⁹ Medina, João. *Eça de Queirós antibrasileiro?* Bauru/SP – Edusc, 2000, p. 23.

juventude, criticou ferinamente, ridicularizando pessoas e fatos do Brasil¹⁹⁰.

O século XIX assistiu a um período conturbado nas relações culturais e interpessoais entre portugueses e brasileiros, visto que o Brasil requeria sua desvinculação do modelo português, símbolo do atraso colonial.

O antagonismo entre os dois grupos começava pelo fato de que a imigração portuguesa concentrava-se nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, principalmente nos bancos, nas indústrias, no comércio de atacado e varejo, o que mostrava portugueses atuando em empregos que poderiam ser destinados a brasileiros, e isto gerou forte sentimento de antilusitanismo.

A mídia impressa, tanto no Brasil quanto em Portugal, transbordava de antagonismo e preconceitos entre os dois países; e “As Farpas” se inserem dentro desse contexto.

Em vista desses ânimos acirrados, a mídia portuguesa entrou em ação e o imperador do Brasil foi atingido em cheio, por ocasião de sua viagem à Europa, em 1871: um conjunto de quinze textos referia-se a D. Pedro II como foco principal de críticas e sátiras.

Foram ali ridicularizados a indumentária de imperador brasileiro, sempre vestido de preto; sua mala, seu chapéu, seu guarda-chuva, seu gosto por línguas exóticas, o anonimato que fazia questão de manter, seu desejo de parecer cidadão comum, sem o peso do protocolo inerente à autoridade política que representava.

Também sua preferência por ser tratado com Pedro de Alcântara, sem o título imperial – tudo foi motivo de troça nos referidos textos queirosianos. Mesmo a visita que o imperador fez à casa de Alexandre Herculano, foi foco de zombaria naquele contexto de antagonismo entre portugueses e brasileiros, de forma que não faltaram “farpas” atiradas em ambas as partes.

O texto mais a propósito desta pesquisa, é o LXVIII, que se refere ao fato do imperador, antes de descer no Porto de Lisboa, ter demonstrado desejo de conhecer Salomão Saragga, hebraísta de renome e estudioso de Renan, com quem conversou em hebraico.

¹⁹⁰ Cf. Berrini, 200, v. 03, p. 659, *apud* Roseane Gazolla Alves Feitosa, *Patrimônio e Memória* – ISSN 1808-1967 – UNESP/Assis-SP-Brasil.

Outros autores da geração de 70, também satirizaram o imperador brasileiro, como nos textos escritos e ilustrados pelo caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro: “*Sobre a picaresca viagem do imperador de Rasilb pela Europa*”, publicada em 1872, e que teve três edições.

O encontro narrado de maneira satírica entre Saragga e D. Pedro II, foi real ou mera fantasia, para criar circunstância, aproveitada pelo implacável Eça de Queirós, para ridicularizar o imperador do Brasil?

Foi nesse clima revolucionário que, em 1871, D. Pedro II despontou em Portugal, como parte de seu périplo pela Europa; Portugal, para ele, tinha valor sentimental, não só por suas raízes bragantinas mas, sobretudo, por se tratar de nicho histórico sem precedentes, patrimônio que o fascinava como amante da História, e cuja riqueza cultural vinha do encontro a seus interesses intelectuais.

Em meio a essa efervescência política e cultural no cenário português, como reflexo do que acontecia na Europa além-Pirineus, “As Farpas” surgem como instrumento que concentrava todas as possibilidades de expressas ideias revolucionárias, através da crítica e do sarcasmo. O momento clamava por transformações, e Eça de Queirós foi o cérebro para assumir o comando desta arma poderosa.

Eis como foi tratada, no texto, a paixão do imperador, retratada como “fome”, pela língua hebraica:

Fevereiro 1872

É verdade que os jornais parisiense contaram que no banquete que o Sr. Adolfo Thiers (presidente de uma certa república incerta) deu ao imperador do Brasil. Sua Majestade a cada momento cortava a conversação literária e céptica que faiscava em torno da mesa, para gritar com sua imperial boca cheia: “que precioso peixe! Que sublime galinhola!”

No entanto, esta circunstância de estupefata gula, narrada com ironia pelos jornais de Paris, não oferece autenticidade! É um reclamo, uma adulação política à cozinha do dito Adolfo! As gazetas republicanas como não encontram nada melhor a exaltar nas ideias políticas de Adolfo – querem ao menos glorificar-lhes as iniciativas culinárias.

E já não podem dizer “que organização ele dá à França!” Gritam: “que jantares ele dá aos Reis!” A verdade incontestável é que Sua Majestade, o imperador, é um sóbrio!

Há porém um só petisco, acerca do qual Sua Majestade revela gula excepcional. Sua Majestade desdenha demagogicamente desde a trufa até o Johannesberg, todos os delicados mimos da fornalha ou da adega. Uma coisa só neste planeta lhe aguça a língua, para uma coisa tem uma

sofreguidão incansável e sorvedoura: para o idioma hebraico!

Sua Majestade é um guloso do hebraico. No hebraico, rapa os pratos e lambe os dedos. E, por uma inexplicável improvidência, Sua Majestade não traz consigo nenhum homem da raça hebréia, nem, sequer um cristão hebraizante, nem mesmo um professor de hebraico! De tal sorte que nos longos dias preguiçosos do pacote, nas horas fastidiosas de vagão – Sua Majestade passa cruéis privações de hebraico. Por isso chega sempre esfaimado de hebraico: e mal entra as portas festivas dos hotéis, ainda com a mala na mão, rompe logo a pedir nos corredores, com gemidos de gula, quase com assomos de cólera – o seu hebraico!

Quando Sua Majestade Imperial chegou a Londres, o Príncipe de Gales enviou-lhe um dos seu ajudantes de campo – um daqueles belos capitães de Horseguards, que põem à noite um jasmin-do-cabo na jaqueta do escarlate o oiro. Este dândi marcial perguntou à Sua Majestade o que desejava naquele momento que punha o seu pé de além-mar nas plagas verdes de Albion. Esperavam todos que Sua Majestade pedisse chá ou um banho. Sua Majestade respondeu avidamente: “Hebraico!”

Os oficiais olharam-se consternados. E o imperador com os lábios secos, as mãos nervosas, o apetite entristecido, repetia famintamente: “hebraico! Só hebraico!” Então, por um rasgo genial, os ajudantes do Príncipe de Gales levaram, a toda brida fogosa de um Landau, o imperador do Brasil à sinagoga. Sua Majestade precipitou-se entre os hebreus. Os sábios rabis, que são doutores da lei, cercavam o homem augusto e vorazmente, a grandes bocados, com guinchos de gozo, o imperador do Brasil consumiu incalculáveis porções de hebraico. Depois de se fartar, olhou em seu redor – e pediu mais!

Certos hotéis, em cidades da Europa, ficaram apavorados e confusos quando Sua Majestade assomava aos limiares das portas pedindo hebraico a fortes brados. Alguns arriscavam timidamente:

- Se Vossa Majestade quisesse antes um caldo...
- Hebraico!
- Se Vossa Majestade quisesse antes um monumento...
- Hebraico!

Sua Majestade Imperial passa, com justiça, por um dos homens mais sóbrios de seu vasto império. Sopa, carne cozida, legumes, água e um palito, tal é o chorume dos jantares da corte dos paços da Tijuca. Há porém um só petisco acerca do qual Sua Majestade revela uma gula excepcional. Sua Majestade é um guloso de hebraico.

Foi assim em Lisboa no Lazareto. Sua Majestade, ao descer as escadas do pacote, vinha resmungando “salta o meu hebraicozinho!” E daí, a minutos expedia gritos famintos. Partiram então exploradores em todas as direções – e por fim – voltaram trazendo, estonteado e surpreendido, o Sr. Salomão Saragga, que lê e fala hebraico.

Sua Majestade esperava ansiosamente, debruçado na janela. Não houve cumprimentos, nem se pôs a toalha. Serviram-lhe o Sr. Salomão Saragga assim mesmo – cru! Sua majestade toda deixou-lhes alguns restos...

Que consternação! Tudo estava preparado: a canja, a orelheira, a broa, o capilé, o caldo de unto, todos os artifícios do gênio português. Mas ninguém se lembrara do hebraico! E Sua Majestade estrebuchava!

Há ainda outras passagens referentes ao gosto do imperador brasileiro pela língua hebraica, maior do que por outros idiomas que ele também apreciava. A

geração destes escritores não perdoava, e D. Pedro seria alvo de suas pilhérias em outras ocasiões. Entretanto, para quem defendia tão convictamente a liberdade de imprensa, estes pequenos distúrbios literários não incomodavam o imperador, que seguiu viagem por outros países, mantendo sua maneira de ser e sendo muito bem recebido.

Para concluir, reproduzimos três referências interessantes e pertinentes que se lê no diário de D. Pedro II de 16-6-1871, entre as quais a que destaca os hebraístas Francisco e Salomão Saragga:

Ontem tive a visita dos Castilhos, pai e filho, recitando-me estas lindas poesias de que mandar-me-ão cópias. Aquele que está bem abatido [...] diz que nada há de notável modernamente na literatura portuguesa [...] Veio o Soromenho que estudou com o Gayangos em Madrid. Deve-me uma fotografia de Herculano, verdadeiro lapuz, e referiu-me o que se passou aqui quando Herculano desgostoso e à vista da minha carta, queria ir para o Brasil. Soromenho ensinava árabe no Liceu, assim como ele me disse, era professor de hebraico um judeu Saragga, que está muito mal de saúde, mas tem um filho muito versado na Bíblia que há de vir conversar comigo [...]. Pelas reformas dos estudos esses professores não ensinam mais essas matérias. Há duas sinagogas em Lisboa, uma de puristas e outra de reformistas. [...]. Referiu-me a história do Padre Saraiva, que é para ele impostor. Ficou de mandar-me livros sobre o árabe.

A família Saragga é um exemplo de que os judeus, em Portugal, acabaram por integrar-se à sociedade que, como vimos, ainda não dispensava o antigo preconceito. Mas Salomão, judeu, escolher um livro de Renan para sua palestra, era de fato uma saraivada de farpas contra a sociedade portuguesa.

8.6 INSTITUTO DE FRANÇA

Foi nesta instituição acadêmica francesa queo imperador D. Pedro II vivenciou boa parte de suas atividades intelectuais, assistindo dentre outras, as aulas e palestras de Adolph Franck, com quem teve expressiva ligação ideológica e intelectual.

A trajetória deste intelectual, tão admirado pelo imperador, começa no Instituto de França, que foi fundado em Paris, em 25/10/1795, onde agrupava outras grandes academias nacionais francesas; entre elas,a Académie des Sciences,

fundada em 1666, com quase setecentos acadêmicos, franceses e estrangeiros, recrutados entre os intelectuais mais representativos de cada campo do saber.

Outras academias estão incluídas no Instituto de França: Academie Française, fundada em 1635; Academie d'inscriptions et Belles Lettres, fundada em 1663; Académie des Sciences Morales et Politiques, fundada em 1795.

Entre outras funções, cabe, ao Instituto de França, administrar algo em torno de mil fundações, assim como museus, palácios, castelos, a maioria aberta à visitação pública. Também a concessão de bolsas de estudos e pesquisas é da alçada da Instituição¹⁹¹.

A Revolução Francesa suprimiu as academias reais que existiam à época, substituindo-as por uma instituição nacional. Nos termos do artigo 298º da Constituição Francesa de 1795, a Constituição do ano III, o Instituto Nacional tinha por missão recolher as descobertas e aperfeiçoar as artes e as ciências.

O Instituto foi dividido em três classes:

1. Classe das ciências físicas e matemáticas, organizada em dez secções.
2. Classe das ciências Moraes e políticas com seis secções.
3. Classe da Literatura e Belas Artes com oito secções.

A classe das Ciências Morais e Políticas demonstrou pouca simpatia pelo novo regime do Consulado, sendo, por esta razão, suprimida do Instituto, em janeiro de 1803. Este sofreu nova modificação, sendo redividido em outras classes, com a seguinte composição:

1. Classe das Ciências Físicas e Matemáticas.
2. Classe de Língua e Literatura Francesa.
3. Classe de Línguas Clássicas e de História.
4. Classe das Belas Artes.

Em 1816, Luís XVIII reorganizou o Instituto, através de decreto. Em outubro de 1832, Luís Felipe restabeleceu, também por decreto, a Académie des Sciences Morales et Politiques, o que deu, ao Instituto de França, sua configuração atual.

¹⁹¹ A instituição é atualmente presidida por Gabriel de Braglie, e está instalada num dos edifícios mais marcantes de Paris.

8.7 O FILÓSOFO JUDEU

Os interesses intelectuais de D. Pedro II abrangeram inúmeras áreas do conhecimento (para não dizer todas); dentre estes interesses, conforme já exaustivamente demonstrado, ocupou parte expressiva de seus estudos a cultura judaica, a que se dedicou ao longo da vida.

A Filosofia, a História, a Política, a Ética, também atraíram a atenção do imperador que, desejando aprofundar-se nesse campo, movido talvez pelo fato de ser governante, procurou o Instituto de França, em Paris.

Engajando-se na Academia de Ciências Morais e Políticas, frequentou aulas ministradas pelo Prof. Adolphe Franck, com quem chegou a criar vínculos de respeito e admiração mútuos. Nada mais enriquecedor do que este contato próximo para um francófilo e estudioso da envergadura de D. Pedro II.

Adolphe Franck foi mais um judeu que enriqueceu o rol de personalidades de destaque ligadas ao imperador, e ficam claros os motivos que fortaleceram estes laços de afinidade entre o mestre e o discípulo.

A biografia do Imperador, escrita por Benjamim Mossé e que será adiante abordada, mostra um momento importante vivido pelo imperador durante uma aula de Franck na Academia: recém-aprovada, no Brasil, a Lei do Ventre Livre, dispensando homenagens pessoais, D. Pedro, como sempre, preferiu ficar incógnito, tendo pedido a Franck que o mantivesse no anonimato.

Entretanto o professor, que palestrava sobre a escravização humana, preferiu não atender ao discípulo coroado: eis o que relata, a respeito o rabino-biógrafo:

Adolphe Franck do Instituto de Ciências Políticas, autor de “La Kabbale” e de um Dicionário Filosófico, era professor de Direito das Gentes no College de France. D. Pedro II recebeu com viva simpatia esse judeu, filósofo, a quem causou profunda impressão no espírito. Em 1871, Gobineau apresentou-o ao imperador, que fazia questão de colocar-se ao lado do sábio professor nas reuniões do Instituto. Não perdia lições públicas no College de France, ficando incógnito como simples discípulo. Um dia, Franck, que tratava do problema da escravidão, percebendo-lhe a presença, disse que “um grande imperador moderno tomou a peito suprimir de seu vasto império a chaga social que desonra a humanidade. Esse imperador filantropo e sábio existe, não é um mito e percorre a Europa estudando. Podeis falar-lhe e contemplar-lhe a face augusta [...] ele está na França [...] entre vós, ao vosso lado.” Os espectadores voltaram-se para o augusto condiscípulo, aplaudiram-no vivamente numa cena tocante. S. M.

queixou-se ao professor que lhe revelara a presença, aferindo-lhe a modéstia. Franck não resistira a exprimir publicamente a admiração pela obra gloriosa e pelo caráter do mais nobre dos reis.

Numa carta ao Rabino Mossé, Franck expõe suas relações de amizade e afinidade com S.M.:conhecera-o no Grand Hôtel, onde D. Pedro II o recebeu como velho conhecido, afirmando que lera La Kabbale e o Dictionnaire.

Interessou-se pelas aulas do Professor no College de France, nas quais estava sendo abordada a questão da pena de morte, no “Jounal des Débats”. O imperador concordava com sua visão, e usava do seu direito de graça para comutar a pena dos condenados pela justiça do Brasil. Pretendia atenuar as leis criminais brasileiras.

Disse, também, que a escravidão o preocupava mais que a pena de morte. No mesmo dia em que o professor teve notícia da Lei do Ventre Livre, foi ao College de France onde o imperador, tendo recusado ocupar um lugar de honra, destacava-se “pela elevada estatura e barba majestosa”.

O assunto da lição foi o direito natural do homem à liberdade, e as consequências perigosas e imorais da escravidão instituída oficialmente. Franck narra ainda o episódio em que quebrou-lhe o anonimato, falando da Lei da Abolição, iniciativa que, como já mostramos, muito contrariou S.M., que, no entanto, foi visitá-lo dias depois, na reunião semanal da Academia de Ciências Morais e Políticas.

Ali, D. Pedro recusa, mais uma vez o lugar de honra que lhe fora destinado; apenas pede para sentar-se ao lado de Mr. Franck.

Por diversas vezes, o imperador deu mostras de aprovar as opiniões espiritualistas e liberais de Franck que, no entanto, quis registrar um fato: quando o imperador soube que o professor era o presidente da Liga Nacional contra o ateísmo, que fundara em Paris, foi o primeiro a inscrever-se na associação para provar que

na grande questão da alma humana como a causa primária de todas as existências, seu espírito era guiado pela razão filosófica tanto quanto pelo espírito religioso.

Amava, mais que a tolerância, a liberdade. Ele a praticava em relação a todas as crenças e sistemas, porém, rejeitava o ateísmo e o materialismo, “nos quais via o rebaixamento da humanidade e uma ameaça perpétua à ordem social”.

Franck fez esta importante afirmação em relação a D. Pedro II: “Desejo que haja republicanos tão dedicados como esse imperador com a causa da justiça e da humanidade”.

Diz ainda que D. Pedro II justificava a máxima platônica de que “os homens só serão felizes quando os reis forem filósofos ou os filósofos forem reis”.

Mas quem era Adolphe Franck, esse filósofo que tanto encantou o imperador do Brasil?

É relevante que se conheça um pouco mais do filósofo e da contribuição que deixou, após longos anos de estudos desenvolvidos durante sua trajetória como professor, acadêmico e escritor, chegando a ter, como aluno, o imperador do Brasil.

Adolphe Franck nasceu em 9 de outubro de 1809, em Liocourt (Moselle), cidade de Lorraine, entre Metz e Nancy. Morreu em Paris em abril de 1893. Estudou na escola de rabinato de Alaincourt, depois no Colégio de Nancy e Toulouse.

Inicialmente, destinava-se ao curso de medicina. No entanto, em 1832, a Agregação de Filosofia aceitou-o como aluno, quando Victor Cousin era presidente do júri da Agregação: era o primeiro aluno de origem judaica aceito pela instituição.

“A filosofia é secularizada”, teria dito Cousin na ocasião. No mesmo ano, o jovem Franck doutorou-se em Letras, de modo excepcional, com a tese “Das Revoluções Literárias”, e outra complementar, em latim: “Da Liberdade”.

Franck fez-se receber (1837) na Société Royale des Sciences, Letres et Arts, de Nancy. Ali, proferiu, sobre o tema ecletismo, um discurso de recepção sobre “Os Sistemas de Filosofia, e do meio de os por de acordo”.

Redigiu um “Mémoire” sobre esta questão: pesquisar os fragmentos que subsistem de Demócrito e todas as passagens dos autores antigos que se ligam a essa doutrina.

Depois, é nomeado para Versalhes, após ter publicado um “Esboço de uma História da Lógica”, precedida de uma análise ampliada do Organon de Aristóteles (1838). Recebe posto no Collège Charlemagne, de Paris (1840).

Sua primeira publicação foi “Aristóteles e a História da Lógica”. Este esboço, precedido de uma análise ampliada do “Organon”, responde a uma questão sugerida, em 1836, para prêmio da Academia de Ciências Morais e Políticas: discutir a autenticidade do “Organon”, mas fazê-lo através de análise mais ampla em fazer a História, apreciando o valor desta Lógica.

O texto elaborado por Franck chega muito tarde para participar do concurso; porém, recebe o incentivo de Victor Cousin para ser publicado.

Preocupado, Franck não deseja apoiar sua Filosofia na História da Filosofia de seu mestre Victor Cousin; assim, faz uma abordagem essencial sobre as obras da Lógica de Aristóteles, mas esboça, também, uma descrição dos sistemas lógicos de Bacon, Descartes, Kant, Hegel, considerados, com Aristóteles, como os grandes mestres da Lógica e da Filosofia.

8.7.1 A Filosofia a serviço da política

Franck obtém aprovação para o ensino universitário (1840) e, graças a Victor Cousin, abre um curso livre na Sorbonne sobre a filosofia social, no qual combate o socialismo.

Após a interrupção de 1842 a 1843, tempo que aproveita para viajar à Itália, retoma este mesmo curso, em 1847.

Dentro deste quadro de ensino, prepara a brochura, que surge depois de junho de 1848, com o nome “Le Communisme Jugé pour l’Histoire”, reeditado e ampliado em 1849.

Tentado a participar da vida política em 1848, não obtém sucesso nas eleições legislativas; apesar disso, faz eleger a maioria de direita, dentro da perspectiva de luta contra o Socialismo (1870) e a Comuna.

Então faz, em Lion, uma conferência apologética sobre “O *Capital*”, publicado em brochura, dentro da coleção popular “Pequenos livros para o tempo presente”.

8.7.2 O Dicionário de Ciências Filosóficas

Por volta de 1840, começa a trabalhar como mestre, e agrupa, em torno de si, cerca de cinquenta personalidades; é igualmente infatigável como relator de um monumental Dicionário de Ciências Filosóficas¹⁹². A obra, que não tem similar ao longo do século XIX, é totalmente engajada na celebração do espiritualismo e socialmente dentro da apologia dos valores conservadores:

Existe qualquer coisa externamente e por cima deste mundo; a lama que se livra de nós através da consciência, é distinta do corpo. É preciso resignar-se aos males inevitáveis da vida, praticar caridade, afirmar o direito de propriedade, defender o casamento¹⁹³.

O conhecimento do hebraico e do alemão, faz de Franck autor privilegiado para estudar a Kabbala. Desde 1839, escreve vários memoriais sobre a origem da Kabbala, os dois primeiros apresentados por ele mesmo na Academia de Ciências Morais e Políticas, o terceiro apresentado por Victor Cousin.

Em 1843, publica “La Kabbala” ou a “Philosophia Religiosa dos Hebreus”, reeditado em 1889 e 1892. Torna-se especialista da filosofia do Oriente: em 1896, escreve “Novos Estudos Orientais”. Publica, igualmente em 1896, “Saint Martin e seu mestre Martinez Pasqualis”. Muito mais tarde, fará carta-prefácio à obra de Dr. Gérard Encausse (que publica sob o pseudônimo de Pappus), um “Tratado Metódico de Ciência Oculta” (Paris – 1811).

8.7.3 Um jovem membro da Academia de Ciências Morais e Política

Aos 35 anos Franck é eleito, ao mesmo tempo que Loius Francisque Lélut, para o Instituto de França, Academia de Ciências Morais e Políticas (20 de janeiro 1844) no lugar de William Frédéric Edwards (falecido em 23 de julho de 1842).

Esta eleição, que conta com o apoio de Victor Cousin, faz dele um dos mais jovens membros da Academia (a eleição não ocorria antes dos 42 a 45 anos, às vezes, mesmo em torno de 60 anos) mas, curiosamente, Ernest Renan será eleito um pouco mais jovem, com 33 anos.

¹⁹² A obra, de mais de 1800 páginas, é editada por Hachette, com três edições posteriores, até 1885.

¹⁹³ Acerca da Kabbala, a filosofia oriental e mística.

Ele permanecerá membro desta instituição durante perto de cinquenta anos, ou seja: até sua morte, em abril de 1893; durante todo o tempo, participa ativamente de seus trabalhos.

Entre 1849 e 1875, escreve diferentes notícias históricas sobre Cardan, Paracelsos Thomas Morus, Bodin, Maquiavel, Mably e outros, que aparecem na “Coleção das Assembléias e Trabalhos da Academia de Ciências Morais e Políticas”, antes de serem publicadas no “Dicionário de Ciências Filosóficas” ou de constituírem em elementos de seu curso na Faculdade; ou, mais tarde, no College de France.

No Instituto, profere discursos solenes: Funerais de M. Horace Say (27 de Junho de 1880). Funerais de Salomon Munk (1805 – 1867), Funerais de Joseph Garnier (28 de Setembro de 1881).

São comunicados regularmente os memoriais, que prefiguram na maioria das vezes suas obras. Seus livros chegam a parecer que se ligam à filosofia ou que combatem expressamente o socialismo. Ele participa de debates sob a forma de “Observações”.

8.7.4 No Collège de France

Suplente de Jules Barthélemy Saint Hilaire no College de France (1849 – 1852), na cadeira de Filosofia Grega e Latina, em 1852, Franck sucede a Walkemaër, como conservador adjunto da Biblioteca Imperial.

Encarregado, depois de 1854, do curso de Direito da Natureza e das Gentes no Collège de France, torna-se, por sugestão do Instituto Imperial, professor titular em janeiro de 1856, ocupando a cadeira por mais de trinta anos, reivindicando seu direito ao título de professor honorário. Participa do júri da agregação, notadamente em 1865, com Charles Lévêque, outro professor do Collège de France.

Em 1862, edita uma aula dada no Collège de France (junho, 1862) sobre a “Instrução Obrigatória”, e é neste contexto que publica, sucessivamente, uma “Filosofia do Direito Penal” (1864, reeditado em 1880, 1888), uma “Filosofia do Direito Eclesiástico, pareceres da Religião e do Estado” (1864). Uma “Filosofia do Direito Civil” (1886).

Paralelamente, começa a publicar seu estudo sobre “Reformateurs et les Publicistes em Europe”, primeiro volume em 1864 (Idade Média e Renascença), segundo em 1881 (XVII è siècle), terceiro e último em 1893 (XVIII è siècle).

8.7.5 Um filósofo popular e moralista

Como muitos universitários de renome de seu tempo, Franck é ideologicamente conservador, mas interessado na questão social; assim, participa das atividades de difusão de conhecimento junto às camadas populares, dentro de uma perspectiva de moralização social.

A título desse objetivo, coloca-se ao lado de Babinet, Geoffroy Saint – Hilaire (do Instituto), Trousseau, etc. na Associação Politécnica que, entre 1860 e 1867, organiza, com iniciativa de Évaristo Thévenin, as “Conversas Populares”, cujos textos reunidos são editados pela Hachette.

Adolphe Franck faz, em 1867, uma conferência sobre a verdade e a falsa igualdade, e uma outra sobre a Família.

Publica, dentro dos domínios que interessam, particularmente à filosofia, “Filosofia e Religião” (Paris, 1867) e outra parte sobre a Moral. Escreve, também, para o ensino secundário especial (Paris, 1868); destinada ao grande público: “Moralista e Filósofos” (Paris, 1872; reeditado em 1874), ou ainda, da Hachette, “A Moral para todos” (Paris, 1880).

8.7.6 A Sociedade de Estudos Judaicos

Desde 1882, participa das atividades da Sociedade de Estudos Judaicos, criada em 1881, Alí, faz conferências regularmente: A Religião e a Ciência (novembro/1882), O Pecado Original e a Mulher (dezembro/1885). O Panteísmo Original e o Monoteísmo hebraico (janeiro/1889).

Entende-se porque o extraordinário cabedal deste homem atraiu o imperador brasileiro, cronicamente ávido de conhecimento, principalmente de estudos judaicos.

8. 7.7A Liga Nacional contra o ateísmo

Esta liga é criada em 1886. A ela aderem os livres-pensadores, os deístas e os espiritualistas, como Jules Simon e Flammarion. Franck ainda funda e dirige, a partir de junho de 1888, *La Paix Sociale*, órgão da Liga Nacional contra o ateísmo.

No contexto desta Liga, faz sua primeira conferência (março/1891) sobre a ideia de Deus, dentro de suas relações com a ciência, onde aponta, como inimigo comum, o ateísmo; do mesmo modo, o materialismo e o positivismo. Ali também faz uma conferência sobre a Alma (1888), e sobre a ideia de Deus, dentro de suas conexões com a ordem social (dezembro/1892).

D. Pedro II, na ocasião, teria encabeçado a lista dos que aderiram à Liga.

8.7.8 Mandatos e distinções

Adolphe Franck colabora no “*Journal des Débats*”, escrito dentro do “*Journal des Savants*”. Membro do Instituto (Academia de Ciências Morais e Políticas) é, ainda, vice-presidente do Consistório Israelita, membro do Conselho Superior de Instrução Pública, Cavaleiro da Legião de Honra (dezembro/1844), oficial (agosto/1862), comandante (agosto/1869).

É por essa trajetória, rica de contribuição à filosofia, ao conhecimento de um modo geral, que é pertinente transcrevermos, aqui, e encerrando os dados sobre Adolphe Frank, a carta deste para Benjamim Mossé, o Rabino de Avinhon, biógrafo de D. Pedro II, onde narra alguns fatos envolvendo o imperador do Brasil.

No texto, deixa claro o que pensava sobre o monarca, qual sua visão sobre ele, seu pensamento e seu governo, num país tão distante, onde seres humanos eram escravizados. A carta foi fonte importante, que muito enriqueceu o texto de Benjamim Mossé. Eis o texto, com o qual encerramos esta rápida abordagem:

Meu caro senhor Mossé

Não esqueci que V.S. pediu um relato dos meus contatos com S.M. o Imperador do Brasil, Dom Pedro de Alcântara. Vou tentar aceder ao seu desejo, ressuscitando acontecimentos já bem antigos. Mesmo empalecidos pelo decorrer do tempo, eles não são esquecidos e nada me impede de

falar deles com todos os pormenores.

Foi em 1871 que meu amigo, o Conde de Gobineau, embaixador da França no Brasil e então passando férias em Paris, me apresentara ao Imperador Dom Pedro, residindo, há certo tempo, no Grande Hotel. O Imperador me recebeu como um velho conhecido e me honrou assegurando (o que permito ao senhor duvidar) que ele tinha lido a “Kabbala” e o “Dictionnaires des Sciences Philosophiques” e uma quantidade de artigos de minha autoria.

Nesse primeiro encontro, que durou bastante tempo, Dom Pedro convidou-me a voltar e me perguntou os horários de minhas aulas no Collège de France. Voltei a vê-lo, pouco tempo depois, e ele falou longamente da pena capital. Bem sabia que essa era uma questão que me tinha preocupado muito, e da qual tinha tratado de maneira bastante extensa num dos meus livros e no “Journal des Débats”, e que eu não considerava o cadafalso uma instituição imutável. Ele me disse que concordava plenamente comigo. Não ousando propor a seu Parlamento a abolição imediata da pena capital, usava seu direito de comutar a pena dos criminosos que a Justiça de seu país condenava à morte. Confiara-me, ao mesmo tempo, que tinha esperança de introduzir considerável mitigação na legislação criminal do Brasil.

E aqueles que não são culpáveis, atrevi-me a perguntar, e que são sujeitos, pela lei, a todas as aflições que a crueldade humana possa imaginar, o que V.M. vai fazer por eles? Apenas deixando-me acabar, ele respondeu: “Eu compreendo. O problema da escravidão me preocupa mais ainda do que a pena de morte. Mas falaremos neste assunto numa outra ocasião”.

Passaram-se algumas semanas desde o segundo encontro, quando li nos jornais que, proposta pelo Governo, fora promulgada uma lei no Brasil declarando livre, no futuro, qualquer criança nascida de uma mulher e de pai escravos. Isto não significava ainda a abolição da escravidão, mas a esperança de sua realização num futuro próximo.

No dia em que foi anunciada esta boa notícia, fui, como de costume, ao Collège de France, para dar minha aula. Logo que me viu, o bedel me avisou que se encontrava no meu auditório um monarca que tinha recusado, decididamente, qualquer lugar de honra. Não me foi difícil adivinhar que se tratava do Imperador Dom Pedro, aliás facilmente reconhecível pela sua alta estatura e barba majestosa. Escolhi como tema da minha aula o direito fundamental do homem à liberdade e as consequências, ao mesmo tempo perigosas e amorais, da escravidão, sancionadas pelos costumes ou pelas leis. Antes de terminar, dirigi aos estudantes palavras neste sentido: Essa instituição horrorosa está chegando ao fim até no Novo Mundo. Hoje mesmo ela recebeu o golpe mortal por um soberano daquele continente. E esse soberano está na França neste instante, está em Paris, está no meio de vocês neste recinto [...]. Imediatamente, Dom Pedro foi reconhecido; todos os olhares se voltaram para ele e as aclamações entusiásticas o seguiram até que ele se refugiou no meu gabinete. “Saiba”, me disse, vendo que estávamos a sós, “que considero o senhor um traidor! Eu tinha recomendado tanto e o senhor tanto me prometera não prestar atenção à minha presença”.

Não acreditava ter-me posto de mal com o Imperador por causa desse acontecimento. De fato, num sábado, dia da sessão hebdomadária da Académie des Sciences Morales et Politiques, Dom Pedro fez uma visita ao Instituto. Conforme o protocolo, o comissário queria levá-lo a um lugar de destaque. “Não”, disse o Imperador. “Indique somente a cadeira do sr. Franck e permita sentar-me perto dele”. Ele não era fácil de contentar: eu tive de indicar os nomes de todos os meus colegas e citar os títulos de suas obras. A sessão tinha terminado há muito tempo, antes de minha tarefa estar acabada.

Não me é possível enumerar todas as circunstâncias nas quais o Imperador Dom Pedro me fez a honra de demonstrar sua benevolência e a atração que ele sentia pelas opiniões liberais. Há um exemplo que gostaria de mencionar: Tendo ele notícia que fora fundada em Paris uma liga contra o ateísmo e que eu era seu presidente, foi ele um dos primeiros a permitir a inscrição de seu nome entre os sócios-honorários. Naquela ocasião, ele me mandou uma carta, inspirada nas mais elevadas considerações políticas e sociais. Demonstrou que, nesta questão importante das relações da alma humana com a Primeira Causa de toda existência, seu espírito era guiado tanto pela razão filosófica, quanto pelos sentimentos religiosos. Ele amava, não vou dizer a tolerância, mas a liberdade. Ele a praticava com referência a todos os credos e todos os sistemas; mas não podia suportar o ateísmo, nem o materialismo. Via neles um desprezo à Humanidade e uma ameaça constante à ordem social. Falo dele no tempo passado, porque, para mim, ele existiu somente nos limites dos contatos havidos com os quais ele me honrou. Oxalá, haja muitos republicanos tão dedicados à causa da Justiça e da Humanidade como este Imperador. Se Platão o tivesse conhecido, teria visto reconfirmada sua norma favorita: - Os homens só serão felizes quando os reis serão filósofos e quando os filósofos serão reis. – Nem por isso preciso acrescentar que a filosofia de Dom Pedro nada tinha em comum com aquela do prussiano Frederico II.

Caro Sr. Mossé, entrego estas linhas informais à sua inteira disposição, deixando ao seu critério destruí-las ou inseri-las no livro que V. S. pretende publicar. Seja o que resolver, subscrevo-me com alta estima e consideração.

Ad. Franck

Paris, 31 de março de 1889.

9 BENJAMIN MOSSÉ (1832 – 1892) GRÃO RABINO DE AVIGNON E ESCRITOR

No decorrer desta pesquisa, pudemos perceber o papel relevante de Benjamim Mossé, ainda que um pouco tardio, na história do império do Brasil. Uma afinidade enriquecedora para ambas as partes nasceu entre ele e o imperador D. Pedro II, talvez em função de interesses que tivessem em comum, como o aprofundamento do estudo da língua hebraica, e os assuntos ligados à educação.

Benjamim Mossé é citado inúmeras vezes na historiografia brasileira, por seu envolvimento com a biografia do imperador, escrita em francês. Mantiveram eles, ainda, interessante correspondência, que chegou até nós graças ao acervo de arquivos brasileiros. Por esta razão, julgamos por bem saber mais a seu respeito: quem era, o que pensava, quais os objetivos principais de seu trabalho, como rabino e como oficial de educação pública.

Nomeado para um posto provavelmente criado, em 1859, pelo Ministério de Instrução Pública e Cultos do Estado de Avignon, por sua causa, Benjamim Mossé foi o primeiro e último rabino de origem comtadine. Exerceu seu mandato com energia incomum, por mais de trinta anos, até seu falecimento. Sob sua orientação, estiveram em atividade, além de Avignon, as comunidades israelitas de Carpentras, Cavaillon, l'Isle sur la Sorgue e Orange.

Republicano e patriota, membro da Academia e da Instrução Pública, *membre correspondant* da Academia Real de Madri e da de Marselha, foi homem de abertura, e progressista. Pai de seis filhas, acrescentou, às funções rabínicas mal remuneradas, as de diretor de um pensionato para moças israelitas; mas, sobretudo, as atividades de homem de letras.

Diretor-fundador da revista de instrução religiosa *La Famille de Jacob*, autor de romances numerosos, manuais de instrução cívica e tradutor de hebraico, foi uma das últimas figuras de rabino provençal erudito, defendendo ainda, às vésperas do *affair* Dreyfus, uma visão messiânica da Revolução Francesa, que havia emancipado seus antepassados.

Mais de um século após sua morte, ele permanece, para seus descendentes, como o Grão-Rabino de Avignon, cuja vida e obra merecem ser melhor conhecidas.

Este valoroso descendente dos judeus do Papa, sempre fiel às suas modestas origens, é tido como modelo para o futuro.

Mesmo separado por quatro gerações de judeus “des carrières”¹⁹⁴, durante vários séculos, e sendo descendente dos judeus do Papa, Benjamim passa do ghetto ancestral à função pública de rabino, dentro da antiga e imensa cidade pontifícia.

Para ele, a memória do “ghetto” não está apagada, e é com gratidão que, um século depois da entrada dos judeus no seio da sociedade francesa, ele comemora a destruição definitiva do “ghetto” de Carpentras. Se hoje, a título histórico, podemos lamentar que não subsista sequer vestígio concreto fora de sua sinagoga, tal não parece ser a visão de Benjamin Mossé que, em 1890, não alimentava qualquer nostalgia por esses laços vergonhosos. Disse, ele:

Estas ruas profundas, estreitas e infectas, sem espaço, sem ar, sem sol, onde nossos antepassados de Carpentras eram constrangidos, por leis iníquas e bárbaras, a viver fechados dentro de uma prisão, e de onde os fez sair a imortal Revolução de 89, vêm, finalmente, a ser condenadas a cair sob a picareta do demolidor, graças à solicitude patriótica de um ilustre filho de Carpentras, M. Isidore Moricelly Âine, o grande moageiro de Marselha, ao qual nós devemos a bela existência e as boas obras, num livro que leva seu nome.

Jacob e Anna, pais de Benjamin, Rachel e David, pertenciam a larga parentela que, tradicionalmente, praticava casamentos endogâmicos entre os judeus do Papa: entre estes, encontram-se Mossé em grande número, Carcassone, Crémieux, Milhaud, dispersados nas diferentes cidades do Midi, mais particularmente em Nîmes, Orange e Marselha.

Quanto à formação, Benjamin foi aluno do grão-rabino de Marselha, Michel Cohen, e aí encontramos os primeiros sinais da formação que o conduzirá às funções de rabino. Ele obtém bolsa do Consistório Israelita de Marselha, para se formar na Escola Rabínica da França, em Metz.

Em 1873, ocasião de sua candidatura ao posto de grão-rabino do Consistório de Marselha, Benjamin precisa ser premiado, ou ter sido premiado pela Escola Central Rabínica da França, o que ocorre em 27 de agosto de 1855, a partir do

¹⁹⁴ Das ruas

exame extraordinário feito pelo falecido M. Ulmann, Grande Rabino da França.

Depois de três anos de estudos complementares, em 20 de abril de 1858 e aos vinte e três anos, ele ascende ao grau de Grão-Rabino, por uma das últimas nomeações concedidas em Metz.

Um ano mais tarde, depois de ter assegurado alguns meses de curso de instrução religiosa para moças israelitas em Metz, o Consistório Israelita de Marselha notifica Benjamim, pelo correio e em 10 de abril de 1859, da instalação de suas funções rabínicas nas comunidades de Avignon, Carpentras, Cavaillon, Orange e l'Isle sur la Sorgue; ele pode, agora, se casar com uma companheira de sua juventude, Justine Astruc, nascida em Orange em 26 de agosto de 1835, e filha de Moïse Astruc, comerciante ambulante, e de Bengude Mossé.

Nove meses após o casamento, nasce Noémie, registrada em 28 de junho de 1860, o que leva ao auge o jovem casal. Entretanto Justine não a verá crescer, pois falece no ano seguinte, sendo sepultada no grande cemitério israelita de Carpentras; sua tumba, recuperada e capinada em 1996 graças aos cuidados de Joseph Amar, presidente da Associação Israelita de Carpentras, traz, no epitáfio, longo poema de amor de Benjamin Mossé, inspirado no Cântico dos Cânticos:

Justine Mossé, filha de Moïse e de Bengude Astruc, mulher de Benjamin Mossé, rabino de Avignon, morreu em Orange, aos 27 anos, em 6 de setembro de 1861, décimo dia do Hosh Hoshaná, 5622.

Filha piedosa e virtuosa esposa, mãe terna, modelo de todas as virtudes, sua bela alma repousa no céu. Revestida de força e majestade, ela sorriu no seu último dia. Das numerosas filhas que foram virtuosas, tu, Justine, supera todas.

Justine, ó meu amor! Anjo puro de meu coração, tu não estás mais perto de mim para fazer minha felicidade. O Eterno quis te arrebatrar de minha paixão e dar uma imensa angústia à minha alma. Pois um véu fúnebre foi jogado sobre meus dias tristes e inertes privados de teus amores.

Teus restos estão aqui: lugar santo que eu venero, onde eu virei choroso derramar minha prece, pedir ao Senhor que vem me afligir que eu precisarei ficar no vale escuro das sombras.

A bela alma, ó Justine, ó minha bem amada, feliz e pura no céu, de tua morada divina, tu descerás alegre junto de Benjamin, para trazer a calma a sua dor extrema. Porque tu sabes que ele te amava, ó, sim, mais que a ele mesmo. Tu sabes que ele te ama ainda, que te amará sempre. De um amor infinito! Do mais puro dos amores!

Benjamin Mossé publicou, igualmente, o texto deste epitáfio na *Família*

de Jacob, fazendo disto uma resposta aos que pensavam que sua dor o faria abandonar a carreira rabínica.

Não, eu não abandono de jeito nenhum a carreira rabínica, à qual meu coração é consagrado desde a mais tenra infância, e que me custou os mais belos anos de vida. Nela minha alma abrevia minhas angústias, encontrando as consolações de que ela tanto precisa [...] no cumprimento consciencioso dos grandes e nobres deveres que me impõem as funções sagradas. Que meus amigos se tranquilizem. Eu não descumprirei de jeito nenhum o santo mandato do qual me investiu a Providência. Bem ao contrário, eu me esforçarei para me tornar cada vez mais digno, redobrando o zelo, a devoção e a abnegação, persuadido de que as boas obras que poderei fazer neste mundo refletirão a alma virtuosa de minha bem-amada companheira que, do lugar de sua moradia bem-aventurada, me assistirá em todos os meus esforços e me sustentará com seu amor.

Com efeito, ele prossegue, com o mesmo zelo, com suas funções de rabino; mas também se esforçará para esconjurar sua dor, através de uma obra de título evocador: “Un ange du ciel sur la terre” (Avignon, 1864), cuja heroína, Zadécia, é uma transposição, apenas disfarçada, de sua jovem esposa falecida.

O enredo lembra muito o casamento do própriorabino. Assim, sob forma romaneada, “Un ange du ciel sur la terre” é, também, uma obra autobiográfica, que revela bem os aspectos da vida do rabino e de sua família.

Entretanto, será preciso que Benjamin Mossé supere sua dor e que não permaneça sozinho, assim como a Bíblia prescreve a todos os homens. Estimulado por seus parentes e pelos membros de sua comunidade, ele desposa, em 1865, Justine Mossé, uma jovem prima de dezoito anos.

As últimas obras de Benjamin Mossé são assinadas como escritas em “Vila de Monclar”. A casa em que ele residiu existe, ainda, mas não pertence aos descendentes dele. Entretanto, uma de suas netas disse que vai sempre ali, desde antes da Segunda Guerra Mundial, para admirar a magnífica roseira que Benjamim ali plantou.

A saga familiar guarda a lembrança de um rabino muito trabalhador, a quem nem suas filhas tinham o direito de incomodar quando estava produzindo. Sem ser profano, ele recebia muito do que ocorria no mundo, e sua porta estava sempre aberta a quem viesse pedir ajuda ou conselho, ou simplesmente para comer.

Suas cinco filhas foram todas instruídas apenas até o ensino elementar:

apenas Noémie, nascida do primeiro casamento, obteve, em 1878, o magistério. Exerceu a profissão de professora até algum tempo antes de seu casamento. Antes disto publica, na *Família de Jacob*, uma série de artigos e poemas em língua provençal.

Após dolorosa enfermidade renal, Benjamin Mossé morre, em julho de 1892 e aos 59 anos de idade, na casa de sua filha Eva; do registro de falecimentos do Consistório Israelita de Marselha, consta que ele foi sepultado no dia seguinte, na rua judaica do cemitério de Timone, onde sua tumba foi redescoberta, e renovada recentemente por um de seus descendentes, Léonce Guénoun. Sabe-se que sua morte ficou, por várias semanas, ignorada pelos rabinos de Paris.

Por uma particularidade assaz estranha [...] a morte de M. Le Rabbin Mossé, sobrevinda há mais de três semanas, não chegou a nosso conhecimento, senão nos últimos dias.

A Alliance Universe Israélite publicou um necrológio mais detalhado:

Mais de uma vez, neste espaço, temos a obrigação de mencionar a perda de um de nossos alunos, atingido por um golpe imprevisto. Mais imprevista que tudo, foi a morte desse intrépido rabino de Avignon, que não tinha sessenta anos, que começou, aos vinte e cinco anos, a dupla carreira rabínica e literária, e que sua vigorosa saúde, sua atividade fecunda e infatigável, parecia prometer ainda uma série de longos dias...

Assim Benjamim Mossé encerrava sua trajetória de trabalho intenso e dedicação extrema, não só à causa dos judeus “des carrières” como aos da França emancipada.

Parte dos descendentes de Anna Mossé, a quinta filha de Benjamim, vive, hoje, em Israel. A última filha do Rabino, Clémence, que se casou com Jules Jacob Crémieux, foi deportada sem retorno para Auschwitz, em 23 de dezembro de 1943, com a idade de sessenta e dois anos. Ela tinha duas filhas, Adèle e Mireille, cujo esposo, Léon Naquet, nascido em 03 de julho de 1904, em Toulon, foi preso em Marselha em dezembro de 1942, e também deportado para Auschwitz, de onde jamais retornou.

Este foi um pesado tributo que, imposto pela política antijudaica de Vichy, foi

pago, também, por uma família francesa muito antiga.

9.1 O RABINO E O BARÃO DO RIO BRANCO

Quando lemos a biografia de D. Pedro II assinada por Benjamin Mossé, Grão-Rabino de Avignon, é possível perceber, claramente, detalhes surpreendentes sobre o Brasil, além da riqueza documental das informações contidas em suas páginas: o exemplo mais marcante disto, é o capítulo referente à Guerra do Paraguai, que contém informações minuciosas, comentários e referências documentais, dignas de um especialista.

Porém, como explicar que o pretenso autor do livro *D. Pedro II, l'empereur du Brésil*, sendo europeu, pudesse escrever sobre coisas brasileiras com tanta propriedade e conhecimento? Em que fontes teria ele bebido tantas informações exatas, sendo que o que se escrevia sobre o Brasil, à época, no exterior, era pouco e, ainda assim, eivado de equívocos, inverdades e distorções?

Na verdade, a biografia do imperador, recheada de informações, parece ter sido escrita, em sua maior parte, pelo Barão do Rio Branco, que aproveitou a ideia inicial e a intenção de Benjamin Mossé, como parte de um projeto para divulgar o Brasil entre as nações estrangeiras.

O Barão reunia, em sua casa, numerosos trabalhos de História e Geografia do Brasil, obras raras e de alto custo, além de uma coleção de retratos, hoje no acervo do Itamarati; em cidades da Europa e do Brasil, amigos serviam-lhe de correspondentes para estudos e trabalhos históricos: do Rio de Janeiro, Capistrano de Abreu e o Barão Homem de Melo, enviavam-lhe cópias de documentos da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a seu pedido, amigos fizeram pesquisas em arquivos e bibliotecas internacionais: Assis Brasil em Lisboa, Gérardot em Londres, na Royal Geographical Society; Pedro Américo, na Itália. Ele próprio, costumeiramente, ia à Livraria Charentat, em busca de livros velhos sobre o Brasil.

O que Juca Paranhos – como era tratado pelos amigos – conhecia, surpreendia até os especialistas, fazendo jus à sua fama era de ser o brasileiro que mais conhecia seu país: foi ele quem escreveu a *História militar e diplomática do*

Brasil.

Seus contemporâneos sentiram toda a extensão de seus conhecimentos, e ele se tornou consultor para os que se ocupavam da História do Brasil; era o conselheiro de Lavasseur, Elisée Reclus e de Capistrano de Abreu, que dizia dele: “houvesse dez brasileiros como V. Excia. em diversos pontos da Europa que, em dez anos, nossa história mudaria de feição”¹⁹⁵; ainda, num artigo sobre Varnhagen, ele alude a “Silva Paranhos que conhece as questões do sul como ninguém, o único que podia esclarecer aquele labirinto intrincadíssimo do Rio da Prata”.

A imagem do Barão do Branco historiador, reflete-se nas palavras de Eduardo Prado, seu amigo íntimo, com autoridade para registrar a impressão de seus contemporâneos:

O fim de sua vida foi conhecer o Brasil, no seu solo [...] no seu céu, nas suas raças, na sua vida no passado, nas condições de sua existência no presente e na sua capacidade de crescimento e de grandeza no futuro. A erudição que conseguiu ter a respeito do Brasil é [...] salomônica. O rei de Judá conhecia [...] desde o hissopo, o musgo [...] até o cedro do Líbano [...] o inseto nas relvas [...] até o leviatã dos mares. O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil, é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever sem esquecer uma minúcia [...] Leu tudo quanto há impresso, copiou ou fez cópias de todos os manuscritos [...] esclareceu [...] corrigiu [...] e ampliou todos esses livros, e com o mundo das suas notas, poderá ele um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil, que será um monumento.¹⁹⁶

O século XIX valorizou o passado através de sua paixão pela História. É, por assim dizer, o século da História; e, talvez, os cânones do Romantismo, que preconizavam a busca das raízes no passado, tenham contribuído muito para descerrar a cortina do desconhecido, agora presente, a despertar a paixão pela busca, pela pesquisa do ontem; e no século da História, a liberdade da crítica emerge da liberdade de pensamento, que traz, à luz, o subjetivo, que descortina nova visão de mundo; Juca Paranhos é homem dos oitocentos e de sua evolução cultural, sobretudo porque passou a maior parte de sua vida inserido no contexto da civilização europeia.

Vinte anos de História e de Geografia são parte de sua formação política,

¹⁹⁵ Abreu, Capistrano de. *Ensaio e estudos*, série 1, p., 215-216. Rio de Janeiro, 1931

¹⁹⁶ Prado, Eduardo. *Coletâneas*, v. I, p. 340/341. São Paulo, 1904

começando, desde os tempos acadêmicos, a educação do estadista: sua tendência aos pormenores, sem o vivo sentimento humano que existia dentro dele, seria apenas uma mania de erudito sem horizonte, e vaidoso; mas, em Rio Branco, havia um sentimento, um desejo de compreender: era o patriotismo que pulsava forte, e sua capacidade de amar o Brasil na sua terra, na sua gente.

O patriotismo de Rio Branco era puro amor à Pátria, à pátria que ele jamais esquecia, mesmo estabelecido na Europa durante a maior parte de sua existência. Esse amor, identificado com sua própria personalidade, era um sentimento que se dilata no exílio, e seu trabalho de historiador é uma forma de patriotismo, sentimento que buscava apoio no conhecimento objetivo do Brasil. E foi com este sentimento amoroso que ele serviu como advogado, e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

De Rio Branco pode-se dizer o que o historiador Thomas Arnold dizia a um de seus amigos: que ele sentia, na contemplação e no exame de um mapa, a mesma emoção que um artista da pintura sentiria ante um quadro de Rafael.¹⁹⁷

Paranhos Jr. aprendeu, desde cedo, a empregar os fatores geográfico e histórico para a compreensão política e para a orientação do governo. Tudo o que escreveu, refletia esta extraordinária faceta do historiador apaixonado, ao mesmo tempo criterioso, dedicado, isento, desapegado. Tudo o que escreveu tinha em vista o engrandecimento do Brasil.

O obra *Efemérides brasileiras*, ele a escreveu por toda parte e nos lugares mais inusitados: programas ou convites de festas, envelopes, cadernos de notas, etc., ocupação que lhe agradava porque exercitava a memória e a vigilância do espírito. Foi publicada em 1892.

Escreveu a biografia do pai, Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), como um dever e uma obrigação, logo após a morte do biografado; tentou ser enxuto e isento, sufocando a quase idolatria que nutria pelo pai: esta obra é mais a história do político, do estadista, do que da figura humana e de sua personalidade. Para isto, manteve o caráter de relatório, de informação, sem interpretações psicológicas.

¹⁹⁷ Gooch, G.P.. "História e historiadores em el siglo XIX", p. 322. México, 1942. In: *Rio Branco*, de Álvaro Levis, v. 3 25. Brazilianas. Cia. Ed. Nacional, 88 - 1965

Como em todas as suas obras, também esta é um repositório de informações originais, e esta biografia constitui-se em documento de ligação entre os dois Rio Branco: um documento do amor do filho pelo pai.

O ano de 1889, coincidindo com a Exposição de Paris, assistiu a excepcional atividade intelectual do Barão do Rio Branco: os trabalhos do volume “Le Brésil”, separata da *Grand Encyclopédie*; a síntese da História do Brasil para o livro *Le Brésil* é, neste ano, publicada pelo Comité Franco Brézilian da Exposição de Paris; também a biografia de D. Pedro II, assinada por Benjamin Mossé, sob o título de *D. Pedro II, l’empereur du Brésil*.

Na ocasião, ele trabalhava intensamente, por dias, quase sem dormir, a não ser por algumas horas. De tarefas de emergência, acabou por fazer obras valorosas, como foi o caso da colaboração em *Le Brésil*, da qual resultou *Esquisse de l’histoire du Brésil*; a parte brasileira da *Grand Encyclopédie*, é obra resultante de sua competência e tenacidade: à sua amizade com Lavasseur, deve-se que o Brasil tenha ocupado, numa publicação estrangeira, um número de páginas maior que a Inglaterra; ressalte-se que recusou remuneração da *Grand Encyclopédie*, desde que pudesse escrever longa e livremente. Fez muitas correções e acréscimos no texto de Lavasseur, e o próprio imperador deu sugestões, e colaborou com um trabalho sobre a língua tupi.

Aproveitando a intenção de Benjamin Mossé, Rio Branco acabou por escrever quase todo o livro *D. Pedro II, l’empereur du Brésil*, publicado em 1889. Essa biografia estava no mesmo espírito de divulgar, na Europa, as figuras e os assuntos brasileiros, em cujo centro estava o imperador, admirado e respeitado, na Europa, por sua cultura e por sua envergadura moral.

A elaboração e a publicação desta biografia representavam, também, oportunidades para expressão de seus sentimentos monárquicos, que provinham de convicção de caráter histórico: para ele, a unidade do Brasil era fruto nascido menos da língua e da religião, do que do sistema monárquico. Em outras palavras: a monarquia plasmou a unidade nacional.

Sem menosprezo ao gênio de Simón Bolívar, Rio Branco atribuía a integridade do Brasil ao princípio monárquico, sem o qual teria se fragmentado, como o mundo hispano-americano. A partir desta concepção, no decorrer de todo o

volume, ele combate o federalismo, ao mesmo tempo em que demonstra que as revoluções do período regencial estavam ligadas à paixão federalista, que tinha, como objetivo, chegar ao separatismo.

Porém, Rio Branco se enganou, como mostra esta frase profética, que finaliza a biografia do imperador: “Il continuera longtemps encore à faire le bonheur de ses sujets”. Talvez tenha sido engano consciente, vez que Rio Branco estava convencido da impossibilidade do Terceiro Reinado:

Apesar dos dados históricos, o livro assinado por Benjamin Mossé, pela presença do biografado e pelos sentimentos do biógrafo – participava da atualidade com o espírito polêmico que sentimos ainda hoje na sua leitura. Era como que uma resposta à propaganda republicana no Brasil¹⁹⁸.

Numa carta a Joaquim Nabuco, Rio Branco diz que “o Mossé vai passar uma sova nesses republicanos que tão mal compreendem a liberté, égalité, fraternité”¹⁹⁹.

Para ele, o Brasil devia sua unidade e estabilidade como país, mais à instituição monárquica do que à pessoa do imperador. Sob este aspecto, faz um histórico da vida pública brasileira, opondo, ao apregoado liberalismo republicano, o quadro da democracia e da liberdade, sob a constituição do império, com irrestrita liberdade de pensamento e de palavra, além do livre jogo político dos partidos: “Ajoutons que la liberté de la presse et la liberté de la parole dans le réunions publiques, son entière au Brésil [...]. La liberté de la presse e la caricature n’a pás de limite au Brésil”.

Era o que ele mais orgulhosamente sinalizava para os europeus: um país de instituições livres, progressistas, sob a liderança de um rei democrata, servidor do Estado como qualquer outro cidadão, companheiro e protetor dos letrados, artistas, homem do povo nas audiências públicas do Paço, onde ouvia a quem quisesse participar, peticionando, informando, criticando, colocando suas questões.

Indubitavelmente, o autor desta biografia de D. Pedro II é o próprio Juca Paranhos. Em 1889, ele escrevia ao Barão Homem de Melo:

Neste momento (reservado), estou terminando a revisão de provas de uma

¹⁹⁸ Idem, *op. cit.*, p. 498

¹⁹⁹ Arquivo do Itamaraty

espécie de biografia do Imperador, que vai aparecer como trabalho de um Sr. Benjamin Mossé de Avignon. Dará trezentas páginas. Fiz isso a correr, em setembro. Não desejo mesmo que passe como trabalho meu.

E, ao próprio imperador:

Desejo que V. M. seja o primeiro brasileiro a ler esse livrinho que escrevi quase todo visando muito ao efeito que deve produzir não só no estrangeiro, mas principalmente no Brasil. Por isso, tratei de certas questões de atualidade como homem muito alheio às paixões partidárias, e que só deseja que o Brasil continue a ser o que tem sido no glorioso reinado de V.M.: um Brasil unido, próspero, feliz e respeitado.²⁰⁰

Há muitos outros trechos de cartas que fazem referência à autoria de Rio Branco quanto a esta biografia; como exemplo, dele próprio ao Barão Homem de Melo, em setembro de 1889:

Eu estimei muito ler o juízo de V. Excia sobre este livrinho, filho meu muito dileto e homenagem que mui desinteressadamente prestei ao nosso velho imperador, nos dias agitados que atravessamos, em que um vento de insônia parece ter passado por nossa terra.

O próprio Mossé escrevia a Rio Branco: “Nosso livro, porque ele é mais seu do que meu”²⁰¹; no seu exemplar, Joaquim Nabuco escreveu a seguinte nota: “Diversas referências a mim. Este livro foi escrito por Paranhos”²⁰².

Rodolfo Garcia declarou que o capítulo sobre a Guerra do Paraguai, nesta biografia de D. Pedro II, só o Barão do Rio Branco estaria em condição de escrever: “Só em parte Rio Branco objetivou esse projeto: no resumo da Guerra do Paraguai que escreveu para a biografia de D. Pedro II, assinada por Benjamin Mossé”.

Um mês antes da República, Rui Barbosa, que vivia um momento de apogeu, tendo seus artigos lidos e suas palavras ouvidas por todo o país, publicou seu artigo de redator-chefe do Diário de Notícias: desta vez, sem cunho político, mas um longo estudo sobre a parte brasileira da *Grand Encyclopédie*. Exalta o nome e o trabalho de Paranhos Jr., dizendo que “o vasto espaço aberto por essa monografia ao Brasil,

²⁰⁰ Arquivo do Itamaraty.

²⁰¹ Arquivo do Itamaraty.

²⁰² Biblioteca do Itamaraty.

em uma obra monumental e de circulação universal como a *Grand Encyclopédie*, constitui, para nossa pátria, verdadeira conquista”.

O artigo chegou às mãos do Barão do Rio Branco com uma carta de Rodolfo Dantas, que agradece

o estudo de V. Excia, escrito com tão superior competência e tão generosa benevolência, é a maior honra e a maior animação que pela imprensa tenho recebido até hoje²⁰³.

Outros elogios chegariam dos mais diferentes lugares, como se fizessem uma combinação para tirar o nome de Rio Branco da obscuridade em que esteve imerso até então. A respeito do artigo de Rui sobre o papel de Rio Branco na *Grand Encyclopédie*, Rodolfo Dantas ressalta, na carta:

Daqui a alguns dias, ele publicará outro artigo que lhe enviarei sem demora, a propósito do livro sobre o Imperador, que os nossos grandes jornalistas e literatos atribuíram ao conhecido escritor Mossé, etc., etc. Discretamente, o público saberá de quem o livro é; particularmente e entre muitos outros, ao nosso amigo Homem de Melo, já eu o disse, informando bem sobre quem é o pobre Mossé.

Como se escreve a história em nossa terra, Sr. Juca, e como para amar o nosso próprio torrão, é preciso afastar os olhos do que se escreve dentro e em nome dele²⁰⁴.

9.2 O LIVRO “D. PEDRO II, EMPEREUR DU BRÉSIL”, HOMENAGEM DE BENJAMIM MOSSÉ AO IMPERADOR

Na Alliance Israélite Universelle de Paris, há documentos referentes à vida e ao trabalho de Benjamim Mossé, Grão- Rabino de Avinhon.

Suas atividades como rabino, tradutor e escritor, seu interesse especial pela educação, foram ponto de convergência e de afinidade com D. Pedro II, que também se interessava pela instrução pública em seu país e até no estrangeiro, como vimos anteriormente.

Mossé participou desta obra, tendo estado duas vezes em contato direto com

²⁰³Arquivo do Itamarati.

²⁰⁴Arquivo do Itamarati.

o imperador e com o Barão de Nioac, camarista de S.M. Como ele mesmo afirma no texto, sobre o imperador: “Recebeu-nos com amabilidade e simpatia”.

Quanto ao Barão do Rio Branco, que residiu muito tempo em Paris, empenhou-se na biografia, visto que era interessado em animar o imperador, combalido pelas mazelas da política e por seu delicado estado de saúde.

Grandepatriota, monarquistaconvicto, Rio Branco forneceu, ao Rabino Mossé, fontes e farta documentação para elaboração do livro que, escrito em tom laudatório sobre o imperador, é fartamente documentado, e traz a seriedade de um autor que está comprometido com a verdade.

O livro “*Rio Branco*” de Álvaro Lins, uma das fontes impressas que consultamos, faz inúmeras referências ao livro assinado pelo Grão-Rabino de Avinhon.

Profundamente comprometido com o Brasil enquanto pátria que amava com desvelo e enquanto nação que representava como cônsul na Europa durante duas décadas, José Maria da Silva Paranhos Júnior afirma, textualmente, que praticamente foi ele quem escreveu o livro do Mossé, aproveitando-lhe a intenção de editar uma biografia de D. Pedro II. Indubitavelmente, a quantidade de documentos que Rio Branco forneceu ao autor, deu-lhe o direito de fazer semelhante afirmação.

Talvez isto explique o que comentamos anteriormente, em relação à pesquisa documental que o livro apresenta, tornando-se uma obra quase toda baseada em citações que o autor, com probidade e transparência, coloca entre aspas, na maior parte do texto para evidenciar que não se trata de afirmações de sua autoria.

Com isso, Mossé mostra quão exaustivamente procurou comprovar suas afirmações em relação à figura expressiva do imperador do Brasil, cujas qualidades ele próprio, impressionado, fez questão de levar ao conhecimento do público leitor, através da biografia mais apurada.

Num outro momento da pesquisa, será pertinente examinar, mais a fundo, a correspondência pessoal de Rio Branco com o imperador, a quem ele devotava profundo respeito e admiração, servindo-o e ao Brasil com lealdade e eficiência, na Inglaterra e Paris, durante cerca de vinte anos.

Nasceu entre D. Pedro II e o rabino Mossé, além das afinidades, objetivos comuns, dentre os quais a ética humanística, em especial no que tange à religião, a educação e o amor à língua dos Profetas.

Segundo o historiador Eduardo Prado²⁰⁵ após um colóquio de mais de duas horas com o imperador em Cannes, em 1888, o Rabino Mossé teria declarado: “Majestade, sois mais que um imperador, sois um filósofo e um sábio!”

É possível que tenha sido a partir deste contato que o rabino decidiu escrever um livro sobre o imperador do Brasil, numa forma discreta de homenageá-lo. A obra é um relato, com muitos detalhes sobre o Brasil, principalmente em se tratando de um autor europeu que nunca esteve no Brasil.

A firmeza com que a obra se desenrola, é própria de quem conheceu pessoalmente o governante, além de membros de sua comitiva, cujos laços, sendo mais estreitos com o monarca, possibilitavam fornecer dados mais corretos, além de fontes mais seguras, para o autor.

A proximidade algo fraterna com D. Pedro, estimulou o rabino a fazer uma abordagem humanista de sua pessoa e do Brasil.

Outras palestras devem ter ocorrido, mas nem sempre registradas nos diários do Imperador, auferindo preciosas informações que contribuíram para a clareza e versatilidade que o autor empregou ao escrever sobre um país tropical, que jamais conheceu, embora o tenha estudado a fundo, para a elaboração da biografia.

Coletou dados importantes e detalhados, através de farta documentação, com informações calcadas em fontes de irrefutável legitimidade, muitas vezes corroboradas e aprimoradas pelo próprio imperador e largamente por Rio Branco, que colaborou e acompanhou de perto a elaboração do livro.

É possível comprovar, pelos dados apresentados no texto, que eram estreitas as relações entre Brasil e França. Além disto, em vários momentos, o autor deixa claras as constatações feitas, enxergando materialmente, quase num “tê a tê”, o personagem central que é o interlocutor real.

Escreve, portanto, como se conhecesse o Brasil, inspirado talvez pelo grau de

²⁰⁵ Este intelectual também colaborou na elaboração da obra biográfica de Mossé, ao lado de Rio Branco.

conhecimento que tem de seu governante coroado, já no final de seu reinado; inclusive durante o período de convalescença do imperador em Cannes, após moléstia gravíssima que quase o fizera sucumbir: não fossem os cuidados de médicos eminentes e dedicados, como Charcot e Bouchard, com quem manteve larga correspondência, além do impecável Mota Maia, e o imperador, certamente, não resistiria.

Apesar de ocupar cargo de expressão no rabinato, Mossé pouco se refere sobre judaísmo nesta obra, exceção ao hebraico que D. Pedro tanto apreciava. É possível que tenha adotado esta conduta para não comprometer sua isenção, quando apresenta, ao público, a figura do imperador do Brasil.

Benjamim Mossé começa o livro relatando os principais fatos da infância do imperador e o que ele representava- ligação entre o presente e o passado- num país arrasado por discórdias internas e tentativas de implantar um sistema federativo, como em outras repúblicas da América.

Reproduz as impressões de Saint-Hilaire a este respeito, quando este autor compara os Estados Unidos ao Brasil, mostrando que a vocação do país não era para o regionalismo que leva ao separatismo, mas, sim, para a centralização que marcaria a trajetória do império brasileiro. Mostra, ainda, os prejuízos trazidos às repúblicas vizinhas devido ao sistema federativo.

Também opina sobre a importância do papel do imperador que, em 1849, pôs fim à anarquia que ameaçava a ordem do império. Segundo ele, era apenas o primeiro benefício que dava ao país, abrindo as portas às vitórias da lei e da unidade nacional, sempre seguidas de anistia geral.

Não perseguia nem permitia execuções capitais. Para ele, o rebelde da véspera seria o servidor mais dedicado amanhã, quando agraciado. Esta experiência, poucos soberanos tiveram a habilidade de praticar. Para o imperador, o rebelde era um desencaminhado, e deveria voltar à razão.

9.2.1 A escravidão no Brasil

O autor faz referência à numerosa população mestiça e à presença de negros

libertos e de mestiços misturados à população branca, todos lutando nas mesmas condições, para sobrevivência.

Misturaram-se no teatro, nos salões, nos lugares públicos e, no exército, as cores conviviam com familiaridade.

Particularmente, discordamos da existência desta familiaridade, sem preconceito ou discriminação. O preconceito racial persistiu, efetivamente, durante mais da metade do século XX, de forma que, mesmo presentes na sociedade, os negros eram alvo de rejeição, ainda que em ascensão econômica e social.

O próprio André Rebouças, engenheiro, professor e empresário de sucesso, sentia esta discriminação, tendo arrastado, pela vida, forte sentimento de humilhação, ainda que aparentemente aceito socialmente.

Mais irreal ainda é a afirmação, do autor, de que todos os que têm estudado o Brasil reconhecem que o negro é bem alimentado, cuidado se doente, protegido contra o desemprego e não mais considerado como um ser inferior.

O sentido de inferioridade do negro daquele tempo era tal que os próprios imigrantes, arrendatários ou meeiros livres nas fazendas, reclamavam e até fugiam por serem tratados nos mesmos padrões dos negros, ou seja: maltratados pelos feitores, acostumados a castigarescravos ainda que alforriados. Jornais europeus que tratavam da imigração no Brasil, chegaram a denunciar esses abusos.

Mesmo após a Abolição, os negros foram entregues a seu próprio destino, por analfabetos, desempregados, sem qualquer função social definida. Passaram a viver fora das cidades, exatamente porque eram rejeitados. Muitos entregavam-se à mendicância, à prostituição, à marginalidade.

Nem mesmo na indústria incipiente podiam ser aproveitados, visto que não estavam qualificados para isto, perdendo espaço laboral para a mão de obra do imigrante europeu, que conhecia ofícios mecânicos mais específicos.

Na literatura da primeira metade do século XX, encontramos autores racistas, e antissemitas. É o caso de Agripino Grieco, Gustavo Barroso e outros, que se referiam aos negros ressaltando e exagerando seus caracteres físicos, próprios da raça negra.

Além disto, estudos mostram que o próprio idioma, no Brasil, era carregado de

termos discriminatórios. É provável que as afirmações equivocadas que o livro apresenta, fossem parte do projeto de Rio Branco de mostrar, ao mundo, um Brasil menos atrasado que, mesmo ainda escravocrata, tratava o elemento servil de modo mais humanitário.

Opina, o autor, que a posição do imperador, ao aceitou a emancipação gradativa do elemento servil, buscava evitar o desastre que ocorreu nos Estados Unidos, devido ao custo sócio-econômico-financeiro da Guerra de Secessão.

É sugerida a leitura do livro *Considération sur l'Abolition au Brésil*, de Michaux Bellaire, advogado da Corte de Cassação de Paris. No correr da leitura da biografia, é possível perceber a literatura recorrente sobre a questão da Abolição da Escravatura brasileira.

Sobre a questão do clima de tolerância do Brasil, Charles Ribeyrolles, emigrado da França ao tempo de Napoleão III, amigo de Victor Hugo, é citado na biografia. Ele escreveu *Le Brésil Pittoresque*, e informa que:

[...] houve perturbações na própria província de Minas Gerais e São Paulo [...]. A insurreição foi vencida e se abriram processos judiciais, mas não houve lugar para o carrasco [...] Parecerá isso uma excentricidade [...] Mas no Brasil há muitos anos não há processos políticos, prisioneiros de Estado, processos de imprensa, conspirações, deportações [...] Em todas as confissões, a alma é livre e livre é o cidadão em seus movimentos. A razão de Estado dormita [...] E o espírito geral do País é a tolerância, a conciliação, a sociabilidade. Porque o próprio catolicismo, embora tendo o privilégio do Estado, não recorre espetaculosamente ao anátema e à excomunhão [...]

Estas são as palavras de um republicano francês, exilado, que morreu em 1860. O trecho reforça o espírito que governava o Brasil na pessoa de seu imperador, que defendia as liberdades de culto e expressão, era tolerante com os desafetos políticos, e contra a pena capital. Estas afirmações concordam com a verdade, no que se refere ao imperador, que mantinha, no país, esta atmosfera de liberdade.

No livro, há referência à carta do conde D'Eu ao governo provisório do Paraguai, logo após o conflito com o Brasil, pedindo a libertação dos escravos daquele país, o que foi atendido pelos novos dirigentes da nação. Esta atitude parece querer mostrar a índole humanitária de um membro da Família Imperial,

ainda que de um agregado.

A necessidade de reforma gradual para abolição da escravatura, foi assim justificada, na biografia: D. Pedro não podia resolver a questão “com uma penada” por não ser um rei absolutista.

“Limitado pela constituição, dirigindo um povo em que a opinião pública é soberana”, D. Pedro não sabia ser autocrata: “precisava esclarecer a opinião pública e obter o apoio da maioria”, tarefa difícil num país com 90% de analfabetos.

D. Pedro usava seu prestígio para conseguir apoio da classe mais abastada. Conferia títulos, recompensas e condecorações para a alforria espontânea e o resgate de escravos por sociedades e irmandades emancipadoras.

Entregou, pessoalmente, um presente ao Abade dos beneditinos, pela proclamação da liberdade dos filhos dos cativos, em número de 1.600, gesto anunciado e aplaudido pela imprensa.

Os escravos da nação eram usufruto do imperador, protegidos pelo monarca e assalariados, eles e seus filhos frequentando escolas por ele fundadas, com instrução primária e religiosa.

Alforriou seus escravos particulares e os que pediam incorporação no exército, durante a guerra do Paraguai. Na sua propriedade de Santa Cruz, encarregou-se da educação dos filhos destes libertos. Libertou, às próprias expensas, filhos e mulheres dos defensores da Pátria. (6000 libertos engajados).

O livro remete ao negro Henrique Dias, que lutou contra os holandeses no século XVII, e cuja fama chegou a Paris, tendo seu nome mencionado no artigo “*Défaite des Hollandais au Brésil par les Portugais*”, em número extraordinário da Gasett de France, de 03-05-1648. Isto, entre outros fatores, mostra que a França acompanhava de perto os acontecimentos brasileiros, principalmente os relacionados à Abolição da escravatura.

Segundo o livro, decretos do governo melhoravam as condições dos escravos, encorajando a libertação. No primeiro momento, o tráfico foi suprimido, dificultando a substituição daqueles invalidados ou mortos por maus tratos.

Como decorrência, a partir de então passaram, em sua maioria, a ser bem alimentados, bem alojados e bem vestidos pelos lavradores, sujeitos a trabalho

moderado, e passou a ser proibido separar famílias.

Na prática, esta afirmação é equivocada. Porém, é possível inferir que quem dispensava tratamento mais humanitário à escravaria, era a família da Condessa de Barral. Seus escravos eram quase como membros da família, cuidados quando doentes, inclusive as crianças; usavam roupas melhores, observavam os feriados e dias santos, iam à igreja, tinham nomes e as famílias não eram desagregadas²⁰⁶.

Dr. Louis Couty, professor da Faculdade de Medicina na França e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, afirmou que “no Brasil o preconceito de raça não existe”²⁰⁷. Procura fundamentar esta ideia, referindo-se à grande mestiçagem, através do que todos lutam pela vida em pé de igualdade.

Afirma ele, também, que o escravo, naquele momento, não é considerado ser inferior, irracional, mas, sim, trabalhador preso ao solo, vivendo em condições mais suaves que muitos assalariados, protegidos quando velhos, garantidos contra o desemprego.

Embora esta não tenha sido, exatamente, a realidade do escravo no Brasil, o livro cita viajantes que declararam que os escravos, no Brasil, eram tratados com mais humanidade que nas colônias inglesas e francesas e nos Estados Unidos; entre estes, autores como Kostner, Saint-Hilaire e Gardner.

Em julho de 1866, mais uma vez a França se manifesta contra a escravidão. A Société Française pour l'abolition de l'esclavage dirigiu petição a D. Pedro que, após consultar seus ministros, respondeu que se ocuparia dessa medida “reclamada pelo espírito do Cristianismo”.

Ele se preocupava com a opinião pública, que clamava pelo começo da reforma. Não queria que o Brasil fosse o último povo a libertar seus escravos. O texto menciona, ainda, a Lei do Ventre Livre que, recusada na França e na Inglaterra, fez precipitar a emancipação brusca de suas colônias.

O livro menciona o momento em que D. Pedro recebe a notícia da morte de sua filha, Leopoldina, fato que, aliado à saúde da imperatriz, motivou sua primeira viagem à Europa.

²⁰⁶ Del Priore, Mary, *op.cit.*, p. 91 e 123

²⁰⁷ *L'Esclavage au Brésil*, Paris, Guillaumain et Cie, Editores, 1881.

Para tanto, a Câmara propõe recursos para despesas de viagem além de uma esquadra para o acompanhar, o que o imperador rejeita, por querer viajar incógnito, livre de etiquetas, com simplicidade e modéstia, como faria nas viagens subsequentes.

O livro opina sobre a reação de D. Pedro quando recebeu a notícia da aprovação da Lei do Ventre Livre : “Seu coração de soberano e filantropo experimenta a mais doce e profunda satisfação.”

Como apoio documental, o Visconde de Itaúnacamarista, amigo e testemunha da viva alegria do imperador ao receber a notícia, confia a Mossé o que expôs, em carta, sobre o fato:

Eu nunca vi o imperador tão satisfeito! Seu povo seria composto de pessoas livres, independentes [...] em estado de concorrer cada um de per si para a prosperidade e a grandeza do Império.

9.2.2 A Abolição total

No livro, Mossé cita um grupo de quatro homens de boa vontade, oradores e escritores que muito contribuíram para a abolição: Joaquim Serra, Ferreira de Menezes, Gusmão Lobo e André Rebouças, os dois primeiros, jornalistas combativos; o terceiro, um combatente silencioso, brilhante orador, escritor fecundo, que se incompatibilizou com a política da Câmara. O último foi um dos fundadores da sociedade Brasileira contra a Escravidão, tendo feito sacrifícios financeiros consideráveis em favor da propaganda abolicionista.

A abolição foi precedida, em 1884, pela libertação dos escravos no Ceará, seguido pelo Amazonas: no mesmo dia 25 de março, aniversário do juramento prestado à primeira constituição do Império, José do Patrocínio reunia, em Paris, deputados e jornalistas, franceses e brasileiros, em banquete fraternal que comemorava a abolição cearense. Victor Hugo não compareceu, mas expressou-se em carta:

O Brasil desferiu um golpe decisivo na escravidão. O Brasil tem um imperador; este é mais que um imperador, é um homem. Que ele continue.

Nós o felicitados e o honramos. Antes que termine o século a escravidão terá desaparecido da Terra. A liberdade é a lei humana. Sintetizamos numa palavra a situação do progresso: a barbárie recua, a civilização avança.

A Condessa de Barral e de Pedra Branca tinha libertado todos os seus escravos bem antes do movimento abolicionista. Aparecem sociedades emancipadoras em vários lugares, muitos libertam seus escravos, como os Prado; outros, sem descendentes diretos, doam-lhes a propriedade em que haviam trabalhado, como a Viscondessa do Rio Novo.

O conselheiro Paulino de Souza, homem da resistência e conservador, num discurso político em 1871, afirma:

Sejam quais forem os sentimentos que no meu coração se possam expandir, na hora em que todos forem livres nesta terra, eu os guardarei comigo, silencioso, vencido, mas sem que se possa contestar um título ao respeito público: o de ter preferido até hoje, como hei de preferir sempre, a lealdade, a integridade e a honra política, a todas as glórias e a todas as grandezas.

9.2.3 Depois da Abolição

A biografia traz o trecho final do discurso do General Mitre, o grande estadista argentino que, em 17 de maio dirigiu-se, com Domingo Sarmiento, à casa do Barão de Alencar, ministro do Brasil:

O império do Brasil era uma democracia coroada, tendo por princípio fundamental de sua organização política, como a nossa república, a soberania do povo; a igualdade só não existia por causa da escravatura [...]. Hoje os escravos são cidadãos de um país livre [...]. O Brasil apresenta-se como sociedade perfeitamente equilibrada ornada de uma coroa de luzes inextinguíveis como as das estrelas do Cruzeiro do Sul [...]. Em honra deste grande acontecimento, o povo argentino saúda fraternalmente o povo brasileiro que o ajudou aqui a destruir uma tirania bárbara (a alusão à intervenção brasileira de 1851 contra Rosas); saúda os poderes públicos do Brasil que fizeram entrar na lei positiva do império a grande lei moral da liberdade, da igualdade e fraternidade entre os homens [...]. Glória e prosperidade ao povo brasileiro, aos poderes públicos do império e a seus soberanos.

Em maio de 1889, o Papa Leão XIII não se esqueceu do primeiro aniversário da Abolição: enviou sua bênção à Família Imperial, ao governo e ao povo brasileiro.

Ao contrário do discurso dos escravagistas, a abolição não trouxe a perda do País. Os libertos não deixaram de trabalhar, o câmbio subiu rapidamente, e o império pôde contrair, em Londres, um empréstimo mais vantajoso que os feitos anteriormente com as casas Rothschild. Além disto, a corrente de imigração, para o Brasil, aumentou.

O biógrafo faz referência à expressão de Schoelcher, articulador da abolição nos domínios franceses, que afirmou que foi graças à sabedoria de D. Pedro II e aos sentimentos generosos de seu povo, que o mundo civilizado pôde aplaudir “esse grande ato de moralidade”, certamente a maior glória de seu reinado.

Mossé também comenta o discurso de D. Pedro II na abertura do Parlamento (03 de maio de 1889), onde aborda o crescimento das rendas públicas, o desenvolvimento das indústrias, atração de capitais estrangeiros, a valorização monetária, as transformações sociais e econômicas, como estender a viação férrea auxiliando a agricultura, favorecendo a corrente imigratória já avolumada e, em grande parte, espontânea, pelos exemplos de prosperidade dos estrangeiros que procuram o Brasil.

Mossé demonstra simpatia ao mencionar seu segundo encontro com o imperador, em Aix-Les-Bains, que ali completava a cura de grave enfermidade:

Foi então num benéfico repouso no Splendid Hotel que nos foi permitido contemplar, pela segunda vez, esse glorioso soberano cuja acolhida cheia de bondade nos comoveu e desvaneceu [...] estava completamente restabelecido, pronto para regressar ao Brasil e rejubilar-se ao ver todos os brasileiros livres e felizes.

O autor também faz referência ao Dr. Henri Huchard que, numa conferência na Union des Femmes de France, ao relatar a ação maravilhosa da cafeína, refere-se a D. Pedro:

Tem-se visto doentes caídos que, [...] prestes a sucumbir, salvam-se graças a injeções subcutâneas de cafeína em alta dose. Assim é que um Príncipe amado e venerado, o imperador d. Pedro II do Brasil, grande protetor das ciências e das letras, pode-se salvar do perigo que ameaçava seus dias; e posso acrescentar, contente e com certo orgulho, que ele deve a vida às ciências e às descobertas francesas.

D. Pedro foi tratado em Milão; além de seu médico pessoal, o Dr. Semola, que lhe aplicou a cafeína, o Dr. Giovanni e o célebre Dr. Charcot, velho amigo de D. Pedro, que quis acompanhá-lo até Bordeaux, compunham a equipe médica.

Diz Mossé: “Ao despedir-se a bordo do Congo, em Pauillac, D. Pedro o apertou em seus braços: - Adeus, Charcot, disse comovido, sois um homem de coração”

O autor destaca o papel de D. Pedro na emancipação: rei constitucional, que nada faz sem o concurso do povo, e tem autoridade moral, prestígio e popularidade, além de imensa dedicação à pátria. Destaca as palavras de Joaquim Nabuco:

A parte que cabe ao imperador em tudo o que se executou pela causa da emancipação é muito grande, é essencial. O imperador foi o iniciador da grande reforma desde o princípio e em seguida o sustentáculo dos que se empenham em conseguir a liberdade dos recém-nascidos.

Emile Lavasseur apelidou Nabuco de Buxton brasileiro. Rende igual justiça ao papel do imperador, da Princesa e aos ministros e seus conselheiros no papel imortal da emancipação.

Mossé tece considerações sobre os comentários de Schoelcher que, ao mesmo tempo em que elogia os agricultores que aderiram à Abolição, mostra os descontentes com a reforma, pois estavam sendo despojados da “legítima propriedade”, que era a propriedade humana, erro monstruoso e abominável preconceito: propriedade de crianças recém-nascidas.

Em 1888 eram tirados, a esses proprietários, seres humanos que, no trabalho de muitos anos, já tinham pago, muitas vezes, o preço despendido em sua aquisição. Lamenta Schoelcher que esses “pobres agricultores” tenham ideias tão diferentes das do advogado baiano Manoel Ribeiro Rocha que, já em 1758, gritava contra o fato desses senhores tirarem “do trabalho não remunerado de seu semelhante lucros consideráveis”.

Em nota, o rabino informa que Rocha era um etíope resgatado, empenhado, sustentado, instruído e libertado. Outro poeta baiano, Francisco Gomes do Rego, disse, a este respeito:

“Que vós com a pena na mão
a todos haveis livrado
aos brancos do pecado
aos pretos da escravidão”.

Só admitia o tráfico para resgate de escravos dos selvagens da África: “resgatando da injusta escravidão a que barbaramente o reduzira os seus mesmos nacionais.” E que ultimamente que os partos das escravas remidas nascem ingênuos e sem contraírem a causa de penhor e retenção em que elas existirem²⁰⁸.

Daí que seus filhos nasciam perfeitamente livres (ingênuos), devendo servir aos senhores de suas mães até catorze anos “não como escravidão, somente por recompensa e gratificação do benefício da criação e educação que deles receberam”.

Mossé cita Condorcet em “*Réflexions sur l’esclavage des nègres*” (cap. VII) onde propõe o fim da escravidão. Mostra que “o senhor não tem direito sobre o escravo, que mantê-lo em servidão não é gozar legitimamente de uma propriedade”.

Cita ainda Cochin²⁰⁹, que afirma que, justamente pelo fato do escravo não ser propriedade, é preciso dar, a ele, a liberdade. A emancipação não é privação do direito de propriedade, é negação dela. E em se fazendo justiça, é o escravo que tem direito à indenização, privado que foi violentamente do fruto de seu trabalho.

Mossé transcreve, no texto, discurso do Senador Torres Homem, Visconde de Inhomirim (4-9-1871), discutindo a Lei Rio Branco:

Pois bem, senhores [...] a propriedade humana é a mais monstruosa violação e que em lugar de se apoiar na justiça, esta propriedade se baseia na iniquidade [...] e na força brutal, então, a pretensa razão de sua inviolabilidade desaparecerá, e a lei que até hoje a protege, sendo um erro ou um crime social, deverá ser suprimida como toda lei funesta aos interesses de uma nação.

Torres Homem aborda o problema da indenização, que não aconteceu nos países americanos: o sul dos Estados Unidos indenizou o norte, apenas com o fim

²⁰⁸ Referência à milenar tradição *partus sequitur ventrem*, que rezava, já desde os tempos bíblicos, que a condição de livre ou escravo se transmitia de mãe para filho, o que é efetivamente rompido pela lei, apropriadamente denominada Ventre Livre.

²⁰⁹ *L’Abolition de l’esclavage*, 2 vol. Paris, pág. 105 do primeiro volume.

da escravidão.

Apenas Inglaterra e França, em cujas colônias os escravos eram numerosos, pagaram indenização aos proprietários, ao decretar o fim imediato da escravidão.

Em Portugal e Espanha, a abolição foi gradual e sem indenização. Nas possessões europeias, foi imediata e incondicional, imposta pelas metrópoles.

Em outras colônias europeias estabeleceu-se apenas um auxílio aos lavradores, o que foi um engano, visto que o pagamento não ajudou a agricultura, mas caiu nas mãos dos corretores do Havre, de Paris, de Londres, de Liverpool, credores dos plantadores coloniais... onde há escravidão, os lavradores vão mal.

Isto porque sua única preocupação é contrair empréstimos quando, imprevidentes, nada economizam ante a perspectiva de más colheitas. Deduz-se que a derrocada da agricultura, originava-se justamente da escravidão.

No caso do Brasil, não havia colônias, e o governo não atendeu à reivindicações de indenização, visto que o dinheiro deveria ser tirado dos contribuintes brasileiros, cuja maioria não possuía escravos.

Ainda sobre a questão da indenização, os donos de escravos, diz Mossé, estariam procurando acomodação nesta questão que, praticamente, isente o imperador de uma decisão definitiva sobre o assunto.

Que isto seja votado, representando a vontade do povo, prossegue Torres Homem. Discordamos disto, porque o voto censitário corresponderia a menos de 10% da população alfabetizada.

“Não haverá jamais um parlamento no Brasil, capaz de votar semelhante indenização, isto é, impor ao povo tão pesado tributo [...]” “Se fosse votada pelos representantes do povo brasileiro, D. Pedro II não recusaria sanção à lei, porque ele nunca usou o direito de veto²¹⁰. Conhece muito bem o direito de um soberano constitucional e certamente ele e a Princesa não emitiriam opinião”.

Para o Rabino, começa aqui nova era de prosperidade, e o mérito imenso da grande reforma não cabe apenas ao imperador e sua filha, mas ao Parlamento e à nação.

²¹⁰ Grifo nosso.

Revela-se a favor da monarquia ao dizer: "Os descontentes, republicanos, pequenos tiranos para quem a divisa da Revolução Francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade significa Escravidão, Desigualdade e Liberdade de chicote em mãos despóticas e cruéis."

Refere que acusaram o imperador de impor sua vontade ao país, ataques repelidos com veemência pelo Senador Torres Homem:

S. M. como cristão. Associou-se a esta aspiração de sua pátria e da humanidade com o ardor de uma consciência generosa, sem sair dos limites traçados pela Constituição. Os testemunhos dos pobres infelizes valem mais do que os anátemas do rico impenitente. Mais do que os ataques dos poderosos que não souberam achar outro meio de prosperidade senão a ignomínia e os sofrimentos de seus semelhantes.

Sugere Torres Homem, ainda, que os abolicionistas "se voltem agora para a África, Turquia, Pérsia, para combater e destruir essa chaga social que desonra ainda a humanidade".

9.2.4 Banquete francês comemorativo da abolição no Brasil

Mossé descreve o banquete de 4-7-1888 em honra da emancipação, como um dos maiores acontecimentos do século XIX, aplaudido pelo mundo civilizado.

Isto porque Paris reunia, nesse evento, grande número de personalidades políticas, literárias, científicas e artísticas: organizado por Gerville Réache, deputado por Guadelupe, foi presidido pelo senador Victor Schoelcher, grande abolicionista.

Ao banquete compareceram viajantes célebres, comerciantes, jornalistas, industriais, além de D. Pedro Augusto, Duque de Saxe-Coburgo, neto de D. Pedro II, Jules Simon, Jules Ferry, antigos presidentes do Conselho. Em cada lugar dos convivas, havia o trecho de uma carta, de 4-11-1860, escrita por Victor Hugo e dirigida aos brasileiros:

Sois homens de sentimentos elevados, sois uma nação generosa. Tendes a dupla vantagem de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um passado histórico vos prende ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da América É em nome da França que vos glorifico.

A festa foi comentada pela imprensa francesa e do estrangeiro, como “a mais bela glorificação do Brasil”, mais brilhante que se lhe pôde fazer no estrangeiro, como o disse ainda Victor Hugo: “A função de Paris é a dispersão da ideia. Paris é um semeador! É a bigorna das celebridades”.

Resposta de Globet, Ministro dos Negócios Estrangeiros²¹¹, do qual Mossé reproduz alguns trechos, em relação ao papel de D. Pedro:

Ele não libertou somente o corpo em todo o seu reinado, trabalhou para a emancipação das inteligências, desenvolvendo a instrução pública [...]. Poderia esse príncipe liberal e tão esclarecido deixar de ser amigo da França? Em todas as épocas de sua vida, o imperador D. Pedro II deu-nos prova de estima e simpatia [...]. Estuda com curiosidade infatigável as obras e as instituições francesas [...] enfim, honra nosso país [...]. Por nossa parte, nós nos felicitamos por esta ocasião de testemunhar-lhe nosso respeito. A República Francesa [...] admira acima de tudo aqueles que se tornam benemérito de seu povo e procuram a glória nas obras da paz, de progresso e civilização!

Victor Schoelcher levantou um brinde ao Brasil:

A jornada do progresso social costuma ser ensangüentada pela resistência mas o Brasil merece louros por haver escapado a esta fatalidade. Face aos elevados sentimentos de honra de seu povo, despojou-se da terrível herança do passado.

Elogia a Princesa Isabel, que não titubeou em assinar a lei da liberdade total. Os negros, que não eram mais que ferramentas nas mãos de seus senhores, hoje gozam seus direitos de seres humanos, e devem isto à nação brasileira, que acaba de

[...] ombrear com os povos mais esclarecidos. Conquistou a simpatia e a admiração de todo o mundo civilizado. Fez enormes sacrifícios de interesses materiais pela ideia, pelo bem. [...] A Lei Áurea foi aclamada em todos os pontos do país sem derramamento de sangue. O banquete é uma homenagem à nação brasileira [...] e quem lhe presta essa homenagem é a

²¹¹ Há uma brochura luxuosamente impressa em que estão reunidos todos os discursos pronunciados durante o banquete: *L'Abolition de l'esclavage au Brésil et compte rendu du Banquet Commémoratif à Paris au 10 de juillet-1888*, Paris, 1889, Tipografia Chamerot.

própria França.

Gerville Réache, um gênio mestiço, é principal promotor do banquete que, para ele, é a França festejando o Brasil.

O livro reproduz, ainda, o discurso de Jules Simon, autor de “Liberté de Conscience” e que, com Schoelcher, assinou a lei que pôs fim à escravidão nas colônias francesas.

O imperador foi procurar saúde no sul de nosso país [...]. Não foram os médicos que lh'a restituíram, não foi o sol, foi o ato que acaba de praticar por seu povo, pela humanidade.

Jules Simon estivera com o imperador durante um jantar, como membro do Instituto de Ciência, onde ele não queria ser chamado de Majestade. Considerava-o como um libertador.

No banquete, foram tocadas “A Marselhesa” e o “Hino Nacional Brasileiro”, terminando com o “Hino à Independência”, numa referência a D. Pedro I, seu compositor.

9.2.5 Devotamento de D. Pedro II ao povo brasileiro

Diz Mossé:

é tempo de tratarmos de perto deste incomparável imperador e contemplarmos sua beleza intelectual e moral e a influência que exerceu sobre o povo brasileiro. Ele podia avaliar o preço do saber para o homem e seu imenso valor para um povo. A instrução pública era o objeto de sua maior preocupação: ensino secundário, sociedades de cultura, estabelecimentos científicos.

Enumera escolas de ensino superior do Brasil e outras instituições: faculdades de direito, medicina, farmácia, engenharia, além de institutos para cegos, surdos-mudos, instituições agrícolas, escolas normais e seminários, observatórios astronômicos (cujos astrônomos fizeram a observação sobre a passagem de Vênus em S. Tomás e no Estreito de Magalhães), muitas bibliotecas, museus, publicações

como “*Arquivos*”, de Landislau Neto, com estudos de História Natural, Academia de Medicina, Instituto Histórico, Geográfico, Sociedade Geográfica, Instituto Politécnico, Instituto da Ordem dos Advogados, sociedades para propagação de instrução pública.

Mostra claramente que o Brasil é francófilo: todos os estabelecimentos de educação existentes na França existem também no Brasil, onde os estudos são feitos em grande parte em idioma francês.

As escolas públicas brasileiras são regidas pelo legítimo espírito da tolerância e liberdade, pois admitem crianças de todas as religiões. As escolas são laicas e o ensino religioso é deixado aos cuidados da família e dos sacerdotes da religião em que nasceram.

Poucas escolas pertencem a corporações religiosas. A religião de Estado é a católica, porém as outras são professadas livremente; o clericalismo não existe; mesmo de nome, o país é essencialmente liberal, onde os sacerdotes não se ocupam da política.

Cita a chamada Questão Religiosa (1873), enfatizando a intolerância de dois bispos em relação aos maçons, querendo executar bulas papais sem o beneplácito imperial; na corte suprema, foram presos, embora tratados com respeito e generosidade, sendo depois anistiados pelo imperador.

Pela Constituição Brasileira, os bispos eram nomeados pelo imperador, confirmados pelo Papa e depois prestavam juramento à Constituição.

Quanto à imprensa, o rabino aponta 31 jornais em 1828; em 1876, eram, já, mais de 271; em 1884, o número de jornais e revistas passa de 600, inúmeros redigidos em vários idiomas; alguns equiparam-se aos maiores de Londres e de Nova Iorque.

O Jornal do Comércio do Rio, fundado em 1827 por franceses, é do mesmo formato que o “*Les Temps*” de Paris, sendo o Diário de Pernambuco duas vezes maior que este.

Na história do Brasil, há somente um caso, em 1876, de expulsão de um jornalista estrangeiro: durante a Guerra do Paraguai, um de “nossos compatriotas”, diz o Rabino, não escondia sua simpatia por Solano Lopez, o inimigo do Brasil e

ditador do Paraguai.

Assim, publicou, regularmente, no Rio de Janeiro, caricaturas dos generais brasileiros. A liberdade de imprensa e de caricaturas não tinha limites no Brasil.

D. Pedro II, amante das ciências, era assíduo nas reuniões do Instituto Histórico e Geográfico, que se reunia quinzenalmente no Paço Imperial, onde se encontrava a grande biblioteca dessa entidade.

O Rabino transcreve citações de inúmeros autores sobre D. Pedro, cita d'Avezec, sábio francês que frequentava essas reuniões, e que assim se exprime:

Experimenta-se um profundo sentimento de respeito e de simpatia por esse príncipe esclarecido que considera agradável passatempo essas lutas cortesãs, esses torneios literários em que se debatem com proveito para a cultura intelectual e desenvolvimento do espírito nacional²¹².

D. Pedro confere importância fundamental à educação, base do edifício social, origem da dignidade e da moralidade de um povo. Em Cannes, deixa entrever seus sentimentos em relação a seus súditos:

Se eu não fosse imperador, desejaria ser mestre-escola. Nada conheço mais nobre do que dirigir inteligências jovens e preparar jovens para o futuro.

Protege as letras, as artes, as ciências, artistas, poetas e literatos. O Príncipe Adalberto, da Prússia, visitando o Brasil, em 1842, conheceu o jovem imperador. Descreve-o corpulento, cabeça grande, parecendo mais velho do que 17 anos, com gravidade e porte de um homem maduro, que se deleita na instrução e no conhecimento.

Sua ambição: estuda para melhor preparar-se para sua difícil missão de governo. O Príncipe aborda, ainda, o talento artístico de D. Pedro, que costumava pintar os grandes homens de Estado, cujo exemplo ele faz questão de seguir.

Para Alexandre Herculano, a maior personalidade literária do século XIX, espírito liberal, e a quem não se pode acusar de adulação, o príncipe é uma profecia

²¹² *Considérations géographiques sur l' Histoire du Brésil*". Paris, 1867, pág. 161.

consoladora para o futuro do Brasil²¹³.

Ferdinand Wolf²¹⁴ atribuiu ao imperador o desenvolvimento. Favoreceu a cultura, não por vaidade, como Augusto ou Luís XIV, mas para a grandeza de seu país. Veja-se a existência de revistas consagradas às ciências, letras, artes.

O Rabino relatou que Pasteur chamou-o de homem da ciência em discurso célebre na inauguração do Instituto Pasteur, publicado no *Jornal des Débats* de 15-11-1888.

Nesse mesmo dia, o busto em mármore de Pedro II, foi instalado no Instituto Bernardelli, e um artista brasileiro fez o busto de Pasteur, a pedido do imperador, para o Instituto Pasteur, criado no Rio de Janeiro.

Agassiz conheceu D. Pedro II em 1865, e o descreveu com “fisionomia varonil e cheia de nobreza... suas maneiras delicadas têm uma afabilidade sedutora”.

Devotamento à ciência e proteção à educação, justificavam este conceito de elogios ao imperador, que mantinha bolsas de estudos para jovens desprovidos de recursos em várias áreas do conhecimento. Seus ministros, desejando construir novo palácio imperial, tiveram seu projeto rejeitado pelo imperador, que alegou haver outras prioridades, sobretudo escolas: “Tratarei disso mais tarde, nos Termos da Constituição, se houver necessidade.”

Rejeitou, ainda, a subscrição para uma estátua sua, em reconhecimento à sua atitude encorajadora na Guerra do Paraguai. De acordo com seu desejo, a soma foi destinada a construir inúmeras escolas, fato atestado por carta do imperador ao ministro de Instrução Pública, e do culto conselheiro Paulino de Sousa, citada por Globet, ministro dos negócios estrangeiros, no banquete em homenagem à abolição da escravidão no Brasil²¹⁵.

Segundo a impressão do rabino, este foi o ato de um príncipe filósofo e filantropo, que coloca a soberania da inteligência acima de todas as soberanias, priorizando a educação popular:

²¹³ Estudo de Alexandre Herculano sobre Gonçalves Dias, publicado em 1847. 5. ed dos Cantos-Leipzig, 1877. *Revista Universal Lisbonense*.

²¹⁴ *Histoire de la Littérature Brésilienne* (Berlim 1863).

²¹⁵ Facsimile publicado pelo comendador Azevedo de Castro, em sua edição das obras do poeta Garção –1888.

O senhor e seus predecessores sabem como sempre tenho falado no sentido de cuidarmos seriamente da educação pública, e nada me agradaria tanto como ver a nova era de paz, firmada sobre o conceito da dignidade dos brasileiros, começar por um grande ato de iniciativa deles a bem da educação pública. Agradecendo a ideia que tiveram da estatua, estou certo que não serei forçado a recusá-lo.

O rabino elogia a capacidade intelectual de D. Pedro: amava ciências, especialmente astronomia; mais de um sábio lhe invejaria a erudição científica.

Falava línguas vivas e línguas mortas, vertendopara o latim,do hebraico, idioma de Moisés e dos Profetas,os livros mais difíceis: Isaías, Jó, Ruth, Salmos, Cântico dos cânticos, Eclesiastes, obras de extrema dificuldade e que só um hebraísta consumado compreenderia.

Fez traduções de obras literárias do inglês, francês, italiano, e também escreveu poemas que ele mesmo reputava sem valor literário: eram apenas exercícios intelectuais para as horas de lazer, e não queria vê-los publicados.

Seu dever de soberano era cumprido com zelo e satisfação, em audiências ordinárias matinais. Nos salões da Imperatriz, recebia os visitantes, sua família brasileira, sem acepção de pessoas.

Anotava queixas e examinava tudo nestas audiências públicas, aos sábados, das 5 às 7 horas da tarde, quando todos, independente de suas indumentárias, eram bem recebidos pelo imperador: estrangeiros ou negros humildes, descalços, tinham igual acesso.

Havia justiça paternal, acompanhada de clemência. Não permitia perseguição nem execução penal. Raramente houve pena de morte aplicada em seu governo, e nenhuma, desde 1857. O Brasil não tinha exilados ou emigrados políticos.

D. Pedro II conhecia, certamente, a palavra do sábio antigo “que chamava de sangrento o tribunal que pronunciasse a pena de morte mais de uma vez em trinta anos” (citação do Talmud).

Mostrou-se sábio por sair-se vencedor nas diversas revoluções surgidas no Brasil. Anistiou crimes políticos, e inúmeros revolucionários ocuparam cargos importantes a seu lado, porque ele desconhecia o sentimento de ódio ou vingança.

Direcionava, assim, o talento dos revolucionários a serviço da pátria. Isto é grandeza e bondade.

Ocupava-se com a instrução das classes deserdadas, e acolhia os pobres no palácio. Mossé não deixa de destacar o papel da imperatriz na popularidade do imperador, que podia estar sozinho e sem perigo no meio da multidão.

Segundo ele, os brasileiros de então têm simpatia respeitosa pelo soberano. Em 22 de agosto de 1888, seu regresso ao Brasil foi celebrado com festejos e provas de respeitoso afeto: na ocasião, Joaquim Nabuco, deputado liberal, disse que D. Pedro II podia repetir, com razão, as palavras de Péricles: “Vós não falais do que há de mais glorioso em minha vida: não ter causado pesar a nenhum cidadão”.

E acrescenta:

Chefe de estado que não fez um só inimigo em 50 anos de governo, não entrou em antagonismo com o povo, possui no mais alto grau a mais difícil das virtudes: a tolerância, reunião de todas as outras virtudes positivas.

No Brasil, havia total liberdade de imprensa. Escritores e caricaturistas, nacionais ou estrangeiros, impunes, publicam livremente sua opinião; jornalistas implacáveis não respeitam nenhuma posição, mas o imperador concilia, sem exceção, todas as simpatias, mais do que se tivesse imposto a lei do silêncio.

Assim, inspira sentimentos de afeição e deferência: todos estão convictos de que ele possui as três qualidades que um povo deseja no governo: patriotismo, desinteresse e tolerância.

Governar meio século sem ferir uma única personalidade, é obra-prima de tato e habilidade governamental. Contrariou interesses, porém sem intenção de prejudicar pessoas, que sabiam que em tudo D. Pedro sempre obedeceu ao desejo de bem cumprir seu dever.

É citada a - vida laboriosa. seu cotidiano -, que apreciava jardinagem. Aborda a fundação da encantadora Petrópolis com seu clima delicioso. Audiências, visitas a escolas, fortalezas, quartéis, hospitais, estudos científicos. No primeiro Sábado do Mês, recebe corpo diplomático em S. Cristóvão. Vai ao teatro, que ama

apaixonadamente e trabalha em seus estudos. Recepções em datas históricas no paço. As carruagens de uso são as mesmas do reino Unido, retocadas por Debret e Francisco Pedro do Amaral. O manto imperial só era usado na abertura e encerramento das Câmaras. Vida simples e patriarcal. Para receber o povo, dispensa a etiqueta.

É citado Ribeyrolles, republicano que elogia a fidelidade do imperador e de seu povo à Constituição que os rege:

Nada de interpretações arbitrárias, nada de crises [...] é que ele tem a religião do dever [...] e praticou e manteve a fé jurada [...] Nunca abusou do poder [...] era jovem e só, podia como o pequeno Xerxes deixar-se levar pelos ardores do sangue [...] pela embriaguez do poderio.

Era acessível ao respeito humano. Ausente, a lei não deixa de existir sob a regência hábil de Isabel [...] Vai à Europa estudar as instituições [...] Por onde passa estuda e examina as coisas. Recebia em Paris todas as tardes, representantes do gênio francês, sumidades das ciências, das letras, das artes, recepções diferente das de outros soberanos. Mossé descreve-o como encantador, de palestra agradável, rara simplicidade, espantosa erudição e prodigiosa memória. Extremamente acessível, tem sido homenageado pelos maiores sábios do mundo.

Darwin escreveu: “Todo sábio lhe deve o máximo respeito”. D. Pedro II adivinhou o gênio de Wagner, de Carlos Gomes, de Vitor Meirelles e outros.

Relata que a atriz trágica, Ristori, teria afirmado:

Que alma generosa [...] quanta bondade e afabilidade encontrei nessa família angelical que me recebeu na corte com meu marido e meus filhos [...] a retidão de seus princípios e a justiça de seu governo [...] progresso e bem-estar são o objeto de sua preocupação.

É abordado no livro o relacionamento do imperador com Adolphe Franck do Instituto de ciências políticas, autor de “La Kabbale” e de um Dicionário Filosófico, professor de direito das gentes no College de France. D. Pedro II recebeu com viva simpatia ao professor, causando-lhe profunda impressão no espírito. Em 1871, Gobineau apresentou-o ao imperador, que fazia questão de colocar-se ao lado do

sábio professor nas reuniões do Instituto.

O livro relata que D. Pedro não perdia lições públicas no College de France, ficando incógnito como simples discípulo. Um dia, Franck, tratava do problema da escravidão. Percebendo-lhe a presença, disse que

um grande imperador moderno tomou a peito suprimir em seu vasto império a chaga social que desonra a humanidade [...] Esse imperador filantropo e sábio existe, não é um mito e percorre a Europa estudando [...] Podeis falar-lhe e contemplar-lhe a face augusta [...] ele está na França [...] entre vós, ao vosso lado.

Os espectadores voltaram-se para o augusto condiscípulo [...] aplaudiram-no vivamente...cena tocante [...] S. M. queixou-se ao professor que lhe revelara a presença, ferindo-lhe a modéstia. Franck não resistira a exprimir publicamente a admiração pela obra gloriosa e pelo caráter do mais nobre dos reis.

A carta de Franck ao rabino. É transcrita no livro e já expõe o desenrolar dos fatos e como era o relacionamento entre Franck e S.M.. Conheceu-o no Grand Hôtel. D. Pedro II recebeu-o como velho conhecido, afirmou que lera Le Kabbale e o Dictionnaire. Interessou-se pelas aulas do Professor no College de France que estava abordando a questão da pena de morte em livros no “Journal des Débats”. O imperador concordava com sua visão e usava do seu direito de graça para comutar a pena dos condenados pela justiça do Brasil. Pretendia atenuar as leis criminais do Brasil.

Disse também que a escravidão o preocupava mais que a pena de morte. No mesmo dia em que o professor teve notícia da lei do ventre livre, foi ao College de France onde o imperador, tendo recusado ocupar um lugar de honra, destacava-se “pela elevada estatura e barba majestosa”. O assunto da lição foi o direito natural do homem à liberdade e as consequências perigosas e imorais da escravidão instituída oficialmente. Franck narra ainda o episódio em que lhe quebrou o anonimato falando da lei da Abolição, iniciativa que muito contrariou S.M. que, no entanto, foi visitá-lo dias depois na reunião semanal da Academia de Ciências Morais e Políticas. Recusa mais uma vez o lugar de honra que lhe fora destinado apenas pede para sentar-se ao lado de Mr. Franck.

Por diversas vezes, o imperador deu mostras de aprovar as opiniões

espiritualistas e liberais de Franck que, no entanto quis registrar um fato: quando o imperador soube que o professor era o presidente da Liga contra o ateísmo que fundara em Paris, foi o primeiro a inscrever-se na associação para provar que

na grande questão da alma humana como a causa primária de todas as existências, seu espírito era guiado pela razão filosófica tanto quanto pelo espírito religioso.

Amava mais que a tolerância, a liberdade. Ele a praticava em relação a todas as crenças e sistemas, porém rejeitava o ateísmo e o materialismo “nos quais via o rebaixamento da humanidade e uma ameaça perpétua à ordem social”.

“Desejo que haja republicanos tão dedicados como esse imperador com a causa da justiça e da humanidade”. Diz que D. Pedro II justificava a máxima platônica de que “os homens só serão felizes quando os reis forem filósofos ou os filósofos forem reis”

O Rabino informa que Alexandre Dumas Filho devota ao imperador profunda admiração. Em carta, o escritor conta a decisão da Academia de Paris de admitir D. Pedro II para tomar parte dos trabalhos de 26 de abril de 1877. Ele tomou lugar entre os confrades como simples colega, depois de apertar as mãos de todos. Tomou parte no trabalho que faziam -como um dos quarenta- o Dicionário Histórico. Ressalta também o fato de o imperador poder viajar para a Europa, assentando-se para estudar sem receio de que lhe tomem o lugar. Reina desde os seis anos e cuidou sempre do progresso e da liberdade de seu país. Feliz monarca! Povo feliz!

Mossé diz que D. Pedro II justifica essas associações, pois ele sempre contou com a apreciação dos sábios. Tanto pela sua bela alma como por sua constante procura da verdade e do belo. Filantropos de todos os cultos rendiam-lhe respeitadas homenagens. Mr. Osiris, da comunidade israelita de Paris, mandou construir o magnífico templo da Avenida Buffaut, além de outro na estação balneária de Arcachon. Ao saber que D. Pedro II visitara em 1871 as ruínas do templo de Jerusalém, ofereceu-lhe a primeira prova do desenho de Bida, representando os judeus em oração diante a muralha de Salomão (Muro das lamentações)

Osiris foi apresentado em Nice para o imperador pelo amigo comum o Conde de Nioac e conserva desta entrevista a mais agradável lembrança.

Despojava-se do manto imperial [...] tornava-se um simples viajante espiritual e erudito.

Surpreendia como [...] conhecia todos os franceses notáveis como se tivesse vivido entre nós [...] lembrava-lhes obras, livros, discursos de que eles mesmo não raro haviam esquecido [...] esse homem que crê somente na soberania da inteligência...apresenta-se com a simplicidade de um espartano [...]

O rabino ressalta a francofilia do imperador, que por suas palavras, demonstra que a simpatia é recíproca. Encontrou-se com o imperador em Marselha e Aix-Les-Bains, onde, após tratar-se de grave moléstia, quase fatal, ele recuperou parte de sua beleza física. Descreve-o alto,

[...] de nobre aparência, olhos azuis, olhar profundo, fisionomia franca e leal, aspecto imponente [...] seu acolhimento simpático e cortês, palavra fácil e persuasiva e sua bondade, o tornam quase familiar [...] Tal é o augusto hóspede a quem o clima benigno da França restituiu o antigo vigor [...] naturalmente, os franceses se alegram com isso porque amam o príncipe generoso e popular [...] Paris mostrou-se interessada na saúde de S.M. porque era um amigo da França.

“Não somente D. Pedro II ama Paris, mas nela se integrou”.(Henry Fouquier-
Revue de la Famille, 15-6-1888,p. 264)

Visita academias, usinas dos grandes industriais, a Sociedade de Geografia, o Observatório de Nice, o ateliê dos artistas, o gabinete dos sábios.

Ao sentir-se doente, chamou um sábio francês, Dr. Charcot, seu amigo. Despido de pompas, rejeitando cerimônias oficiais [...] dir-se-ia um desses grandes senhores que os romances filosóficos do século passado nos mostram, a percorrer o mundo em busca da verdade [...] ele ama o ardor francês que jamais se extinguirá, ardor de luz, não de incêndio como querem os nossos inimigos [...] Leva sempre daqui alguma coisa para seu jovem país [...] sobretudo um pouco da alma francesa...apaixonada pela justiça e pelo ideal.

Agonizando em seu leito, o imperador recebeu a notícia da abolição do cativeiro no Brasil. “É para nós uma alegria ver esse imperador liberal, nosso hóspede, sobreviver ao remate de sua obra e poder ouvir o merecido louvor”. Franceses solidários a D. Pedro II, “homem de espírito e coração cuja existência é

preciosa a todos os amigos do gênero humano.”

O Rabino fala da terceira viagem. Por onde passou, ele granjeou simpatia e admiração, a curiosidade científica norteou seus roteiros. Em Cannes, ficou por cinco meses, demonstrou sentimentos elevados, modéstia e popularidade. O jornal “Les Echos de Cannes”, dá a impressão geral sobre o imperador do Brasil em 1-4-1888: modos burgueses, despojados de luxo. Grande amigo das ciências e filantropo, anota tudo, auxilia as instituições beneficentes. Foi presidente de honra da Sociedade de Ciências e Letras por duas vezes, todas as sociedades filantrópicas “foram objeto se sua nobre solicitude” [...] infatigável em suas excursões, visitou todas as nossas localidades que podiam oferecer qualquer recordação histórica”.

Recebia com a mesma simpatia nobres, sábios, artistas [...] Liberal por princípio, ama o povo, e um de seus maiores prazeres era passear no meio de nossa população que adivinhava por instinto, seus sentimentos democráticos.

Foi-lhe oferecida e encantou-o uma magnífica alvorada com 14 tamboris pelos Félibres de Cannes sob a direção do Dr. Geoffrey. Mr. Mouton que dirigiu a alvorada, fez um cumprimento à imperatriz em língua provençal, o que muito emocionou o casal imperial, pois D. Pedro era um sócio (associado) do félibrige provençal desde 1873. O Armana Provençau de 1873 narra, em termos encantadores”, a entrevista do imperador com o grande mestre da língua provençal, Frédéric Mistral de Maillanes, autor de “Calendal’e “Mireio”:

Pedro II não quis deixar a França sem conhecer a Provença. Em fevereiro de 1872, chegou a Marselha e mandou chamar o poeta Mistral que atendeu imediatamente ao chamado. Quis saber de outros poetas provençais, cumprimentou-o pelos trabalhos e pela importância do movimento de renascimento provençal, “primeiro porque a Provença, pelo brilho de sua poesia, é simpática a todos os povos, e depois porque o despertar e a perpetuação das pequenas nacionalidades são necessários à vida e à liberdade do mundo”.

Insistiu em saber se havia bons prosadores e aconselhou que a língua provençal fosse empregada por todos os modos, principalmente em trabalhos

históricos para conseguir a vitória sobre a causa. A imperatriz disse a Mistral que “Magali” fora cantada no palácio no Rio de Janeiro. Depois, o imperador falou com entusiasmo sobre Camões e pediu a opinião do poeta sobre seus mais belos trechos. Apertou-lhe a mão, pedindo que lhe enviasse todos os seus trabalhos dali em diante., principalmente a coleção completa do “Armana Provençau”.

O rabino considera mais uma prova de amor do imperador a todas as literaturas, seu espírito universal e profunda simpatia que inspirou às populações “de nossa bela Provença”.

Em Cannes, D. Pedro II recebeu manifestações populares e foi visitado pelo célebre estadista inglês Gladstone, grande orador, liberal e sábio helenista com quem passou o dia todo em palestra. Gladstone tinha grande estima pelo imperador, o que externou num discurso em Londres em 1-7-1877, por ocasião da abertura de uma exposição em honra a William Caxton, o introdutor da imprensa na Inglaterra e que foi honrada pela presença de D. Pedro II. Nesse mesmo dia, ele presidiu um banquete em honra aos soberanos ingleses, durante o qual propôs um brinde para saudar o imperador do Brasil que honrara a exposição com sua presença e também por motivo de ordem mais elevada: um modelo para todos os soberanos do mundo, possuidor de raras qualidades suas muitas horas de trabalho emprega através do mundo auferindo conhecimentos de todo gênero que saberá aproveitar no regresso da Pátria e continuará a promover assim o bem-estar de seu povo...é um exemplo e uma bênção para sua raça.

Não se apresenta como imperador, mas como simples cidadão. Diz o Rabino:

Cercado dessa auréola filosófica, dessa grandeza moral, deu-nos a honra de nos receber duas vezes, primeiro em Marselha, alguns meses depois em Aix-Les-Bains.

Seu amor à literatura hebraica nos proporcionou a extraordinária satisfação de uma longa palestra com Sua Majestade.

Tendo recebido em Cannes nossa tradução literal e literária dos Salmos, com um pedido de audiência, o imperador dignou-se a mandar seu simpático camarista, conde de Nioac, escrever-nos para Avinhon, marcando encontro em Marselha antes de sua viagem ao Egito.

Tivemos a felicidade de conversar durante duas horas com o mais amável e instruído dos monarcas.

Estas palavras que o imperador acolheu com benevolência: “mais que um

imperador, sois um filósofo e um sábio, Majestade.”

Alguns meses depois desse encontro, o Rabino Mossé foi despedir-se do imperador em Aix-Les-Bains, onde, na ocasião, o escultor Guillaume do Instituto era seu hóspede para terminar seu busto para o Instituto Pasteur do qual o imperador é um generoso benfeitor.

Os dois gênios franceses, Lamartine e Victor Hugo, renderam ao imperador justa homenagem. Lamartine escreve a D. Pedro II referindo-se a ele como um príncipe que por suas virtudes extinguiu do Novo Mundo a eterna disputa entre a natureza da República e da monarquia. “Acrescento que amor às letras ilustrará esse reinado, por benevolências de que tenho a felicidade de ser um exemplo”, “sou consolado na minha velhice pela munificência de S.M. homenagem do autor de “Les Méditations” grata ao coração do soberano.

Os jornais de Paris comentaram a visita que D. Pedro II fez ao autor de “Les Misérables”, “o grande crítico dos reis e dos povos implacável flagelador de todas as injustiças e tiranias, cantor divino do patriotismo, da filantropia, do progresso, da liberdade. Chamou o imperador de neto de Marco Aurélio após longa entrevista, que por sua vez chamou-o majestade: “O império de Victor Hugo é o Universo”, fervoroso admirador que era da obra do genial poeta.

O rabino conclui que D. Pedro II “continuará por muito tempo a fazer a felicidade de seu povo” aos 63 anos e seu povo e o mundo poderão celebrar o jubileu de seu glorioso reinado em 23 de julho de 1889.

E assim arremata a biografia:

[...] a posteridade bendirá para sempre esse imperador incomparável, que é um filantropo, um sábio, amigo da Justiça, da Verdade, da Liberdade que se utiliza do poder apenas para a felicidade e para a glória do povo brasileiro.

A obra biográfica de Benjamim Mossé é uma espécie de louvação ao Brasil na pessoa admirável de seu governante, grande patriota, culto e portador de todas as virtudes morais. Extremamente bem documentada, a obra, neste aspecto, mostra indubitavelmente a mão de Rio Branco, colecionador contumaz de documentos, detentor de um acervo de incalculável importância para o Brasil e sua história.

A despeito de algum romantismo na visão do Brasil daquele momento, o livro

tem o mérito de mostrar um momento importante da história do país, numa abordagem alicerçada por farta documentação, como se pode perceber, por exemplo, no capítulo que se refere à Guerra do Paraguai. Igualmente, a questão da documentação se faz presente no que respeita à Questão Abolicionista, dando a conhecer o alcance e a repercussão que este fato teve no exterior, em especial na França, país achegado ao Brasil, principalmente pela pessoa do imperador.

A biografia mostra o alcance mundial da figura de D. Pedro II, que impressionava a cada lugar que visitava, granjeando aliados e admiradores ao mesmo tempo em que elevava o Brasil à categoria de uma grande nação promissora. E se este foi o objetivo de Rio Branco, isto é, animar D. Pedro e fortalecer a monarquia, certamente conseguiu seu intento.

10 EXÍLIO

A vida de D. Pedro II foi pontilhada de perdas e períodos tristes. Ele teve momentos de glória, foi nomeado, internacionalmente, por figuras de expressão, por conta de sua conduta moral e intelectualidade, o que fazia dele verdadeiro personagem dos oitocentos. O brilho de seu carisma foi reconhecido pelos contemporâneos que com ele se encontraram, ou conviveram. Apesar disto, D. Pedro teve de enfrentar a dor e a fatalidade em suas trajetórias política e pessoal.

O falecimento precoce de sua mãe, a imperatriz Leopoldina, quando ele tinha um ano de idade, fez dele o “órfão da nação”; o impacto da aclamação aos cinco anos²¹⁶; o exílio de seu pai e da doce imperatriz Amélia, que a ele muito se apegara; a morte de seu pai, apenas três anos depois, em Portugal; a dolorosa decepção inicial com o casamento²¹⁷; a morte de seus dois filhos varões, na primeira infância; a morte, também precoce, de sua filha Leopoldina, aos vinte e três anos e mãe de quatro filhos; a loucura de um deles, Pedro Augusto²¹⁸, com piora expressiva já a caminho do exílio da Família Real, e a própria queda da monarquia, que já sinalizava ser um processo irreversível; tudo foram nuvens negras no céu da vida de D. Pedro, de forma que ele aprendeu a conviver com a dor e superar as perdas.

A esse respeito, diz Lilia Schwarcz:

²¹⁶ É provável que o impacto deste momento que D. Pedro enfrentou aos gritos, seja responsável pelo fato dele detestar e dispensar, sempre que possível, celebrações ruidosas ou festivas.

²¹⁷ Quando conheceu Teresa Cristina, ficou chocado com sua aparência, em nada parecida com o retrato que lhe foi enviado. Ela era feia, baixa e gorda, quase anã, quatro anos mais velha do que ele, tinha os cabelos pretos e era manca. Atirando-se aos prantos nos braços de D. Mariana de Verna, sua aia, teria dito: “Enganaram-me, Dadama!” E ela teria dito: “Cumpra sua obrigação, meu filho!”

²¹⁸ Culto e elegante, detentor de grande acervo de leituras, D. Pedro de Saxe Coburgo Gotha era filho da falecida princesa Leopoldina, e teria iniciado o Terceiro Reinado como D. Pedro III do Brasil, caso Isabel permanecesse sem descendentes; mas, ela teve três filhos após doze anos e, ainda assim, havia uma espécie de culto à pessoa do príncipe, possível sucessor de D. Pedro II, pelo partido dos pedristas. Mas, Pedro Augusto desenvolveria doença mental grave, que culminou com internação em hospício de Viena, onde veio a falecer, com cerca de sessenta anos.

Tudo levava a uma nova imagem de mártir. Mártir na tenra infância. Mártir no casamento. Mártir na vida (um sábio que dizia só querer ser professor). mártir na expulsão precipitada. D. Pedro agora era uma encarnação de mártir do exílio [...] nos poemas escritos no navio, completava-se a figura:

Breve não avisto mais a pátria amada.
Como prece de Deus sempre atendida
E passando o dilúvio desprendida.²¹⁹

Ao sair do Brasil, ainda na costa, D. Pedro e os netos soltaram um pombo em cujo pé, ele mesmo amarrou uma mensagem em que escrevera de próprio punho: “Saudades do Brasil”. O pombo caiu no mar em pleno voo.

Pior do que tudo isto, foi a humilhação do banimento, seguido do exílio, que o privou, para sempre, de rever sua terra natal, que ele tanto amava²²⁰. É possível que esta tenha sido a fatalidade mais dolorosa de sua vida, seguida de outras duas grandes perdas: a morte de Teresa Cristina, companheira de 46 anos, quarenta dias após a deposição e, em pouco mais de um ano, a morte da Condessa de Barral, sua diletta amiga e confidente e, pelo que se pode depreender da vasta correspondência entre ambos, o grande amor de sua vida.

O exílio foi breve, com duração de dois anos, mas de intensa atividade intelectual, frequentando academias e sociedades científicas, estudando idiomas, aumentando substancialmente a dedicação que devotava ao estudo do hebraico. Também foi um tempo de melancolia e decepção: além da queda da monarquia, o que lhe doía muito (e diria isto inúmeras vezes!) era a ausência de cartas de muitos que ele considerava amigos, e o esquecimento a que se sentia relegado, saudoso.

D. Pedro sempre deixou claro que apreciava a república. Chegou a dizer que preferia ser presidente da república ou Primeiro ministro. Disse ainda que, se seu pai ainda estivesse no poder, ele poderia ser um senador e dedicar-se aos estudos, atividade de sua preferência à de imperador. Era profundo admirador da república dos Estados Unidos da América do Norte, onde desfrutava de grande popularidade.

²¹⁹ *As Barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras. São Paulo. 1998. pág. 467.

²²⁰ Embora tenha sido bem vindo na França, em cujo ambiente cultural já estava habituado e era bem recebido, teria dito, certa vez, que lhe faltava o sol do Brasil, durante uma visita ao escritor Camilo Castelo Branco, quando este lamentava a perda da visão.

Relutava entre deixar as funções de governo e a responsabilidade do dever constitucional: sair do gabinete seria o mesmo que sair da nação. Apesar do forte centralismo executivo de que era acusado, ele escolheu não enfrentar os opositores republicanos que arquitetaram o golpe. Cordato, D. Pedro silenciou e saiu de cena com seus familiares. Ele não tinha filhos, e os adversários (e mesmo inúmeros monarquistas) repudiavam Isabel, que fôra regente por três vezes: acusavam-na de beata, e havia fortes manifestações sobre o Terceiro Reinado. E havia o Conde D'Eu, repudiado por ser francês e por explorar o aluguel de cortiços. D. Pedro nunca pareceu favorecer o genro, detestado pela maioria. Ele, D. Pedro, era o último varão dos Bragança: os outros eram Orléans e Saxe -Coburgo Gotha.

Nos últimos anos, tudo parecia em paz, mas a calma não durou: havia conflitos entre os oficiais mais graduados, e o Ministro da Guerra. Deodoro da Fonseca, oficial comandante do Rio Grande do Sul, era de opinião que os oficiais do Exército eram livres para expressar suas ideias e opiniões, sem que o Ministro da Guerra pudesse impedir suas manifestações.

D. Pedro estava cronicamente doente. Os distúrbios com o diabetes pioravam seu estado; em 1887, quando o Barão do Rio Branco voltou ao Rio de Janeiro após longa ausência, percebeu que o imperador estava visivelmente enfraquecido. “Ele era uma sombra de sua personalidade anterior”, escreveu Vicente Quesada, diplomata argentino que tinha encontrado o imperador, pouco tempo antes, no Brasil. Quesada descreveu D. Pedro como

[...] um tipo alemão, alto, algo pesado, com a barba longa e macilenta, já branca, andar vagaroso, boas maneiras e arrogância. [...] Ele tinha só 60 anos, mas envelhecia rápido, com o rosto deprimido, sem a mesma alegria de antes. Cresciam rumores sobre seus lapsos de memória.²²¹

Paranhos²²² foi uma das poucas exceções que, após cumprimentar D. Pedro, nada tinha a dizer aos curiosos sobre o assunto.

Em 1887, Quintino Bocaiúva escreveu, a outro republicano experiente, o líder Salvador de Mendonça, que Cotegipe era o verdadeiro imperador do Brasil, naquele momento em que Isabel e o marido estavam na Europa. Ele sabia da decadência de

²²¹ Bernstein, H., *op. cit.*, p. 289

²²² O Barão do Rio Branco

D. Pedro, e sua incapacidade de continuar, parecendo estar no final da carreira e da vida.

Rio Branco acompanhou D. Pedro II na Europa. Abordava assuntos agradáveis para distraí-lo. Era mais fácil conversar com o imperador sobre a Europa que sobre o Brasil. D. Pedro deixava, para trás, as queixas dos militares. Estava longe dos interesses dos latifundiários e do clamor dos abolicionistas. Paranhos nada revelou sobre a condição de D. Pedro II, quando o encontrou em Paris. Informou, ainda em 1887, que, em sua opinião, o monarca parecia mais fortalecido, sem demonstrar qualquer esquecimento.

A saúde de D. Pedro preocupava os republicanos. Temiam que Isabel ficasse permanentemente na regência, até assumir definitivamente o trono, começando nova linhagem. Por essa razão, o Dr. Mota Maia estava sempre atento aos sintomas de D. Pedro e assim seguiria fazendo durante o exílio até a morte do imperador.

Parece que D. Pedro não se deu conta do que se passava no país, não porque estivesse senil, mas, talvez, porque não encontrava uma forma de mudar aquele estado de coisas. Assim que chegou de Petrópolis ao Paço, D. Pedro teria dito que tudo não passava de fogo de palha e que ele conhecia bem seus patrícios. Ainda antes de chegar, à imperatriz que repetia que tudo estava perdido, ele disse: “Qual, senhora, chegando lá, isso acaba!”²²³.

Mas a situação era irreversível. O anúncio formal da instalação da República veio em 16 de novembro e, no mesmo dia, D. Pedro concordou em deixar o país, juntamente com sua família. Não houve revoltas em sua defesa, nem qualquer resistência: a república encontrou apoio em todas as partes do Brasil.

Deodoro acrescentou um agravante pessoal, cruel e desnecessário, sugerindo a D. Pedro que saísse do país para o exílio, tão quieto quanto seu pai, D. Pedro I; sem emitir qualquer juízo de valor sobre Deodoro, esta lembrança fez D. Pedro sentir-se humilhado: era uma observação grosseira de um militar que dele recebera todas as honras e promoções de seu posto.

Um clamor se levantou quando D. Pedro recusou a quantia de 5000 contos que o novo governo lhe ofereceu. Ele não concordou, porque se tratava do dinheiro

²²³ Calmon-Op. Cit. P.203.

dos cofres públicos. Preferiu partir apenas com a dotação que lhe era conferida por lei. Em Portugal, recusou hospedar-se no palácio real. Em pouco mais de uma semana, o dinheiro acabou e D. Pedro começou a perecer. Não fossem os amigos que o acompanharam voluntariamente ao exílio, ele não teria como sobreviver. Em 28 de dezembro, morta a imperatriz, ele não tinha como providenciar os funerais, que só se realizaram condignamente com a participação dos nobres que estavam presentes²²⁴.

D. Pedro irritou o governo provisório ao recusar os 5000 contos que lhe foram oferecidos. O fato foi secamente redigido por Rui Barbosa:

Decreto 1:

[] O Governo Provisório, mantendo todavia esta vantagem ao Príncipe decaído, eram simplesmente uma providência de benignidade republicana destinada a atentar os instintos pacíficos e conciliadores do novo regime ao mesmo tempo que era uma homenagem retrospectiva à posição que o ex-imperador ocupava no país....a atitude...assumida por D. Pedro de Alcântara...carrega veleidades inconciliáveis com o sistema republicano.

Decreto1:

É banido do território brasileiro o Sr. Pedro de Alcântara e com ele toda a sua família.

Como observou Lilia Schwarcz²²⁵, os novos dirigentes da nação não contavam com a negativa do ex-imperador em relação ao dinheiro oferecido. O documento em que foi redigido o decreto demonstra que os ânimos estavam exaltados, tanto que Rui Barbosa repetiu o número 1 no segundo decreto, o do banimento.

A recusa de D. Pedro era mais uma demonstração da nobreza de caráter e do desprendimento de quem jamais se beneficiou de qualquer quantia erário público em benefício próprio. Os insurgentes sabiam disso e não cabia motivo para qualquer irritação contra o ex-monarca. É que seu gesto ressaltava ainda mais a insídia e a ignomínia do golpe.

A saída de D. Pedro para o exílio foi traumática: tanto que a imperatriz, profundamente abalada, deprimida e inconformada, chorava incessantemente,

²²⁴ Farina, Duílio Crispim. *Nascimento, doença e morte na Casa de Bragança*, p.84

²²⁵ Idem, p. 488

repetindo que nada fizera de mal, que o Brasil era sua pátria amada, que não queria morrer longe dali. Perplexo, D. Pedro repetia que estavam todos loucos e, inconformado, perguntava se Deodoro estava metido no golpe. Mesmo assim, com momentos de protesto e indignação, portou-se com a dignidade que lhe era peculiar, sem perder a postura quase estoica de quem já está exaurido por décadas no exercício do poder, e por vicissitudes que a vida, muitas vezes, lhe impusera.

Quando foi exigido que saísse na calada da noite, D. Pedro recusou-se, dizendo que não era escravo fugido. Os golpistas, por seu turno, temiam que a popularidade de D. Pedro provocasse tumultos ou reações populares, que dificultassem os passos do novo regime. Com a ajuda do Conde D'Eu, Deu-se por vencido ante o argumento de que, se saísse com a luz do dia, poderia correr sangue, e isso, o velho imperador não desejava. Por outro lado, os golpistas republicanos não tinham autoridade moral para empregar a força contra o imperador. Nem Deodoro, que era o líder do golpe, teve coragem de entregar-lhe pessoalmente a ordem de saída do país. Foram oficiais de mais baixa patente que o fizeram.

Ao deixar o Paço, D. Pedro viu seus criados dismantelarem-se em pranto como que assistindo a um videotape em que se descortinava toda aquela generosidade e compaixão do velho e caridoso monarca, no exercício do mais alto poder de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil [...]²²⁶

Sobre a pressa da partida e a dificuldade de transporte, é ainda Lília Schwarcz quem afirma²²⁷:

Mantendo sua aura mítica, o imperador deixava saber que só levaria sua primeira edição de 'Os Lusíadas' –'Essa lhe bastava'. De fato, D. Pedro confirmava o dito popular: 'Os reis não são expulsos, mas partem'

Seu coração ficaria partido em mais alguns pedaços junto com sua fabulosa biblioteca de cerca de 60.00 volumes, fora documentos e manuscritos antigos que o monarca colhera em suas andanças pelo mundo, ora comprando, ora recebendo

²²⁶ Viola, Paulo Roberto. *Barão de Santo Ângelo, o espírita da corte*, passim

²²⁷ *As barbas do imperador*, pág. 466

como presentesa maior parte do acervo foi doado ao IHGB, entidade por ele fundada e que lhe seria fiel por décadas apesar do quase abandono a que foi relegada com o fim da monarquia. A biblioteca Nacional ficaria com uma parte menor do acervo, mas com sua esplêndida coleção de milhares de fotografias tiradas pelo mundo afora.

O escritor e cronista Raul Pompéia, citado por Schwarcz em *As barbas do imperador*, conta:

Às três da madrugada, enquanto a cidade dormia tranqüilizada pela vigilância tremenda do Governo Provisório, foi o Largo do Paço teatro de uma cena extraordinária, presenciada por poucos, tão grandiosa no seu sentido, e tão pungente quanto foi triste e breve.

Obedecendo à dolorosa imposição das circunstâncias [...] o governo teve necessidade de isolar o Paço da cidade, vedando qualquer comunicação do interior com a vida da capital [...] Pobre D. Pedro! Em homenagem à severidade da determinação do governo revolucionário, ninguém queria ter sido testemunha da misteriosa eliminação de um soberano [...]

Às três da madrugada [...] entrou pela praça um rumor de carruagem... através das árvores, iluminando sinistramente a solidão, perfilavam-se os postes melancólicos de lâmpões de gás. Apareceu então o préstito dos exilados [...] Nada mais triste, puxado por dois cavalos que se adiantavam de cabeça baixa como se dormissem andando [...] à frente, duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo [...]. Fechando a marcha, um grupo de cavaleiros que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil [...].

Quase na extremidade do molhe, o carro parou e o Sr. D. Pedro de Alcântara apeou-se-um vulto indistinto entre outros- para pisar a última vez a terra pátria [...].

Com os exilados, seguiu, entre outros, solidário e sempre amigo, o engenheiro André Rebouças, fiel ao imperador. Sua presença durante a viagem trouxe conforto ao ilustre exilado, que se comprazia nas conversas com seu ilustrado amigo e conselheiro. Aliás, não faltaram, durante a viagem, leituras coletivas, boas conversas, leitura de poemas inéditos pelo Barão de Loreto. Tudo se fazia para aliviar a tristeza, numa tentativa de reproduzir o mesmo ambiente a que estavam todos acostumados. Até o aniversário de D. Pedro foi celebrado com brindes à prosperidade do Brasil!

A passagem de D. Pedro II da lancha para a corveta Paraíba, foi dramática: esta era a embarcação que conduziria os exilados para o vapor Alagoas, na Ilha Grande, de onde largaria para o Velho Continente, lugar onde deveriam começar

nova vida. No momento do embarque, o mar estava revolto, e a imperatriz chorava, dizendo que tinha medo do mar e do mau tempo. A metáfora utilizada por Mary Del Priore para se referir ao mar revolto, foi muito feliz: “parecia um caldo em ebulição”²²⁸.

É Paulo Roberto Viola²²⁹ quem detalha o embarque:

Uma escuridão terrível, um ar abafado, chuva fina e uma precária escadinha de acesso à corveta, que não oferecia qualquer segurança.

Mallet²³⁰, nessa altura já apavorado porque temia que D. Pedro, hesitante em prosseguir, pudesse cair no mar, pois julgava que, assim, ele não se salvaria – e o medico particular de Sua Majestade, Dr. Mota Maia, ajudavam a empurrar o velho e combalido monarca dentro do cruzador [...] uma cena de cortar o coração, que o tempo não mais apagará [...] ‘Os senhores hão de se arrepender’, foram as últimas palavras de Isabel a Mallet, antes de embarcar para o exílio sem volta, como que antevendo os dias sombrios e frustrados que a República iria vivenciar.

Este quadro humilhante e desumano, desencadeado pelos insurgentes republicanos, sem a menor sombra de respeito àquele que dedicou toda sua vida construindo a nação brasileira, haveria de permanecer na memória histórica do Brasil.

De fato, é sabido que a República começou mal, conturbada, com insurgentes às tontas, sem qualquer preparo para lidar com a realidade brasileira naquele momento. Era como se nem soubessem o que fazer com o poder conquistado.

Diz Pedro Calmon, em sua *História do Brasil*, p. 1894²³¹: “a República deu a impressão de que envelhecera no segundo mês de existência. E o mal foi a facilidade com que se impôs [...]”.

Os próprios republicanos se decepcionaram ante a constatação de aquela não era a república com que sonharam. O certo é que os brasileiros respeitavam a figura moral e política do imperador, tanto que, nas eleições de agosto de 1889, o Partido Republicano conseguiu eleger apenas dois deputados gerais! Nem a retórica

²²⁸ Del Priore, Mary. O Príncipe maldito, apud Paulo Roberto Viola, op. cit., p. 62

²²⁹ Viola, Paulo Roberto, op. cit., p. 62

²³⁰ Tenente Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1840-1907). Ex-combatente da Guerra do Paraguai, que irá, mais tarde, insurgir-se contra o governo do Marechal Floriano Peixoto. Foi signatário do Manifesto dos Treze Generais, logo no início daquele governo. Foi encarregado, pela República, de embarcar a Família Real rumo ao exílio, em nome do governo provisório.

²³¹ apud Viola, Paulo Roberto, op. cit., p. 65

contundente do polêmico jornalista radical Silva Jardim²³² foi capaz de contagiar as multidões, com seus ataques impiedosos que não poupavam, sequer, a honra da Família Imperial, ou os distúrbios da saúde de D. Pedro. Este jornalista ficaria conhecido como o “apóstolo que a república esqueceu”²³³.

Podemos entender como se deu o golpe da proclamação, pelas palavras de Machado de Assis²³⁴:

Poucas palavras [...] gente parada, caras espantadas [...] mas nenhuma notícia clara e completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas e notícias desencontradas. Recolheu o Exército a uma da tarde, sem um ato formal de proclamação da República – que fora esquecido ou fora adiado no desdobramento singelo das ocorrências.

Ou seja: a proclamação foi feita por pequeno segmento da sociedade: os militares, insuflados pelas ideias de Benjamim Constant. Quanto à população, esteve apática; não ocorreram grandes manifestações, nem pró-regime republicano, muito menos a favor da monarquia. Não houve, na verdade, um processo revolucionário, pois, nas estruturas do país, nada mudou.

Entrementes, a Família Real amargava a viagem do exílio, e a primeira vítima do golpe republicano foi a imperatriz. Por suas qualidades, recebeu o nome de mãe dos brasileiros.

Benjamim Mossé²³⁵ assim se expressou em relação à chegada de Teresa Cristina a nosso país: “desde esse dia, a caridade se assenta no trono do Brasil”.

De fato, ao receber a notícia da deposição, expressou ela grande preocupação por não poder mais socorrer o grande número de famílias desprotegidas da sorte, que tinham nela suporte moral e financeiro. Ela chorava convulsivamente, repetindo, no angustiante momento da partida: “que irá acontecer a essa pobre gente?”

²³² 1860-1891. Pregava abertamente o fuzilamento do Conde D’Eu.

²³³ Artigo de Durval Ferreira em “A Tribuna” de 15/11/1939. Jardim amargou uma derrota quando candidato ao Parlamento. Frustrado e decepcionado, abandonou a política e viajou pela Itália, onde teve fim trágico: ao visitar, aos 31 anos, o Vesúvio, foi sugado por uma fenda que se abriu na montanha.

²³⁴ *Esaú e Jacó*. 1.ed., p.190

²³⁵ *D. Pedro II, imperador do Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1889, p.322

Quando o Barão de Jaceguai pediu a ela que se resignasse ante aquela dura realidade, ela respondeu: “mas a resignação não impede as lágrimas. E como deixar de vertê-las, ao sair desta minha terra, que nunca mais hei de ver?”²³⁶

Nos últimos instantes de sua vida, confidenciou ela à Baronesa de Japurá: “Maria Isabel, eu não morro de doença. Morro de dor e de desgosto”²³⁷.

O historiador Max Fleiuss afirma: “Costuma-se dizer que o dia 15 de novembro foi uma revolução incruenta, feita com flores. Houve, porém, pelo menos uma vítima: a Imperatriz”²³⁸.

“Le Figaro” escreveu, em 29 de dezembro de 1889, um dia após a morte de Teresa Cristina: “A Europa saudará respeitosamente esta imperatriz morta sem trono, e dir-se-á, falando-se dela: sua morte é o único desgosto que ela causou a seu marido durante quarenta e seis anos de casamento”²³⁹.

As despesas do enterro foram pagas com um empréstimo pedido ao Visconde Alves Machado, um comerciante do Porto que enriquecera no Brasil.

O resto do exílio foi uma “melancólica peregrinação” por estações de água, casas de amigos e hotéis sem luxo. D. Pedro recusou-se a morar com Isabel, na casa alugada em Versalhes.

O Conde Afonso Celso narra a visita de condolências que, juntamente com seu pai, o Visconde de Ouro Preto, fizeram ao imperador:

Era modestíssimo o seu quarto. A um canto, cama desfeita. Em frente, um lavatório comum. No centro, larga mesa coberta de livros e papéis. Um sofá e algumas cadeiras completavam a mobília. Tudo frio, desolado e nu.

Os joelhos envoltos num cobertor ordinário, trajando velho sobretudo, D. Pedro lia, sentado à mesa, um grande livro, apoiando a cabeça na mão. Ao nos avistar, acenou para que nos aproximássemos. Meu pai curvou-se para beijar-lhe a mão. O imperador lançou-lhe os braços aos ombros e estreitou-o demoradamente contra o peito. Depois, ordenou que nos sentássemos perto dele. Notei-lhe a profunda lividez.

Houve alguns minutos de doloroso silêncio [...] Não aludiu uma única vez à imperatriz [...] ao cabo de meia hora [...] observou, baixinho:

A câmara mortuária é aqui ao lado. Amanhã, às 8, haverá missa de corpo

²³⁶ J.M.M.F – D. Pedro II. *Jornal do Comércio*, 2/12/1925, apud Leopoldo Bibiano Xavier. *Revivendo o Brasil Império*. R I H G B. vol. 752, 1925. São Paulo, Ind. gráfica e editora, 1991 (ed. Artpres)

²³⁷ Visconde de Taunay. *Reminiscências Melhoramentos*. São Paulo, 1923, p. 218

²³⁸ A.C. D’Araújo Guimarães. *A corte no Brasil*. Porto Alegre, Globo, 1936, p. 246

²³⁹ Xavier, Leopoldo Bibiano, op. cit., p. 161

presente.

Sáímos. No corredor, verifiquei que meu chapéu havia caído à entrada do aposento imperial. Voltei para apanhá-lo. Pela porta entreaberta, presenciei cena tocantíssima: ocultando o rosto com as mãos magras e pálidas, o Imperador chorava. Por entre os dedos, escorriam-lhe as lágrimas, que caíam sobre as estrofes de Dante.

Eram os versos de Dante a Beatriz!

D. Pedro mostrara a Divina Comédia aos dois visitantes, dizendo: “Eis o que me consola”. Ao que Ouro Preto respondera: “Vossa Majestade é um espírito superior. Achará em si mesmo a força necessária”.

E pareceu que estava certo! Na “Fé de Ofício”²⁴⁰ anotou: “Nas preocupações científicas e no constante estudo é que acho consolo e me preservo das tempestades morais.” Jogou-se numa intensa agenda de encontros, reuniões e horas de estudo, principalmente da língua hebraica, intensificando as pesquisas e traduções. Escritores hebraístas e judeus tinham, com o ex-imperador, laços de amizade: Ephraim Deynard (1946-1936), o experiente bibliógrafo e comerciante de manuscritos hebraicos, atraiu o ilustrado monarca exilado. Foi divulgada uma carta de Deynard a D. Pedro, onde destaca seu conhecimento da língua hebraica, atributo que o eternizaria na memória judaica: “Desta forma, Sua Majestade destacou-se e gravou seu nome, em letras luminosas, na história e no coração do povo do Deus de Abraão”.

Cumprimentou, o ilustre hebraísta, em nome do povo judeu: “Esta saudação é-lhe dirigida por dezenas de milhares de filhos de Israel, pela grande honra que Sua Majestade conferiu a este povo antigo por ter estudado sua língua.”

O Alagoas chegou a Lisboa em 7 de dezembro, trazendo a Família Real exilada. D. Pedro distribuiu brindes aos oficiais, e dinheiro à população. Ao comandante, deu um relógio de ouro, agradeceu a hospedagem oferecida pelo sobrinho D. Carlos de Portugal, e foi para um hotel. De Parias, chegou Eduardo Prado, leal à monarquia, para encontrá-lo. O futuro historiador Oliveira Lima, jovem republicano, então com vinte anos, foi a bordo saudar o imperador deposto. Ficou impressionado com o abatimento da família: “Voltei para a terra pesaroso e

²⁴⁰ Escrita em Cannes em abril de 1891, cujos originais entregou a André Rebouças. Carvalho, José Murilo, p. 237

envergonhado”, confessou.

Foi o caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro, sem qualquer sentido de respeito humano, que deu ao fato o toque final da ironia e da injustiça: publicou, na imprensa portuguesa, charges de mau gosto, ofensivas, representando D. Pedro com a maleta, onde esta a inscrição mentirosa: “5 mil contos”. Os mesmos que ele recusara ao sair do Brasil!

Em agosto de 1891, D. Pedro voltou a rejeitar pensão, proposta em emenda à Constituição, apresentada pelo pintor Pedro Américo²⁴¹ e outros.

D. Pedro recebia visitas de admiradores brasileiros; entre eles, Sousa Dantas, os barões de Muritiba e Penedo, o ex-presidente argentino e aliado do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança, Bartolomeu Mitre, único chefe de Estado a visitá-lo. Também o argentino Domingo Sarmiento e o uruguaio André Lamas, que compunham, com Mitre, o trio de estadistas sul-americanos admirados por D. Pedro. Ferreira Viana, o conservador ultramontano, crítico feroz da política de D. Pedro²⁴², também se fez presente.

Respeitando a diversidade de seus visitantes, o imperador preferia discutir política. Apenas respondia que só aceitava retornar ao Brasil, caso fosse chamado de volta. Rejeitava participar e desautorizava qualquer plano de restauração; invariavelmente, quando procurado, pedia aos representantes do Brasil no exterior e a outros funcionários, que perseverassem em seus postos, pois, naquele momento de transição, a pátria precisava de todos os antigos servidores. Nunca se queixou, nem falou mal, da república, nem dos que se tornaram seus algozes.

D. Pedro estava em Paris no outono de 1891. Chegara de Vichy e hospedou-se no Hotel Bedford, no final de outubro. Sua saúde estava debilitada pelo diabetes e pelo estado de espírito. A morte da Condessa, em janeiro, fora um impacto doloroso. O dedicado médico e amigo, Dr. Mota Maia, não o perdia de vista. Tinha conseguido, há pouco, debelar um abscesso, evitando que tivesse o pé amputado. No dia 23 de novembro, D. Pedro participou de uma eleição na Academia de Ciências. No outro dia, fez um passeio ao longo do Sena, em carro aberto. Havia neblina, e o ar do outono estava gelado. À noite, desencadeou-se a tosse.

²⁴¹ Pedro Américo era um dos dezoito pintores beneficiados pelo “bolsinho do imperador” para estudar na Europa.

²⁴² No panfleto *A conferência dos divinos*, chamara o imperador de “César caricato”.

Em dois dias, sobreveio a pneumonia, tomando o pulmão esquerdo. Charcot, Bouchard e Mota Maia nada puderam fazer. No dia 2, ele tinha completado 66 anos. No dia 5 de dezembro, ao sentir que ia morrer, pediu um travesseiro que trouxera com terra do Brasil. Queria que sua cabeça repousasse sobre ela. Suas últimas palavras foram seu último pensamento: “Nunca me esquecerei do Brasil. Morro pensando nele. Que Deus o proteja”²⁴³.

Morreu aos 35 minutos. Paul Nadar²⁴⁴ fotografou o corpo com a farda de Marechal; no peito, o colar da Ordem da Rosa, ao lado do crucifixo de prata enviado pelo Papa, e a Ordem do Cruzeiro do Sul. Duas bandeiras brasileiras cobriam suas pernas.

A notícia de sua morte repercutiu, de Paris, para todo o mundo. O presidente da França, Sadi Carnot, determinou honras militares, ignorando o protesto do representante do governo brasileiro. As honras militares lhe eram devidas, por ser titular da Grã-Cruz da Legião de Honra.

O jornal “Le Jour” fez um elogio em primeira página, àquele que foi o primeiro chefe de Estado a pisar em solo francês, após os desastres da guerra com a Prússia, em 1871. Sua visita era um apoio moral que prestava à França, país que ele tanto amava. Afora, o país sabia agradecer, e as homenagens póstumas irritaram o embaixador brasileiro, que se negou a tomar parte nas exéquias de um monarca deposto, ainda que sua história de vida fosse quase meio século de serviços e dedicação prestada ao Brasil.

Sua morte foi sentida em todas as partes do mundo. Choveram flores, centenas de coroas e mais de 2000 telegramas e cartões.

Para constrangimento do governo republicano do Brasil, as paredes da Igreja da Madeleine foram forradas de preto em sinal de luto oficial, e o caixão foi coberto com a bandeira imperial, símbolo de tudo o que D. Pedro representava: o construtor da nação brasileira. Políticos, membros da Academia Francesa, do Instituto de França, da Academia de Ciências Morais, representantes de todas as casas reais da Europa e brasileiros ilustres; entre eles, Joaquim Nabuco, que escreveu, num jornal: “Neste dia, pulsou no peito da França, um coração brasileiro”.

²⁴³ Xavier, Leopoldo B. op. cit., p. 184

²⁴⁴ Na foto de Paul Nadar, vê-se, debaixo do travesseiro, um livro sobre o Brasil (coleção Pedro Correia do Lago).

O ritual das exéquias, em Paris, levou três dias: ao som da Marcha Fúnebre de Chopin, o féretro foi levado à Estação de Austerlitz, seguido por um cortejo formado por doze regimentos, comandados por um general e doze mil pessoas. Em 12 de dezembro, D. Pedro foi sepultado no jazigo dos Bragança, em São Vicente de Fora, entre a madrastra, Amélia, e Teresa Cristina. Recebeu homenagens por onde passou; porém, mais uma vez, o governo republicano do Brasil não se fez presente.

No Brasil, os jornais se manifestaram, elogiando o ex-imperador. Houve ofícios religiosos, comércio fechado, bandeiras a meio pau. Até Quintino Bocaiúva, um dos artífices da proclamação da República, teve a decência de escrever, em “O País”: “O mundo inteiro pode-se dizer tem prestado todas as quantas homenagens tinha direito o Sr. D. Pedro de Alcântara, conquistadas por suas virtudes de grande cidadão”²⁴⁵.

José Veríssimo, ardente republicano, reconheceu que a maior dívida do país com D. Pedro, foi a atmosfera de liberdade que a monarquia proporcionou às atividades do espírito. Ao contrário da república, que perseguia os que criticavam os atos do governo, chegando a destruir jornais e prender jornalistas, formadores de opinião, sob D. Pedro todos pensavam como queira, e expressavam seus pensamentos e opiniões, fossem quais fossem.

Mostramos alguns dos comentários da imprensa internacional sobre D. Pedro II.

O “New York Times”, no dia 5 de dezembro, publicou a frase de Gladston, que dizia que D. Pedro era um governante modelo do mundo, e “foi o mais ilustrado monarca do século”.

“The Herald” escreveu: “numa outra era, e em circunstâncias mais felizes, ele seria idolatrado e honrado pelos seus súditos, e teria passado para a História como Pedro, o Bom”.

Num artigo, “The Times” assim se expressava:

[...] até novembro de 1888, acreditava-se que o falecido imperador e sua consorte fossem unanimemente adorados no Brasil, devido a seus dotes intelectuais e morais, e seu interesse afetuoso pelo bem estar de seus

²⁴⁵ Sales, Sonia. *D. Pedro e seus amigos judeus*. Goiânia, Kelps, 2001, p. 114

súditos [...]

Quando no Rio de Janeiro, era constantemente visto em público; e, duas vezes por semana, recebia seus súditos e viajantes estrangeiros, encantando a todos com sua cortesia.

“The Globe” retrata D. Pedro: “Ele era culto, ele era patriota, era gentil e indulgente, tinha todas as virtudes privadas e públicas, e morreu no exílio”.

No “Weekly Register”, foi assim descrito:

Ele mais parecia um poeta, um sábio do que um imperador, mas lhe tivessem dado oportunidade de concretizar seus projetos, sem dúvida teria feito do Brasil um dos países mais ricos do Novo Mundo.

Vergonhosa a ausência do governo brasileiro na morte de D. Pedro, internacionalmente reconhecido por suas virtudes e pela dedicação ao país que representou por quase meio século!

E os judeus? Como reagiram ante a morte de D. Pedro II? Vejamos o que a mídia judaica escreveu por ocasião do passamento do imperador hebraísta:

Ha Maguid²⁴⁶: “Faleceu um dos grandes justos entre as nações. P primeiro entre dez mil.”

Um de seus biógrafos²⁴⁷ escreveu em ralação ao hebraico tão prazerosamente estudado pelo imperador:

A fim de encontrar consolo em seus anos de exílio, ele estudou grego e árabe, mas acima de tudo, sentia-se atraído pelo hebraico. E a razão disto era que , em seu exílio, ele se identificava com um povo que também vivia exilado. Não há dúvidas de que seu profundo interesse pelo hebraico, em seus últimos anos de vida, ressalta de ser esta a língua de um povo que vivia na diáspora, estando ele próprio solitário e longe de sua pátria.

Nahum Sokolov, no Ha Tzefirat, jornal judaico de Varsóvia²⁴⁸, ao redigir seu necrológio, afirma que: “D. Pedro II foi “um dos mais célebres e mais generosos monarcas que já houve na História”.

O Rabino Benjamim Mossé escreveu, muito abalado, no seu jornal “La

²⁴⁶ N.46 de 28-11-1891.p.366-7.Artigo de Elias Lippiner em Diário de São Paulo-10-07-1991

²⁴⁷ Raeders,Georges-D. *Pedro e os sábios franceses*-Atlântica Ed. Rio de Janeiro-1944.p.236.

²⁴⁸ N.260-16/12/1891.

Famille de Jacob', em Avinhon:

D. Pedro de Alcântara, cuja biografia um modesto rabino teve a honra de escrever com a ajuda de um sábio brasileiro Barão do rio Branco, foi uma das mais admiráveis figuras de nossa época moderna. Fundador e organizador do imenso império brasileiro, foi amigo das letras. Conhecedor a fundo do hebraico, e certamente mais fluente nesta língua que muitos filhos de Israel. Ele não somente amava nossa língua, mas nos amava, elogiava as virtudes de nosso povo e indignava-se com o antissemitismo. A última obra em que o monarca trabalhava era judaica, uma manifestação ressoante a favor do Judaísmo que guardará para sempre sua memória.

As palavras de Mossé exprimem bem o que havia na alma de D. Pedro II quando este se dedicou à tradução dos Piutim. Mossé, mais do que ninguém, tendo ficado próximo do imperador pelo interesse em comum nas traduções do hebraico, pôde perceber o que pensava o exilado durante as muitas conversações que devem ter entabulado nesse período. E não seria exagero dizer que o rabino conhecia sentimentos, ideias e a visão do mundo de D. Pedro a quem anteriormente chamara de sábio e filósofo logo no primeiro encontro. Além disso, antes da deposição, ele já cuidara da biografia do imperador em conjunto com o Barão do Rio Branco, cuja firmeza de caráter, fidelidade ao monarca e patriotismo extremado em muito devem tê-lo impressionado.

E sem sombra de dúvida, sendo D. Pedro II, um humanista, cultor da justiça e da tolerância, admirador das diferenças entre povos, estudioso das religiões, sua mente universalista rejeitava o antissemitismo como uma violação dos direitos da criatura humana. É mais do que certo que não aceitava a discriminação de sangue que grassou no seu Portugal ancestral a ponto de durante séculos, a intolerância ter mantido a sociedade dividida entre puros e impuros de sangue.

Ele conhecia bem a história de Portugal e a obra de Herculano. D. Pedro sabia da participação estreita dos judeus, sua contribuição em Portugal e na história do Brasil. Certamente sabia das lendas das origens judaicas da Casa de Bragança, e isto o fascinava. Tinha conhecimento de causa quando repudiava ideias e posturas preconceituosas que estigmatizavam seus amigos judeus que com ele caminharam na amargura do exílio. Na incerteza da diáspora em que viu transformada sua vida, o estudo e as traduções eram seu alimento, sua água fresca

Ele conhecia a importância que os judeus conferiam ao estudo, assim como ele mesmo cultuava e valorizava o conhecimento. Por isso, os admirava. Como os judeus, D. Pedro tornou-se errante com a destruição do templo de sua vida, consagrada ao Brasil. Por mais que os franceses o admirassem, aquela não era sua pátria. Foi quase nômade nos dois anos de exílio, quase sem recursos, sem morada fixa, sem deitar raízes, a não ser em sonhos:

Sonhei com meu rio, que me deixavam ir, e eu logo fui embora como de viagem, que felicidade! Lá iria passar o inverno daqui em Petrópolis, voltando na primavera que é, na Europa, lindíssima. Foi um sonho. Acenderam a lâmpada e vou ler²⁴⁹.

Como os judeus, sonhava com o Brasil, sua Jerusalém dos portões de ouro! Como os judeus, sonhava em voltar do exílio para a Terra Prometida.

10.1 D. PEDRO II E OS FÉLIBRES

Antes de abordarmos o significado cultural das traduções dos Piutim, julgamos por bem apresentar antes algumas explicações referentes às peculiaridades da literatura do Midi bem como a evolução da língua doc na produção regional, de feições próprias, que tanto influenciou nas literaturas da Europa como um todo, e mais expressivamente em Portugal, em seus códices trovadorescos²⁵⁰, certamente conhecidos de D. Pedro II que também dominava a língua provençal. Veremos como ele se envolveu na questão dos Félibres, o que certamente influenciou na sua disposição em traduzir textos da cultura judaica do sul da França em sua língua original.

Numa rápida pincelada neste reduto literário tão expressivo, inserimos alguns dados relevantes para maior compreensão do processo literário da região occitânica. Após a cruzada contra os albingenses em 1209, a anexação política com o

²⁴⁹ Carvalho, José Murilo de, *op. cit.* p. 238.

²⁵⁰ Houve intenso intercâmbio entre a Península Ibérica e o sul da França, através de peregrinações religiosas como Santiago de Compostela e Santa Maria do Rocamador. Nesse contexto, permeavam os jograis e trovadores da Provença, levando a influência de sua arte por onde passavam. O casamento entre a nobreza peninsular e provençal intensificou essa influência nos costumes, na cultura, nas artes, como as cantigas de amor da literatura portuguesa.

Languedoc foi uma consequência natural. O massacre perpetrado pelos cavaleiros de Simont de Monfort²⁵¹, sob a chancela papal de Inocêncio III, fez da capitulação política da Provença, em 1249, um processo inevitável. Porém foi lenta a absorção cultural das províncias da região onde o paganismo literário dos "troubadours" substituiu os temas da tradição oral pelo culto poético da Virgem. Uma espécie de resistência impôs-se lentamente num espaço de mais de sete séculos, de forma que a unidade linguística não se consumou nesta espécie de Arcádia francesa com expressiva e marcante identidade.

Em dois períodos, uma sensação de obliteração total da cultura literária occitânica se estabelece: de 1513, quando o Consistório de Tolosa privilegiou obras escritas em língua d'oc; e 1565, quando as letras francesas triunfam com a "Pleiade"²⁵². Era como que os últimos momentos de uma cultura literária que agonizava.

Em 1539, o edito de Villers Cotterets proíbe o emprego da língua occitânica nos assuntos administrativos, seu último reduto oficial. Em 1548, Du Bellay publica o manifesto "La Défense et la Illustration de la Langue Francaise", exaltando as virtudes literárias do idioma francês e o programa da nova escola poética. Isto ao mesmo tempo em que Ronsard e seus seguidores criam a nova poética francesa, dando um golpe quase fatal à tradicional lírica dos tempos medievais. Paradoxalmente, este é o início do renascimento da cultura d'oc, não somente em França como em toda a Europa.

O poder deste movimento vai se definir com a extraordinária obra "Vies des plus célèbres et anciens poètes provençaux", de Jean de Nostradame, publicada em 1875. O prolongamento da doutrina dos cátaros e valdenses²⁵³ no Protestantismo da França meridional, numa ala do franciscanismo²⁵⁴ que desembocou no movimento dos "alumbrados"²⁵⁵ espanhóis, e, por conseguinte, pré-reformismo na Península

²⁵¹ Nobre francês, principal figura da Cruzada contra os albigenses, conhecida por sua ferocidade que aniquilou toda a população de Beziers. Consta que, como os cátaros se misturavam à população do local, Simon de Mont, teria ordenado: "Matem a todos. Deus reconhecerá os seus."

²⁵² Nome do grupo de Ronsard que iniciou o primeiro movimento da literatura francesa no século XVI

²⁵³ Albigenses eram os hereges de Albi, ao sul da França, local onde se reuniam os adeptos da religião cátara (cátaros-puros). Rejeitavam os sacramentos católicos e acreditava-se que eram maniqueístas. Em 1209, o Papa Inocêncio II mandou aniquilá-los por Simon de Monfort. Os valdenses eram hereges, seguidores do mercador Pedro Valdo, que combatia a riqueza da Igreja.

²⁵⁴ Adesão à ordem dos franciscanos, seu modo de vida, voto de pobreza e trabalho.

²⁵⁵ Movimento religioso espanhol do século XVI, em forma de seita mística, que foi perseguida e considerada herética e ligada ao Protestantismo.

Ibérica, na exegese bíblica e no pensamento do próprio Erasmo.

A renascença da produção literária em língua d'oc dar-se-á em nível dialetal. Este primeiro surto da criação occitânica²⁵⁶ entrou logo em declínio, com a ascensão da Casa de Navarra ao trono francês. Mas as formas tradicionais como as "baileras", os "regrets", as "pastorelas", ao lado do teatro e de expressiva produção religiosa de fundo moral, foram formas poéticas que se mantiveram vivas.

A consciência do valor das letras occitânicas permaneceu viva nos séculos XVII e XVIII. Mas foi em meados do século XIX, que se dará o grande movimento da poesia provençal, quando Roumanille (1818-1891) e mais seis poetas, entre eles Frédéric Mistral, fundam em maio de 1854, o "Félibrige". com Théodore Aubert, Jean Brunet, Anselme Mathieu, Alphonse Tavan e Paul Giera, completava-se a plêiade dos sete "félibres"²⁵⁷ cujo estatuto só foi definido em 1876, quando a renascença, sob a liderança de Mistral, propagou-se por toda a região do Languedoc, alcançando a própria Catalunha. Mistral preocupou-se em manter o espírito do movimento puramente literário, porém todo esse processo oferecia uma forte perspectiva política para uma federação dos países d'oc. após a morte de Roumanille, em 1892 um grupo de escritores dá o grito para um novo Félibrige:

Maintenant nous devons développer, non comme jusqu' à aujourd'hui, mais dans les assemblées des lettres et dans des réunions fraternelles, mais dans des assemblées politiques et devant tout le peuple du midi et du nord, les réformes, que nous voulons.

Mas Mistral mantém sua posição de sempre, e o movimento acabou por dividir-se. Por este tempo, D. Pedro II passou pela França, interessando-se pelo espírito do movimento e pela figura do líder Mistral. O imperador conhecia a língua provençal e pôde inteirar-se da verdadeira essência do Félibrige entusiasmado, d. Pedro pede para que lhe enviem a revista do movimento literário para ficar a par dos acontecimentos que envolviam essa revolução literária que se tornou política. É o que relata seu biógrafo Benjamim Mossé. O casal imperial recebeu uma alvorada como homenagem do "Félibres" e D. Pedro, paralelamente ao seu interesse pela

²⁵⁶ A personalidade mais expressiva deste período foi Guilhem Ader, o Homero Gasão com sua "Henriade", muitíssimo apreciada.

²⁵⁷ A designação de "félibre" foi tirada pelos fundadores do movimento "Félibrige" de uma narrativa folclórica local em que se falava dos "sept félibres de la loi". O termo não tem comprovação filológica, mesmo com as tentativas etimológicas do próprio mistral, apoiado na opinião de Alfred Jeanroy.

literatura regionalizada, demonstrou seu apoio à independência das pequenas nacionalidades, quando expressou seus votos para que a cultura provençal não desaparecesse, mantendo vivo o idioma através de sua literatura. Chegou a sugerir que se escrevesse mais em prosa para garantir a sobrevivência do idioma e sua produção literária.

Quase duas décadas depois, D. Pedro voltaria a ocupar-se da Provença ao traduzir os poemas religiosos do hebraico-provençal para o francês. Produziu um pequeno livro, mas de grande expressão cultural para os judeus do Midi, publicado em Avinhon, em fins de 1891, quase às vésperas de sua morte. Com essa obra de literatura e filologia hebraica, D. Pedro associou-se às comemorações do Centenário da anexação do Comtad Venais sim à França, no outono de 1891. Ele confiava no interesse que estas traduções poderiam suscitar aos estudiosos da língua dos "félibres", garantindo a identidade dessa minoria.

10.2 BIBLIOFILIA E FILOSSEMITISMO

No prefácio de seu livro "Vultos Judaicos no Brasil", Kurt Loewenstann adverte que, em meio a tantas biografias de judeus que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil, é forçoso abrir uma exceção para a vida singular de um brasileiro ilustre que foi autor de notáveis realizações em favor do judaísmo: nada mais nada menos que D. Pedro II, imperador do Brasil, "cuja personalidade marcante decidimos esboçar e pôr à frente de todas as outras".

Afirma ainda que com isto pretende saldar uma dívida de gratidão com a figura extraordinária do monarca cuja memória há de ser devidamente cultuada e reverenciada pelo povo judeu.

Parece que a figura de D. Pedro II está definitivamente inserida na história judaica, já que consta da Enciclopédia Judaica o verbete Pedro de Alcântara, D. Pedro II. O texto mostrado na Enciclopédia é de responsabilidade do rabino húngaro Meyer Kayserling:

Emperor of Brazil...Pedro was a humane and enlightened prince as well as an excellent scholar who devoted a large portion of his leisure time to the study of Hebrew. For the centenary of the union of the county of Venaissin

with the French Republic he published shortly before his death, three liturgical poems under the title “Poésies Hébraïco-Provençales du Rituel Israélite Comtadin Traduites et Transcrites”(Avinhon, 1891) together with a Provençal translation of the “Ha Gadya” under the title “Un cabri”. The three poems are a mixture of Hebrew and Provençal verses which he translated into French, adding philological notes on the Provençal.

Max Fleiuss²⁵⁸ usou de uma metáfora judaica, bíblica, comparando o destino de D. Pedro II ao de Moisés, antevendo que a vida do imperador recém-nascido seria como um guia para sua nação:

Moisés teve o seu canistral rústico de vime emaranhado entre os caniçais do Nilo e prestes a ser tragado pelas cheias do rio. D. Pedro II reserva-nos o exemplo histórico do berço régio, abandonado pelo destino entre os sargaços das revoluções liberais, prestes também a ser absorvido pela maré montante da guerra civil que convulsionava o país; um movimento sísmico que ameaçava o país de esfacelamento. Em ambos os casos, ao Povo de Deus e ao da Terra de Santa Cruz, valeu sempre a Providência, sob a forma da princesa Thermitis ou da nossa Regência Trina, que recolheram esses frágeis esquifes onde se embalava um infante entre faixas, para fazer deles os maiores tronos da terra.

No decorrer de nossa pesquisa, temos mencionado a ligação que D. Pedro II teve com os judeus desde as legendárias origens da Casa de Bragança e sua viagem a Israel. Peregrinou pelo país afora, percorrendo caminhos e regiões quase inacessíveis, indagando, anotando tudo o que via, e o que ficou patente: estava preocupado com a educação das populações cristãs da Terra Santa. Estranha preocupação, ainda que o moto principal de seu governo no Brasil estivesse assentado sobre o pilar da instrução pública como ponto de partida para o desenvolvimento material e moral da nação. Os motivos? É difícil fazer afirmações sem analisar mais profundamente o que o moveu a fazer doações particulares para escolas em lugares tão remotos. De que maneira ele se sentia vinculado a essa questão externa, aparentemente tão desligada do Brasil?

Sob outro prisma, estava claro que seu interesse pela literatura judaica, a sede de traduzir, o amor à Bíblia, o desejo de conhecer in loco os sítios sagrados que ele estudava com devoção, tudo era parte de um plano para chegar à pureza dos ideais cristãos, e a melhor forma de concretizar esse objetivo era buscar suas fontes originais que brotavam da Torah e dos textos sagrados do Judaísmo.

²⁵⁸ D. Pedro II, p.40.

Além disso, é provável que pela formação católica que recebera desde o berço, acreditava que a salvação dos cristãos vinha através dos judeus, portanto era preciso preservá-los bem como à sua cultura. É certo que esta “preservação”, no pensamento da Igreja medieval, significava não exterminar os judeus, pois que eram o meio de salvação para a Cristandade, mas humilhá-los sempre, para recordar sua heresia e o deicídio, como resultado de sua resistência em aceitar a fé cristã.

Não há o que discutir que D. Pedro II, rígido observador dos princípios cristãos, acreditando e protegendo os valores humanos, nunca seria partidário da humilhação; preservá-los, sim, detentores que eram do Caminho, humilhá-los, jamais, nem aos judeus nem a ninguém, e isto seu cotidiano, suas ações, sua própria vida o demonstram claramente.

Em vários momentos D. Pedro demonstrou que o antissemitismo estava fora de sua visão de mundo. Convivia com judeus nas mais variadas circunstâncias, na corte imperial, em academias de estudos, em instituições científicas, nos misteres de Estado, conferindo-lhes condecorações da Ordem da Rosa. E mais que tudo, amava o hebraico a que se dedicava com paixão, buscando entender a espiritualidade ocidental calcada em raízes judaicas que era preciso conhecer para compreender melhor e aprimorar a conduta moral do homem, dos povos, dos governos.

Conhecer as fontes hebraicas era para o imperador o caminho para fortalecer seus ideais de justiça. Em outras palavras: o Cristianismo é judaico em suas origens, em seus pilares de sustentação, e aceitar esta verdade passa a ser um resgate, uma garantia de tolerância, um preito de gratidão que um imperador cristão, cidadão do mundo, tolerante com as diferenças, prestava ao povo judeu em sua dramática e dolorosa caminhada no decorrer da História da humanidade.

Isto talvez explique o motivo que levava o imperador cujo cotidiano já era conturbado pelas funções de estadista, a aventurar-se pelas dificuldades semíticas da língua hebraica. Sabemos que ele era aficcionado estudioso do Oriente como um todo e da arqueologia, porém é visível sua preferência pelos estudos judaicos. Ele traduziu vários livros da Bíblia a partir do original, parecendo que buscava atingir a pureza da mensagem cristã, tão adulterada e modificada em dois mil anos de existência, quase o mesmo espaço de tempo que os judeus se dispersaram

inexoravelmente pelo mundo após a destruição do Segundo Templo no ano 70.

Afastado do seu verdadeiro significado e da mensagem original que a teologia reputa emergida do Velho Testamento, o Cristianismo distanciou-se de seu pensamento primeiro, tornando-se, como religião oficial, um poderoso instrumento de poder, perdendo a legitimidade espiritual de suas raízes que despontaram em solo judaico. E das distorções, algumas motivadas por traduções defeituosas, nasceu a intolerância, o terror que atentava contra a liberdade de pensamento e contra a própria vida.

D. Pedro II, o Magnânimo, como o chamavam os franceses, humanista, sábio e justo, buscava atingir a essência da fé cristã, a pureza das fontes primordiais do Judaísmo, reconhecida por ele como tronco precioso de onde saíram rebentos para o mundo, entre os quais a fé nazarena, que dissidente ou não de paradigmas anteriores, nascera indiscutivelmente judaica.

Aliada à fé consistente que para o monarca era o princípio moral essencial de sua vida, havia o gosto profundo pelos estudos, pelos desafios das dificuldades em traduzir uma língua que quase já não era falada no cotidiano, de certa forma, considerada morta, embora não o fosse na liturgia e na tradição do povo disperso.

Esse era D. Pedro d' Alcântara, dito Pedro II, quase exótico, hebraísta erudito, conhecido no mundo como um sábio dos trópicos que se impunha nos meios científicos e acadêmicos das nações modernas, reverenciado por judeus e não judeus. Quantos não lhe trouxeram livros, traduções, manuscritos, esperando por um aval, uma crítica, um comentário de tão renomado erudito? Envolvido pelo sentimento de sincera religiosidade e espírito de justiça, encetou a tradução de vários livros da Bíblia que amava profundamente. Chegando ao final da vida, cansado de sua longa trajetória sob o fardo do poder, ele podia então, sereno e contemplativo, mergulhar nos estudos, agora seu bem mais precioso, lenitivo para as dores do exílio. A poucos meses de sua morte, finalmente publica um opúsculo até hoje conhecido pelos franceses como "Le Livre de l'Empereur" e nada conhecido entre os brasileiros, devido à profunda erudição e especificidade de seu conteúdo.

Após examinarmos o alto grau de cultura judaica que tinha o imperador para publicar um livro carregado da complexidade da tradição judaica, podemos, sem medo, afirmar que D. Pedro II foi o precursor dos estudos judaicos no Brasil.

10.3 OS JUDEUS DO COMTAD VENAISSEIN

Antes de falarmos do livro que o imperador traduziu e publicou por sugestão do Rabino Mossé, algumas informações são indispensáveis para melhor compreensão da obra, pequena em extensão, mas complexa e específica em seu conteúdo, de grande significado e importância não só para os judeus comtadin mas para a França e para a intelectualidade judaica como um todo universal.

Algumas perguntas são pertinentes: o que era o Comtat? Qual sua circunscrição político-geográfica? Qual seu contexto histórico? Como viviam as comunidades daquela região?

Os judeus “contadins”, também chamados Judeus do Papa, eram os habitantes do Comtat Venaissin, uma possessão papal, a oeste de Vaucluse após 1274. Na Idade Média, quando os judeus, perseguidos, foram expulsos da França ao tempo de Filipe, o Belo, os Estados Pontifícios eram tolerantes e respeitavam a identidade dos judeus. Uma notável comunidade judaica desenvolveu-se nas cidades locais: Avinhon, Carpentras, Orange, Valréas, entre outras, fazendo da região o núcleo de população judaica mais antigo da França²⁵⁹.

Uma particularidade desta região: a cidade de Avinhon foi durante cerca de três décadas (1378 a 1417) sede do papado. Filipe, o Belo, transferiu a cátedra de São Pedro para a França, deixando vago o trono de Roma. Com a eleição de um novo pontífice italiano, deu-se uma ruptura interna, ficando a Igreja católica com duas sedes pontifícias, fato que só se definiu com o concílio de Constança em 1414.

Sabemos que a tradução foi, ao final do século XIX, uma homenagem de D. Pedro II à anexação do Comtat à República da França, muito embora ele fosse um dos grandes incentivadores do renascimento e da manutenção da cultura e da língua provençal como identidade de uma pequena nacionalidade. E é claro que os judeus, minoria étnico-religiosa dentro de outra minoria regional francesa, merecem

²⁵⁹ Há um trabalho, incluído na presente bibliografia, de Michèle Button, biógrafa do Rabino Benjamim Mossé, que detalha mais informações sobre a região dos Judeus des Carrières, no sul da França.

um destaque especial, visto que as traduções do livro dizem respeito a sua tradição antiga e religiosidade.

Com essa homenagem, e o envolvimento anterior de D. Pedro no movimento Félibrige, podemos concluir que ele defendia o conceito da auto determinação dos povos, ou pelo menos, foi um antecessor desta teoria, vigente no século XX.

10.4 PIUTIM: POÉSIES HEBRAICO-PROVENÇALES DU RITUEL ISRAÉLITE COMTADIN TRADUITES ET TRANSCRITES PAR D. PEDRO II D'ALCANTARA, EMPEREUR DU BRÉSIL.

Trata-se de um opúsculo editado em 1891, em Avinhon, por Séguin & Frères Imprimeurs-Éditeurs com incentivo de Benjamin Mossé, com uma introdução explicativa de S.M., com informações importantes para a compreensão dos “pioutim”. Ele os traduziu para o francês e Affonso E. de Taunay verteu a obra para o português.

Amante dos estudos linguísticos, o imperador poliglota não apenas conhecia o provençal como teve um encontro com Frédéric Mistral (Prêmio Nobel de Literatura no ano de 1904) e os Félibres numa de suas viagens à França. Vimos no capítulo anterior como o casal imperial foi homenageado com uma bela alvorada que muito os comoveu. D. Pedro II, que pôde comunicar-se na língua dos “Félibres”, incentivou o movimento daquela escola literária que tinha por objetivo promover o renascimento da língua e da cultura provençal como um todo, fortalecendo seus regionalismos e as marcas de sua identidade. Chegou a sugerir a Mistral que se desse ênfase à prosa para fortalecer a língua falada, visto ser instrumento de comunicação mais forte que a poesia. Pediu para que fossem enviadas ao Brasil as publicações do “Félibrige”.

Parece que o sul da França era a região da predileção do imperador pelo que se pode depreender de suas viagens. Vamos encontrá-lo em várias cidades como Nîmes, Vichy, Marselha, Cannes Avinhon, no Languedoc e em Aix La Provence. A região tem características próprias em termos de língua, cultura, arte, culinária, decoração e da própria História. Trata-se, portanto, de uma minoria os habitantes dessa região, que se desenvolveu numa espécie de Arcádia francesa, já que é uma região pastoril, formando uma pequena nacionalidade, com identidade própria bem

definida.

É claro que os judeus da região também têm uma história diferenciada, pois eram, na Idade Média, os Judeus do Papa, com um falar diferenciado de outras comunidades judaicas da França. Neste caso, podemos considerar que os judeus do Comtat constituíam uma minoria dentro de uma minoria regional cristã.

Talvez por este motivo, e também sob a influência do Rabino Mossé, tão interessado na literatura litúrgica de seu povo, é que D. Pedro se interessou em traduzir textos do hebraico- provençal, também uma variação curiosa de um falar judaico.

Antes de apresentarmos os comentários do imperador em sua introdução aos Piutim, vejamos como são genericamente definidas estas composições da tradição judaica. Em hebraico, piut (piutim no plural) significa poema. Portanto são poemas litúrgicos e hinos da sinagoga, adicionados ao ritual já a partir do século VII a.C. Seus compositores são chamados paytanim, palavra cuja raiz é a mesma da palavra poeta.

Esse tipo de composição permaneceu na liturgia, de forma que muitos delas foram compostas na Idade Média, podendo em geral refletir eventos históricos tais como as Cruzadas, perseguições, martírios e expulsão dos judeus de distritos ou de países inteiros como ocorreu na França, Inglaterra e Espanha já nos últimos séculos da era medieval. Segundo o Dicionário Judaico de Lendas e Tradições²⁶⁰, “alguns poemas também tratam de questões rituais ou puramente espirituais. Diferentes liturgias adotaram piutim em seus serviços de festas religiosas, particularmente aqueles poemas que têm relevância social”... Informa ainda esta mesma fonte, que “a essa prática se opuseram alguns rabinos “preeminentes que acharam errado acrescentar material estranho aos sidur e machzor²⁶¹, livros tradicionais de orações. Não obstante, a récita de tais poemas e hinos continuaram em muitas comunidades, apesar que poucos dos cultuantes entendiam as sutis alusões e a linguagem intrincada da poesia medieval.

²⁶⁰ Unterman, Alan, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro-1992.

²⁶¹ **Sidur**- do hebraico, **ordem**. É o livro de orações diário. **Machzor—do hebraico**, significa **ciclo anual**. Nome dado pelos ashkenazim ao livro de orações usados nas festas e por alguns sefaradim também ao livros de orações diário. Os livros de orações para as festas diferem bastante, de acordo com o país, pois muitos hinos e poemas religiosos (como os piutim) que refletem a cultura judaica local foram acrescentados à liturgia básica..Um machzor manuscrito era em geral ilustrado (iluminuras).

Voltando à introdução que o imperador apresenta de sua obra, é com entusiasmo que ele se refere à língua provençal:

Verá o leitor que este idioma pitoresco tão querido e tão estudado em nossos dias e que o grande Mistral com seus dignos colaboradores Roumanille, Gras, Anselmo Mathieu, Roumiex, Mouzin [...] o Padre Xavier de Fourvières, Folco de Baroncelli, José Roux, o grande épico do Limousin, e muitos mais-tomaram a peito reviver. Verá o leitor que esta língua digna de apreço, não era estranha aos modestos rabinos contemporâneos de Saboly e de Belland de la Bellandière, este félibre encantador, este Marot provençal quinhentista.

Os poetas e prosadores filiados à escola que promoveu o movimento cultural para a conservação do provençal e dos diferentes dialetos da “*langue d’oc*”, o antigo idioma do sul da França são os “*félibres*” e a escola responsável pelo movimento é denominada “*Felibrige*”, como já informamos anteriormente..

Os “*Piutim*” são cantares ingênuos, compostos para festas familiares dos israelitas, cantados na liturgia e doméstica. Lembram cantos natalinos católicos e naqueles dias eram ainda bem divulgados nas quatro comunidades do antigo Comtad Venaissin: Avignon, Carpentras, L’Isle, Cavaillon e em todas as comunidades destas derivadas, quer no Languedoc, quer na Provença . A procedência destes cânticos hebraico-provençais remonta a um período de três séculos anteriores, ou seja, do XVI ao XVIII, sendo que em tempos anteriores não há deles qualquer vestígio.

A autoria destes cânticos é até certo ponto obscura. Atribui-se a composição destes Pioutim a um certo Mardocheu e não se sabe ao certo se era o mesmo Mardocheu Venture que viveu em Avignon no século XVIII. Um fato interessante chama a atenção dos pesquisadores: o apontamento das letras iniciais de cada cópia dá as consoantes do nome Mordechai (Mardocheu), formando uma espécie de acróstico.

Há notícias de Mardocheu Venture e um certo Isaías Vidal como editores dos cantos litúrgicos “*comtadin*” (Seder Hakontères), impressos em Avinhon em 1767. Na mesma data em 1767, um tal Mordocheu Crémieux editou em Avinhon, o Ritual das orações diárias Seder Hahamid, onde se encontra o Cântico dos Obros de Purima siim como o primeiro piut de que o imperador aponta algumas variantes.

Os piutim são composições cantadas em casa às vésperas do “brit-millah” (ritual da circuncisão), no quarto da mulher que acaba de dar à luz, perto da cama ornada de flores e fitas e onde brilham os ricos presentes oferecidos ao recém-nascido. Parece-nos, portanto, ser um ritual masculino.

Os cânticos são carregados da piedade dos tempos antigos, expressa na tradição. São como que uma louvação ao menino israelita que acaba de chegar ao mundo e sobre o qual os judeus fundam esperanças de júbilo e consolação “para toda a raça”. São obros próprios da festa de Purim. Cantam-se de preferência no período que liga esta festa do término, da perseguição de Haman à do final da perseguição do Faraó no Egito: “Triunfo de Mardocheu, triunfo de Moisés, duas lembranças imperecíveis para o povo de Israel”. E os dois fatos estão ligados à redenção e à liberdade.

Isto nos informa o imperador na introdução dos Piutim que ele traduziu, integrado no significado da espiritualidade judaica que ele sempre interiorizou, ainda que buscando as raízes cristãs.

10.5 HA GADYA: CÂNTICO DE “UM CORDEIRO OU UM CABRITO”

Entoa-se este cântico à mesa familiar das duas noites de páscoa. Exprime o papel poderoso da Providência nos acontecimentos tanto dos indivíduos como da dos povos. No ápice de todas as ações humanas, paira a infinita justiça divina, que a cada qual recompensa segundo suas ações. E diz, consciente do drama do povo judeu, o monarca-tradutor:

Ideia consoladora para as vítimas da violência e da iniquidade! Fonte de força e coragem para a raça, sempre oprimida e que afinal só deve a independência aos benefícios da civilização moderna.

Descreve a parte formal, rítmica e métrica do primeiro piut e procede igualmente em relação ao segundo e ao Piut do período de Purim e da Páscoa.

O Ha gadia (cântico do cabrito), mais regular quanto à forma, é escrito em caldaico, “simples exposição das consequências remuneradoras que na humanidade

se encadeiam”. Nada tem de especial do ponto de vista da versificação. Está na coletânea, porque à mesa familiar da Páscoa, é traduzido em provençal, língua certamente sistemática no cotidiano dos israelitas do Comtat medieval, vigorando nas cerimônias das noites de Páscoa entre os judeus do antigo Comtat.

O imperador afirma que a finalidade da coletânea da poesia hebraico-provençal era mostrar ao público seu conteúdo onde se define a tradição num momento em que se celebra a anexação do Comtat à França (1891). Propícia ocasião para uma amostra da riqueza daquela cultura regional quando será possível a leitura de uma das mais curiosa e originais produções da língua dos habitantes do antigo Comtat Venaissin. Ele crê que sua obra, apesar de modesta, será bem recebida pelos descendentes dos antigos comtadin, que são naquele momento os melhores patriotas franceses.

Justifica a tradução como a forma de conhecer a história e a literatura dos judeus, principalmente a poesia e os Profetas, assim como as origens do Cristianismo. Relata que pôde realizar estes estudos nos anos de paz que antecederam a Guerra do Paraguai em 1865. Dedicava-se às traduções, (documentadas em cadernos de anotações de próprio punho conservados no Arquivo Histórico de Petrópolis), primeiro com o auxílio do judeu sueco Akerblom, depois com o Sr. Koch, ministro protestante alemão e preceptor do filho da Condessa de Barral, aia das princesas.

Morto subitamente o ministro Koch, o Dr. Henning, prosseguiu o acompanhamento das traduções. Em seguida, desde 1886, deu prosseguimento com o sábio colaborador e professor de línguas orientais Dr. Christian Seybold. Com este também continuou os estudos do árabe, anteriormente começados com o Dr. Schreiner, ministro da Áustria no Brasil e que o imperador conhecera no Egito. D. Pedro II estudava a língua hebraica devido à literatura que reputava rica e interessante. Informa que começara também a tradução das “Mil e uma noites”, à vista dos originais, porém na época pouco adiantada. É provável que esta seja a primeira tentativa de traduzir esta obra em língua portuguesa, mas que, infelizmente, não foi concluída.

Conhecera o ritual comtadin, de textos mistos, curiosos, em sua última estada em Cannes, através do Rabino Benjamin Mossé de Avignon que, como já vimos, era Oficial de Instrução Pública, fundador e redator-chefe do periódico “Famille de

Jacob”, membro da Academia de Marselha e de Madri, autor de grande número de obras exegéticas, literárias, históricas e educativas. Entre essas publicações, destacam-se: a tradução literal e literária dos Salmos, História das Mulheres na Antiguidade Judaica, e mais recentemente, a Vida do Imperador D. Pedro II do Brasil.

O Dr. Seybold informa em nota que, no momento de entregar ao prelo os originais da tradução dos Piutim, tomou conhecimento, através do Sr. Kahn, grande rabino de Nimes, na ocasião de passagem em Vichy por algumas semanas, que um Sabatier, hebraísta de Nimes, já tentara realizar a mesma tradução sob o título de “Chansons hebraico-provençales des Juifs comtadins réunies et transcrites par E. Sabatier”^a Castélan Libraire, 1874 (esgotado e raro, sem o texto hebraico em confronto). Já havia empreendido o mesmo trabalho que era agora oferecido como obra pessoal de S. M., o Sr. D. Pedro II. Afirmava que nunca S. M. nem ele próprio tiveram a menor ideia do trabalho de Sabatier, nem dele tiveram notícia. Palavras escritas em 3 de agosto de 1891.

Com esta última tradução, D. Pedro homenageia não somente o centenário da anexação do Comtat à França. Homenageia os judeus da região, e na expressão que usa em seu comentário da obra realizada, reverencia todo o povo judeu, ao afirmar: “Ideia consoladora para as vítimas da violência e da iniquidade” [...] “raça sempre oprimida”. São palavras de quem sente profundamente a injustiça como fruto da iniquidade e da intolerância, filhas da ignorância do espírito desprovido do sentido de compaixão. Sente-se nestas palavras um louvor à liberdade, uma denúncia contra a opressão que mancha indelevelmente a própria humanidade, e nisto também está implícito o repúdio à escravidão que sob seu governo foi erradicada, como instituição, do solo brasileiro.

Fala de independência dos judeus num tempo em que não estava criado materialmente o Estado de Israel, a pátria dos judeus, e quando se refere aos “benefícios da civilização”, é possível que se referisse à situação dos judeus da França, emancipados pela política bonapartista, ou mesmo aos judeus americanos, desfrutando dos direitos constitucionais. Talvez pensasse no Brasil, onde os judeus eram respeitados e integrados à sociedade, a despeito de vestígios de preconceito que certamente emergiam dos recônditos mais conservadores da mentalidade brasileira.

Nahum Sokolov, escritor sionista, foi um dos maiores admiradores de D. Pedro II. Seu filho Florian, na obra "My Father Nahum Sokolov", publicada em 1975, comentava que seu pai, nas suas memórias, mostrou um verdadeiro fascínio pela cultura do imperador brasileiro, "tanto por seus dotes em matérias hebraicas como por sua modéstia de caráter".

Quanto ao aspecto político, Sokolov escreveu:

Desde o tempo em que foi expulso, D. Pedro II, um dos mais célebres e generosos monarcas que já houve na História, foram destruídas as bases da monarquia na América, não se sabendo se tal regime ainda poderá levantar-se.²⁶²

Em relação à tradução dos piutim, o mesmo admirador escreveu:

Nenhum de nossos homens de letras teve a ideia de salvar do esquecimento e da perda estas peças do folclore judaico, até que veio o imperador brasileiro e coletou-as, interpretou-as, traduziu-as e publicou-as, com total fidelidade aos originais.

Concluo, repetindo as palavras já citadas de Ephraim Deynard a D. Pedro II: "Desta forma, sua Majestade destacou-se e gravou seu nome, em letras luminosas, na história e no coração do povo do Deus de Abraão".

²⁶² Bitton, Michèle-Benjamim Mossé (1832-1892)-Grand Rabin d'Avignon et écrivain-L' Echo des Carrières, n. especial, octobre-2004.

Considerações Finais

A presença judaica foi uma constante na Casa de Bragança, tanto em Portugal como no Brasil. Muitos vieram com a Corte Portuguesa que fugia ao Bloqueio continental, outros foram chegando devagar a partir da abertura dos portos e da tolerância com credos diferentes do catolicismo. Eram uma espécie de ponte entre o Brasil e a Europa, importando produtos sofisticados e artigos de luxo, que, escolhidos pela Família Imperial, ditavam moda e tendências aos caprichos da aristocracia brasileira. A pesquisa historiográfica e a imprensa do século XIX mostraram que os imperadores brasileiros e no segundo reinado, a comunidade somava 2309 almas numa população de dez milhões de brasileiros. Em sua maioria, esses judeus eram comerciantes, profissionais liberais, corretores, europeus de cultura aprimorada e muitos deles participavam ativamente da vida da Corte.

D. Pedro II, um espírito cosmopolita, deixava-se influenciar pelos gostos alheios, mas não por ideias e princípios políticos ou morais, e isso pode explicar seus estreitos laços com intelectuais racistas como é o caso de Arthur Gobineau, cônsul no Brasil, conhecido como teórico do racismo, cujo pensamento conflitava com a visão humanista e multicultural que o imperador detinha da história do mundo e das sociedades humanas, sempre favorável aos ideais de liberdade e igualdade.

As incontáveis atividades intelectuais de D. Pedro II levaram ao conceito de Rei Sábio, e por esta qualificação ele ficou conhecido em sua trajetória de quase meio século de governo. Ele não se circunscreveu ao âmbito nacional. Ao contrário, buscou conhecer outros povos com vistas ao aprimoramento e acréscimo de conhecimentos para o progresso de sua pátria. Para muitos, D. Pedro preferia o ambiente europeu, com suas bibliotecas e instituições culturais, como se não considerasse o Brasil como seu berço.

Sabemos, porém, que todo o conhecimento que auferia durante suas viagens visava a inserir novos horizontes ao Brasil. Era sabidamente francófilo, mas, em toda sua vida, demonstrou que amava desveladamente seu país. O encontro cultural ou pedagógico era o ponto alto de suas viagens, procurando encontrar-se com personalidades de destaque cultural e artístico como Victor Hugo, Alexandre Herculano, Louis Pasteur e outras mentes que contribuíssem para ampliação do

conhecimento universal.

Ainda assim, D. Pedro é uma figura controvertida e , sua política de governo, centralizadora. Acusavam-no de indiferença com o Brasil, mas seu projeto cultural era voltado para a nação brasileira não poupando esforços para que seu país fosse um exemplo digno da civilização.

Assim, o “império dos trópicos” crescia à sombra de um imperador culto, mecenas, amante dos livros, dono de uma simplicidade que marcou a sua personalidade, tornando-o diferente dos monarcas europeus. Comentava-se que “em solo virgem a transplantada árvore dos Braganças florescia e fazia a civilização. Foi mais que um estudioso ou tradutor, voltado para as ciências e literatura foi um pedagogo, que visitava escolas e águia os alunos, com frequência fazendo doações do próprio bolso, o mesmo bolso que alimentou poetas, músicos, artistas e pesquisas científicas.

Para alguns, um pseudo-intelectual, que não era especialista em nada, um generalista, para outros um amante incontestável da cultura e dos estudos. Formou uma vastíssima biblioteca, que ao sair do Brasil deixou para o Instituto Histórico do Rio de Janeiro, a entidade cultural de seu coração, e à Biblioteca Nacional , um acervo de milhares de fotografia, atividade em que ele é considerado o introdutor no Brasil, antes de sua coroação. Lia quase que obsessivamente (e nos momentos mais inusitados como na saída do Brasil, rumo ao exílio)e tinha sede de saber.

Dedicou-se ao estudo da História Arqueologia e idiomas antigos, Filosofia e religiões. Amava a Bíblia como diria “quanto mais a leio, mais a amo”, e buscava mesmo em livros ditos pagãos, ensinamentos que contribuíssem para o fortalecimento da Moral e da Ética e o aperfeiçoamento da conduta humana. Por esse viés, chegou ao estudo do hebraico, tendo assim fixado fortes vínculos com o judaísmo.

Através da herança portuguesa, D. Pedro conhecia a vida dos judeus sob a Inquisição, cujo procedimento era frontalmente contrário ao pensamento e à visão de mundo de D. Pedro II, conhecido por seu humanismo e forte sentimento de justiça.

A descoberta de uma Torah antiga, na Quinta da Boa Vista passou a ser uma fonte reveladora desta face pouco estudada de D. Pedro: um admirador e profundo

conhecedor da cultura judaica e do idioma sagrado, um cultor da Bíblia, buscando as origens do Cristianismo e as raízes da Moral, sendo por essa afinidade com os judaísmo,, respeitado e admirado por judeus do mundo todo. A "Exposição Luzes sobre o império" fizeram ampliar nossa compreensão da ligação de d. Pedro com o mundo judaico, definindo seu caráter de tolerância, e respeito com as diferenças dos povos.

D. Pedro fez-se rodear de sábios de seu tempo, entre eles Renan que muito influenciou sua visão de mundo de tal forma que , cada vez mais laico, indis pôs-se com a Igreja, fato que estremeceu os pilares da monarquia, já fragilizados com a questão servil. D. Pedro sofria pressão do mundo para erradicar a mácula da escravidão do Brasil. Essa questão chegou a ser levantada numa aula de Adolphe Franck na Academia de Ciências Morais em Paris, na presença do próprio imperador que lutava para que nada comprometesse a imagem do Brasil. Sua amizade com Benjamim Mossé, seu biógrafo e admirador, que o chamou rei filósofo, estendeu-se pelo exílio, dando a D. Pedro a oportunidade de publicar uma tradução que deixaria gravado para sempre o nome de Pedro de Alcântara com letras luminosas no universo judaico da religiosidade e da erudição.

A dificuldade de se provar, documentando, a significação do judaísmo para d. Pedro II, leva inevitavelmente ao campo das hipóteses, e que não são poucas. Uma das conjecturas sobre sua afinidade com o universo judaico e que nos parece poder ser mais estudada e aprofundada, é a busca pelas origens do Cristianismo com suas inegáveis raízes judaicas (e da cultura judaico-cristã, que daí emerge), assunto também tratado pelo controvertido Padre Santos Saraiva, exímio hebraísta que frequentou a Corte de D. Pedro II. Indagado certa vez sobre a questão judaica, a resposta do imperador foi objetiva, afirmando que não combateria os judeus porque dos judeus nasceu o deus da religião cristã.

Sem dúvida, D. Pedro sentia-se fascinado pela possibilidade de beber das fontes originais sem equívocos ou desvios na tradução dos textos sagrados cuja interpretação errônea ao longo da História levou à intolerância que, em certos períodos, assombrou a humanidade. Isto deve ter estimulado D. Pedro a traduzir os livros da Bíblia, que sempre o fascinara, levando-o a estudar com devoção a língua dos Profetas.

Os diários mostram o crescimento do interesse do imperador pelo hebraico. O

gosto e a admiração que ele nutria pelas culturas orientais, explicam a viagem não oficial para a Palestina, ocasião em que Pedro de Alcântara, o orientalista, o tradutor bíblico e devoto peregrino, foi ver de perto os lugares que estudava. Ao visitar as sinagogas dos lugares por onde passava,, participava do culto num hebraico impecável demonstrando domínio que impressionava os que o recebiam. Era notória sua desenvoltura sobre tudo aquilo que dizia respeito ao povo judeu.

Esse conhecimento de causa gerou em seu espírito uma bagagem que repudiava o antissemitismo. Estudioso de suas próprias raízes pelo lado paterno, conhecia a trajetória dos judeus ibéricos sobretudo pela familiaridade com a obra de Herculano.

Espíritas, protestantes, judeus, anglicanos, D. Pedro a todos acolhia, definindo seu caráter de tolerância e respeito à liberdade de cada um. Assim como repudiava a escravidão, a pena de morte, a vingança, o ateísmo, repudiava o estrangulamento das ideias e todo tipo de repressão. Sob esta ótica, D. Pedro criou, através da convivência pacífica com diferentes raças e etnias, as condições necessárias para o Brasil ter se tornado um país multirracial, que se projeta hoje no concerto das nações como terra prometida, celeiro pródigo, árvore frondosa, acolhedora dos que buscam descanso em sua sombra benfazeja. Esse legado o império forjou na nossa tradição na figura do “mais amável e instruído dos monarcas”, “um justo entre dez mil”.

O altruísmo com que amou a pátria mostrou-se mesmo na hora dolorosa da saída para o exílio, cedendo ao império das circunstâncias. Partiu dolorosamente, sem contudo perder a dignidade, sem revolta, desejando ao novo governo paz e prosperidade para a felicidade do Brasil. Foi o mais expressivo representante do Brasil através do mundo, virtuoso, desprendido e probo, um dos maiores patriotas de nossa história.

Um homem à frente de seu tempo, que respeitava as diferenças e os direitos humanos, era esse o perfil do imperador D. Pedro, II, precursor dos estudos judaicos no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

Almanaque brasileiro ilustrado. Rio de Janeiro, Antônio Manuel dos Reis, 1881.

AMARAL, Léo do. O imperador. São Paulo, O Pensamento, 1913.

ANDRADE, Ana Maria. "Crônica fotográfica do Rio de Janeiro." In Candido, Antonio et alii. A crônica. Campinas, Unicamp, 1992.

ARAUJO, Joaquim Aurélio Barreto. O erro do imperador. Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1886.

ARGON, Fátima, A Princesa Leopoldina, mimeo, 2006.

AZAMBUJA, Gabriel d'. Les contemporains; Dom Pedro II, empereur Du Brésil. s. i., s. e., s. d.

AZEREDO, Carlos Magalhães. "D. Pedro II – traços de sua phisionomia". In GALVÃO, Ruiz (org.). Contribuições para a biografia de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.

BARMANN, Roderick, Citizen Emperor, D. Pedro II and making of Brazil, 1825-1891, Stanford University Press, 1999.

BARRAL, Luíza Margarida Portugal de Barros. Cartas as suas magestades (1859-1890), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1977.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da República, das origens até 1889. Rio de Janeiro, São José, 1957.

BELUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). O Brasil dos viajantes. São Paulo, Fundação Odebrecht: Metalivros, 1994.

BERNSTEIN, Harry. D. Pedro II. New York, Twayne Publishers, inc., 1973, v. 20

BESOUCHET, Lúdia. D. Pedro II e o século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

_____. Exílio e morte do Imperador, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

BITTON, Michelle. Benjamim Mossé.: gran rabin D'Avignon et écrivain. Association des Juifs de u Pape. Bulletin L'Echo des carrières, n. sepcial, octobre 2004

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo, Cultrix, 1972.

BRAGANÇA, D. Carlos Tasso de Saxe Coburgo e. D. Pedro II, peregrino na Terra Santa.

BRAGANÇA, Dom Luís de Orléans. Sob o Cruzeiro do Sul. Lith. Montreau, Montreux,

1913.

BRASIL, Gerson. História das ruas do Rio de Janeiro. Col. Brasilianas, 1965.

BUCKNALL. Um jovem irlandês no Brasil em 1874. Hachette, RJ, 1876.

CALDEIRA, Jorge. Mauá – empresário do Império. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

CALMON, Pedro. O rei filósofo. São Paulo, Nacional, 1938.

_____. História de d. Pedro II. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 5 vols.

_____. Calmon, Pedro. Franklin Dória, Barão de Loreto - Biblioteca do Exército. Col. Gal. Benício, vol. 194. Rio de Janeiro, 1902.

CALÓGERAS, Pandiá. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Col. Brasilianas, 1980, v. 42

CAMPOS, Joaquim Pinto de. O senhor d. Pedro II, imperador do Brasil. Porto, Thyp. Pereira, 1871.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. São Paulo, Martins, 1959.

_____. "A literatura durante o Império". In HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1976, v. 7.

CARDOSO, Vicente Licíneo, À Margem da história do Brasil, São Paulo, Companhia Editora nacional, 1979.

CARNEIRO, E- Ladinos e crioulos. Rio de Janeiro, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem – A elite política imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980

_____. Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____. D. Pedro II. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século – André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro, Revan; iuperj-ucam, 1998.

CHALOUB, Sidney, Machado de Assis, Historiador, São Paulo, Companhia das Letras, 2003

COARACY, Vivaldo. Memórias da cidade do Rio de Janeiro. 3ª Ed. Belo Horizonte; São Paulo, Edusp, 1988.

Contribuição para a biografia de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Instituto Histórico

Geográfico Brasileiro; Imprensa Nacional, 1925.

COSTA, Angela Marques da. "Valete , dama e rei – O castelo de cartas de d. Pedro II, ou [...] --Como ser nobre no Brasil". Relatório de aperfeiçoamento. São Paulo, cnpq, 1996.

_____. "Pedra e poder – Os palácios de d. Pedro II". Relatório de aperfeiçoamento. São Paulo, cnpq, 1997.

COSTA, Sérgio Corrêa da. As quatro coroas de d. Pedro I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

CUNHA, Joaquim Pedro. Elogio histórico de sua magestade d. Pedro II. Lisboa, Thyp. Universal, 1893.

CUNHA, Rui Vieira da, Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo nacional, 1975.

DAVAT, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. (1870). Introd. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Edusp, 1980.

DEBRET, Jean Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris, F. Didot Frères, 1835.

DEL PRIORE, Mary- Condessa de Barral a paixão do imperador-. Objetiva, Rio de Janeiro, 2008.

_____. O Príncipe Maldito: traição e loucura na Família Imperial. Objetiva, Rj, 2007.

DELGADO, Alexandre Miranda. O imperador magnânimo. Rio de Janeiro, s. e., 1992.

DORE, Helen. A arte dos retratos. Rio de Janeiro, Ediouro

DÓRIA, Escragnolle. Memórias históricas do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1937.

EL FAR, Alessandra "Entre a coroa e a cartola - A representação de d. Pedro II nos jornais paulistas e cariocas de 1825 a 1891". Relatório de iniciação científica. São Paulo, Fapesp, 1994.

EGAS, Eugênio "Estudos". Pág.79, in Ellis, Alfredo, op.cit.

ELLIS, Alfredo-Feijó e a primeira metade do século XIX. Col. Brazilianas, vol.189. 2ª. Ed.-Cia Ed. Nacional. Brasília, 1981.

Estudos sefarditas. Disponível em <www.fl.ul.pt/estudos_sefarditas/textos-5.htm>. Acesso em 22.jan.2013

FAINGOLD, Reuven- D. Pedro II na Terra Santa.- Livraria e Editora Sefer, São Paulo, 1999.

FLABEL, Nachman- Judeus no Brasil: estudos e notas. São Paulo, Humanitas/Edusp, 2008.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. 4ª Ed. Porto Alegre, Globo, 1977.

FARINA, Duílio Crispim. Tempo de vida, Doença e Morte na casa de Bragança, São Paulo, Hucitec-Edusp, 1979.

_____. Vida Social no Brasil do século XIX, Recife, 1964.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp, 1995.

FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil (1840-1900). Rio de Janeiro, Funarte, 1985.

_____. O Paço da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fundação Pró-Memória, 1985.

FIALHO, Anfrísio- D. Pedro II , l'empereur du Brésil .Weissenbruch, Bruxelas, 1876.

FIGUEIRA, Silvia F. e Marchesin, Beatriz Z.-Um olhar sobre o passado.

FLEIUSS, Max. "Nascimento, primeiros anos e educação". In Contribuições para a biografia de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,

FLEIUSS, Max. Recordando – Casos e Perfis, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941

_____. A imperatriz D. Teresa Cristina. Imprensa Nacional, 1922.

FLETCHER, James Cooley, & Kidder, D. P. O Brasil e os brasileiros. (1857). São Paulo; Rio de Janeiro, Nacional, 1941.

FREIRE, Laudelino de Oliveira. Pedro II e a arte no Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.

FREITAS, Newton. Los Braganza. Buenos Aires, Emecê, 1943.

FREYRE, Gilbert- Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos". In Conferências do Museu Imperial. Petrópolis, s. e., 1970.

_____. "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical". In O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis. (1944). Rio de Janeiro, Record, 1987.

FROCHTENGARTEN, Fernando. "Cara e coroa- As duas faces do imperador". Relatório de iniciação científica. São Paulo, cnpq, 1996.

Fundação Calouste Gulbekian- Judaísmo na cultura ocidental

FURET, François, Org., O homem Romântico. Lisboa, Editorial Presença, 1999.

G CINTRA, Assis- Histórias que não vêm na História. Ed. Nacional, SP, 1928.

GAMA, Visconde Nogueira da- Minhas Memórias

GAMA, José de Saldanha da. "História da imperial Fazenda de Santa Cruz". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1875, t. 38.

GARCIA, Antônio José Nunes. O senhor dom Pedro Segundo. Rio de Janeiro, , 1985.

GONÇALVES, Roberto Mendes- O Barão Cristóvão Hübner na Corte de Cristóvão Barão MEC, RJ, 1955.

_____.Um diplomata austríaco na corte de São Cristóvão. Cons. Federal de Cultura, RJ, 1970.

GUIMARÃES, A. C.D'Araújo, A Corte no Brasil . Globo, Porto Alegre, 1936.

GIUMBELLI, Emerson, O Cuidado dos Mortos – Uma História de condenação e Legitimação do Espiritismo, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. O imperador itinerante. Recife, Secret. Da. Educação, 1978.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem do Brasil – Segunda visita, 1822. São Paulo, Nacional, 1956.

GUIMARÃES, Argeu de Segadas Machado. Pedro II na Escandinávia e na Rússia. Rio de Janeiro, J. Leite, S. d.

_____.D. Pedro II nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

GURGEL, Amaral. O neto de Marco Aurélio (d. Pedro II). São Paulo, Empresa Editora, 1994.

HABSBURGO, Ferdinando Maximiliano de. Bahia 1860 – Esboços de viagem. (Viena, 1861).

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico 4 e 5 – O Império e a República. 2ª Ed. Rio de Janeiro; São Paulo, Difel, 1977.

_____.Raízes do Brasil. (1936). Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

_____.Visão do paraíso – Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2ª Ed. São Paulo, Nacional, 1986.

Infância e adolescência de d. Pedro II – Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário de nascimento. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1925.

ITANHAÉM, Marquês de. Contas dadas à Assembléia Geral pelo Marquês de Itanhaém, encarregado da tutela de SMI e de suas augustas irmãs, precedida de um relatório explicativo. Rio de Janeiro, TYP. Commercial de P. Gueffier, 1834. Biblioteca Nacional, Seção Obras Raras.

JUCÁ, Joseline- André Rebouças: Reforma e Utopia no contexto do Segundo Império- 1ª. Ed. Ed. Ver Curiosidades- Rio de Janeiro, 2001

KANTOROWICZ, Ernst. Les deux corps du roi. Paris, Gallimard, 1989.

KOSERITZ, Carl Von. Imagens do Brasil. (1883). São Paulo, Martins; Edusp, 1972.

LACOMBE, Américo Jacobina.-Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis. Petrópolis, Typ. Ypiranga, 1939.

_____.D. Pedro II e a cultura. Arquivo Nacional, RJ, 1977.

_____.O mordomo do imperador. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1994.

LADURIE, Emmanuel Le Roy.-O estado monárquico – França: 1460-1610. São Paulo, Companhia das Letras Militar, 1949.

LECLERC, Max. Cartas do Brasil (1889-1890). São Paulo, nacional, 1942. Brasiliana, vol. 215-

LIMA, Oliveira- O Império /Brasileiro. Ed. Melhoramentos, São Paulo1927.

_____. O Império brasileiro. São Paulo, Melhoramentos, 1927.

_____.D. João VI no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 19

LIPNER, Elias- As aventuras intelectuais de D. Pedro II- D.O. Leitura, SP, Maio de 1990.

LOEWENSTAMM, Kurt- O hebraísta no trono do Brasil. Biblos, RJ, 1891.

LUÍS, Edmundo -Recordações do Rio Antigo. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, s/d.

LUNEL, Armand-Les Juifs de Midi- Université Paul Valéry.

_____.Les Juifs du Pape- L' Echo des Carrières: D. Pedro II dans le livre d' Armand Lunel.

LYRA, Heitor. História de d. Pedro II. (1938+40). São Paulo; Belo Horizonte, Edusp; Itatiaia,-1977, 3 vols.Itatiaia,-1977, 3 vols.

_____.História da queda do Império, São Paulo, Companhia editora Nacional, volumes I e II, 1964.

_____. História de Dom Pedro II, Ascensão, Fastígio e Declínio, 3 volumes, belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1977

MACEDO, J. M. de, Memórias da Rua do Ouvidor, Brasília, editora UNB, 1988.

MACHADO, Julio Cesar. O outro d. Pedro II. Rio de Janeiro, Bramante Editora, 1996.

MAGALHÃES JR., Raimundo. D Pedro II e a Condessa de Barral. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1956.

_____.O Império em chinelos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.

MAIA, Manuel Augusto Velho da Mota. O conde de Mota Maia – Médico e amigo dedicado de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Alves, 1937.

MAIO, Marcos Chor, & Ventura, Ricardo (orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro, Fiocruz; ccbb, 1996.

MALAMUD, Samuel- Recordando a Praça Onze -Livraria Cosmos-Rio de Janeiro, s/d.

MALERBA, Jurandir. “A corte no exílio – Interpretação do Brasil joanino (1808-1821)”. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1997.

MARQUES, A. H. de Oliveira. História de Portugal. Portugal, Imprensa Nacional, 1991.

MARTINS ,Rocha- O imperador do Brasil D. Pedro II. AOV, Porto, 1925.

MATHIAS, Herculano Gomes. D. Pedro II. São Paulo, Ediouro, 1984.

MATTOSO, Ernesto- Cousas do meu tempo. Gounouilhou, Bordeaux,1916.

MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado”. In Alencastro, Luis Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. Dir. Fernando A. Novais. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional.

MAURO, Frédéric. O Brasil no tempo de dom Pedro II – 1831-1889. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

MENDES, Oscar. Quem foi d. Pedro II. Rio de Janeiro, Artes Gráficas, 1930.

MENDONÇA, Carlos Sussekund de. Quem foi d. Pedro II – Golpeando de frete o “saudosismo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929.

MENEZES, Lina M.-Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1880-1930). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1992.

MESQUITA PIMENTEL. D. Pedro II, seu Caráter, seu Governo, Sua Influência sobre a Política e os Costumes do seu tempo, Petrópolis, Papelaria Silva, Comissão

Centenário D. Pedro II, 1925.

MONIZ, Heitor- No Tempo da Monarquia. Ed. Nacional, SP, 1929.

_____.O Brasil de Ontem. Leite Ribeiro, RJ, 1928.

_____.O Segundo Reinado. Leite Ribeiro, RJ, 1928.

MONTEIRO, Mozart. “A infância do imperador”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, t. 98, vol. 152.

_____. “A vida amorosa de d. Pedro II”. O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1962.

MONTEIRO, Paula. O V Centenário – Entre o mito e a história. Petrópolis, Vozes, 1996.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Histórias e mito – O príncipe perfeito chega ao Brasil”. São Paulo, apost. 1995.

MOSSÉ, Benjamim. Dom Pedro II empereur Du Brésil. Paris, Librairie de Firmin-Didot, 1889.

MOTTA FILHO, Cândido, A vida de Eduardo Prado. Rio de Janeiro, José Olympio.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes- Vida Cotidiana em São em Paulo no século XIX.

MOURA, Ignácio e Barroso, Justino- Um Grande Brasileiro. Pap. Americana, Belém, 1925.

NABUCO, Carolina- A vida de Joaquim Nabuco. 2ª. Ed. São Paulo, 1929.

NABUCO, Joaquim- Um estadista do Império. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1975.

NAVA, Pedro. Balão cativo – Memórias 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

NORTON, Luís. A corte de Portugal no Brasil. São Paulo: Nacional, 1979, v. 124 (Brasiliana)

OLIVEIRA, Torres- Diário do imperador nº 4. (s.d.). Museu Imperial, Petrópolis, MS.

_____.Diário do imperador (1840-41). Museu Imperial, Petrópolis, MS.

_____.Diário do imperador d. Pedro II (1860). Museu Imperial, Petrópolis, MS.

_____.Diário do imperador (1862). Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1956.

_____.Conselhos políticos de d. Pedro II a sua filha Isabel. Ms., 1871.

_____.Diários da década de 1880. Museu Imperial, Petrópolis, MS.

_____.Sonetos do exílio. Paris, s. e., 1898.

_____.Poesias e traduções – Homenagem de seus netos. Petrópolis, Typ. Do Correio Progresso Editora, 1939.

ORTIGÃO, Ramalho- As Farpas- O país e a sociedade portuguesa. Livraria Clássica Ed., Lisboa,1944.

PAGANO, Sebastião- Eduardo Prado e sua época. O Cetro, SP, 1960.

PAULA, Sergio Goes de. Um monarca da fuzarca – Três versões para um escândalo da corte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

PEREIRA, Nilo- Conflitos entre a Igreja e o e Estado no Brasil. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

_____.D. Vital e a Questão Religiosa no Brasil. Recife. Imprensa Universitária, 1966.

PINHEIRO, Rafael Bordalo. Apontamento da viagem do imperador para a Europa. Lisboa, s. e., 1872.

PINHO, José Wanderley de Araujo. Cartas do imperador. São Paulo, nacional, 1933.

_____.Salões e damas do segundo Reinado. São Paulo, revista dos Tribunais, 1933.

_____.”Dom Pedro II em Petrópolis”. Geopolítica dos municípios: Petrópolis, 100 anos da cidade. Rio de Janeiro, 1957.

PINTO ,Ricardo- Tráfico de Brancas. Rio de Janeiro, 1930.

POLIANO, Luiz Marquês. Ordens honoríficas no Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

PRADO, Eduardo- Coletâneas.

_____.A Ilusão Americana. Brasiliense, SP,1957.

RAEDERS, Georges Pierre Henri. D. Pedro II e os sábios franceses. Rio de Janeiro, Atlântica Editora, s. d

_____.D. Pedro II e conde Gobineau – Correspondências inéditas. São Paulo, Nacional, 1938.

RANGEL, Alberto do Rego. A educação do príncipe. Rio de Janeiro, Agir, 1945.

RCM. O cozinheiro imperial. São Paulo, Best- Seller, 1996.

REAL, José Alberto Homem da Cunha Corte. Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal. Coimbra, Imprensa da universidade, 1872.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. “O domínio da imaginação” – Reflexões sobre a dimensão simbólica do poder”. São Paulo, mimeo, 1995.

REZENDE, José Severiano de-Eduardo Prado: Páginas de Crítica e Polêmica. São Paulo, N.. Falcone, s/d.

RIBEYROLLES, Charles. Brazil pittoresco. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

RIO BRANCO, Miguel. Correspondências entre d. Pedro e o barão de Rio Branco. São Paulo, Nacional, 1957.

RIO BRANCO, Raul do- Reminiscências do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, 1942.

RIO, João do (Paulo Barreto)-As Religiões do Rio. Ed. Simões-1951.

RODRIGUEZ, Francisco. O retrato brasileiro. Rio de janeiro, Fund. Joaquim Nabuco, 1983.

ROMERO, Silvio- Histórias da literatura brasileira. (1888). Rio de janeiro, José Olympio, 1949.

SABOIA, Vicente Candido Figueiredo. O senhor d. Pedro II imperador do Brasil. Londres, Livr. Nacional, 1871.

_____.As duas últimas festas da monarquia. Petrópolis, Anuário do museu Imperial, 1941, vol. 2.

SCHNOOR, Eduardo, & Castro, Hebe Maria Mattos de (orgs.). Resgate – Uma janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz- O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____.As Barbas do Imperador, D. Pedro II, um Monarca Nos Trópicos, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SCLIAR, Moacyr- Saturno nos trópicos, a melancolia europeia chega ao Brasil. São Paulo, companhia das Letras, 2003.

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. (Leipzig, 1835). Rio de Janeiro, Martins, 1942.

SILVA, Francisco Gomes da. O Chalaça – Memórias. Rio de janeiro, s. e., 1858.

SODRÉ, Alcindo. Dom Pedro II em Petrópolis. Petrópolis, Anuário do Museu imperial,

1940, vol. 1.

_____.Abrindo um cofre – Cartas de Dom Pedro II à condessa de Barral. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1956.

SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. Rio de Janeiro, Graphia, 1998.

SOUBLIN, Jean. O defensor perpétuo do Brasil – Memórias imaginárias do último imperador do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

SOUSA, Otávio Tarquíneo de. A vida de d. Pedro I. São Paulo; Belo Horizonte, Edusp; Itatiaia, 1988.

SOUZA, Laura de Mello- O diabo e a Terra de Santa Cruz -Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo, Companhia das Letras, m1986.

TATI, Miécio- O mundo de Machado de Assis; O Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis. Rio de Janeiro. Secretaria municipal de cultura, biblioteca Carioca, vol.16, 1991.

TAUNAY. E. Affonso,-A propósito de um Infante Brasileiro. In: Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1943.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno, Memórias do Visconde de Taunay, Rio de Janeiro, Bibliex, 1960.

_____.Reminiscências. São Paulo, Melhoramentos, 1923.

_____.O grande imperador. São Paulo, Melhoramentos, 1932.

_____.Pedro II. São Paulo, Nacional, 1933.

TEIXEIRA, Mucio Scoevola Lopes. O imperador visto de perto. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1937.

TIGRE, Bastos- Instantâneos do Rio Antigo. Campinas, Mercado das Letras./Cecult,Fapesp,2003.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A democracia coroada. Rio de Janeiro, Nacional, 1957.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de.-História geral do Brasil. Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia; Edusp, 1981.

VASQUEZ, Pedro. Dom Pedro II e a fotografia. Rio de Janeiro, Internacional de seguros, s. d.

VIANNA, Helio. Letras imperiais. Rio de Janeiro, Mec, s. d

VIANNA, Oliveira- O Ocaso do Império. Melhoramentos, SP, 1933.

VILLAÇA, Antônio Carlos- História da Questão Religiosa no Brasil. Livraria Francisco Alves Ed. Rio de Janeiro, 1974.

_____.D. Pedro I e d. Pedro II – Acréscimos as suas biografias. São Paulo, Nacional, 1966.

XAVIER, Leopoldo Bibiano - Revivendo o império. Artpress, São Paulo, 1991.

WILLIAMS, Mary. Dom Pedro the magnanimous emperor of Brazil. Chapel Hill, Carolina do Norte, University Press, 1937.

WOLF, Egon e Frieda-. D. Pedro II e os judeus. Rio de Janeiro, B'nai B'rith, 1983.

_____.D. Pedro I e os judeus.

_____.Documentos.

_____.Os Judeus no Brasil Imperial

ZALUAR, Emílio A.- Peregrinação pela Província de São Paulo. Rio de Janeiro, 1863.

Periódicos , revista e jornais.

AFONSO CELSO, Conde- O imperador no exílio. Francisco Alves, RJ,1893.

BRANDÃO, Pires- O imperador em Baden-Baden e a visita de Silveira Martins. Correio da Manhã, RJ, 2/12/1925.apud RIHGB, vol. 152, 1925.

CALÓGERAS, Pandiá- O poder pessoal e o lápis fatídico. RIHGB, vol. 152, 1925.

CARMO, A. Gomes do- O imperador- Fatos, reminiscências e anedotas. Jornal do Comércio, RJ. 21/7/1935.

CHATEAUBRIAND, Assis- Um professor de elites. RIHGB, vol.152, 1925.

CORREIO DA MANHÃ- A República, partida para o exílio e morte. 2/12/1925, apud RIHGB, vol.152,1925.

COSTA, Isaltino-D. Pedro II hebraísta. O Estado de São Paulo-1925.

DÓRIA, Escragnolle. “Reminiscências do Palácio de São Christovam”. Revista Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1925, t. 96, vol. 152.1925.

_____.Rio Branco e sua primeira função pública. Professor do Colégio Pedro II. Artigo da Revista Americana- abril, 1913.

DORNAS FILHO, João. “D. Pedro II e o inventor do telefone”. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 1951.

FARINA, Duílio Crispim- Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, Príncipe Cientista e Infeliz Neto de D. Pedro II. In: Boletim da Academia Paulista de História, Ano XV, n. 100, novembro, 2012. FEDER, E.D.- D. Pedro II e os judeus italianos. Aonde Vamos? Abril, 1944.

FLEIUSS, Max. "D. Pedro II: seu nascimento, seus irmãos". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, t. 98, vol. 152.

_____. D. Pedro e as letras pátrias. Correio da Manhã, apud RIHGB, vol. 152, 1925.

_____. Dom Pedro II. Imprensa Nacional, RJ, 1940.

_____. O imperador julgado pelos intelectuais- O imparcial, 2/12/1925. Apud RIHGB, vol. 152, 1925.

_____. Páginas Brasileiras. Imprensa Nacional, RJ, 1919.

_____. Páginas da História. Imprensa Nacional, RJ, 1930.

GALVÃO, B. F. Ramiz- Gratas Reminiscências. Jornal do Brasil, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925.

_____. O imperador e a instrução pública. RIHGB, vol. 152, 1925.

GARCIA, Rodolfo- Viagens de D. Pedro II. RIHGB, vol. 152, 1925.

GUIMARÃES, Moreira- O Imperador e o Exército - RIHGB, vol. 152, 1925.

LAET, Carlos de – O imperador e a imprensa- RIHGB, vol. 152, 1925.

LIMA, Oliveira- O imperador e os sábios. RIHGB, vol. 152, 1925.

LISBOA, Arrojado- O imperador em Petrópolis. RIHGB, vol. 152, 1925.

LOBATO, Monteiro- Pedro II. Revista do Brasil, RJ, n. 36, dezembro de 1918.

LOPES, Aurélio- D. Pedro II e seus livros. Jornal do Comércio, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152, 1925.

MAGALHÃES JR, Raimundo- D. Pedro II na França. Manchete, RJ, 1/5/1979.

MONTEIRO, Mozart- O casamento do imperador. RIHGB, vol. 152, 1925.

MONTEIRO, Tobias- A tolerância do imperador. O Jornal, RJ, 5/12/1925, apud RIHGB,

vol.152, 1925

NASCIMENTO, Alfredo- O patriotismo do imperador. RIHGB, vol. 152, 1925.
O imperador e o Rabino. Herança Judaica n. 42 (junho-1980).

OLIVEIRA, Torres.Diário da viagem ao Alto Nilo (1856). Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1909, t. 72, parte II.

ORTIGÃO, Ramalho- As Farpas- O país e a sociedade portuguesa. Livraria Clássica Ed., Lisboa,1944.

Revista Mensageiro: Revista espírita cristã do Terceiro Milênio. Personalidades: Lima e Cirne. Artigo de Zeus Wantuil.

RODRIGUES, A. Cândido- O Maior dos Brasileiros. RIHGB, vol.152,1

SAMPAIO, Teodoro- A cultura intelectual do imperador. RIHGB, vol.152, 1925.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar- D. Pedro II, homem de bem. Correio da Manhã, 2/12/1925, apud RIHGB, vol.152, 1925.

_____.D. Pedro II: os grandes fatos de seu reinado. Correio Paulistano, 2/12/1925, apud RIHGB, vol. 152 ,1925.

_____.No Brasil Imperial. Imprensa Nacional, RJ, 1922.

_____.No Rio de Janeiro de D. Pedro II. Agir, RJ, 1947.

_____.- D. Pedro II e a Guerra do Paraguai. RIHGB, vol.152, 1925.

VIANNA, Helio.Miscelânea, D. Pedro I. In: Revista IHGB, vol. 252.

TEFFÉ, Barão de. Reminiscências de D. Pedro II. Revista da Semana, RJ, 28/11/1925.